

Universidade Federal  
de Santa Catarina

Programa de Pós-  
Graduação em  
Linguística

ppglin.posgrad.ufsc.br

Campus Florianópolis

Florianópolis- SC

Tese apresentada ao Programa de Pós-  
graduação em Linguística, do Centro de  
Comunicação e Expressão da Universidade  
Federal de Santa Catarina, como requisito  
para obtenção do Título de Doutor em  
Linguística

Orientador: Werner Heidermann

Florianópolis, 2016

Permanências e reincidências latinas do português brasileiro  
Luiz Henrique Milani Queriquelli

Permanências e reincidências  
latinas do português brasileiro:  
uma proposta de ensino de  
latim via linguística histórica

Luiz Henrique M. Queriquelli

Esta tese propõe um conjunto permanências ou reincidências latinas do PB como forma de levar o estudante ao encontro do latim de forma relevante e significativa.

Orientador: Werner Heidermann



Luiz Henrique Milani Queriquelli

**PERMANÊNCIAS E REINCIDÊNCIAS LATINAS DO  
PORTUGUÊS BRASILEIRO: UMA PROPOSTA DE ENSINO DE  
LATIM VIA LINGUÍSTICA HISTÓRICA**

Tese submetida ao Programa de Pós-  
Graduação em Linguística da Universidade  
Federal de Santa Catarina para a obtenção  
do Grau de Doutor em Linguística

Orientador: Prof. Dr. Werner Heidermann

Florianópolis  
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Queriquelli, Luiz Henrique Milani

Permanências e reincidências latinas do português brasileiro : Uma proposta de ensino de latim via linguística histórica / Luiz Henrique Milani Queriquelli ; orientador, Werner Heidermann - Florianópolis, SC, 2016. 287 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós Graduação em Linguística.

Inclui referências

1. Linguística. 2. ensino de línguas estrangeiras. 3. ensino de latim. 4. linguística histórica. 5. português brasileiro. I. Heidermann, Werner. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Linguística. III. Título.

Luiz Henrique Milani Queriquelli

**PERMANÊNCIAS E REINCIDÊNCIAS LATINAS DO  
PORTUGUÊS BRASILEIRO: UMA PROPOSTA DE ENSINO  
DE LATIM VIA LINGUÍSTICA HISTÓRICA**

Esta Tese foi julgada adequada para obtenção do Título de “Doutor em Linguística” e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 16 de março de 2016.

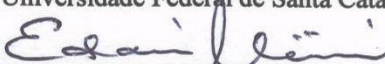


Prof. Heronides Mello Moura, Dr.  
Coordenador do Curso

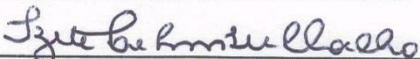
**Banca Examinadora:**



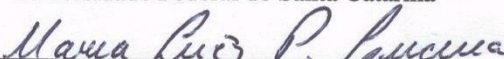
Prof. Werner Heidermann, Dr. (Orientador)  
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof.ª Edair Görski, Dr.ª  
Universidade Federal de Santa Catarina

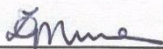


Prof.ª Izete Lehmkuhl Coelho, Dr.ª  
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof.ª Maria Inêz Probst Lucena, Dr.ª  
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.ª Rodrigo Gonçalves, Dr.  
Universidade Federal do Paraná  
(participou por videoconferência)



Prof.ª Zilma Gesser Nunes, Dr.ª  
Universidade Federal de Santa Catarina



Dedico este trabalho a todos que até hoje, de algum modo, fizeram da minha vida parte da sua, contribuindo para a realização deste trabalho e para minha própria realização.



## AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente aos meus pais, que sempre se doaram de forma incondicional a mim.

Ao meu irmão Felipe, que comigo cresceu e sempre me fez crescer, à Letícia e ao meu afilhado Cauê, uma das minhas razões de viver.

À minha avó Neusa, aos meus tios Sandra e Fernando, e aos meus primos Guilherme e Isabela, que completam a parte essencial da minha família.

Ao Prof. Werner, meu orientador neste trabalho, mestre e amigo, que me deu tranquilidade e confiança para concluir esta tese.

Às minhas colegas Fernanda e Raquel, que me apoiaram como amigas e linguistas, e ao meu colega Leandro - obrigado a vocês pela amizade.

E à Janaina, que me compreende a ponto de me amar e que com ternura me apoiou durante todo o tempo em que escrevi este trabalho.





Ao olharmos para nós mesmos e observarmos o uso corrente, provavelmente não perceberemos que nossa língua tem uma “inclinação,” que as mudanças dos próximos séculos estão em certo sentido prefiguradas em certas tendências não perceptíveis no presente e que essas mudanças, quando consumadas, serão vistas simplesmente como continuações de mudanças que já se efetivaram.  
(Edward Sapir, 1921)



## RESUMO

Esta pesquisa busca alternativas para o ensino de latim no contexto de formações superiores em língua portuguesa no Brasil diante da crise institucional que o latim e todos os demais ícones do humanismo clássico enfrentam na modernidade e em particular no Brasil. Os resultados apontam para a necessidade de propor um objeto de estudo que encontre eco na identidade do estudante para que a aprendizagem seja significativa. A partir disso, e assumindo que o português brasileiro (PB) faz parte da identidade desse estudante, o autor propõe um conjunto permanências ou reincidências latinas do PB como forma de levar o estudante ao encontro do latim de forma relevante e significativa. Tais permanências ou reincidências latinas são: vocalismo permanente; queda de /s/ e nasal final; próclise generalizada do pronome átono; uso de *em* com verbos de movimento; variação de gênero gramatical e classes nominais temáticas; dupla negação enfática do PB; gerúndio continuativo; condicional analítico com *ir*; participípios rizotônicos; *se* indeterminador; demonstrativo definido; construção de dativo com infinitivo. Por fim, são apresentadas alternativas de aplicação prática dessa proposta na forma de percursos didáticos, partindo das permanências e reincidências latinas do PB em direção a tópicos de um programa de latim básico no contexto de formação superior em língua portuguesa no Brasil.

**Palavras-chave:** Ensino de línguas estrangeiras. Ensino de latim. Português brasileiro. Linguística histórica.



## ABSTRACT

This research seeks alternatives to Latin teaching in the context of higher education courses of Portuguese in Brazil before the institutional crisis that Latin and all other classical humanism icons face in modernity and in particular in Brazil. The results point to the need of proposing an object of study that resonates in the identity of the student for the learning is meaningful. From this, and assuming that Brazilian Portuguese (PB) is part of the identity of this student, the author proposes a set of Latin permanencies or recurrences of PB as a way to bring the student to meet Latin in a relevant and significant way. Those Latin permanencies or recurrences are: permanent vocalism; final /s/ and nasal deletion; generalized proclisis of unstressed clitics; use of *em* with motion verbs; variation of grammatical gender and thematic nominal classes; double emphatic negation; continuative gerund; analytical conditional with *ir*; rhizotonic participles; indeterminator *se*; definite demonstrative; dative with infinitive construction. Finally, practical application alternatives of that proposal are presented in the form of didactic paths, based on the Latin permanencies and recurrences of PB toward topics of a basic Latin program in the context of higher education courses of Portuguese in Brazil.

**Keywords:** Foreign language teaching. Latin teaching. Brazilian Portuguese. Historical linguistics.



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Universo hipotético de línguas.....	54
Quadro 2 - Ordem dos constituintes nas línguas naturais .....	54
Quadro 3 - Processos de lexicalização, semantização, discursivização e gramaticalização que incidiram sobre <i>ante</i> .....	60
Quadro 4 - Vogais portuguesas .....	86
Quadro 5 - Sistemas de vogais átonas .....	87
Quadro 6 - Semelhança das declinações com a redução dos casos à oposição nominativo/acusativo .....	141
Quadro 7 - Gramaticalização do condicional sintético românico.....	154
Quadro 8 - Formas participiais subsistentes no português .....	162
Quadro 9 - Radicais dos verbos latinos (ex.: verbo <i>laudo</i> ) .....	162
Quadro 10 - Fontes de dados linguísticos usadas nesta tese agrupadas em arqui gêneros .....	195
Quadro 11 - Ocorrências de <i>in forum</i> com verbos de deslocamento a partir do corpus da Perseus Digital Library.....	224
Quadro 12 - Verbo <i>amare</i> : comparativo entre a voz ativa e a voz passiva .....	250
Quadro 13 - Quadro geral com novas possibilidades para o ensino de latim no contexto de formações superiores em línguas portuguesa no Brasil a partir dos percursos didáticos encontrados .....	260





## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Expansão de <i>se</i> indeterminador: ocorrências de verbos não transitivos diretos .....	248
--	-----



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - <i>Cline</i> da formação de condicionais.....	146
Figura 2 - Estrutura do verso saturnino segundo Parsons (1999).....	209



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- 1PIndP - 1ª pessoa do indicativo presente  
Acc. - Acusativo  
ACI - Acusativo com infinitivo  
AL - Alçamento sem condicionador fonético  
Arnob. nat. - Adversus Nationes (séc. III d.C.), de Arnóbio de Sica  
AUC - Ab urbe condita (a partir da fundação de Roma)  
Aul. - Aululária (séc. 3 a.C.), de Plauto  
Bell. Afr. - De Bello Africo (séc. I a.C.), de Júlio César  
CD - Cancioneiro d'el Rei D. Denis (séc. XIII)  
CFE - Conselho Federal de Educação  
CG - Cancioneiro Geral de Garcia de Resende (séc. XVI)  
Chiron - Mulomedicina Chironis (séc. IV d.C.), de Chiron  
Cic. Catil. - Catilinárias (63 a.C.), de Cícero  
Cic. nat. de or. - Sobre a Natureza dos Deuses (séc. I a.C.), de Cícero  
Cic. Verr. - Verrinas, (séc. I a.C.) de Cícero  
CIL - Corpus Inscriptionum Latinarum  
Cl. Terentianus epist. - Epístolas de Claudio Terenciano (séc. 2 d.C.)  
Coniur. Cat. - Conjuração de Catilina (63 a.C.), de Salústio  
CV - Cancioneiro da Vaticana (séc. XIV, compilado no séc. XVI)  
DCI - Dativo com infinitivo  
EP - European Portuguese  
Euf. - Da vida de Sa. Eufrosina (séc. XIV)  
Fab. - Fabulário Livro de Esopo (séc. XIV)  
Fem. - Feminino  
Festus - Sextus Pompeius Festus  
Fr. - Francês  
Fr.Arc. - Francês arcaico  
GELC - Grupo de Estudos de Linguística de Corpus  
Gaal - A demanda do Santo Graal (séc. XIV)  
HV - Harmonização vocálica  
It. - Italiano  
Itin. Eger. - Itinerarium ou Peregrinatio ad loca sancta (séc. IV d.C.), de Monja Egéria  
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
Nom. - Nominativo  
NP - Noun phrase  
NPA - Noun phrase agreement  
OFr. - Old French (francês arcaico)  
Orat. - De Optimo Genere Oratorum (46 a.C.), de Cícero

PA - Português arcaico  
PB - Português brasileiro  
PB-SC - Português brasileiro de Santa Catarina  
PE - Português europeu  
Petr. - Satyricon (séc. I d.C.), de Petrônio  
PGPF - Projeto de Gramática do Português Falado no Brasil  
PHPB - Projeto para a História do Português Brasileiro  
PHPB-SC - Projeto para a História do Português Brasileiro, Corpus de Santa Catarina  
Pl. - Plural  
Pl. Am. - Amphitruo (séc. III), de Plauto  
Pl. Cas. - Cásina (séc. 3 a.C.), de Plauto  
Plaut. Mil. - Miles Gloriosus (séc. III a.C.), de Plauto  
Plin. Nat. - História Natural (séc. I d.C.), de Plínio  
Sal. - Caio Salústio Crispo (86-35 a.C.)  
Sen. epist. - Epístolas de Sêneca  
Sg. - Singular  
SN - Sintagma nominal  
SOV - Sujeito-objeto-verbo  
SVO - Sujeito-verbo-objeto  
TA - Testamento de Dom Afonso II (séc. XIII)  
Tert. Pall. - De Pallio (220 d.C.), de Tertuliano  
Vet. Lat. Marc. - Vetus Latina, Evangelho de Marcos (séc. I d.C.)

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>24</b>
DA LINGUÍSTICA DIACRÔNICA PARA LINGUÍSTICA	
HISTÓRICA .....	28
LÍNGUA E LATIM .....	30
<b>Concepção de língua .....</b>	<b>31</b>
<b>Ambivalência ontológica do latim.....</b>	<b>33</b>
PROPOSTA DE PESQUISA.....	37
OBJETIVOS .....	37
METODOLOGIA.....	38
<b>1 LATIM PARA QUEM?.....</b>	<b>41</b>
1.1 O LINGUISTA EM FORMAÇÃO QUE FALA PB E PRETENDE SE DEDICAR A PROBLEMAS DESTA LÍNGUA... 42	
1.2 IDENTIFICAR-SE COM O OBJETO DE ESTUDO.....	45
1.3 LÍNGUA E IDENTIDADE .....	47
<b>2 O LATIM E A IDENTIDADE DE UM FALANTE DE PB .....</b>	<b>52</b>
2.1 A IDENTIDADE GRAMATICAL DO PB .....	52
<b>2.1.1 Identidade gramatical e aspectos distintivos.....</b>	<b>53</b>
2.2 PERMANÊNCIAS E REINCIDÊNCIAS NO PB.....	57
<b>2.2.1 Mudança de terminologia.....</b>	<b>59</b>
<b>2.2.2 Evolucionistas, crioulistas e internalistas .....</b>	<b>64</b>
<b>2.2.3 Problemas epistemológicos.....</b>	<b>67</b>
<b>2.2.4 Permanências e reincidências fônicas.....</b>	<b>77</b>
2.2.4.1 Vogais átonas.....	77
2.2.4.2 Ditongos /ej/ e /eĩ/.....	83
2.2.4.3 Oposição entre /ɐ/ e /a/ .....	86
2.2.4.4 Alçamento das vogais pretônicas.....	91
2.2.4.5 Queda de /s/ final e desnasalização.....	99
<b>2.2.5 Permanências e reincidências morfossintáticas.....</b>	<b>109</b>
2.2.5.1 Variação da concordância.....	110
2.2.5.2 Próclise do pronome átono .....	113
2.2.5.3 Uso da preposição <i>em</i> com verbos de movimento.....	116
2.2.5.4 Gerúndio continuativo .....	119
2.2.5.5 Negação repetitiva .....	124
2.2.5.6 A construção de dativo com infinitivo.....	127
2.2.5.7 Variação de gênero gramatical e classes nominais temáticas .....	135
2.2.5.8 O modo condicional no PB .....	144
2.2.5.9 Formação de participios no PB.....	159
2.2.5.10 Ambiguidade estrutural da passiva sintética com “se” .....	171



2.2.5.11 Demonstrativo definido no PB .....	178
<b>3 O ENSINO DE LATIM ORIENTADO PELA LINGUÍSTICA HISTÓRICA E SUA APLICABILIDADE .....</b>	<b>190</b>
3.1 O OBJETO DE ENSINO .....	190
<b>3.1.1 O conceito de língua no ensino.....</b>	<b>191</b>
3.1.1.1 A amplitude do conceito de língua no ensino de latim: basta ensinar apenas gramática e léxico? .....	191
3.1.1.2 Gêneros discursivos no ensino das permanências e reincidências latinas .....	193
3.2 PERCURSOS DIDÁTICOS.....	202
<b>3.2.1 Do vocalismo permanente à prosódia e fonologia latina         .....</b>	<b>202</b>
<b>3.2.2 Da queda de /s/ e nasal final permanente ou recorrente à         interface entre a fonologia e a morfossintaxe latina .....</b>	<b>213</b>
<b>3.2.3 Da próclise generalizada do pronome átono à         possibilidade proclítica no latim e à relativa liberdade dos         constituintes na frase latina.....</b>	<b>218</b>
<b>3.2.4 Do uso de <i>em</i> com verbos de movimento ao uso de <i>in</i> com         acusativo e ao sistema preposicional latino.....</b>	<b>221</b>
<b>3.2.5 Da variação de gênero gramatical e classes nominais         temáticas à visão completa do sistema nominal latino.....</b>	<b>230</b>
<b>3.2.6 Da dupla negação enfática do PB aos advérbios latinos         .....</b>	<b>234</b>
<b>3.2.7 Do gerúndio continuativo no PB às formas verbo-         nominais latinas.....</b>	<b>237</b>
<b>3.2.8 Do condicional analítico com <i>ir</i> no PB às expressões de         condicionalidade no sistema verbal latino .....</b>	<b>239</b>
<b>3.2.9 Dos participios rizotônicos no PB ao terceiro radical         latino.....</b>	<b>242</b>
<b>3.2.10 Do <i>se</i> indeterminador no PB à ambiguidade que levou         ao fim da passiva sintética latina .....</b>	<b>246</b>
<b>3.2.11 Do demonstrativo definido no PB aos pronomes latinos         .....</b>	<b>252</b>
<b>3.2.12 Da construção de dativo com infinitivo no PB à         subordinação no latim .....</b>	<b>256</b>
3.3 NOVAS POSSIBILIDADES PARA A SELEÇÃO E A ORGANIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS.....	260
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>263</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>266</b>

## INTRODUÇÃO

Apoiados em doutrinas escolares tradicionais, os cursos de Letras no Brasil, durante décadas, admitiram o estudo do latim como parte fundamental de seus currículos. Oficialmente, a obrigatoriedade dessa disciplina surgiu com o Parecer CFE n. 283 de 1962, época em que se instituíram os chamados currículos mínimos para cursos de educação superior.<sup>1</sup> Tais currículos mínimos vigoraram por 34 anos, até que, em 1996, a última edição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) extinguiu a obrigatoriedade do latim e de qualquer outra disciplina específica. Com a extinção da obrigatoriedade, em pouco tempo, muitas graduações em Letras no Brasil retiraram as disciplinas de língua latina de suas grades curriculares. Estas disciplinas, porém, já vinham sendo contestadas havia décadas. Logo, não foi a flexibilização dos currículos que levou à crise do ensino do latim: o estudo dessa língua como parte da formação dos bacharéis e licenciados em língua portuguesa vinha caindo em descrédito desde muito antes.

Tal descrédito foi apenas um efeito pontual e secundário de um fenômeno maior que vinha se intensificando pelo menos desde o século XIX: o sucesso do tecnicismo moderno em detrimento do humanismo clássico. No âmbito educacional brasileiro, esse debate se inicia efetivamente com a Proclamação da República e ganha mais intensidade após a República Velha, durante a Era Vargas e o Período Populista, época em que o humanismo clássico passou a ser abertamente criticado como uma doutrina elitista e obsoleta. Nesse debate, por um lado, intelectuais favoráveis à manutenção do humanismo clássico como princípio curricular para a educação brasileira em todos os níveis ressentiam ao constatar o sucesso da orientação tecnicista, como se pode perceber na seguinte afirmação de Alceu Amoroso de Lima (1940, p. 7):

[...] veríamos, no período republicano, que sucedeu aos períodos colonial e imperial, um nítido abandono do sentido humanista da formação do homem brasileiro, por uma gradativa substituição pelo sentido profissional de sua formação. O sentido do utilitarismo benthamiano e spenceriano foi ganhando

---

<sup>1</sup> Esse parecer do então Conselho Federal de Educação estava amparado no Decreto 39.663/56 e determinava o seguinte: “Art. 1º - O currículo mínimo dos cursos que habilitam à licenciatura em Letras compreende 8 (oito) matérias escolhidas na forma abaixo indicada, além das matérias pedagógicas fixadas em Resolução especial: 1. Língua Portuguesa 2. Literatura Portuguesa 3. Literatura Brasileira 4. Língua Latina 5. Linguística 6.8. Três matérias escolhidas dentre as seguintes: a) Cultura Brasileira b) Teoria da Literatura c) Uma língua estrangeira moderna d) Literatura correspondente à língua estrangeira escolhida na forma da letra anterior e) Literatura Latina f) Filologia Românica g) Língua Grega h) Literatura Grega”.

pouco a pouco as camadas dirigentes e modificando a orientação humanista de formação do brasileiro.

Por outro lado, intelectuais ligados ao governo, como Fernando de Azevedo, procuravam sustentar a imposição oficial do tecnicismo trazendo à discussão “a necessidade de se formatar um novo humanismo”, como observou Santos Sobrinho (2013, p. 148). Num discurso proferido em 1950, Azevedo menciona o embate entre o humanismo clássico e o neo-humanismo, por ele defendido:

O humanismo clássico e o neo-humanismo, a preeminência das ciências sobre as letras, nas sociedades atuais, a reorganização do ensino secundário, cuja estrutura tradicional já aluiu, arrebataada pela torrente renovadora, o problema das relações entre o Estado e a educação, constituem, de fato, neste setor, outras tantas zonas de cultura, onde se espalharam as minas da reação, que boiam, ao sabor das correntes, e, com seu alto poder explosivo, ameaçam ou põem a pique os patrulheiros que se lançam ao mar largo da livre discussão das ideias e dos problemas que levanta uma sociedade em transformação. (AZEVEDO, 1967, p. 120).

Como é possível notar, Azevedo apenas lamenta que haja “reação” contra o neo-humanismo, a despeito dos “patrulheiros” classicistas que o criticam. Naquele momento, o Governo preparava o terreno para as mudanças que estavam por vir, já que a LDB de 1961 seria “[...] a edição oficial de uma visão especialista e supostamente transformadora do currículo [do ensino básico] que já se desenhava décadas atrás.” (SANTOS SOBRINHO, 2013, p. 151).

Ao passo que a obrigatoriedade do ensino de latim no ensino básico desapareceu no Brasil com a LDB de 1961 e posteriores pareceres do Conselho Federal de Educação, os estudos linguísticos e literários – base dos conteúdos curriculares dos cursos de Letras – também perderam, aos poucos, a ligação com os estudos clássicos, em parte por um movimento de rejeição generalizada às doutrinas escolares tradicionais, em parte pelo sucesso dos estudos sincrônicos sobre a linguagem (SILVA; CYRANKA, 2009). Curiosamente, as disciplinas de Linguística tornaram-se obrigatórias nos currículos de Letras pela mesma resolução do CFE que, em 1962, tornou o latim obrigatório – o já mencionado Parecer n. 283.

Para iluminar essa questão, é interessante observar que a moderna ciência da linguagem teve, ao menos, dois fatos cruciais em sua gênese: a concepção sincrônica de língua instaurada por Saussure com o sucesso do *Cours de Linguistique Générale*, publicado em 1916, que, segundo uma interpretação dominante, isentou o linguista de recorrer à diacronia

para compreender as línguas naturais; e o sucesso do gerativismo de Chomsky a partir da publicação de *Syntactic Structures*, em 1957, que elevou a faculdade da linguagem e sua matriz gerativa acima das línguas naturais, e licenciou, em última instância, os linguistas a compreenderem qualquer problema relativo à linguagem sem recorrerem à diacronia nem a métodos histórico-comparativos. Estes dois fatos, de alguma forma, enfraqueceram e depuseram as crenças que garantiam a manutenção do latim.

Ao que parece – é preciso que se diga – houve, por muito tempo, uma crença cega de que, àquele que pretende ser um estudioso da língua portuguesa, é imprescindível conhecer a língua latina porque, *de alguma maneira*, isto ajudaria a compreender o português e sua formação histórica. Isto é, o argumento da diacronia sempre esteve ali, sempre foi mal formulado (como se fosse óbvio) e, até certo momento, nunca foi contestado.<sup>2</sup> Tão logo surgiram investidas científicas que o abalaram, instaurou-se uma crise na manutenção institucional do latim como disciplina curricular. Entretanto, a diacronia nunca foi cabalmente contestada. Ao contrário do que reiteradas interpretações acabaram difundindo, nem Saussure nem Chomsky negaram a historicidade das línguas naturais. Chomsky focalizou o que há de cognitivo na linguagem, mas se calou sobre as forças que agem sobre o *input* linguístico, sejam elas históricas ou não. Saussure mostrou que o sistema linguístico estabelece o seu funcionamento sincronicamente, isto é, realiza seus cortes e define suas unidades mínimas (os signos) a um só tempo, sendo que, um momento após outro, tais cortes podem se deslocar, e novos cortes podem surgir, advindo, assim, novas unidades mínimas, e o sistema se reorganiza *ad infinitum*. Ele, contudo, não negou que regularidades operam no plano diacrônico; apenas afirmou que, “*na língua*, força alguma garante a manutenção da regularidade

---

<sup>2</sup> Até a década de 1960, a noção de que estudar o passado da língua era necessário nesse tipo de formação estava plenamente presente nos currículos dos cursos de Letras no Brasil, mas esse pressuposto não requeria um argumento mais elaborado, pois estava apoiado no peso da tradição filológica, que até então controlou esse meio. Como observa Clare (2002, p. 1, grifo meu), “No século XIX, o ensino de língua materna relacionava-se a uma tradição de teoria e análise com raízes na filosofia grega [...]. Só no início do século XX, com as novas teorias linguísticas, começam a se ouvir os ecos de uma mudança, mas, ainda assim, o ensino de Língua Portuguesa se mantinha voltado à tradição gramatical, buscando-se a homogeneidade padronizada e desprezando-se a heterogeneidade dialetal. Apesar de as obras de Said Ali, João Ribeiro e Sousa da Silveira apresentarem manifestações da linguística sincrônica, desde o início do século até os anos 50, notava-se a deficiência de um estudo descritivo, *uma vez que a história da língua merecia tratamento especial.*”

quando ela reina em algum ponto” (SAUSSURE, 1977 [1917], p. 108-109), ao passo que, por vezes, chegou ao extremo de afirmar que “não está ao alcance do indivíduo trocar coisa alguma num signo, uma vez esteja ele estabelecido num grupo linguístico” (ibid., p. 83). Esse “caráter de fixidez” que Saussure admite existir nas línguas naturais teria uma razão diacrônica:

Não basta, todavia, dizer que a língua é um produto de forças sociais para que se veja claramente que não é livre; a par de lembrar que constitui sempre herança de uma época precedente, deve-se acrescentar que essas forças sociais atuam em função do tempo. Se a língua tem um caráter de fixidez, não é somente porque está ligada ao peso da coletividade, mas também porque está situada no tempo. Ambos os fatos são inseparáveis. A todo instante, a solidariedade com o passado põe em xeque a liberdade de escolher. Dizemos *homem* e *cachorro* porque antes de nós se disse *homem* e *cachorro*. Isso não impede que exista no fenômeno total um vínculo entre esses dois fatores antinômicos: a convenção arbitrária, em virtude da qual a escolha se faz livre, e o tempo, graças ao qual a escolha se acha fixada. Justamente porque o signo é arbitrário, não conhece outra lei senão a da tradição, e é por basear-se na tradição que pode ser arbitrário. (SAUSSURE, 1977 [1917], p. 88, grifo do autor).

Saussure sugeriu, portanto, que a diacronia age como uma força mantenedora, ou conservadora, que garante a “continuidade” da língua e impede que o sistema entre em colapso:

Em última análise, os dois fatos [a mutabilidade e a imutabilidade do signo] são solidários: o signo está em condições de alterar-se porque se continua. O que domina, em toda alteração, é a persistência da matéria velha; a infidelidade ao passado é apenas relativa. Eis porque o princípio de alteração se baseia no princípio de continuidade. (SAUSSURE, 1977 [1917], p. 89).

Portanto, na terminologia saussureana, se o “princípio da alteração” impulsiona a língua à mudança, o “princípio da continuidade” provoca permanências na língua, atestando seu caráter histórico.

## DA LINGUÍSTICA DIACRÔNICA PARA LINGUÍSTICA HISTÓRICA

As insinuações de Saussure em relação à dinâmica das transformações no plano diacrônico receberam uma formulação teórica bem acabada ao final da década de 60, quando Labov, junto de Weinreich e Herzog, publicou os *Fundamentos Empíricos para uma Teoria da Mudança Linguística*. A abordagem variacionista, fundada por este trabalho, deu uma nova orientação para os estudos históricos sobre a linguagem, apresentando uma alternativa à abordagem histórico-

comparatista em voga desde os séculos XVIII e XIX, que se mostrava cada vez mais incompatível com o estado da arte dos estudos linguísticos. Não é à toa que tal trabalho foi preparado para ser apresentado num simpósio intitulado “Direções para a Linguística Histórica”, organizado na Universidade do Texas em abril de 1966.

É importante lembrar que, pouco tempo depois que o *Curso de Linguística Geral* veio à baila, Meillet, em 1921, em resposta a Saussure (de quem fora aluno), havia publicado *Linguística Histórica e Linguística Geral*, obra em que tentou reconciliar sincronia e diacronia, colocando o fator social da linguagem como elo de ligação e reforçando noções como a de gramaticalização, que ele mesmo já havia formulado uma década antes, em *A Evolução das Formas Gramaticais*, de 1912. Coelho et al. (2010, p. 15) propõem uma síntese das diferenças entre Meillet e Saussure oportuna para o problema que busco contextualizar aqui:

Comparando brevemente as ideias de Meillet e de Saussure, podemos dizer que (i) Saussure opõe linguística interna (aquela que se ocupa estritamente da língua) e linguística externa (aquela que se ocupa das relações entre a língua e fatores extralinguísticos), e Meillet as associa; (ii) Saussure distingue abordagem sincrônica (estrutural) de abordagem diacrônica (histórica), e Meillet as une. Em suma, enquanto Saussure elabora um modelo abstrato da langue (sistema de signos), Meillet busca explicar a estrutura linguística por meio de fatores históricos e sociais. Essas ideias de Meillet, como vamos ver adiante, serão retomadas por Labov décadas depois.

Até a década 60 (época em que o gerativismo estava em plena ascensão), a Linguística norte-americana não havia considerado o tipo de abordagem proposto por Meillet, o que veio a mudar com as proposições de Labov. Influenciados por Meillet, cujos trabalhos salientavam a natureza histórica e social da linguagem, Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968], p. 274) mostraram que, no plano sincrônico, as línguas estão sempre em variação, numa “[...] heterogeneidade ordenada, que é a característica fundamental da linguagem.” Eventualmente, as variações podem resultar em mudanças na língua, as quais só aparecem no plano diacrônico, sendo que o fator decisivo para motivá-las não é outro senão o fator social.

Disso, surgem implicações mútuas tanto para os estudos sincrônicos como para os estudos diacrônicos. Observando a ação de fatores sociais sobre a língua, passa a ser possível compreender variações no presente e mudanças no curso do tempo de forma interligada. Como observaram Coelho *et al.* (2010, p. 22),

[...] ao eger como objeto de estudo a estrutura e a evolução linguística, Labov rompe com a relação estabelecida por Saussure entre estrutura e sincronia de um lado e história evolutiva e diacronia de outro, aproximando igualmente a sincronia e a diacronia às noções de estrutura e funcionamento da língua.

Castro (1991, p. 14) partilha do mesmo posicionamento e acrescenta:

A entrada dos conceitos e métodos da sociolinguística para o campo habitualmente ocupado pela linguística histórica tem vantagens mútuas: a sociolinguística procura, e encontra, nos estados passados de uma língua os dados que podem validar ou invalidar as hipóteses que formulou para explicar uma mudança atualmente em curso; e a linguística histórica tem a possibilidade, que até aqui lhe escapava, de ver processarem-se perante os seus olhos mudanças análogas àquelas que se deram no passado, e que apenas podia conjecturar.

Uma das maiores provas do quão frutífero pode ser esse casamento entre linguística histórica e sociolinguística, que rende dados e ferramentas potenciais para ambas as partes, são os estudos de gramaticalização. Tal campo, também influenciado por Meillet, vem ampliando, pelo menos desde a década de 70, a compreensão dos processos de mudança linguística sob uma perspectiva pancrônica. Atualmente, estudos sociolinguisticamente orientados vêm comparando os modos pelos quais elementos em aparente processo de gramaticalização são usados por falantes em situações reais nas quais seu comportamento é moldado (NEVALAINEN; PALANDER-COLLIN, 2011, p. 119). Se esta interseção dos dois campos procede, o estudo do latim ganha, então, um novo significado para quem pretende compreender o português brasileiro (PB).

## LÍNGUA E LATIM

Antes de prosseguir com a apresentação e o detalhamento da minha proposta de pesquisa, julgo necessário prestar esclarecimentos mais específicos sobre a concepção de *língua* à qual me filio e sobre ao que me refiro quando menciono *o latim* ou *a língua latina*. Para indicar a concepção de língua que corroboro, endossarei aqui algumas formulações teóricas de Ataliba de Castilho, linguista que coordenou o Projeto de Gramática do Português Falado no Brasil (PGPF), de 1988 a 2002, e atualmente coordena o Projeto de História do Português Brasileiro de São Paulo (“Projeto Caipira”), parte integrante do Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB). Para tratar do que seria a ambivalência ontológica do latim, vou me apoiar principalmente em Clackson e Horrocks (2007).

## Concepção de língua

Em um recente ensaio, a partir de descobertas e *insights* provenientes dos referidos projetos, Castilho (2007) fez uma revista crítica de algumas das principais premissas dos estudos de gramaticalização, a fim de propor uma concepção e uma abordagem de língua que sejam compatíveis com os desafios da linguística histórica atual – aquela que foi revolucionada pela sociolinguística variacionista e, mais recentemente, pelos estudos de gramaticalização, e que foi de certo modo sintetizada por Lightfoot (2006, p. 11) na seguinte declaração:

[...] a modern historical linguist needs to be a generalist and to understand many different subfields – grammatical theory, variation, acquisition, the use of grammars and discourse analysis, parsing and speech comprehension, textual analysis, and the external history of languages.

Ciente dessa necessidade, Castilho (2007, p. 330-331) problematiza três premissas que, em seu entendimento, sintetizam os estudos de gramaticalização desenvolvidos até a última década. Tais premissas são as seguintes: (1) as línguas naturais são conjuntos de signos lineares e suas modificações ocorrem unidirecionalmente; (2) os produtos linguísticos avançam do léxico para a gramática, de tal sorte que categorias lexicais dão origem a categorias gramaticais; (3) a fonética, a sintaxe, a semântica e o discurso são domínios linguísticos conectados por derivações. Para ele, essas premissas são apenas parcialmente válidas, pois “[...] postulam a língua como uma *combinação estática e linear de itens separáveis*. Essa percepção se fundamenta, sem dúvida, no entendimento da língua como um produto, deslocando para um segundo plano o entendimento da língua como um processo.” (CASTILHO, 2007, p. 333, grifo meu). Nesse sentido, se a gramaticalização é comumente admitida como o estudo de um processo de criação linguística, é necessário tratar as línguas naturais como um fenômeno dinâmico; como um processo de fato.

Sistemas não lineares como a língua são dinâmicos, exibem um comportamento irregular, imprevisível. Por essa razão, não é possível compreender plenamente tal tipo de fenômeno por meio dos métodos analíticos tradicionais que vêm servindo a linguística e outras ciências humanas até hoje. Esse entendimento vai ao encontro das afirmações de Cilliers (1998, p. 2-5), segundo o qual, “[...] ao ‘fatiar’ um sistema, o método analítico destrói aquilo que ele busca entender. [...] Objetos tão



complexos como o cérebro e a língua do dia-a-dia não abrem espaços para as descrições exclusivamente analíticas.” O significado, defende Castilho (2007, p. 336), é determinado por relações dinâmicas entre os componentes do sistema, “[...] e com isso retomam sua força as afirmações de Saussure sobre a *langue* como um sistema *où tou se tient*, e ainda aquela segundo a qual na *langue il n’y a que des différences*.”

Ao assumir a língua como um conjunto complexo e dinâmico de subsistemas (léxico, semântica, discurso e gramática), Castilho (2007) revitaliza as reflexões de alguns linguistas que, durante do século XX, renunciaram esse entendimento. Sacks, Schegloff e Jefferson (1974, p. 722), por exemplo, teriam lançado as bases de uma sintaxe interacional ao afirmarem que:

[...] it seems productive to assume that, given conversation as a major, if not *the* major, locus of a language’s use, other aspects of language structure will be designed for conversation and use and, *pari passu*, for turn-taking contingencies. The interaction of syntactic and turn-taking structures, however, awaits serious investigation.<sup>3</sup>

Em um congresso realizado no Brasil pouco tempo depois, Frank (1981, p. 14, grifo meu) questionava:

Que tipo de objetos devem ser considerados como orações para que nossa definição seja compatível com as presunções da Análise da Conversação. [...] Em vez de analisar as orações como *produtos terminados* da atividade da fala, de uma perspectiva post-factum, parece mais aceitável, à luz de nossas observações, tratá-las como processos que se desenvolvem no tempo.

Castilho (2007, p. 339) ressalta que, nesse mesmo ano em que Dorothea Frank lia seu texto, Rossana Sornicola (1981) publicava na Itália a primeira análise extensa da língua falada, em que reconhecia que a “sintaxe ligada” de que falara Bally<sup>4</sup> não é documentável na língua falada, cujos constituintes são mais bem analisados como blocos informativos autônomos, sintaticamente independentes e mantidos em conjuntos por um princípio coesivo de natureza semântica. Mais tarde,

---

<sup>3</sup> Tsuyoshi Ono e Sandra Thompson (1994) vieram a pôr em prática esse programa de investigação, o qual ainda está em andamento.

<sup>4</sup> O linguista suíço Charles Bally, contemporâneo e discípulo de Saussure, foi um dos primeiros a chamar atenção para a estilística no discurso, destacando estruturas de tópico-comentário, por exemplo. Uma sentença canônica do tipo “Eu não sou capaz de resolver este problema” seria um exemplo do que ele chamou de “sintaxe ligada”, em contraposição a “sentenças segmentadas” como “Este problema, eu não sou capaz de resolver”; ou ainda “Eu, eu não sou capaz de resolver este problema” etc.

em um ensaio intitulado *Quattro dimensioni nello studio del parlato*, Sornicola (1994, p. 120) afirma:

Le oscillazioni e fluttuazioni, talora impercettibile all'orecchio umano, talora di grande entità, che caratterizzano il parlato spontaneo, possono essere meglio comprese all'interno di un quadro concettuale incentrato sulla complessità e sul non determinismo.

Todas essas reflexões precursoras levantam questões condizentes com a proposta de Castilho (2007), como por exemplo “interação de estruturas sintáticas com estruturas de tomada de turno”, “análise de processos em lugar de análise de produtos”, “não determinismo”, “língua como atividade” etc. A noção de língua como atividade, a propósito, remonta às origens da linguística moderna, como se pode notar nesta afirmação de Humboldt (2006 [1836], p. 99, grifo meu):

Considerada do ponto de vista de sua verdadeira essência, a linguagem é algo que se encontra constante e ininterruptamente em transição. Até mesmo sua conservação pela escrita nunca é mais do que mera preservação incompleta, mumificada, que por sua vez sempre exige que busquemos evocar aos sentidos a elocução oral ao escrever. *A língua em si não é uma obra acabada* (Ergon), *mas sim uma atividade* (Energiea).

Por concordar com as concepções subjacentes às declarações recém apresentadas, assumo que a língua seja uma atividade (e não um produto acabado); assumo que a língua seja um sistema dinâmico que integra os subsistemas do léxico, da semântica, do discurso e da gramática, sem que haja nenhuma relação de determinação de um sobre o outro. Adiante, na seção 2.2.1, no Quadro 3, ofereço uma ilustração de como esses subsistemas se articulam, a partir do exemplo da forma latina *ante*. Isto posto, passo a conectar esta concepção ao problema que intitulo “ambivalência ontológica do latim”.

### **Ambivalência ontológica do latim**

A oposição entre língua como produto e língua como atividade é muito apropriada para abordar a ambivalência daquela entidade chamada *latim* ou *língua latina*. Em primeiro lugar, acredito ser necessário reconhecer que existe um problema espinhoso nessa terminologia: usa-se o termo “latim” tanto para se referir ao latim arcaico do séc. VII a.C.; ao *latim padrão* moldado pelos textos de Cícero, César, Virgílio, Sêneca e de toda a aristocracia letrada do período clássico romano; às centenas de variedades de *latim vernáculo*

faladas antes, durante e depois do período clássico, e que diferiam diastrática e diatopicamente; ao *latim medieval* usado como língua da igreja e língua franca da política e da ciência durante a Idade Média; e eventualmente aos *romances* (línguas românicas) que evoluíram das muitas variedades de latim vernáculo, constituindo a passagem para as línguas românicas modernas. Portanto, alegar que determinada forma deriva do “latim” é tão vago quanto dizer que ela deriva do protoindo-europeu ou de uma protolíngua ancestral.

Nesse sentido, para abordar esse problema, é importante prestar alguns esclarecimentos sobre a tradicional distinção entre latim padrão e latim vernáculo. *Grosso modo*, é possível admitir que o latim vernáculo seja a língua natural surgida na região do Lácio entre os séculos XI e IX a.C., que se difundiu junto com a civilização romana e se transformou ao longo de seu processo histórico, e que posteriormente, em diferentes momentos na Idade Média, derivou as línguas românicas modernas. O latim padrão é a língua literária que surgiu a partir do socioleto da elite letrada de Roma no dito período clássico de sua história: o período em que essa variante foi estandardizada no mundo românico (do séc. II a.C. ao séc. III d.C.). Essa língua artificializada a partir de uma variedade falada, cujo maior modelo talvez sejam os textos de Cícero, foi cristalizada ao longo do tempo como monumento linguístico, como *um produto acabado*. Após o fim do Império, transformou-se gradualmente numa segunda língua que já não tinha propriamente falantes nativos, uma língua “ensinada” (e não “adquirida”), usada para todo tipo de produção intelectual da igreja, convertendo-se posteriormente em língua franca da política e da ciência. Embora o uso desse monumento linguístico seja periodizado na história<sup>5</sup>, do medievo em diante todos que usaram o latim padrão procuraram reproduzir aquele *produto* do período clássico.

Não se pode afirmar que o latim padrão (tardio ou medieval) não tenha influenciado variedades de latim vernáculo pela Europa no processo de constituição dos romances; pelo contrário, seguiu sendo uma língua de prestígio, eventualmente freando ou bloqueando inovações ou mudanças naturais em dialetos menos prestigiados<sup>6</sup>, ou até

---

<sup>5</sup> O latim padrão geralmente é periodizado da seguinte maneira: latim clássico (75 a.C. – 200), latim tardio (200 – 900), latim medieval (900 – 1300), latim renascentista (1300 – 1500), neolatim (1500 – presente) e latim contemporâneo (1900 – presente).

<sup>6</sup> Sobre essa resistência à mudança desempenhada pela variedade estandardizada, Clackson e Horrocks (2007, p. 79) afirmam: “Codification of a language, in the form of written grammars and lexica, coupled with the establishment of a canon illustrating the ‘best’ usage, typically leads to a growing resistance to change; if best practice is thought

motivando invenções na língua (por ex., as chamadas derivações eruditas). No entanto, é inegável que os romances, como línguas naturais que são, tenham surgido a partir de suas respectivas variedades de latim vernáculo, isto é, surgiram a partir do latim-língua-viva, falado no discurso ordinário, adquirido pelas gerações nativas e transformado pelos falantes nas suas atividades dialógicas. Esse latim sempre esteve sujeito às transformações que acometem todas as línguas naturais, tal como pontuam Clackson e Horrocks (2007, p. 78):

Living, spoken languages are networks of *continua*, lacking clearly demarcated boundaries between their different varieties, whether geographical or social. Synchronic heterogeneity and diachronic change are, and have always been, the norm for most varieties of most languages for most of human history, though this basic fact has to a great extent been obscured in a world where the existence of, and need for, standard written languages is increasingly taken for granted.

O latim vernáculo desenvolveu-se normalmente como *língua-atividade*, como uma “rede de *continua*”, ao passo que o latim padrão cristalizou-se como uma *língua-produto*, estática, porque assim foi tratada pelos seus usuários, que procuraram espelhar minuciosamente a dita gramática clássica. Por essa razão – dando um passo além na argumentação que procuro desenvolver aqui – se quisermos compreender a formação do português brasileiro, ou de qualquer outra língua românica, dentro de um amplo panorama histórico, temos que buscar processos análogos, recorrentes ou permanentes, antes de tudo, no latim vernáculo, e não no latim padrão. Assim, doravante neste trabalho, “latim” será sinônimo de latim vernáculo, o que não significa dizer que seja uniforme; ao assumir essa premissa, reconheço que suas variedades foram muitas e diversas tanto na heterogeneidade sincrônica quanto na diacronia.

Esse reconhecimento implica o compromisso de situar cada processo na extensão da sua história e da sua multiplicidade dialetal, o que, porém, não nos impede de nos referir “à língua latina”. A propósito, é conveniente mencionar que o latim nasce em um contexto de variação dialetal. Entre os séculos VI e III a.C., a língua do Lácio disputava espaço na península itálica com outras línguas indo-europeias, tais como o grego (mais especificamente a koiné centro-italiana) e as línguas

---

to be contained in and defined by such books, then any change must, by definition, be change for the worse, a view routinely endorsed by educational establishments with a vested interest in managing perceptions of language so as to highlight their own role as guardians and purveyors of ‘true’ knowledge.”

sabélicas (o piceno meridional, o umbro e o osco). Embora haja quem considere as línguas sabélicas línguas efetivamente diferentes do latim,<sup>7</sup> a proposta feita pela escola filológica alemã ainda no séc. XIX é amplamente aceita: naquele momento, o latim e as línguas sabélicas seriam variedades diatópicas de uma mesma língua: o itálico. O principal argumento a favor dessa hipótese é o número expressivo de mudanças linguísticas em comum que teriam afetado exclusivamente o latim e as línguas sabélicas no período em que eram uma mesma língua (HEIDERMANN, 2002, p. 186-9). Essas mudanças, em comparação com outras línguas indo-europeias, ocorreram apenas nesse ramo latino-sabélico, o que nos leva a inferir que, em algum momento antes dos primórdios da história romana, essas línguas eram variedades de uma mesma língua itálica ancestral.

Conforme Clackson e Horrocks (2007) nos mostram – com uma abundância de exemplos retirados principalmente do *Corpus Inscriptionum Latinarum*, mas também com outros recentes achados filológicos – tal situação linguística se altera à medida que Roma expande seu domínio civilizatório, e a variedade itálica do Lácio se impõe sobre as demais à força do prestígio:

[The success of a standard] have the effect of encouraging communities to abandon their linguistic inheritance, as speakers and their families come to appreciate the advantages associated with the acquisition and use of the norm, a process which, over time, then contributes directly to the development of a sense of political unity and shared identity at the expense of more traditional, local sentiment. (CLACKSON; HORROCKS, 2007, p. 79).

As demais variedades, porém, não se apagam necessariamente; em muitos casos, elas apenas passam a se desenvolver à sombra do dialeto romano estandardizado, deixando suas marcas posteriormente nos romances.

A situação do latim arcaico e das línguas sabélicas é apenas o caso inaugural de variação (aqui, especificamente diatópica) na história do latim, entre outros inúmeros casos que passam a ocorrer à medida que a sociedade romana cresce em tamanho e complexidade e à medida que aumentam também os contatos linguísticos. Entretanto, mesmo sendo algo vário, mesmo apesar dessa evidente rede de continuidades e descontinuidades dialetais, acredito ser lícito falar sobre “o latim”, assim como acredito ser lícito falar sobre “o inglês”, “o espanhol” ou “o português”, a despeito das muitas variedades dessas línguas.

---

<sup>7</sup> Por exemplo, Giacomo Devoto (1944), em *Storia della lingua di Roma*.

## PROPOSTA DE PESQUISA

Com a nova agenda da linguística histórica, a antiga questão sobre as origens do português brasileiro ganhou novos direcionamentos. Esta reorientação teórica e metodológica propiciou a descoberta de aspectos arcaizantes no português brasileiro, além de variações em curso análogas às que ocorreram em diferentes momentos da evolução das línguas latinas, particularmente da língua portuguesa e das suas irmãs ibéricas. Diante disso, entendo ser possível propor um novo argumento a favor da diacronia no estudo específico do português brasileiro, o que, por sua vez, abre um novo espaço e concede uma nova justificativa para o estudo do latim nesse contexto.

Minha proposta se concentra nos seguintes pontos:

1. O estudo do latim orientado pela linguística histórica, como parte da formação do estudante que visa uma habilitação profissional em língua portuguesa no Brasil, se faz necessário porque, sem isso, não há como compreender um conjunto de aspectos que distinguem o PB de outras línguas, sobretudo do português europeu.
2. Tal estudo deve ser orientado pela linguística histórica porque – uma vez que a aprendizagem requer que o aprendiz se identifique com o seu objeto de estudo – hoje, para alguém que busca a habilitação mencionada, estudar latim não lhe fará sentido se ele não compreender que essa língua, da qual ele é falante e que portanto é parte da sua identidade, tem aspectos distintivos oriundos de fatos históricos específicos.
3. Parte desses aspectos distintivos consistem em processos permanentes ou recorrentes que remontam ao português arcaico e a diferentes estágios e variedades da língua latina.

Em outras palavras, minha hipótese é a de que o estudo do latim orientado para a compreensão da identidade gramatical do PB é uma alternativa efetiva para que o latim continue a ser significativo no contexto da formação superior em língua portuguesa no Brasil.

## OBJETIVOS

Para verificar essa hipótese, perseguirei os seguintes objetivos – nesta ordem, segundo esta hierarquia:

- ❖ Encontrar argumentos que justifiquem o estudo do latim voltado especificamente para falantes de PB que buscam habilitação profissional nesta língua.
  - Definir o que é um profissional em formação que fala português brasileiro (PB) e pretende se dedicar a problemas desta língua.
  - Esclarecer por que a aprendizagem requer que o aprendiz se identifique com o seu objeto de estudo.
  - Explicar por que uma língua falada por determinado sujeito constitui parte da sua identidade e esclarecer qual a implicação disso para que os sujeitos em questão percebam a importância do estudo de latim e tirem proveito de tal estudo na sua formação.
- ❖ Estabelecer como o estudo do latim se conecta à identidade de falantes do PB.
  - Problematizar a constituição da identidade gramatical do PB.
    - Definir um conceito de identidade gramatical baseado nos aspectos distintivos de uma língua.
  - Investigar aspectos distintivos do PB que sejam processos permanentes ou recorrentes relacionados ao português arcaico e a diferentes estágios da língua latina.
- ❖ Encontrar alternativas para orientar o ensino de latim mediante fatos linguísticos que apontam para as permanências e reincidências distintivas do PB e outros fatos análogos tratados pela linguística histórica.
  - Definir um conceito de língua para o ensino de latim no contexto em questão.
    - Problematizar o ensino de língua que se limite apenas a gramática e léxico.
    - Auferir as implicações de se considerar os gêneros discursivos no ensino de latim conforme a proposta deste trabalho.
  - Estabelecer percursos didáticos que partam de permanências e reincidências latinas do PB (aspectos distintivos) em direção ao latim.

## METODOLOGIA

Perseguirei tais objetivos por meio do método hipotético-dedutivo: se as teses que constituem a proposta desta pesquisa

(anunciadas acima, antes dos objetivos) forem razoáveis – isto é, se, uma vez consideradas, forem plausíveis – então deduzirei as contribuições e implicações cabíveis. Para considerá-las, utilizarei basicamente quatro procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica, pesquisa filológica, pesquisa documental e pesquisa de corpus.

A fim de explicar como o estudo do latim se conecta à identidade de falantes do PB, recorrerei, em primeiro lugar, à bibliografia disponível sobre o tema “língua e identidade”. Minha expectativa é a de que essa investigação ofereça compreensões seguras sobre:

- quais são os pontos de contato entre a identidade pessoal do falante de PB e o PB (isto é, como a língua se conecta à identidade do indivíduo); e
- o que constitui a identidade de uma língua enquanto entidade.

Após esclarecer de que maneira se pode sustentar que (a) a língua faz parte da identidade de um indivíduo e que (b) a identidade de uma língua pode ser definida em termos estritamente linguísticos, então buscarei levantar aspectos distintivos do PB relacionados diretamente ao latim.

Essa busca pelos aspectos distintivos que remontam ao latim constituirá um segundo momento da pesquisa. Para realizá-la, recorrerei tanto à pesquisa bibliográfica quanto à pesquisa filológica, documental e de corpus. A pesquisa bibliográfica nesse momento consistirá em esgotar o tema “permanências e reincidências do PB”. Os demais procedimentos – que recorrerão a dados do português contemporâneo, a textos antigos escritos em português arcaico, em romance (principalmente romance ibérico), em latim vernáculo e em latim padrão – buscará descobrir novos processos permanentes ou reincidentes ainda não apontados por outros pesquisadores e esclarecer aspectos daqueles já apontados. Minha expectativa nesse segundo momento da pesquisa é encontrar evidências de que, entre os seus aspectos distintivos, o PB possui fatos permanentes e reincidentes. Se isso ocorrer, então duas das minhas proposições centrais terão sido validadas: num primeiro momento, terei validado a hipótese de que o PB faz parte da identidade do sujeito visado por esta pesquisa; e então, nesse segundo momento, terei validado a hipótese de que a identidade do PB possui aspectos distintivos que foram mantidos do passado da língua.



Assumindo que (a) uma aprendizagem bem sucedida requer que o estudante se identifique com o seu objeto de estudo (se enxergue nele e se envolva com ele), que (b) o PB faz parte da identidade do estudante aqui visado, e que (c) a identidade do PB está ligada a aspectos diacrônicos (permanências e reincidências),<sup>8</sup> preciso verificar se essa equação de fato resultará numa proposta promissora de aprendizagem no contexto de uma formação em língua portuguesa no Brasil.

Para tanto, buscarei alternativas para orientar o ensino de latim mediante fatos linguísticos que apontam para as permanências e reincidências distintivas do PB e outros fatos análogos tratados pela linguística histórica. Esse será, assim, o terceiro momento desta pesquisa. Nele trabalharei com quatro hipóteses básicas: (a) na proposta que defendo, o objeto de ensino deixa de ser a língua latina e passa a ser os aspectos permanentes ou recorrentes que dão identidade ao PB e, inerentemente, remontam à língua latina; (b) o ensino de língua nessa proposta deve transcender a descrição de gramática e léxico, e abarcar gêneros historicamente situados; (c) é mais promissor que a abordagem parta das permanências e reincidências em direção ao latim do que o contrário; (d) a seleção dos conteúdos não pode estar condicionada estritamente às permanências e reincidências, mas sim ser orientada por elas. Para verificar essas hipóteses, vou considerar os cenários possíveis, buscando caminhos que conduzam o estudante do PB ao latim.

---

<sup>8</sup> Essas assunções serão devidamente contextualizadas e justificadas ao longo do primeiro e do segundo capítulo.

## 1 LATIM PARA QUEM?

Como procurei indicar na introdução ao problema de pesquisa que esta tese pretende solucionar, não tenho intenção de defender o estudo do latim por motivos de erudição, ou para perpetuar uma tradição clássica, ou porque o latim seria “a mãe” das línguas latinas, ou por qualquer outro motivo de baixo apelo no contexto atual.<sup>9</sup> Minha intenção é apresentar razões efetivamente epistemológicas pelas quais os estudos diacrônicos são necessários na formação de um profissional habilitado em língua portuguesa no Brasil, e nessa proposta o latim emerge como elemento imprescindível.

A necessidade da diacronia na formação desse profissional está ligada ao fato de que aspectos linguísticos arcaizantes ou reincidentes parecem constituir parte fundamental da identidade do português brasileiro, isto é, são aspectos distintivos dessa língua. Essa é uma premissa desta tese. No entanto, por uma questão de hierarquia de argumentos, tal premissa será sustentada e desenvolvida no capítulo 2.

Paralelo a isso, parece-me razoável admitir que *a língua é parte crucial da identidade de uma pessoa*, e – para uma pessoa que fala PB e visa se dedicar profissionalmente a ele – *estudar aquilo que constitui a nossa própria identidade (estou falando do PB) é mais interessante do que estudar algo alheio* (como para muitos parece ser o latim padrão *per se*). Essa hipótese será testada neste primeiro capítulo.

Caso eu confirme a procedência dessa hipótese, poderei afirmar que — se compreender o PB é o grande requisito para a habilitação desse profissional, se o PB faz parte da sua identidade (o que é determinante para que ele se sinta motivado a estudar) e se aspectos permanentes ou reincidentes (que o levam ao latim) distinguem o PB — há razões enfáticas para que o latim esteja presente no âmbito diacrônico do seu currículo formativo. Portanto, este capítulo almeja testar essa hipótese, a fim de explicitar *para quem* e em que contexto os estudos diacrônicos – e o estudo do latim – são necessários.

---

<sup>9</sup> Adiante, na seção 1.2, discutirei os argumentos (1) do latim como herança cultural da civilização ocidental, língua-mãe do português e requisito para erudição e (2) do latim como língua estrangeira útil numa formação linguística — razões historicamente defendidas para sustentar o latim nos currículos de formações superiores em língua portuguesa. Desde já, porém, deixo claro que esta proposta visa especificamente o latim na formação superior em língua portuguesa no Brasil, sem a pretensão de substituir ou excluir o estudo do latim autônomo, como hoje é feito em nível universitário (graduação e pós-graduação), com ênfase na habilidade de leitura e compreensão para posterior aplicação na tradução, seja filológica, literária, informativa etc.

## 1.1 O LINGUISTA EM FORMAÇÃO QUE FALA PB E PRETENDE SE DEDICAR A PROBLEMAS DESTA LÍNGUA

A proposta de ensino da língua latina que busco desenvolver neste trabalho destina-se a um público específico: falantes de PB que visam uma habilitação superior em língua portuguesa. Essa população não é pequena: no Brasil, todo ano, cerca de 250 mil estudantes ingressam nessa carreira, segundo dados atualizados do e-MEC,<sup>10</sup> o sistema eletrônico do Ministério da Educação que organiza o acompanhamento dos processos regulatórios da educação superior brasileira (BRASIL, 2014). Interesse-me particularmente por esse público porque, ainda hoje, ele constitui a imensa maioria de estudantes que, no Brasil, são instados a estudar latim.

Parte desses estudantes, pela maneira como entra em contato com a língua latina dentro da sua formação em língua portuguesa, não extrai dessa disciplina curricular subsídios efetivos para atingir a principal premissa da sua habilitação: compreender a língua portuguesa. A maior prova da existência dessa crise curricular do latim é a abundância, nas últimas décadas, de trabalhos de latinistas pelo Brasil que admitem a sua ineficácia na formação em língua portuguesa e buscam alternativas para o ensino do latim, propondo uma renovação de objetivos e métodos.

Em um recente trabalho intitulado “O ensino do latim no Brasil: objetivos, métodos e tradição”, Heck (2013, p. 7, grifo meu) propõe-se a

[...] compreender o motivo do *abandono* do ensino da língua latina no Brasil e, conseqüentemente, propor um *resgate* desse ensino como elemento importante na formação do jovem e na preparação do adulto para a vida profissional, cumprindo, assim, o preceituado no artigo 205, da Constituição Federal de 1988.

Há mais de duas décadas, Bruno (1990, p. 34, grifo meu) protestava:

Se, ainda que tenhamos sido legatários de toda sua literatura, nos pusermos diante dele contaminados pelo preconceito de que tratamos com uma língua morta, *o latim divide*, pois denuncia, por si só, o longo espaço de tempo entre o seu desaparecimento e o momento em que, hoje, nos defrontamos com ele. *E, se ele divide, para que estudá-lo?* Para melhor conhecer a língua materna? Que, então, pelo menos, se amplie a carga horária destinada ao estudo da nossa língua

<sup>10</sup> A estimativa de 250 mil ingressantes por ano foi obtida da seguinte maneira: fiz uma busca no e-MEC por todos os cursos de Letras-Português (ou habilitação dupla) em atividade no Brasil e multipliquei a quantidade de ocorrências pela média das quantidades de vagas oferecidas anualmente por esses cursos (há cursos que oferecem 40 vagas anuais, outros, 80, e outros, 120 vagas, por exemplo). O resultado foi um número próximo a 250 mil.

materna, e não se sacrifiquem professores infelizes e alunos atônitos com o estudo do que é morto, mesmo que o morto possa conferir alguma erudição e permita pôr-se em um arremedo do seu sistema um poema de Drummond. Contudo, o professor de latim não dá lições de anatomia nem é arqueólogo antigo que se satisfaça com datar, catalogar e descrever exaustivamente um fóssil.

Miotti (2006), em sua pesquisa, percebeu pelo menos dois claros momentos de crise enfrentados por essa disciplina. O primeiro ocorre na década de sessenta, quando o latim deixa de ser obrigatório no ensino básico brasileiro:

*Se o latim passou por uma séria crise* na década de sessenta, em boa parte isso não foi culpa apenas dos modismos da época. Sabe-se que alguns dos professores do antigo ginásio faziam os alunos simplesmente decorar os textos estabelecidos pelos programas sem que compreendessem de fato o que decoravam. (MIOTTI, 2006, p. 11, grifo meu).

O segundo momento, mais recente, é verificado por Miotti no final da década de 80 e início dos anos 90 – prestes à extinção da obrigatoriedade dessa disciplina nos currículos dos cursos de Letras, que aconteceria em 1996:

[...] em 1989 *o latim ingressa numa séria crise*: em média quase 40% dos alunos, semestre após semestre, fracassavam nas suas investidas no mundo clássico – reflexo de uma possível rejeição à metodologia empregada ou apenas do imediatismo de uma visão-de-mundo comercial e tecnicista que veio sendo inculcada nos cursos de formação profissional desde a década de sessenta. (MIOTTI, 2006, p. 55, grifo meu).

A propósito, em 1996, no ápice dessa crise, Moura e Borges Neto (1996, p. 1, grifo meu) alertavam:

Sem dúvida, uma das áreas que mais carecem de pesquisas e publicações especializadas (pelo menos no Brasil) é a do ensino de língua latina. Não por mera coincidência, *as disciplinas de latim nas nossas universidades acumulam altos índices de reprovação, desistência e fenômenos afins*. [...] Esses problemas ocorrem, de um lado, por causa de um equívoco na definição dos objetivos do ensino de latim, e, de outro, devido à metodologia que se origina de tal concepção.

Contudo, não são apenas latinistas que constatarem essa crise. Em uma pesquisa feita com egressos de cursos de Letras (com habilitação em português e outras línguas modernas) da Universidade Federal de Santa Maria, Maraschin (2009, p. 75) buscou aferir uma autoavaliação de ex-estudantes com relação às disciplinas de língua latina cursadas.

Sua pesquisa levou em consideração nove objetivos de aprendizagem:<sup>11</sup> (1) capacitação à leitura de textos antigos; (2) compreensão de expressões latinas usadas em textos acadêmicos; (3) solução de dúvidas na grafia de palavras portuguesas a partir do conhecimento diacrônico; (4) desenvolvimento de raciocínio abstrato pela tradução de textos clássicos; (5) auxílio em questões sintáticas do português; (6) domínio de termos técnicos de origem latina usados em outras disciplinas; (7) conhecimento do léxico de outras línguas românicas; (8) auxílio no estudo da morfologia e da fonética histórica e aperfeiçoamento da escrita padrão do português; (9) conhecimento da história e da cultura ocidental e sua relação com o presente. Os resultados obtidos por Maraschin (2009) revelam que, na autoavaliação dos alunos quanto ao sucesso da sua aprendizagem, o índice de respostas “insuficiente” ou “regular” (as piores avaliações possíveis na pesquisa) é muito alto. O índice dessa avaliação negativa chega a 80% com relação ao critério 8, 50% com relação ao critério 5, e 40% com relação ao critério 3 – critérios esses que são particularmente relevantes aqui.

Os mesmos estudiosos que reconhecem essa crise propõem soluções que variam muito entre si, porém todas se concentram na redefinição de objetivos de ensino, método ou abordagem. Não encontrei qualquer proposta que procurasse recontextualizar o ensino de latim dentro de uma formação em língua portuguesa cujo público seja composto por falantes de português brasileiro. Ao que me parece, se continuarmos a insistir em reformular os objetivos, o método ou a abordagem sem ter clareza de quem é o sujeito da aprendizagem, qual é a sua realidade, quais são as suas necessidades e sobretudo qual é a sua identidade, vamos continuar “abrindo portas já abertas” que não nos levarão muito longe na busca de uma solução para essa crise.

Rajagopalan (2005, p. 12) defende que o professor de línguas, antes de se propor a ensinar, deve buscar conhecer melhor seus alunos, deve tentar *identificá-los*<sup>12</sup> para poder se encaixar na sua maneira de pensar e, assim, tornar a aprendizagem mais efetiva. Essa proposta vem diretamente ao encontro do modo como percebo o problema em questão: para que o estudante se identifique com a língua latina e obtenha sucesso na sua aprendizagem, parece-me importante que ele se identifique com

---

<sup>11</sup> Esses objetivos de aprendizagem não coincidem com a proposta de ensino que ainda farei nesta tese. Cito a pesquisa de Maraschin (2009) apenas para mostrar, de diferentes perspectivas, como a crise em questão é percebida pelo público brasileiro.

<sup>12</sup> O sentido de “identificar” aqui é o de “reconhecer a identidade do outro”.

esse conteúdo curricular, que ele o perceba como algo ligado à sua própria identidade.

## 1.2 IDENTIFICAR-SE COM O OBJETO DE ESTUDO

Conforme a sugestão de Rajagopalan (2005, p. 12), portanto, para ter prazer de estudar, para se envolver de fato com um objeto de estudo e sobretudo para ter sucesso na aprendizagem, o estudante precisa *se identificar com*<sup>13</sup> ele, isto é, precisa reconhecer esse objeto como algo que, de alguma maneira, se encaixa na sua identidade, na sua personalidade. Os estudos referenciados na seção anterior (HECK, 2013; BRUNO, 1990; MIOTTI, 2006; MOURA; BORGES NETO, 1996; MARASCHIN, 2009) demonstram que o latim no contexto da formação superior em língua portuguesa no Brasil não vem despertando o interesse dos estudantes que o encaram como um objeto de estudo obrigatório. Portanto, será possível tornar o latim um objeto de estudo interessante para esse estudante? Como?

Entre as razões historicamente defendidas para sustentar o latim nos currículos de formações superiores em língua portuguesa, duas são amplamente recorrentes:

1. o latim como herança cultural da civilização ocidental, língua-mãe do português e requisito para erudição;
2. o latim como língua estrangeira útil numa formação linguística.

A primeira justificativa não se sustenta mais porque o estudante brasileiro não busca uma formação em língua portuguesa para se tornar um erudito. O latim (antes considerado conteúdo curricular apriorístico nesse tipo de formação) não é mais requisito necessário para acessar os bens culturais mais valorizados na atualidade (FARACO, 2006). Essa podia ser uma ambição nos tempos coloniais e até meados do século XX, mas não se sustenta hoje em dia. Atualmente, os projetos pedagógicos dos cursos superiores em língua portuguesa tendem a propor que o estudante desenvolva “inteligibilidade sobre problemas sociais em que a linguagem tem um papel central” (MOITA LOPES, 2006, p. 14) – algo completamente dissonante com uma formação que visa à erudição.

---

<sup>13</sup> O sentido de “identificar-se com” é o de “reconhecer algo como sendo compatível com a sua própria identidade”. Ou seja, se eu reconheço que certo objeto é compatível com a minha própria identidade, então posso “identificar-me com” ele.

O latim, sob essa primeira justificativa e as implicações pedagógicas decorrentes dela, só causaria identificação num estudante que crescesse em contato com essa língua como algo normal dentro da sua cultura; essa definitivamente não é a realidade do estudante brasileiro. Parte do público brasileiro até pode ter crescido ouvindo falar que saber latim é importante, e isso explica, em partes, os estudantes bem sucedidos nas disciplinas de língua latina,<sup>14</sup> mas para a maioria daqueles que ingressam nessa carreira o latim vem a ser um corpo estranho.

Na introdução deste trabalho, mencionei que a crise institucional do latim começou na década 60, quando o ensino dessa língua foi extinto no ensino básico; por outro lado, os estudos linguísticos e literários – base dos conteúdos curriculares das formações superiores em língua portuguesa no Brasil – perderam, aos poucos, a ligação com os estudos clássicos, em parte por um movimento de rejeição generalizada às doutrinas escolares tradicionais, em parte pelo sucesso dos estudos sincrônicos sobre a linguagem (SILVA; CYRANKA, 2009). Contudo, cabe notar que esse movimento de rejeição generalizada às doutrinas escolares tradicionais tem paralelos com outros acontecimentos, como, por exemplo, a promulgação, em 1963, do *Sacrosanctum Concilium*, uma constituição sobre liturgia elaborada pelo Concílio Vaticano II, que, entre outras resoluções, passou a permitir outras línguas litúrgicas além do latim – que até então era a única língua possível. A partir de então, observou-se em todo o mundo católico uma massiva adesão aos vernáculos. Essa massiva adesão foi muito significativa, pois, entre outros indicativos, mostrou que o valor simbólico do latim como língua da tradição, como um bem cultural valioso, já tinha sido depreciado.

A segunda justificativa recorrente – o latim como língua estrangeira útil numa formação linguística – subentende a necessidade de um exercício que remonta às origens da linguística moderna: a comparação de línguas. Ao estudar o latim como uma língua estrangeira, o estudante confrontaria as diferenças e semelhanças entre esta e a sua língua (ou as suas línguas); a conscientização sobre essas diferenças e semelhanças proveria ao estudante um conhecimento sobre a natureza das línguas, seus princípios funcionais, fenômenos, categorias etc. Isso justificaria a presença do latim no currículo em questão. Há, porém, duas fortes objeções a essa justificativa: primeiro, se a ideia é a

---

<sup>14</sup> A ideia de que o latim ainda seja um bem cultural de valor que contribuiria para o capital cultural de uma pessoa pode servir como uma forma de estímulo aos estudantes e, assim, explicar o seu sucesso.

comparação de línguas como meio para uma formação linguística, então poderia ser qualquer outra língua, não necessariamente o latim; e, segundo, posto dessa forma, o latim encontra as mesmas dificuldades para causar identificação no estudante brasileiro pelas razões que apresentei antes (nesse caso, o inglês instrumental, que está muito mais presente na realidade do público brasileiro atual, daria conta desse exercício comparativo).

Portanto, sob essas duas justificativas e suas respectivas implicações pedagógicas, parece inviável tornar o latim um objeto de estudo interessante para o estudante visado neste estudo. Como torná-lo então? Para responder essa questão, julgo ser conveniente seguir a pista de Rajagopalan (2005) segundo a qual, para que um objeto de estudo seja interessante para o estudante, ele tem que se encaixar na identidade desse estudante; esse sujeito precisa *identificar-se* com esse objeto. Nesse sentido, como encaixar o latim na identidade desse estudante brasileiro atual? Como encaixá-lo na identidade desse estudante, falante de PB, que ingressa numa formação superior em língua portuguesa não em busca de erudição, mas apenas em busca de uma formação superior ligada a algo que já lhe pertence, esta língua da qual ele é falante? Parece-me que o caminho para isso – para encaixar a língua latina na identidade desse estudante e, assim, torná-la um objeto interessante para ele – seja, portanto, partir de algo que já faz parte dele: o PB. No entanto, antes de prosseguir com esse raciocínio e explorar as suas consequências, é necessário verificar se é possível afirmar que a língua ou as línguas de uma pessoa de fato integram a identidade dela. É o que será feito na próxima seção.

Para encerrar a presente seção, julgo necessária certa ressalva: toda a proposta desta pesquisa está preocupada especificamente com a presença do latim na formação superior em língua portuguesa no Brasil. Ao descartar razões historicamente defendidas para sustentar o latim nos currículos, porém, não estou pretendendo oferecer uma proposta que substitua ou exclua o estudo do latim autônomo, isto é, “o ensino do latim pelo latim”, como hoje é feito em nível universitário (graduação e pós-graduação), com ênfase na habilidade de leitura e compreensão para posterior aplicação na tradução, seja filológica, literária, informativa etc. Ou seja, trata-se de *outra* proposta, com um escopo bem específico.

### 1.3 LÍNGUA E IDENTIDADE

O objetivo desta seção, como anunciado acima, é verificar em que medida é possível afirmar que certa língua falada por uma pessoa faz parte da identidade dessa pessoa. Para isso, farei uma breve revisão



bibliográfica de estudos recentes que buscaram compreender as intersecções entre língua e identidade. Antes de prosseguir, porém, para fins de antecipação de protesto, julgo conveniente prestar o seguinte esclarecimento: estou ciente de que, até mesmo para um leigo, soa mais do que óbvio admitir que a língua seja parte da identidade subjetiva de uma pessoa, já que fazemos tudo com a língua, inclusive manifestar as nossas escolhas identitárias. Ainda assim, decidi checar a procedência dessa afirmação aparentemente óbvia por duas razões. Primeiro, por uma questão metodológica: essa é uma hipótese intermediária que precisa ser verificada antes de chegar à próxima. Segundo, porque penso ser necessário delimitar a minha abordagem dessa questão, uma vez que muitos autores, há muito tempo, vêm confrontando a intersecção língua-identidade de diferentes perspectivas e considerando que o meu interesse por ela aqui é muito específico. Dito isso, prossigo com os objetivos anunciados.

Os estudos sobre identidade especificamente eram pouco comuns até meados da década de 1980. Naturalmente, já havia muitas pesquisas feitas acerca de etnia e nacionalidade, principalmente a partir de uma perspectiva política ou histórica, porém a noção de identidade só veio a se tornar realmente recorrente nas últimas três décadas. Segundo Gleason (1983), a emergência desse tema teve início nos anos 1950 e 1960 com os escritos do neofreudiano Erik Erikson, que naquela época colocou em evidência a questão da crise identitária. Edwards (2009, p. 15), endossando a afirmação de Gleason, afirma que “o trabalho de Erikson situou os fenômenos *individuais* em seus contextos *sociais*.”

A questão identitária foi ganhando novos adeptos nas décadas seguintes, e na década de 1980 começam a surgir os primeiros trabalhos que discutem as imbricações de língua e identidade. Conforme Joseph (2004), essa época viu surgirem importantes estudos sobre os aspectos linguísticos da identidade, entre eles: a coletânea organizada por Gumperz em 1982 sobre língua e identidade social; a monografia publicada por Le Page e Keller em 1985 sobre o sujeito; e o trabalho de Kroskrity sobre língua, história e identidade, de 1993.

Groebner (2004) defende que a identidade se tornou um tema muito recorrente nos dias atuais justamente por conta das nuances existentes em sua definição: identidade pode se referir tanto ao modo como uma pessoa entende-se a si mesma, ao conjunto de traços que classificam uma pessoa, quanto à relação entre uma pessoa e as outras, e ainda àqueles traços que caracterizam os membros de um grupo. Paralelamente a essas nuances de definição, Groebner ainda observa que

o termo *identidade* também carrega certa ambiguidade, o que permite que ele seja largamente usado – ou subutilizado.

Por essas razões, cabe especificar o que se entenderá por identidade aqui. Como afirma Edwards (2009, p. 19), “a essência da identidade é a similaridade”: coisas que são idênticas são, em última instância, *as mesmas* coisas, e esse sentido básico é o que está por trás do conceito de identidade aplicado à personalidade. A identidade, nesse sentido, significa a “mesmidade” de um indivíduo em todos os momentos ou em todas as circunstâncias, ou seja, o fato de que uma pessoa é ela mesma e não qualquer outra. Por isso, também significa a continuidade de alguém no tempo, “um fio inquebrável que atravessa o longo e variado tapete da sua vida” (EDWARDS, 2009, p. 19).

As descobertas de Erikson e seus sucessores nos levam a compreender que, afinal, há óbvias e importantes conexões entre a identidade individual e a coletividade, sendo que o cerne dessas conexões é a *continuidade*. No nível pessoal, isso é o que garante a minha própria e contínua integridade; no nível coletivo, trata-se de uma conectividade que nasce na história e é levada adiante pela tradição.

A identidade pessoal, ou personalidade, é a afirmação de todos os nossos traços individuais, daquilo que define a unicidade de um ser humano. Entretanto, é importante deixar claro que essa unicidade não significa a posse de características que não podemos encontrar em outras pessoas, mas sim uma combinação única de características disponíveis a todo um conjunto de seres humanos. Todas as personalidades são compostas a partir de uma gama finita de possibilidades oferecidas pelo meio social e pelas inerências biológicas de cada um.

As nossas características pessoais, portanto, derivam da nossa convivência com o grupo ou com os grupos aos quais pertencemos. Logo, “as identidades individuais são, ao mesmo tempo, componentes e reflexos de identidades sociais particulares, e aquelas serão sempre, em alguma medida, estereotípicas por natureza, por causa da sua necessária generalidade através dos componentes individuais.” (EDWARDS, 2009, p. 20). Uma vez que a língua faz parte do universo humano, é possível afirmar que língua e identidade são fenômenos intimamente ligados e, “em última instância, inseparáveis”, como observou Joseph (2004, p. 13).

A língua pode ser considerada como um marcador no nível individual. O detalhe e a nuance dos padrões de aquisição, por exemplo, levam à formação do *idioleto* – aquela particular combinação prosódica e dialetal, aquela mescla de registros formais e informais inerente a única uma pessoa, aquele padrão muito particular de acentuação e

entonação que, se olharmos bem de perto e atentamente, veremos que é único daquele falante. No entanto, a relação língua-identidade passa a ficar mais interessante à medida que passamos desse olhar microscópico (indivíduo) para um olhar mais macroscópico (grupo ou coletividade). Como argumenta Edwards (2009, p. 20),

Assim como a distinção psicológica ou social entre o individual e o coletivo reflete uma divisão mais aparente que real, alguém também poderia afirmar que até mesmo o uso idioletal é um fenômeno social, ou coletivo, na medida em que toda (ou quase toda) língua implica uma pessoa que fala a outra, uma intenção comunicativa, uma ligação entre o indivíduo e os outros.

Entretanto, a importância da língua como um marcador identitário no nível coletivo é ainda mais evidente: qualquer um está acostumado ao sotaque, ao dialeto e às variações linguísticas que revelam o pertencimento dos falantes a comunidades de fala específicas, classes sociais, grupos étnicos ou nacionais. Essas variações são ainda mais óbvias quando a classificação se baseia em gênero ou idade, ou ainda em profissão, associação civil (como clubes ou “tribos urbanas”), filiação política, religião etc. No mundo social real, nenhuma dessas associações existe senão em combinação com outras, mesmo considerando que o contexto e as demandas de um grupo possam colocá-lo em evidência e deixar os outros em segundo plano. “Na prática, a computação de todas as combinações e permutações possíveis dessas alegações de grupo e circunstâncias sociais nos levariam de volta ao nível *pessoal* do idioleto.” (EDWARDS, 2009, p. 21-22).

Trazendo essa discussão para mais perto da questão posta nesta seção (é possível afirmar que a língua ou as línguas de uma pessoa fazem parte da identidade dela?), parece-me que há elementos suficientes para afirmar que a resposta é positiva: a língua é um componente identitário essencial no nível pessoal. Quando uma pessoa compõe a sua personalidade a partir dos elementos disponíveis em seu meio social, ela seleciona (ou é impelida a selecionar) não apenas hábitos ou costumes, mas também os elementos linguísticos que formarão o seu idioleto, e esse idioleto naturalmente é parte de variedades dialetais e, por consequência, de um dialeto. Portanto, quando um falante, involuntariamente ou voluntariamente, assume formas típicas do PB (e não do PE, por exemplo), ou ainda de alguma variedade do PB, ele está compondo a sua identidade pessoal.

Cheguei a essa questão porque lancei a hipótese de que – para encaixar a língua latina na identidade do estudante falante de PB e, assim, torná-la um objeto interessante para ele – é preciso partir de algo

que já faz parte dele. Portanto, se é seguro afirmar que o PB é parte essencial da personalidade do sujeito em questão, então é possível partir daí para obter sucesso na intenção de conectar o objeto de estudo à identidade do estudante (o latim ao falante de PB). Mas por que e como o PB (que faz parte desse estudante) se liga especificamente ao latim, de modo que essa conexão objeto-estudante seja efetiva? Isso é o que buscarei responder no próximo capítulo.

## 2 O LATIM E A IDENTIDADE DE UM FALANTE DE PB

Conforme as conclusões obtidas na seção 1.3, ficou delimitado em que medida a língua é parte essencial da identidade de um indivíduo, da sua personalidade, conforme os interesses específicos deste trabalho. Logo, isso me permite sustentar que o PB é parte da identidade do sujeito visado por esta pesquisa: o falante de PB que busca uma formação superior em língua portuguesa. Portanto, uma vez que a grande hipótese aqui colocada é a de que, para que esse sujeito se identifique com o objeto de estudo em questão (o latim), tal objeto deve se encaixar na sua personalidade, agora é preciso verificar como o PB (que é parte da personalidade desse sujeito) está efetivamente relacionado ao latim.

Alguém poderia afirmar que o PB, simplesmente por ser uma língua românica, está relacionado ao latim, mas essa me parece uma justificativa nada produtiva em termos pedagógicos, pois, num primeiro momento, tal conexão se apresenta impalpável a esse sujeito. De que forma, então, a ligação entre o PB e o latim seria mais imediatamente perceptível por esse estudante, de modo que ele encontre alguma correspondência na sua personalidade? Encontrar respostas para essa questão é o objetivo deste capítulo.

Ao longo deste trabalho, faço referência ao “sujeito em questão”, ao “sujeito visado por esta pesquisa”, a “esse sujeito”, a “esse estudante” ou ao “estudante em questão”. Diante dessa diversidade terminológica e do caráter abstrato desse sujeito, esclareço que, em todos esses casos, estou tratando do falante de PB que se encontra numa formação superior em língua portuguesa no Brasil. Portanto, quando trato da identidade desse estudante, estou admitindo que nessa identidade estão presentes, ao menos, dois elementos: a proficiência em PB e o interesse profissional pela língua portuguesa. Reconheço que, reduzir um universo imenso de sujeitos heterogêneos a essa identidade mínima anula uma série de diferenças identitárias, porém, conforme a proposta desta pesquisa, tal redução apresenta-se necessária.

### 2.1 A IDENTIDADE GRAMATICAL DO PB

Antes, investiguei de que forma a língua está presente na identidade de uma pessoa, e a comprovação dessa presença me permitiu afirmar que o PB faz parte da identidade do sujeito desta pesquisa. Até então, tratei de *identidade subjetiva ou pessoal*. Decidi investigar a pertinência dessa conexão entre língua e identidade pessoal, pois busco uma forma de fazer com que o meu objeto de estudo desperte o interesse do estudante visado aqui – e sigo a premissa de que a aprendizagem bem

sucedida requer que o objeto de estudo encontre correspondência na identidade do aprendiz (RAJAGOPALAN, 2005, p. 24). Portanto, se é possível afirmar que o PB integra a personalidade do estudante visado, este será meu mote para verificar de que forma PB e latim se conectam efetivamente. Caso essa conexão proceda – a despeito dos argumentos tradicionalmente invocados (“o latim é a mãe das línguas latinas”, “o latim está na base da cultura ocidental” etc.) – então poderei afirmar que o PB é o canal que conecta o latim à identidade desse estudante, e isso me indicará um caminho viável para lhe propor um objeto de estudo interessante. Ao mesmo tempo, se de fato essa conexão entre PB e latim proceder, também será possível formular uma nova justificativa para sustentar a manutenção desse conteúdo curricular numa formação superior em língua portuguesa.

Ao considerar o título desta seção, alguém poderia questionar: por que invocar o conceito de identidade novamente? Minha hipótese, neste caso, é a de que, de uma forma muito específica, o latim é parte daquilo que constitui o PB; faz parte da sua identidade. Mais especificamente, suponho que o latim esteja presente na identidade gramatical do PB. Agora, portanto, esclareço – para evitar qualquer confusão – que deixarei de tratar, por um momento, de *identidade subjetiva* e passarei a tratar de *identidade gramatical*. Antes, porém, de detalhar e testar a hipótese de que o latim está presente na identidade gramatical do PB, parece-me necessário conceituar identidade gramatical e verificar a viabilidade de lidar com esse conceito.

### **2.1.1 Identidade gramatical e aspectos distintivos**

Para iniciar esta seção, a fim de antecipar qualquer estranheza que o seu conteúdo possa causar, advirto que farei algumas observações de cunho comparatista, pois serão convenientes na explicação daquilo que entendo por identidade gramatical. Com isso, entretanto, não pretendo me filiar à escola comparatista, mas apenas elucidar o conceito.

No capítulo anterior, a partir das considerações de Edwards (2009) e Joseph (2004), discuti a ideia de que identidade não significa exclusividade, mas sim uma *combinação única* composta a partir de um conjunto de possibilidades finitas. Ao que me parece, essa noção é aplicável às gramáticas das línguas naturais. Embora não se possa afirmar que há um conjunto finito de fatos linguísticos, se tomarmos o estado atual das gramáticas de todas as línguas naturais em uso e todos os dados diacrônicos disponíveis das línguas que já existiram,

difícilmente encontraremos algum fato exclusivo a uma só língua.<sup>15</sup> Ou seja, veremos que línguas extremamente diferentes na aparência compartilham características gramaticais em comum, embora a combinação de regras que dá identidade a cada uma seja única.

Suponhamos que, num universo hipotético, existisse o seguinte conjunto finito de fatos linguísticos: *a, b, c, d, e, f, g, h, i, j*. Nesse universo, existem pelo menos cinco línguas diferentes. Na língua 1, aparecem os fatos linguísticos *a, b, d, f e j*. Na língua 2, os fatos *b, c, d, e, f e i*. Na língua 3, os fatos *a, c, e, g, h e j*. Na língua 4, os fatos *b, c, f, g, h e i*. E na língua 5, os fatos *d, e, f, h, i e j*. Nenhuma dessas línguas apresenta um fato linguístico exclusivo, mas sim uma combinação única de fatos, conforme fica claro no quadro a seguir:

Quadro 1 - Universo hipotético de línguas

Fatos linguísticos	<i>a</i>	<i>b</i>	<i>c</i>	<i>d</i>	<i>e</i>	<i>f</i>	<i>g</i>	<i>h</i>	<i>i</i>	<i>j</i>
Línguas que o compartilham	1 e 3	1, 2 e 4	2, 3 e 4	1, 2 e 5	2, 3 e 5	1, 2, 4 e 5	3 e 4	3, 4 e 5	2, 4 e 5	1, 3 e 5

Esse exercício também é possível com línguas naturais, considerando características de qualquer nível da gramática. Tomemos, por exemplo, características fonético-fonológicas. O PB caipira, por exemplo, que realiza o /r/ em coda silábica com uma aproximante retroflexa (ɻ), compartilha essa característica com outras línguas, como o inglês, o mandarim, o malaiala, o tâmil e o jagan. O PB carioca, que pode realizar o /s/ em coda silábica com uma fricativa laríngea (ou aspirada) (como em “me[h]mo”), compartilha essa característica com o espanhol portenho, por exemplo. No nível morfológico, o mesmo acontece. O sufixo *-ista*, formador de denominações profissionais (como em *analista*), está presente no português, no espanhol, no catalão, no italiano e, a despeito de ligeiras variações, também no francês (*analyste*), no inglês (*analyst*) e no romeno (*analist*). Na sintaxe, por exemplo, a ordem típica dos constituintes também é algo que as línguas têm em comum. Veja o quadro a seguir:

Quadro 2 - Ordem dos constituintes nas línguas naturais

Ordem dos constituintes	Equivalente em português	Proporção de línguas	Exemplos de línguas em que essa ordem é padrão
SOV	Ela livros lê.	45%	pachto, latim, japonês, africâner
SVO	Ela lê livros.	42%	inglês, hausa, mandarim, russo

<sup>15</sup> Os cliques, por exemplo, só são encontrados em línguas africanas, mas não são exclusivos a uma única língua, senão a famílias linguísticas que apresentam esse aspecto distintivo.

VSO	Lê ela livros.	9%	hebraico, irlandês, zapoteco, tuaregue
VOS	Lê livros ela.	3%	malgaxe, baure
OVS	Livros lê ela.	1%	apalaí, hixkaryana
OSV	Livros ela lê.	0%	warao

Fonte: Adaptado de Tomlin (1986, p. 22).

Para fins de ilustração, eu poderia continuar numa exploração infinita desses exercícios comparatistas, mas a natureza e os objetivos deste trabalho não admitem tal prolixidade. Por isso, a partir do que já argumentei, penso ser admissível a seguinte definição conceitual: a identidade gramatical de uma língua corresponde a uma combinação única de aspectos gramaticais disponíveis em um universo de línguas naturais possíveis. É, portanto, a *unicidade da combinação* – e não a exclusividade de um ou outro aspecto – que confere identidade gramatical a uma língua.

Com base nesse conceito de identidade gramatical, é possível afirmar que o PB possui uma identidade própria, pois apresenta uma combinação única de aspectos que o distinguem tanto das demais variedades da língua portuguesa (europeias, africanas e asiáticas) quanto das demais línguas naturais, românicas ou não. É importante deixar claro, porém, que o PB ou a sua combinação de fatos linguísticos é tão única quanto a de qualquer outra língua. O PB não é mais único nem mais especial que nenhuma outra língua; ou talvez, o PB é tão especial quanto qualquer outra língua.

Quem quer que busque entender essa combinação de fatos linguísticos que distinguem o PB e, logo, lhe dão uma identidade, acaba se deparando com um debate que já rendeu muitas pesquisas e ainda se encontra vivo no âmbito dos estudos linguísticos: o debate sobre as origens do português brasileiro. Os estudiosos que tomaram partido nesse debate<sup>16</sup> vêm procurando entender o que aconteceu com a língua portuguesa desde que chegou ao solo brasileiro a ponto de se tornar tão diferente da variedade europeia nos dias atuais. Como tratarei com mais detalhes na próxima seção, uma das principais teses que surgiram em meio a esse debate sugere que parte dos aspectos distintivos do PB são casos de “conservadorismo linguístico” (SILVA NETO, 1960; 1975), ou seja, trata-se de características presentes no português arcaico que se

---

<sup>16</sup> Entre outros, Silva Neto (1960; 1975), Castro (1967), Mello, (1971), Holm (1987), Baxter (1992), Lucchesi (1994), Castilho (1999), Mcworther (1999), Parkvall e López (2003), Mattos e Silva (2004), Instituto Camões (2006), Scherre e Naro (2007) e Noll (2008).



mantiveram no Brasil ao passo que, em Portugal, sofreram mudanças. Tais características, ditas “conservadoras” (embora eu prefira o termo “permanentes” neste trabalho), remetem não apenas ao português arcaico, mas também a estágios anteriores do romance ibérico: o latim vernáculo que se desenvolveu na península ibérica. A propósito, observando a história do latim, nota-se que na verdade desde o seu período arcaico a deriva linguística já estava levando para as formas românicas, embora o período de fixação da variante padrão tenha freado esse processo, gerando a divisão ontológica entre latim padrão e latim vernáculo. Clackson e Horrocks (2007, p. 253) abordam essa questão ao comentar as cartas recém descobertas<sup>17</sup> de Terentianus, filho de um soldado romano que serviu no Egito durante o séc. II chamado Claudius Tiberianus:

More so than any of the other texts [...], Terentianus’s letters allow an insight into how the spoken language was undergoing morphological and syntactic change. Most readers will be familiar with the fundamental grammatical changes from Latin to the Romance languages: a general drift away from synthetic verb forms (especially in the future, the passive, and eventually in the preterite, as in French), nominals inflected for case, and variable word order, and towards analytic nominal and verbal constructions and head-first word order. In the most simplistic terms, these changes can be seen as the erosion of morphology with compensatory gains for syntax. Terentianus is still using a language with the same number of cases as Classical Latin and the full array of Latin verb forms – with a few simplifications, such as *posso* ‘I can’ for the irregular classical *possum*. However, it is possible to see in his Latin changes which show the beginning of the Romance developments. Terentianus’s lexical choices also show the emerging pattern of Romance; for example, the pronoun *ille* (sometimes reinforced with final *-c*, as *illuc* in place of classical *illud* or *illum*) serves as the default 3rd person anaphoric pronoun, as it will do in the Romance languages (French *il* and Italian *egli*) in place of the monosyllabic classical *is*. Note also that the dative *illei* is used here (and four other times in the letters) with reference to a female, and never to a man, which suggests that the innovation of a specifically feminine dative *\*illaei* (here with monophthongization of *ae*), the ancestor of Italian *lei*, has already taken place.

Acredito que a compreensão desses processos seja relevante para quem deseje compreender uma série de aspectos distintivos do português brasileiro e suas razões históricas. Tal pretensão parece-me estar subsumida no sujeito visado por esta pesquisa.

---

<sup>17</sup> STRASSI, Silvia. L’archivio di Claudius Tiberianus da Karanis. **Archiv für Papyrusforschung und verwandte Gebiete. Beiheft 26**. Berlin/New York: Walter De Gruyter, 2008. Pp. xlviii, 194. ISBN 978-3-11-020119-2

## 2.2 PERMANÊNCIAS E REINCIDÊNCIAS NO PB

Nesta seção ambiciono verificar se de fato há fenômenos permanentes ou reincidentes entre os fatos linguísticos que dão identidade ao PB e se tais fenômenos remontam apenas ao português arcaico ou se é possível afirmar que eles remetem a estágios anteriores do latim que se desenvolveu na península ibérica. Para isso, em primeiro lugar, examinarei os fatos e argumentos trazidos pelos que defendem a tese do conservadorismo do PB, inclusive listando o maior número possível de permanências alegadas a fim de analisar caso a caso. Em segundo lugar, verificarei se tais aspectos arcaicos remontam à língua latina ou se são inovações portuguesas. Cabe informar que versões incipientes de parte dos resultados apresentados nesta seção foram discutidas antes em Queriquelli (2012a; 2012b; 2013; 2014).

Serafim da Silva Neto, pioneiro nos estudos de dialetologia no Brasil, em seus escritos, defendeu a tese do conservadorismo ou caráter arcaizante do português que se formou neste país. Quando falava em conservadorismo, no entanto, não fazia nenhuma abordagem moral da questão. Pretendia estritamente defender a ideia de que a nossa língua, de modo predominante, *conserva* características do chamado português arcaico (PA) – a língua que chegou à América, formada entre os séculos XIII e XV – enquanto que o português europeu, de modo predominante, ao longo de sua formação, *inova* as características daquela língua. Como pontua Noll (2008, p. 277), “Arcaicidade e inovação são categorias neutras, dependentes de uma variedade de referência que se orienta por alguma norma linguística.”

Seguindo princípios da dialetologia românica tradicional, Silva Neto (1960; 1975) concentrou-se principalmente em aspectos fônicos e lexicais do português. Sua tese foi muito debatida desde então e veio a se tornar consensual entre os que estudam as diferenças entre o português brasileiro (PB) e o português europeu (PE). Celso Cunha, por exemplo, em um artigo de 1986, retomou essa questão, acrescentando-lhe fatos sintáticos, além dos fônicos e lexicais que Silva Neto já havia levantado.

Em 1994, William Labov, fundador da linguística variacionista, explicitou um princípio que, até então, era apenas inferível de suas formulações teóricas: o princípio uniformitarista, segundo o qual “o conhecimento dos processos que operaram no passado [de uma língua] pode ser inferido pela observação dos processos em andamento no presente.” (LABOV, 1994, p. 21). Isso deu novo impulso para os defensores do conservadorismo do PB.

Scherre e Naro (2007), aproveitando-se do novo espaço aberto por Labov, verificaram que certas características típicas do PB já existiam em textos do período arcaico e ainda existem em Portugal, em regiões rurais onde se encontram variedades sem prestígio, diferentes do PE padrão. Defendendo que os colonizadores portugueses que vieram não falavam a variedade de prestígio, própria da corte portuguesa da época, mas sim variedades marginais que já possuíam o germe das características que vieram a se exacerbar no Brasil ao longo de sua história, Scherre e Naro radicalizam a tese do conservadorismo. Rebatendo os que defendem que as diferenças do PB popular para o PE padrão devem-se à ação das línguas indígenas e africanas em nosso território especialmente entre os séculos XVI e XVII, Scherre e Naro (ibid., p. 157) afirmam:

[...] no Brasil não existem características estruturais novas induzidas pelo contato entre línguas ou pela nativização do português entre os segmentos de falantes de outras línguas e seus descendentes. Praticamente todas as estruturas alegadas como exclusivamente brasileiras têm sua existência confirmada em dialetos rurais ou não padrão de Portugal.

A historiadora Mattos e Silva, apesar dos dados quantitativos apresentados por Scherre e Naro, resiste em aceitar a tese em questão. Para ela, o aspecto fônico é mesmo relevante – a propósito, o próprio Instituto Camões reconhece o conservadorismo brasileiro nesse ponto<sup>18</sup> – porém, de modo geral, considera irrelevante falar em conservação ou inovação, criticando especialmente aqueles que “avaliam como prestigioso ser conservador o português brasileiro” (MATTOS E SILVA, 2004, p. 134).

A propósito da crítica de Mattos e Silva, concordo que não há necessariamente nenhum prestígio em conservar características arcaicas da nossa língua. Entretanto, desde Silva Neto (1960) até Scherre e Naro (2007), todos os que defenderam com algum rigor científico a tese do conservadorismo do PB explicitaram que falar em conservadorismo não tem nada a ver com prestígio ou desprestígio da variedade popular falada no Brasil. Tais pesquisadores só lançaram mão dessa dicotomia (conservação/inovação) porque entenderam que ela era conveniente para

---

<sup>18</sup> “[...] a língua que os portugueses falavam no século 16, no início da colonização, tinha um sistema de vogais menos reduzido do que a norma actual do Português Europeu, era mais próxima da norma brasileira. **Este é um dos vários casos que se poderiam apresentar como exemplo de um aspecto mais conservador na variedade brasileira do que na portuguesa**, ainda que muitas vezes esta última variedade seja considerada mais correcta.” (INSTITUTO CAMÕES, 2006, grifo meu).

explicar por que o PB é diferente do PE. Quando Scherre e Naro (2007, p. 155) chamam a atenção para “a mudança de ritmo que lá [em Portugal] se processou a partir de meados do século XVIII e que faz com que o português europeu não seja mais sentido auditivamente como uma língua românica”, estão sugerindo, entre outras coisas, que o PB conservou sua latinidade mais do que o PE. Isso tem implicações relevantes para entender o estado da nossa língua, prever mudanças, legitimá-las etc.

Para além dessa questão do prestígio ou desprestígio das características conservadoras, o mais relevante aqui é que – se essa tese de fato proceder – ela tem implicações importantes no que se refere à educação linguística e política linguística no Brasil. A consciência sobre a origem dos fatos que dão identidade ao PB pode retroalimentar a nossa norma padrão. Mais especificamente, isso implica mudanças nas formações superiores em língua portuguesa no Brasil, pois se os conservadorismos forem de fato relevantes para a identidade gramatical do PB, então os estudos diacrônicos passam a ser imprescindíveis nesse tipo de formação.

### **2.2.1 Mudança de terminologia**

Ainda que, conforme expliquei há pouco, o termo “conservadorismo” neste contexto não implique nenhuma apreciação moral, ao longo desenvolvimento desta pesquisa, após uma série de críticas e sugestões, considerei prudente substituí-lo por “fenômenos permanentes” (ou simplesmente “permanências”) e colocar tais fenômenos ao par de “processos reincidentes” (ou simplesmente “reincidências”). Com isso, evito que se confunda “conservadorismo” com qualquer apologia ou crítica à tradição e, ainda, ajusto a terminologia à concepção de língua que assumi no início desta tese: a de um processo dinâmico em constante variação e mutação, no qual não há outra coisa senão continuidades, descontinuidades, reincidências e reorganizações do sistema.

Ao teorizar sobre tais continuidades, descontinuidades, reincidências e reorganizações, Castilho (2007) – em quem me apoiei ao apresentar a concepção de língua que assumo – defende a existência de três princípios que organizam a atividade linguística: os princípios de ativação, reativação e desativação de propriedades linguísticas. Segundo o primeiro princípio, também chamado de princípio da projeção pragmática, os falantes podem ativar propriedades lexicais, semânticas, discursivas e gramaticais conforme as condições das interações linguísticas de que participa. Nesse sentido, os falantes projetam o que

Sacks, Schegloff e Jefferson (1974, p. 702) chamam de “unidades-tipo” (palavras, sintagmas e sentenças) a fim de tentar antecipar a atuação verbal do seu interlocutor, ativando propriedades já disponíveis nessas unidades-tipo. Conforme o princípio da reativação, também chamado de princípio da correção, o falante pode reorganizar as propriedades (lexicais, semânticas, discursivas e gramaticais) de uma unidade-tipo conforme as necessidades surgidas no curso da atividade linguística. Por fim, a desativação, ou princípio da elipse, é “o movimento que ocasiona o abandono de propriedades que estavam sendo ativadas” (CASTILHO, 2007). Tal movimento resulta no desaparecimento de determinada variante linguística que foi preterida após a mudança ser consumada. *Grosso modo*, parece-me razoável admitir que, portanto, ativação implica permanência, continuidade ou conservação; reativação implica inovação; e desativação implica mudança.

A fim de ilustrar como esses princípios se aplicam, apresento no quadro a seguir uma síntese dos processos de lexicalização, semantização, discursivização e gramaticalização pelos quais passou o advérbio latino *ante*, conforme a análise de Castilho (2007, p. 345-350):

Quadro 3 - Processos de lexicalização, semantização, discursivização e gramaticalização que incidiram sobre *ante*

	Princípio	Descrição do processo
Léxico	Ativação	A ativação lexical (lexicalização) é o movimento mental de escolha das categorias cognitivas e de seus traços semânticos que serão agrupados nas palavras. Assim, na lexicalização de <i>ante</i> , foram escolhidas a categoria de <i>espaço</i> , e a subcategoria de <i>espaço transversal anterior</i> , concentradas etimologicamente nesse item já no advérbio latino <i>ante</i> “adiante, antes, anteriormente” que, por sua vez, deriva-se do ide. * <i>ant</i> - “testa, fachada, frontispício”. O étimo deu origem no latim a três categorias lexicais, exemplificando o fenômeno da polilexicalização: (1) Como pronome-adverbial locativo e temporal, representava habitualmente um participante da cena localizado diante dos olhos, gramaticalizando-se como preposição, como em “ <i>innumerabiles supra, infra, ante, post mundos esse</i> ” [existem inúmeros mundos em cima, embaixo, atrás, na frente], ou o tempo anterior, gramaticalizando-se como advérbio, como em “ <i>tertio anno ante</i> ” [três anos antes]. (2) Como preposição, <i>ante</i> selecionava caso acusativo, com significado igualmente locativo, como em “ <i>ante oculos ponere</i> ” [pôr diante dos olhos], ou temporal, como em “ <i>ante Romam conditam</i> ” [antes da fundação de Roma]. (3) Por algum mecanismo de caráter associativo, a expressão desenvolveu o sentido de comparação, aparecendo na locução conjuncional correlativa <i>ante ... quam</i> , “antes que”.
	Reativação	A reativação lexical (relexicalização) é o movimento mental por meio de que rearranjamos as propriedades lexicais e as palavras que as representam, renovando o léxico. Para continuar com <i>ante</i> , no latim vernacular esse item vinha reforçado por uma partícula preposta, donde

	Princípio	Descrição do processo
		<i>abante, deante, exante, inante</i> , casos evidentes de relexicalização. Interessante sublinhar que nesse processo são acionadas outras tantas preposições latinas, as quais têm em comum (i) disporem os participantes num percurso, de que se assinala o marco inicial num imaginário eixo horizontal, de onde alguém se afasta ( <i>ab</i> ), ou (ii) disporem os participantes no ponto superior de um eixo vertical igualmente imaginário ( <i>de</i> ), ou, finalmente, (iii) situarem-no num ponto de chegada, para o qual alguém se destina ou se inclui ( <i>in</i> ). Essa relexicalização deve explicar-se pela vaguidão de um termo como <i>ante</i> . Provavelmente, as preposições agregadas ao advérbio serviam para inserir pontos de referência no espaço, delimitando o ponto inicial ou final. O português preservou quase todos esses itens, que funcionam como (i) o pronome-advérbio <i>antes</i> , com -s paragógico, (ii) a preposição <i>ante</i> e suas relexicalizações <i>avante, diante</i> [ <i>&lt; de in ante</i> ], <i>adiante</i> [ <i>&lt; ad de in ante</i> ], a segunda das quais deu surgimento a adverbiais complexos como <i>de hoje em diante</i> , e (iii) o prefixo <i>ante-</i> e sua relexicalização, que aparece em substantivos ( <i>antanho, antecipação, antebraço, avanguarda/vanguarda</i> etc.), em pronomes circunstanciais de tempo ( <i>antes-de-ontem, anteontem, antemanhã</i> ), e em verbos (arc. <i>avantar, antevir, avançar</i> [ <i>&lt;* abantiare</i> ]).
	Desativação	A desativação lexical (deslexicalização) é a morte das palavras. A perda lexical é maior em determinados campos semânticos que em outros, afetando inicialmente as palavras que designam as partes do corpo humano. Alguns autores admitem que as seguintes preposições estão em processo de substituição no PB: <i>a</i> por <i>em/para</i> , <i>em</i> por <i>ni</i> , <i>de</i> por <i>desde</i> , <i>ante</i> por <i>diante de</i> e <i>após</i> por <i>depois de</i> . O item que sai e o item que o substitui entram inicialmente em variação, assumindo uma das variantes um valor mais geral, e outra um valor mais específico, até que a troca lexical seja consumada. Quando uma preposição A é trocada por uma preposição B, é de supor-se que A esteja morrendo.
Semântica	Ativação	A ativação semântica (semanticização) corresponde à criação dos significados, de que resultam as categorias da dêixis/foricidade, da referenciação, da predicação, da verificação e da conexão. As preposições <i>ante</i> e <i>perante</i> predicam seu complemento preservando seu valor prototípico quando o <i>ponto de referência</i> é lexicalizado por <i>objeto</i> , seja /+concreto/, como em “foi condenável seu comportamento <i>ante</i> o tribunal”, seja /+abstrato/, como em “não poderemos ficar mudos <i>ante</i> o espetáculo de quebra de ética em nosso parlamento”.
	Reativação	A reativação produz na semântica as ressemantizações, alterando-se sua adequação à representação dos <i>objetos</i> e dos <i>eventos</i> . No item em análise, uma primeira alteração de sentido ocorre quando passamos de <i>espaço anterior</i> para <i>tempo anterior</i> . Quando o dispositivo sociocognitivo desativa na preposição complexa <i>antes de</i> seu sentido prototípico de <i>espaço anterior</i> , ele ativa ao mesmo tempo o sentido de <i>tempo anterior</i> atribuído à <i>figura</i> . O trâmite <i>espaço &gt; tempo</i> co-ocorre com a categoria cognitiva de <i>movimento</i> . Quer dizer que o tempo passado da <i>figura</i> se situa anteriormente ao tempo futuro do <i>ponto de referência</i> , como se pode ver em “dois corretores andaram dias <i>antes das</i> eleições de casa em casa pedindo votos”, isto é, “os dias” se situam no passado, e “as eleições” ocorreram no futuro. Diremos, então, que <i>ante</i> (e <i>antes de</i> ) foram ressemantizadas, passando de expressões de <i>espaço</i> a expressões de <i>tempo</i> . Nova ressemantização ocorre quando o

	Princípio	Descrição do processo
		<i>ponto de referência</i> vem lexicalizado por um <i>evento</i> , como em “o espírito de partido quebrou suas fúrias <i>ante</i> as considerações do bem público”. Entender como se desenvolveu o sentido de “por causa das considerações” é um desafio e tanto. Provavelmente a alteração envolva a noção de <i>tempo</i> contida no <i>evento</i> “consideração”, colocado imageticamente à frente de “quebrar suas fúrias”. Se o tempo do <i>evento-ponto de referência</i> ocupa imageticamente um lugar de hierarquia mais alta que o do <i>evento-figura</i> , que ele passa por metonímia a governar, segue-se que “considerações” passa a causador, e “quebrar suas fúrias” passa a causado. Por outras palavras, a metáfora do <i>tempo</i> do evento foi o gatilho da metáfora de <i>causa</i> . O espaço mental “evento situado num tempo” projetou um novo espaço, o de “evento causador”.
	Desativação	A desativação semântica (dessemantização) está por trás das alterações de sentido provocadas pelas metáforas, pelas metonímias, pela especialização e pela generalização, por meio dos quais “silenciamos” o sentido anterior e simultaneamente ativamos novos sentidos. Na literatura, denomina-se o primeiro processo de “desbotamento de sentido” (inglês <i>bleaching</i> ). Nos exemplos mostrados até aqui, temos lidado com a escala [ <i>espaço</i> > <i>tempo</i> > <i>causa</i> ]. Se examinarmos os pronomes-advérbio constituídos a partir da mesma etimologia da preposição <i>ante</i> , será possível agregar também <i>modo</i> a essa escala. Assim, em “ <i>antes</i> você não tivesse vindo a S. Paulo!”, equivalente a “que/oxalá não tivesse vindo a S. Paulo!” o caráter modal volitivo desse exemplo está implícito no traço de comparação próprio a <i>antes</i> , documentado já na latinidade. E é que, assinalando o <i>espaço</i> situado à frente do falante, cuja avaliação cognitivamente positiva tem sido lembrada na literatura, <i>antes</i> implícita uma escolha e explícita uma vontade. A comparação está implícita em “vir a São Paulo” / “não vir a São Paulo” e a escolha está na opção por “não ter vindo a São Paulo”. Com isso, <i>antes</i> se dessemantiza, perdendo seu valor espacial, e se ressemantiza, adquirindo um valor modal novo. E a língua continuará com seus processos de perdas e ganhos.
Discurso	Ativação	No sistema discursivo, o princípio de ativação (discursivização) produz a hierarquização dos tópicos, a construção das unidades discursivas e sua conexão. A preposição que tem servido aqui de exemplificação opera como discursivizadora quando não governada por verbo ou por outra classe predicadora, funcionando como introdutora de construção de tópico ou como conectivo textual. A preservação das categorias de <i>espaço</i> e <i>tempo</i> concorrem para seu funcionamento como construções de <i>tempo</i> , via processos semânticos simultâneos de desativação do valor de lugar físico e de tempo cronológico, e ativação de sentidos mais abstratos tais como “espaço do discurso”, “tempo do discurso”, em exemplos como “ <i>Antes de tudo</i> , me explique que assunto é esse” (construção de tópico delimitadora), “Depois, o amor é extremamente, demasiadamente pueril, e até extravagante” (conectivo textual).
	Reativação	O princípio de reativação (rediscursivização) abre caminho à repetição dos enunciados, à sua correção e parafraseamento, que asseguram a coesão do texto, alterando seu eixo argumentativo, entre outras estratégias. Veja-se este exemplo da “nossa preposição”, em que ela atua como rediscursivizadora: “ <i>Ante</i> a perspectiva dos jogos da Copa do Mundo, será melhor acelerar o programa escolar” [discurso argumentativo]. “Ou <i>antes</i> , caiam fora porque o PCC voltou a atirar!”

	Princípio	Descrição do processo
		[discurso jussivo].
	Desativação	A desativação produz no sistema discursivo a desdiscursivização, de que resulta o abandono da hierarquia tópica, e ocorre quando os locutores desenvolvem estratégias tais como os parênteses e as digressões. É evidente que muitas classes de palavras são envolvidas no processo, e as preposições não ficam de fora.
Gramática	Ativação	A ativação das propriedades gramaticais (gramaticalização) é responsável pela construção dos sintagmas e das sentenças, pela ordenação dos constituintes, pela concordância, pela organização da estrutura argumental etc. Neste particular, entendo que a atribuição de caso e de papéis semânticos pelos operadores da predicação decorre do princípio de projeção estrita, a que se referem os termos “transitividade”, “regência”, “valência”, “princípio de projeção”. A projeção estrita é o correlato gramatical da projeção pragmática. Do ângulo da fonologização, os itens preposicionais aqui exemplificados exemplificam o problema da paragoge de -s no pronome-advérbio <i>antes</i> , a prótese de <i>a-</i> e a redução do grupo <i>ns</i> em <i>ad+trans</i> > <i>atrás</i> , por regramaticalização de <i>trans</i> , o mesmo tendo ocorrido em <i>post</i> , alterado para <i>depois</i> (< <i>de+post</i> ), cujo iode deve ter resultado da ditongação da vogal acentuada <i>o</i> quando travada por alveolar surda, como em <i>arroz</i> > pop. <i>arroz</i> . O item está sendo refonologizado na forma pop. <i>adispos</i> . Do ângulo da sintaticização, a preposição <i>ante</i> introduz argumento interno oblíquo e adjuntos adverbiais de lugar, tempo e qualidade.
	Reativação	A reativação das propriedades gramaticais produz a regramaticalização das construções, captada na literatura por meio dos termos poligramaticalização e reanálise. A reanálise é a mudança das fronteiras entre constituintes. Ela explica, entre tantos outros fenômenos, a regramaticalização do substantivo <i>tipo</i> , que deixa de ser interpretado como o núcleo de um sintagma nominal (como em <i>[[[um] [tipo] [de saia]]]</i> ), passando a ser considerado como o especificador desse sintagma (como em <i>[[um tipo de] [saia]]</i> ), o que abre caminho à sua discursivização como marcador discursivo (cf. “ <i>tipo assim</i> , vamos tomar um café?”). Reanalisam-se sintagmas e as sentenças, o que acarreta mudanças da fronteira sintática. Repetem-se as palavras, para criar a constituinte sentencial. O redobramento sintático pode ser interpretado igualmente como um caso de reativação de propriedades gramaticais.
	Desativação	A desativação das propriedades gramaticais (desgramaticalização) é responsável pela categoria vazia, de que se encontram exemplos na fonologia (erosão fonética, omissão do núcleo silábico etc.), na morfologia (morfema flexional zero) e na sintaxe (elipse de constituintes sentenciais, ou categoria vazia). Capitula-se aqui igualmente o fenômeno da ruptura da adjacência estrita.

Fonte: Adaptado de Castilho (2007, p. 345-350).

Conforme resta claro nessa análise exaustiva de Castilho, esses princípios permitem conciliar efetivamente diacronia e sincronia na análise linguística sem perder de vista a dinamicidade da língua e, além disso, me licenciam a tratar de permanências e reincidências no PB.



A partir dessa perspectiva, nas seções seguintes, tentarei relacionar alguns dos principais aspectos alegadamente permanentes do PB em relação ao PE e verificarei se tais casos remontam especificamente ao português arcaico ou se é possível vinculá-los ao latim. Antes, porém, de passar ao exame desses aspectos, considero conveniente esclarecer onde essa discussão se encaixa dentro do debate maior sobre as diferenças entre o PE e o PB.

### **2.2.2 Evolucionistas, crioulistas e internalistas**

Conforme já mencionei, Scherre e Naro (2007) são contrários àqueles que defendem que as diferenças do PB popular para o PE padrão devem-se à ação das línguas indígenas e africanas em nosso território. Por trás disso, estão duas perspectivas teóricas em disputa: a teoria da deriva, da qual Scherre e Naro tomam partido, e a teoria crioulista. Ambas estão, ainda hoje, no centro do debate, porém houve ainda uma terceira perspectiva, já obsoleta: a teoria evolucionista, também chamada de naturalista ou de “biologismo linguístico”.

Esta última perspectiva ganhou adeptos no século XIX, na época do Romantismo, quando a teoria evolucionista de Darwin era a sensação do meio científico. Movidos por um ímpeto nacionalista e ufanista, os biólogos linguísticos acreditavam ser o PB a evolução do PE, assim como o PE teria sido a evolução do latim vernáculo (CASTILHO, 1999). Monteiro Lobato (1938 apud MELLO, 1971, p. 19), a propósito, chegou a afirmar: “Assim como o português saiu do latim, pela corrupção popular desta língua, o brasileiro está saindo do português. O processo formador é o mesmo: corrupção da língua-mãe. A cândida ingenuidade dos gramáticos chama corromper ao que os biólogos chamam evoluir.”

Entretanto, logo, muitos ataques a essa corrente mostraram que a língua não é um fato biológico, mas um fato social, sujeito também a arbitrariedades humanas e não apenas ao determinismo da natureza. Até mesmo William Whitney – eminente defensor do positivismo linguístico, autor de *Darwinismo e Linguagem*, uma das principais inspirações dos biólogos – asseverou:

[...] a linguagem não é um feito natural, uma propriedade biológica, mas um fato social. É preciso reconhecer a sociedade como árbitro soberano pelo qual se decide a questão de saber se uma inovação passará à língua. É preciso que alguém comece: se não o seguem, está abortada (WHITNEY, 1867 apud CASTILHO, 1999, p. 242).

Como nota Castilho (1999), Whitney, a propósito, antecipou muitas afirmações da atual sociolinguística ao sugerir que

do trabalho imperceptível de alteração da língua, realizado pelos falantes, cujo conjunto lentamente modifica o todo, decorrem variações de ordem geográfica e social, estas diretamente associadas à profissão, grau de educação, idade e classe social (WHITNEY, 1867 apud CASTILHO, 1999, p. 242).

Uma vez que esse biologismo linguístico surgido na virada do século XIX caiu na obsolescência,<sup>19</sup> passaram a concorrer entre si as hipóteses crioulista e internalista. A primeira supõe que as diferenças do PB em relação ao PE decorrem principalmente do contato<sup>20</sup> entre línguas (indígenas e africanas, de modo especial) havido na fase de colonização do Brasil. A segunda, embora não ignore a agência de outras línguas na formação do PB, tenta mostrar que suas características particulares (ou suas diferenças em relação ao PE) respeitam fatores internos, estruturais; isto é, seguem tendências que a própria língua já insinuava antes mesmo de cruzar o Atlântico.

A hipótese crioulista – defendida por Castro (1967), Holm (1987), Baxter (1992), Lucchesi (1994), entre outros –, ainda que não seja incabível, dadas as condições históricas da formação do PB (no Brasil, houve contato massivo de línguas por séculos), vem sendo sistematicamente atacada por diversos autores. Estes têm buscado provar com dados e argumentos de diferentes naturezas que, apesar de tudo contribuir a favor, não há nada no PB que possa ser considerado resultado de criouliização; no máximo, podemos considerar que certas tendências do português foram catalisadas com o contato de línguas. É o que, cada qual ao seu modo, sugerem Mcworther (1999), Parkvall e López (2003), Scherre e Naro (2007), Noll (2008), entre outros.

A tese que atribui um caráter arcaizante ao PB, com a qual estou de acordo e que pretendo explorar aqui, decorre da teoria internalista –

---

<sup>19</sup> Afirmo que “esse biologismo” caiu na obsolescência porque, de fato, naquele momento, essa proposta deixou de ser defendida. No entanto, mais recentemente, ganhou força uma abordagem chamada “biolinguística”, defendida por Everett (2005), Giró (2005), Givón (2002), Jenkins (2000), entre outros. Essa retomada do evolucionismo nos estudos linguísticos também surtiu efeito no debate sobre a formação do PB. O trabalho de Freitag (2007) é explicitamente apoiado nessa perspectiva teórica.

<sup>20</sup> A hipótese do contato não se limita a processos de criouliização; o atual debate se vale de termos e conceitos como os de *transmissão linguística irregular* ou *interrompida*, *reestruturação*, *aprendizagem imperfeita* etc., para explicar os processos que estariam por trás das mudanças linguísticas observadas. Entretanto, denominamos essa corrente como hipótese crioulista porque a sugestão de tenha havido um processo de criouliização no Brasil colonial é um ponto comum entre os seus adeptos.

mais especificamente, da teoria da deriva linguística. Essa noção surgiu com Edward Sapir, que, em sua principal obra, *Language* (1921), dedicou a esse problema um capítulo intitulado *Language as a historical product: drift*. A certa altura desse capítulo Sapir (1921, p. 160) afirma:

Language moves down time in a current of its own making. It has a drift. If there were no breaking up of a language into dialects, if each language continued as a firm, self-contained unity, it would still be constantly moving away from any assignable norm, developing new features unceasingly and gradually transforming itself into a language so different from its starting point as to be in effect a new language.<sup>21</sup>

E, adiante, conclui:

As we look about us and observe current usage, it is not likely to occur to us that our language has a “slope,” that the changes of the next few centuries are in a sense prefigured in certain obscure tendencies of the present and that these changes, when consummated, will be seen to be but continuations of changes that have been already effected. (SAPIR, 1921, p. 166).<sup>22</sup>

Tal percepção de Sapir veio a ser endossada pela linguística sócio-histórica nas décadas seguintes. Enquanto trabalhos de diversos sociolinguistas no Brasil evidenciaram uma série de mudanças em curso no PB, linguistas históricos mostraram que muitas dessas mudanças possuem precedentes ou são paralelas a fenômenos já existentes no PA e no latim.

Além disso, outro fato que corrobora a hipótese do caráter arcaizante é a estagnação de diversas tendências que não só o PB apresentou, mas também o castelhano das diversas colônias espanholas da América Latina desde que atravessou o Atlântico. O português e o espanhol foram transplantados para a América; aqui, em um contexto completamente novo e radicalmente diferente, as mudanças que vinham

---

<sup>21</sup> A língua se move ao longo do tempo num curso que lhe é próprio. Tem uma deriva. Mesmo que não ocorra a fragmentação de uma língua em dialetos, mesmo que cada língua permaneça como uma unidade firme e autossuficiente, ainda assim ela estaria em constante movimento a partir de qualquer norma atribuível, desenvolvendo novas características incessantemente e se transformando gradualmente em uma língua tão diferente daquela existente no estágio inicial a ponto de constituir de fato uma nova língua.

<sup>22</sup> Ao olharmos para nós mesmos e observarmos o uso corrente, provavelmente não perceberemos que nossa língua tem uma “inclinação,” que as mudanças dos próximos séculos estão em certo sentido prefiguradas em certas tendências não perceptíveis no presente e que essas mudanças, quando consumadas, serão vistas simplesmente como continuações de mudanças que já se efetivaram.

ocorrendo em ambas as línguas havia séculos em solo europeu tiveram de estacionar para que a língua se adaptasse às novas condições. Essa hipótese foi formulada de modo variado por diferentes autores. Silva Neto (1950, p. 188) fala em “isolamento cultural”, “desengranzamento de sincronias”, “ossificação do idioma” e “fratura na transmissão linguística”:

Tais áreas arcaizantes estão muito afastadas dos grandes centros, já por causa de obstáculos naturais: um rio, uma cadeia de montanhas, já por falta de comunicações. Há lugares que nunca viram um automóvel! Portanto o *isolamento* facilitou a *estagnação* da língua, mantendo-se, pelo Brasil adentro, verdadeiras *ilhas culturais*. Algumas têm, até, caráter especialíssimo, extrarromântico. [...] Confirma-se, pois, o princípio de que as áreas mais isoladas são mais arcaicas. [...] A língua é uma sucessão de fases, de continuidades: cada fase é resultante das anteriores. Ora, viajando para o Brasil, o português foi desarraigado. Provocou-se, desse modo, um desengranzamento de sincronias, do que resultou a *ossificação* do idioma. Houve, em suma, *uma fratura na transmissão linguística*. Essa fratura foi menor no litoral e muito maior no interior.

Do ponto de vista social, isso é bastante compreensível. Certamente – e a documentação migratória comprova isso – não foi apenas uma comunidade linguística que chegou ao Brasil, por exemplo, mas sim várias e distintas comunidades, com diferentes falares. Uma vez postos em contato, sem que pudessem usar seus dialetos naturalmente, aqueles aloglotas em solo brasileiro tiveram de buscar um denominador comum para que se entendessem mutuamente. Essa língua comum construída no Brasil, até se estabelecer e alcançar gerações de falantes, de alguma forma arrefeceu e teve sua evolução retardada em relação à língua que continuou seu curso normal na Europa.

### 2.2.3 Problemas epistemológicos

Tanto a hipótese crioulista quanto a derivista, porque são cabíveis, ainda se encontram vivas no debate e têm sido igualmente exploradas. Entretanto, as versões fortes de ambas têm problemas epistemológicos.

*Grosso modo*, é possível dizer que a versão forte da teoria crioulista afirma que necessariamente as diferenças do PB decorrem de um processo de criouliização (tendo o português como substrato e principalmente línguas indígenas e africanas como superstratos<sup>23</sup>). A

---

<sup>23</sup> Não existe propriamente um consenso sobre que língua é substrato ou superstrato numa situação de criouliização ou transmissão irregular. Alguns defendem que a língua que se

condição necessária dessa hipótese, como tentarei mostrar, é quebrada quando se verifica que todos os fenômenos supostamente resultantes da ação de línguas africanas na formação do PB alegados por Holm (1987), por exemplo, existem de modo idêntico em muitas outras línguas, latinas e não latinas, que jamais tiveram, em seu processo de formação, contato massivo com alguma língua africana, como é o caso do sueco:

O sueco (idioma que escolhemos simplesmente por ser esta a primeira língua de um dos autores, mas poderíamos chegar às mesmas conclusões utilizando muitas outras línguas) é uma língua que não passou por formas extremas de contato linguístico. Durante os últimos 800 anos, os seus falantes reduziram o sistema de gênero de três a dois gêneros gramaticais, deixaram de usar as flexões de caso para o acusativo e o dativo, abandonaram totalmente os paradigmas do subjuntivo e do condicional, deixaram de marcar a concordância de pessoa e número nos verbos (isso fez com que o número de formas nos paradigmas que restam tenha sido reduzido de seis a um). A ordem das palavras estabilizou-se como SVO com V2, substituindo a ordem anterior que era SOV, e os pronomes de sujeito tornaram-se obrigatórios. Na fonologia, as fricativas interdentais /θ, ð/ foram substituídas pelas equivalentes dentais /t, d/, e constatamos a palatalização das implosivas que precedem as vogais altas anteriores, à semelhança do PVB [português vernáculo brasileiro]. Alguns dialetos abandonaram as vogais anteriores arredondadas. O processo levou aproximadamente três séculos mais do que o período de formação do PVB, mas as reduções não são menos radicais do que as apresentadas na maioria das variantes do PVB. Sem dúvida, ninguém afirmaria que este é um fato a ser considerado como “provas abundantes” para demonstrar que o sueco é descendente do são-tomense. O sueco não é uma língua de contato e, portanto, nunca poderia ser classificado na mesma categoria que os semi-crioulos, nem mesmo pelos mais fervorosos defensores de uma hipótese de semi-crioulização no Brasil. (PARKWALL; LÓPEZ, 2003, p. 133).

Segundo Lucchesi e Lobo (1996), as principais características sintáticas que diferenciam o português vernáculo brasileiro da modalidade europeia da língua portuguesa seriam as seguintes:

1. realização do sujeito lexical e redução na flexão número-pessoal do verbo (EU vejo / NÓS fala(mos));

---

sobrepeõe à outra seja superstrato; nesse sentido, num suposto crioulo brasileiro, línguas indígenas seriam substrato, o português, superstrato, e línguas africanas, adstratos. Mas uma interpretação dominante na criolística focaliza o resultado desse processo (a língua crioula originada, por exemplo) e considera substrato a língua que ficou na base da nova língua, emprestando-lhe a estrutura gramatical, ao passo que a outra ou as outras línguas terão prestado um contributo mais superficial à nova língua (por isso, superstrato), deixando-lhe principalmente itens lexicais (cf. NARO, 1973).

2. variação da concordância nominal com preferência pela marcação do plural apenas no primeiro elemento do SN (OS carro(s) / AS casa(s));
3. realização variável do objeto direto, ou clíticos acusativos de 3ª pessoa, com as variáveis objeto nulo/forma nominativa da 3ª pessoa (Eu vejo/Eu vejo ELE);
4. colocação dos clíticos em posição pré-verbal (ME diga uma coisa);
5. estratégias de relativização: relativa com lacuna/relativa com pronome lembrete <sup>24</sup> /relativa cortadora (eu tenho uma professora que [⊙] é sueca/eu tenho uma professora que ELA é sueca/a professora que eu falei com ELA ontem/a professora que eu falei [⊙] ontem);
6. ordem dos constituintes na oração é SVO e possibilidade de interrogativas-Q sem nenhum movimento (eu como acarajé/você mora onde?);
7. preferência do falante brasileiro pelas formas do gerúndio quando o português escolhe a forma [a + infinitivo] (estou falando).

Na tese crioulista, essas características teriam sido induzidas pelo contato com línguas africanas ou teriam sido legadas por crioulos que surgiram no período da colonização, mistos de português com línguas africanas, isto é, seriam resultado de um processo de criouliização prévio. Tentarei analisar cada característica caso a caso.

Baxter (2009) afirma que as características 1 e 2 foram induzidas no PB por escravos que vieram ao Brasil e falavam o são-tomense, uma língua crioula de base portuguesa, cujo substrato assenta principalmente nas línguas kwa, faladas na Costa do Marfim, Gana, Togo, Benim e Nigéria. Baxter (2009, p. 270) baseia o seu argumento comparando exemplos de fala de uma comunidade quilombola do interior do Estado da Bahia, no Brasil, chamada Helvécia, e de uma comunidade de São Tomé, na África, chamada Monte Café. Eis uma de suas comparações:

*as pessoa de la é muito bom.* [Helvécia-M3]

*bota duas culeres n'agua morna* [Helvécia-M2]

---

<sup>24</sup> Esse tipo de relativização também é chamado de “relativização com pronome ressuntivo”. “Que” já não é mais considerado um pronome relativo mas uma partícula relativa; no exemplo, “ela” consiste em um pronome ressuntivo. A propósito, esta construção é padrão no idioma árabe, que não sofreu a agência de línguas africanas no desenvolvimento dessa estratégia de relativização.

*os ôtros disse* [Monte Café-H3]  
*issos coesa tudo* [Monte Café-H3]

Essa característica poderia, sim, ter sido induzida no PB por escravos falantes do são-tomense, entretanto, por que afirmar que essa indução é algo necessário? Diversas outras línguas, românicas e não românicas, que não sofreram processos de criouliização, já passaram pelo mesmo processo, em geral por conta de erosões fonéticas que motivaram mudanças no paradigma morfossintático: o inglês e o francês são exemplos clássicos. Além disso, esse mesmo fenômeno ocorre em Portugal, em dialetos rurais que se afastam da norma padrão daquele país; Scherre e Naro (1999, p. 235) fornecem os seguintes exemplos:

*era duas, três sardinha*  
*eu onte foi à Malhada*

Não só encontramos exemplos hoje em dia em Portugal, como também tal fenômeno já se manifestava no português arcaico (PA). Joseph Huber, filólogo alemão autor de *Altportugiesisches Elementarbuch* (Gramática do Português Antigo), publicada originalmente em 1933, notou alguns casos correntes no PA em que ocorria variação de concordância entre sujeito e predicado. Huber (1986 [1933], p. 152-154) faz os seguintes comentários a cada um desses casos.

**443.** *nêhũa cousa* ('nada') é tratado como masculino: *Nom lhes foi revelado nêhũa* (Euf. 362). *Nom foi a nos demonstrado nêhũa cousa* (Euf. 362).

Também *gentes* se liga por vezes, no sentido de *homens*, a um predicado masculino: *Muytas hi há de gentes... que som avyados a perdiçon* (TA. 50).

**444.** Quando de dois sujeitos um é masculino e o outro feminino, o predicado encontra-se na forma masculina: *A alma e o corpo ... foram ajuntados em hũu* (Corte imperial, p. 215 segundo Dias, Syntaxe, p. 16). *As suas mãos e os seus braços eram muy delleitosos pera veer* (da Corte imperial em TA. 61).

**445.** Quando de dois sujeitos um está na 1.<sup>a</sup> pessoa e o outro na 2.<sup>a</sup> ou 3.<sup>a</sup> pessoa do sing., o respectivo predicado encontra-se na 1.<sup>a</sup> pessoa do plural: *Padeçemos vós e eu* (CG. III, 75). *Si eu e a raina formos mortos, ...* (1214).

**446.** Por vezes, apesar de existirem dois sujeitos, o predicado encontra-se no singular: *E per esta guisa morreo o lobo e a rraposa* (Fab. 32).

Isto verifica-se especialmente quando os sujeitos são sinônimos: *A emjuria e vergonça nom he d'aquell que a rrecbe, mays He d'aquelle que a faz* (Fab. 18). *Muyta foi a alegria e folgança* (TA. 95). Note-se em ambos os casos a omissão do artigo definido no segundo sujeito.

Nota: Para *hi ha* ou *i á* (= fr. *il y a*) pode aparecer um sujeito no singular ou no plural: *outros i á; muytas hi ha de gentes*, cf. § 443.

447. Quando o sujeito apresenta uma forma de singular, mas tem significação de plural, o predicado encontra-se no plural: *E logo ... se ajuntarom deante Santo Antonio tamanha multidom de pexes grandes e pequenos (Milagres de Sto. Antonio 1). – toda a cristãidade que está ã grã coyta (Nunes 49).*

É interessante o seguinte exemplo pelo fato de o predicado para o mesmo sujeito (*gente*) aparecer uma vez no singular e outra no plural: *Toda gente te lança de ssy com nojo de que de ty han (Fab. 23);* cf. Leite de Vasconcellos, *O livro de Esopo*, 1906, pág. 111.

Os casos relatados nos parágrafos 444 e 445 são previstos mesmo nas atuais gramáticas europeias e, embora tenham causado estranheza a Huber, são irrelevantes no momento. O caso 445 diz respeito à conhecida distinção entre a 1ª pessoa do plural inclusiva (“eu e você”) e a exclusiva (“eu e os outros”), encontrada em muitas línguas, embora ainda não esteja claro por que elas línguas assumem a forma da 1ª do plural, e não as formas inclusivas da 2ª e 3ª pessoa do plural respectivamente. Entretanto, os casos expostos nos parágrafos 443, 446, 447 e 448 são variações de concordância comparáveis às trazidas por Baxter. Scherre e Naro (2007, p. 153) trazem outros exemplos de variação de concordância no português arcaico:

- (1) *mas DAVA (3ª sg.) lhe gram torva as portas çarradas* Vida e Feitos de Júlio César, p. 224, cxxxix
- (2) *a todos aqueles que se fazem (3ª pl.) afora da carreira do pecado e TORNA (3ª sg.) a direita carreira* A Demanda do Santo Graal, xxi, 160, p. 223
- (3) *Entom os parentes OUVE (3ª sg.) conselho e confessaron (3ª pl.)* Os Diálogos de São Gregório, 1.24.23 (35)
- (4) *Aqueles que, da gente d’Alexandria, REINO (3ª sg.) no Egipto.* Vida e Feitos de Júlio César, p. 554, 1.12

Diante desses fatos, por que afirmar que o PB herdou do são-tomense essa característica, uma vez que ela já existia nos dialetos dos falantes portugueses que povoaram o Brasil? Esses fatos parecem quebrar a versão forte da tese crioulista.

O mesmo vale para as características 3 e 4, que Lucchesi e Mendes (2009) afirmam ser resultado de criouliização prévia no PB, por enxergarem semelhanças com o crioulo de Cabo Verde. A preferência que o PB apresenta pela próclise (característica 4) é a tendência geral de todas as línguas românicas e já existia no PA. A próclise do pronome átono é corrente no PB até mesmo em enunciados em que, categoricamente no PE, a ênclise é exigida. Essa questão é muito debatida desde o século XIX e, atualmente, é rotulada de “posição dos clíticos”.



A este respeito, ainda cabe notar que Mattos e Silva (2004), embora não se declare favorável ao argumento do caráter arcaizante, reconhece que o plano sintático apresenta de fato muitos traços permanentes. Segundo ela, “[...] no século XVI, os clíticos se tornaram mais proclíticos na documentação quinhentista que na arcaica e, no correr da história do português europeu, a ênclise voltaria a ser privilegiada.” (p. 136). Considerando que, justamente nessa época em que a língua se tornou proclítica, o Brasil recebeu um grande influxo de colonizadores, tal tendência trazida pode ter se perpetuado aqui, enquanto que lá foi dirimida – ao menos na variedade padrão. A tendência proclítica, porém, já se fazia presente de modo significativo desde o início do período arcaico. Eidelwein (2010) analisou uma série de textos desse período, entre eles, crônicas de Roi Fernández de Santiago e Fernão Lopes, poemas de Afonso Sanches, Joan Soares Coelho, Lopo Lias e João Garcia de Guilhade, uma cantiga de Dom Dinis, um relato chamado “A Notícia do Torto” e um documento oficial chamado “Carta dos Juízes de Abrantes”. A partir de sua análise, o autor constatou o seguinte:

[...] a próclise é utilizada em muitas situações em que hoje, a ênclise seria utilizada em Portugal, incluindo em posição inicial de oração. Se constata, por conseguinte, a flexibilização das colocações pronominais mesmo nesse período que foi, segundo Teyssier, o período de fixação da ênclise em Portugal. (EIDELWEIN, 2010, p. 30).

Essa constatação reforça a tese de que o PA era flexível em muitos aspectos sintáticos assim como o PB ainda o é. Resumindo a linha argumentativa, podemos sugerir o seguinte: a posição dos clíticos era variável no PA; no início do período arcaico, predominava a ênclise, porém na passagem para o período moderno houve uma emergência da próclise; o PE dirimiu a tendência proclítica e normatizou a ênclise, enquanto que o PB manteve a flexibilidade clítica do PA, salientando a tendência proclítica trazida no século XVI ao Brasil.

Além disso, para a característica 3 – realização variável do objeto direto, ou clíticos acusativos de 3ª pessoa, com as variáveis objeto nulo/forma nominativa da 3ª pessoa (Eu vejo/Eu vejo ELE) – existe uma explicação estrutural bastante plausível. Mattoso Câmara Jr. (1957, p. 43), quem já estudou a fundo a hipótese crioulista, defende a seguinte explicação para o fenômeno em questão:

Partindo do pressuposto de que a colocação pronominal brasileira é predominantemente proclítica, visto que nessa variedade não há pronomes

oblíquos propriamente átonos, [...] a anteposição de o, a ao verbo (como em o vi) formaria um vocábulo fonético iniciado por vogal, situação em que se manifesta a tendência à aférese dessa vogal (como em *magina* por *imagina* etc.). Ora, no nível sintático, essa vogal desempenha o papel de argumento do verbo, e assim sua perda acarretaria um prejuízo na organização da oração. Vem daqui sua substituição por ele, que se transforma na estrutura do PB numa forma invariável, apta a desempenhar a função de nominativo ou de acusativo. Não é necessário, portanto, recorrer à influência de falares crioulos para justificar essa construção, como fizeram diversos autores.

Com respeito às características 5 e 6, que se referem a estratégias de relativização, ordem dos constituintes SVO e possibilidade de interrogativas-Q sem nenhum movimento, é importante notar, os próprios crioulistas admitem que “[...] do ponto de vista empírico, o estudo das sentenças relativas nessas comunidades [quilombolas] não fornece evidências de um processo anterior de pidginização/crioulização do PB” (RIBEIRO, 2009, p. 185). Quanto à ordem dos constituintes, devemos notar que a ordem SVO já havia se estabelecido desde o latim vernáculo, porquanto não há necessidade de afirmar que se trata de uma característica crioula. As estratégias de relativização assim como as sentenças interrogativas sem movimento são reconhecidas como uma inovação do PB e têm sido muito estudadas ultimamente. Uma revisão desse assunto foi feita recentemente por Almeida e Lima-Salles (2011). Quanto às estratégias de relativização, parece claro que se trata de um caso de “reanálise” da estrutura gramatical, porém as motivações dessa reanálise não são plenamente conhecidas. As interrogativas sem movimento indicam que o PB comporta-se como uma língua de tópico-comentário, sendo que as relações de restrição e escopo são indicadas pela saliência fônica na frase.

Quanto à característica 7 (a preferência pelo gerúndio em vez do infinitivo preposicionado em perífrases), mais uma vez podemos encontrar a mesma forma no português arcaico. Como admitem Cunha (1986) e Paiva Boléo (1974), a construção estar (andar etc.) + gerúndio, preferida no Brasil, é a mais antiga no idioma e ainda tem vitalidade em dialetos centro-meridionais de Portugal (principalmente no Alentejo e no Algarve), nos Açores e nos países africanos de língua oficial portuguesa. “Os escritores portugueses e brasileiros contemporâneos preferem, obviamente, a construção predominante em seus respectivos países, mas servem-se supletivamente da outra” (CUNHA, 1986, p. 221).

Mattos e Silva (2004), que questiona também esse ponto, lembra que esse fato sintático foi estudado pelo filólogo sueco Bertil Maler, em

1972, que analisou textos poéticos e teatrais do século XVI e verificou que essa variação já acontecia então. Para a autora, isso muda um pouco a questão: se ambas as perífrases eram possíveis no PA, alguma delas era mais regular? qual surgiu primeiro?

Respondendo – não de modo definitivo – a esses questionamentos, cabe observar que, além de Cunha, Boléo e outros especialistas insistirem em afirmar que *estar + gerúndio* é a construção mais antiga, é significativo o fato de Huber (1986 [1933]), em sua *Gramática do Português Antigo* (baseada em textos que vão desde os primórdios do PA, no século XII, até o século XV), não ter feito nenhuma menção à construção *estar + a + infinitivo* (típica do PE) e, por outro lado, ter dado destaque à perífrase que utiliza o gerúndio, atestando sua normalidade.

**367.** *andar, ir, ser* ou *ficar + gerúndio* usam-se muitas vezes para formar a linguagem perifrástica do verbo simples:

- a) *Paununcio andava catando algũu homẽ santo (Euf. 357). Sempre andou buscando os hermos (TA. 64). Seu abade Sam Bẽento ho amoestou muytas vegadas que nõ andasse vaguejando pelo mundo (TA. 45). A aguia, andando buscando caça pera seus filhos, achou os filhos da raposa (Fab. 13).*
- b) *Pela ribeira do rio cantando ía la dona-uirgo (CV. 767). Foi correndo ao abade (Euf. 365). Eu mui passo fui-mi achegando (CV. 454). Foi (fui) poderia também ser pret. perf. definido de seer 'ser', cf. § 401, 5.*
- c) *Seve chorando CD. 1660. Seve jurando CD. 1661. Quanto a seve, cf. § 404, 2.*
- d) *Per esta guisa o leom ficou chorando (Fab. 16).*

**368.** *estar + gerúndio* designa uma acção que está precisamente a decorrer num certo momento e ainda não terminou; por exemplo: *Está a aquella freesta fallando com Dom Galvam (Grael 1). – Ela s'estava queixando (CD. 448). – estar comendo (Fab. 12).* (HUBER, 1986 [1933], p. 211).

Esses fatos sugerem que, se a perífrase com o gerúndio não é a forma mais antiga, foi ao menos a forma mais regular no PA. Consequentemente, faz sentido afirmar que o PB é mais mantenedor por ter sustentado essa construção, enquanto que o PE fez emergir a perífrase com o infinitivo preposicionado. Portanto, mais uma vez, não é preciso invocar a hipótese de crioulização prévia para explicar essa característica. Ademais, estes fenômenos não podem estar relacionados a crioulização, uma vez que não existe nada semelhante em nenhum dos possíveis substratos africanos.

Diante desses fatos, considerando a insuficiência de indícios de crioulização na gramática do PB, Parkvall e López (2003, p. 114) afirmaram:

[...] enquanto a distância entre o PVB [português vernacular brasileiro], inclusive as variantes rurais que mais se afastam do padrão, e o português europeu padrão é constituída por um conjunto limitado de características, a distância entre o primeiro e um crioulo prototípico é considerável.

Volker Noll (2008, p. 290), tendo examinado e comparado as pesquisas ligadas a esse debate, afirmou:

As teses de influências externas específicas no desenvolvimento do português brasileiro não são verificáveis. Isso vale, de igual modo, para a influência africana, no sentido de uma antiga crioulização [...], para as influências indígenas ou africanas fora do vocabulário [...], para a suposta predominância das variedades meridionais do português europeu na formação do português brasileiro [...], para a alegada influência da Corte portuguesa na difusão do chiamento no Rio de Janeiro [...] e para a assumida influência açoriana em Santa Catarina.

Isso sugere que tais fenômenos estão ligados a universais linguísticos ou, ainda, que fazem parte da deriva de uma série de línguas afins. Nesse ponto, porém, essa segunda hipótese – embora atraente – começa a ficar etérea e impalpável, o que dificulta testes de falseamento e, logo, sua verificação científica. Eis o ponto falho da versão forte da teoria da deriva: o que é exatamente a deriva de uma língua? Como enxergar a deriva e submetê-la a uma apreciação objetiva se até mesmo Sapir, autor do conceito, afirmou que as inclinações de uma língua e as mudanças pelas quais ela passará no futuro são imperceptíveis no presente?

Vennemann (1975), para tentar minimizar a imprecisão do conceito de deriva, revisitou os pressupostos de Sapir e mostrou que podem ser inscritos nessa mesma corrente trabalhos posteriores de uma série de autores, entre eles Ch. C. Gries, Lakoff, Greenberg e Lehmann. Nem todos esses autores vincularam seus trabalhos à teoria da deriva, porém Vennemann mostra que a ligação deles com a proposta de Sapir é evidente. Nesse mesmo ensaio, Vennemann reconstrói as transformações estruturais que levaram línguas sintéticas como o latim, o grego e o protogermânico, cuja ordem dos constituintes era SOV, a se transformarem em línguas analíticas, com predominância da ordem SVO. No Brasil, tendo em conta a formação do PB, a primeira aplicação da teoria da deriva foi levada a cabo pelo já citado Câmara Jr. em 1957.

Muitos outros trabalhos se seguiram a este, com destaque para Naro (1971), que focalizou mudanças fonético-fonológicas, e Scherre e Naro (2007), que acrescentou mudanças sintáticas aos estudos derivistas.

Todos estes estudos citados de alguma forma contribuem para viabilizar a apreciação de uma deriva linguística e para torná-la mais palpável. Podemos não dispor de muitos recursos para prever os caminhos que uma língua percorrerá, mas podemos tentar recuperar os caminhos que ela já percorreu e tirar conclusões minimamente seguras disso. Portanto, parece-me que, para tentar encontrar uma resposta para o que é a deriva, a linguística histórica, a filologia e outras abordagens diacrônicas se apresentam como alternativas cabíveis, ainda que potencialmente fracas diante da imensidão de dados linguísticos inacessíveis por causa do efeito do tempo.

Ademais, o já mencionado princípio uniformitarista de Labov (1994) contribui com a teoria da deriva, dispensando a necessidade de dispor de vastos registros históricos para entender a deriva de uma língua, ao permitir que se infira o passado dela pelos processos em curso no presente. Se esse princípio estiver correto, podemos inferir a deriva do PB apenas a partir de resquícios de seus antepassados linguísticos tendo como contraponto estudos variacionistas sincrônicos. Em partes, é o que vêm tentando fazer Marta Scherre e Anthony Naro.

Enfim, as versões fortes de ambas as teorias apresentam problemas epistemológicos. Por um lado, a hipótese crioulista vê a sua versão forte quebrada no momento em que a condição necessária de uma criouliização prévia para explicar as características distintivas do PB torna-se apenas uma possibilidade (e não mais uma necessidade). Com isso, resta-lhe a versão fraca: as características que distinguem o PB *podem* ter sido induzidas por um processo de criouliização prévio. Por outro lado, a versão forte da hipótese derivista é quebrada uma vez que o cerne da sua capacidade heurística (o conceito de deriva) consiste em algo vago, de difícil observação. Resta-lhe buscar pequenos *insights* internalistas, descrevendo mudanças funcionalmente guiadas, entre outras.

Ao examinar os problemas epistemológicos da teoria crioulista, foi possível constatar que certos fatos alegadamente originados de contatos com línguas africanas são mais antigos na língua e, para serem explicados, não requerem que tais contatos sejam necessariamente invocados. É o caso, por exemplo, da redução na flexão número-pessoal do verbo, da variação da concordância nominal com preferência pela marcação do plural apenas no primeiro elemento do SN, da colocação dos clíticos em posição pré-verbal, da ordem dos constituintes SVO e da

preferência do falante brasileiro pelas formas do gerúndio quando o português escolhe a forma [a + infinitivo]. Todos esses fatos existem, pelo menos, desde o português arcaico – alguns deles são mais antigos e remetem ao latim. Alguns desses fatos, hoje em dia, existem apenas no PB e não no PE, e por isso são considerados permanências distintas do PB. Além dessas permanências distintas no plano sintático, os defensores da tese de que o PB tem uma identidade gramatical única por ser parcialmente arcaizante já elencaram outros casos igualmente importantes.

Como anunciei no final da seção 2.2, daqui em diante tentarei relacionar essas permanências e reincidências distintas do PB em relação ao PE e verificarei se tais casos remontam especificamente ao português arcaico ou se é possível vinculá-los ao latim.

### 2.2.4 Permanências e reincidências fônicas

Destacarei aqui algumas características fônicas do PB que têm sido usadas para afirmar seu caráter mantenedor. São elas: a manutenção das vogais átonas; a manutenção dos ditongos /ej/ e /ej̃/; e o não desenvolvimento da oposição entre /a/ e /ɐ/ para dissolver a neutralização entre presente e pretérito perfeito do indicativo na 3ª do plural; o alçamento das vogais médias; queda de /s/ e nasal finais; entre outros epifenômenos. Cabe notar que a maior parte dessas características está relacionada à seguinte síntese de Noll (2008, p. 280): “o vocalismo brasileiro, em comparação com o europeu, se apresenta com aspectos essencialmente conservadores, enquanto o consonantismo está permeado de inovações.”

#### 2.2.4.1 Vogais átonas

Conforme Teyssier (1997, p. 56-63; 82), do século XVIII em diante, o PE sofreu uma redução das vogais átonas, tanto das pretônicas quanto das postônicas. Segundo o mesmo autor, atualmente, em Portugal, existem as vogais postônicas não finais /i/, /e/ (realizado como [ɛ] ou [ə]), /a/ (realizado como [ɐ]), /o/ (realizado como [u] ou [ɔ]) e /u/. As formas [ə] e [ɐ] são reduções postônicas não finais que o PB desconhece, consideradas inovações do PE.

Em posição final, observa-se também a redução de /e/, /a/ e /o/ para, respectivamente, [ə], [ɐ] e [u]. Em posição pretônica, observam-se as seguintes vogais: /i/, /e/ (realizado como [ɛ] ou [ə]), /a/ (realizado como [ɐ]), /o/ (realizado como [o], [ɔ] ou [u]) e /u/. Segundo Gonçalves e Basso (2010), no PE, justamente devido a essa evolução de seu sistema vocálico, há ainda diferenças entre “pregar”, fixar com pregos,

que se pronuncia [prə'gar], e cuja origem remonta ao vocábulo latino *plicāre*, e “pregar”, dar um sermão, que se pronuncia [prə'gar], e cuja origem remonta ao vocábulo latino *praedicāre*.

É principalmente essa redução das vogais do PE que dá a impressão aos ouvidos brasileiros de que eles “comem as sílabas” ou “falam mais rápido”. O enfraquecimento das vogais átonas deu mais saliência às vogais tônicas, fazendo com que o português europeu tenha sua prosódia particular. (GONÇALVES; BASSO, 2010, p. 110).

Esse é um dos pontos centrais da tese do caráter arcaizante do PB, pois há fortes indícios de que o PA, como o PB ainda o faz, não reduzia as vogais átonas. Fernão d'Oliveira, primeiro gramático da língua portuguesa, observa, em 1536, que os portugueses “falavam como homens assentados e com grande repouso”. Celso Cunha (1986, p. 204), embora questione a tese do caráter arcaizante do PB em certos aspectos, interpreta que Fernão d'Oliveira, ao afirmar que os portugueses arcaicos falavam “com fundamento no exame perfunctório da métrica do tempo”, está indicando que a silabação do PA era bem marcada devido à força das vogais átonas (tão longas quanto as tônicas).

Parkinson (1988, p. 142) corrobora a visão de Cunha (1986), afirmando que o ritmo do PE é resultado de desenvolvimentos recentes, e acrescenta uma outra evidência: a métrica da poesia portuguesa reflete o antigo “estado das coisas” e é baseado na contagem silábica.

O trabalho de Yeda Pessoa de Castro (2001) ataca esse ponto, alegando que – da mesma forma que se pode explicar a não redução das vogais do PB dizendo que ele manteve essa característica do PA – também é possível dizer que isso aconteceu por conta da influência das línguas africanas que vieram ao Brasil. A maior parte das línguas que os escravos trouxeram consigo da África para o Brasil pertenciam ou à família banto ou à família kwa, e a estrutura silábica das línguas dessas famílias tendia predominante ao padrão universal CV (consoante-vogal). Segundo a autora, não havia vogais alteadas e centralizadas nessas línguas – como veio a haver no PE. Portanto, ela defende que o fato de o PB resistir à redução das vogais deve ser creditado à influência que recebeu das línguas africanas, e não a uma suposta tendência a manter características arcaicas.

A influência alegada por Castro (2001) pode ter tido relevância para que o PB mantivesse as vogais átonas, porém, se olharmos para o desenvolvimento prosódico das línguas românicas numa perspectiva histórica, provavelmente essa influência soará mais como um fator contribuinte adicional do que como um fator decisivo.

#### 2.2.4.1.1 As vogais átonas e o latim

Indo mais além na investigação das razões para a manutenção das vogais átonas no PB, veremos que essa permanência encontra lastro não apenas no PA, mas também no latim. Para explicar essa conexão, é necessário prestar alguns esclarecimentos sobre uma classificação universal que caracteriza as línguas naturais no que diz respeito à prosódia – mais especificamente ao ritmo: a distinção entre línguas silábicas e línguas acentuais. Essa classificação foi proposta inicialmente por Pike (1943, p. 34), que cunhou os termos “*syllable-timed*” e “*stress-timed rhythm*”. Mais tarde, Matte (1982) criaria o par terminológico “*mode décroissant vs. mode croissant*”, basicamente equivalente à distinção feita por Pike (1943) entre ritmo acentual e ritmo silábico – este último também chamado de ritmo moroso (“*mora-timed rhythm*”).

Conforme Loporcaro (2011, p. 105), por algum tempo, essa classificação foi criticada por ser muito especulativa ou esquemática, mas muitos estudos nas últimas décadas renovaram a credibilidade dessa perspectiva, desenvolvendo métodos quantitativos sofisticados para determinar a qual tipo rítmico uma língua pertence, com base em evidências experimentais. Essa revisita à proposta de Pike (1943) fez com que Bertinetto e Bertini (2008, p. 1) propusessem uma reinterpretação da dicotomia “ritmo acentual vs. ritmo silábico” em termos de “controle vs. compensação”:

An ideally controlling [...] language should be conceived of as a language in which all segments receive the same amount of expenditure, i.e. articulatory effort, and (ideally) tend to have the same duration. This is obviously impossible, due to the varying points and manners of articulation; but this view acquires plausibility once we consider how languages do in fact differ in terms of the coupling of vocalic and consonantal gestures. Some languages admit a much higher segmental overlap (coarticulation) than others.

Assim, as línguas partem desse tipo ideal “baseado no controle”, dependendo da quantidade de sobreposição coarticulatória que elas permitem. Aquelas que permitem uma coarticulação mais forte (leia-se, encontros consonantais complexos) são exemplos do tipo “compensatório” e mostram uma compressão mais forte dos segmentos que ocorrem em posições prosódicas fracas. Como não há necessidade de entrar em detalhes técnicos aqui, por ora, basta pontuar que, ainda hoje, “[...] a classificação das línguas em dois tipos rítmicos básicos se apresenta como uma ferramenta viável para caracterizar variação linguística horizontal.” (LOPORCARO, 2011, p. 105).



Esse tipo de classificação tem sido aplicado às línguas românicas. A maioria das variedades *standard* das línguas românicas modernas parecem ser claros exemplos de línguas cujo ritmo é baseado na sílaba (ou “no controle”): estudos que comprovam essa constatação são um trabalho de Bertinetto (1977) sobre o italiano, um estudo comparativo de Ramus (1999) sobre o italiano, o espanhol, o catalão e o francês, e um estudo de Parkinson (1988) sobre o PE e o PB. Há também um estudo de Grabe e Low (2002) cujos resultados mostram que o francês e o espanhol diferem claramente de línguas acentuais como o alemão e o holandês.

Interessa-me aqui particularmente o estudo de Parkinson (1988) sobre o PE e o PB. Nele, o autor mostra que o PE é uma exceção entre as línguas românicas por ser uma língua acentual (ou compensatória). Assim, enquanto sílabas átonas são (e têm sido) relativamente estáveis em espanhol ou italiano, ou no PB, elas sofreram uma redução drástica no PE. Por exemplo: *restaurantes* [Rəʃtau' rãtəʃ] → [Rʃtau' rãtʃ], *perfeito* [pər'fɛjtu] → [pɾ'fɛit] (PARKINSON, 1988, p. 141). Corroborando o que já afirmei antes, tanto Loporcaro (2011, p. 105) quanto Parkinson (1988, p. 141) concordam que essa mudança no PE é um desenvolvimento recente, já que o PB não apresenta essas reduções e tem muito menos tolerância a encontros consonantais complexos. Prova disso é o acréscimo de vogais epentéticas como sinal de intolerância à sobreposição coarticulatória: *abstrato* [abi'stratu], *advogado* [adzivo'gadu]. Nos termos de Parkinson (1988, p. 141-142):

Phonetically, European Portuguese is a clear case of a stress-timed language, in that its rhythmic pattern is based on the occurrence of stressed syllables at regular intervals. This entails that atonic syllables are considerably shorter than tonic ones. In addition, atonic vowels are centralised and raised, and [ə] and [u] are frequently effaced or reduced to secondary articulation of preceding consonants, resulting in frequent consonant clusters and syllabic consonants at the phonetic level [...]. Brazilian Portuguese is mainly syllable-timed, with atonic syllables more equal in length to tonic syllables, little vowel reduction, few syllable-final consonants, weakening of syllable-final /r/, and breaking of medial clusters by vowel epenthesis. The rhythm of European Portuguese is the result of relatively recent developments: Portuguese verse metre reflects the older state of affairs, and is based on syllable-counting.

Na tentativa de encontrar razões para essa larga predominância do ritmo silábico entre as línguas românicas modernas, Loporcaro (2011, p. 106) admite que, se, por um lado, hipóteses sobre línguas vivas podem ser testadas experimentalmente, por outro lado, para testar hipóteses sobre o romance ou sobre o latim, só nos resta a reconstrução, e a

reconstrução (especificamente a reconstrução prosódica) é um terreno muito escorregadio: “a evidência disponível é puramente qualitativa, reduzindo-se basicamente a mudanças segmentais documentadas (e.g., redução vocálica, síncope e processos afins).” (LOPORCARO, 2011, p. 106). Ainda assim, muitos estudiosos têm levado adiante hipóteses que invocam mudanças rítmicas como um fator explanatório na história das línguas românicas.

Não quero parecer demasiado comparatista, mas tratarei brevemente de estudos sobre o francês por dois motivos: (1) para exemplificar estudos consistentes que chegaram a fortes conclusões com base em reconstruções prosódicas; e (2) porque a história da prosódia francesa pode iluminar a nossa compreensão sobre as conexões entre o PA e o latim no que se refere ao seu padrão prosódico e, conseqüentemente, à manutenção das vogais átonas. Hoje, o PE parece ser a única língua claramente acentual (ou compensatória) entre as línguas românicas modernas. Entretanto, o francês, que hoje é considerado uma língua silábica, já foi uma língua de padrão acentual até meados de sua história. Estudos de Richter (1911), Matte (1982, p. 59), Palermo (1971, p. 43) e Dressler (1992, p. 132) mostram que a ocorrência massiva de processos de enfraquecimento em posição átona no francês arcaico é explicada pelo fato de que essa língua passou por um estágio de ritmo acentual. O retorno para o ritmo silábico (hoje em vigor) aconteceu exatamente com o fim das reduções segmentais em posições fracas prosodicamente (processo típico de línguas acentuais). Assim, uma vez que vocábulos como *dominicum* ou *officinam*, ao passar por várias etapas, foram reestruturados como [dimã] (‘domingo’) e [yzin] (‘usina’), não havia mais o que reduzir, e então o ritmo silábico foi restaurado.

Como já mencionei antes, Matte (1982) traça as mudanças no padrão rítmico geral ao longo da história do francês, usando o par terminológico *mode décroissant* vs. *mode croissant* (modo decrescente vs. modo crescente). Para o autor, esses “modos” podem ser observados extensivamente (por meio das línguas pertencentes a um ou outro modo; por exemplo, inglês, *decroissant* vs. francês moderno, *croissant*) e intensivamente (a partir de características usadas para diagnosticar os dois tipos, por exemplo, enfraquecimento vs. ausência de enfraquecimento de vogais átonas, transições C-V-C apresentando mais ou menos coarticulação etc.). Usando essa metodologia, Matte (1982, p. 59-60) verifica que o latim funcionava conforme o *mode croissant* (ou seja, era uma língua silábica, assim como o PA e o PB). No desenvolvimento do latim vernacular para o romance gálico e

posteriormente para a língua francesa, ocorreram mudanças graduais em direção ao polo rítmico oposto, sendo que essas mudanças culminaram no século sétimo. Por volta dessa época, o francês arcaico era, na opinião de Matte, um claro caso de *mode décroissant* (língua acentual). Depois de um período de estabilidade da prosódia acentual (do séc. IX ao séc. XIII), a prosódia silábica voltou a ganhar terreno (do séc. XIII ao séc. XVII) e se estabilizou em seguida.

Embora muitos aspectos dessa reconstrução específica permanecerão puramente especulativos, as mudanças constatadas no padrão rítmico geral parecem oferecer uma linha de explicação unificante muito atraente para compreendermos as revoluções prosódicas na história românica. Como argumenta Loporcaro (2011, p. 107), se considerarmos as sínopes, por um lado, e as mudanças na estrutura silábica, por outro, veremos que as curvas evolutivas coincidem perfeitamente. A força dessas correlações nos permitem constatar que o latim arcaico era uma língua acentual, tendo sofrido uma série de reduções até chegar num limite, assim como o francês arcaico. Nesse ponto limítrofe (o início do período clássico), a língua assumiu o padrão silábico. Nos termos da autora, encontramos mais detalhes:

Archaic Latin went through a stage (sixth to fifth centuries BC) in which syncope applied and many distinctively long vowels in unstressed position were shortened; at the same time, there is evidence for heterosyllabication even of *muta cum liquida* clusters (*consĕcro*, not *\*\*consĭcro*). It is tempting to explain all these facts as epiphenomena of one single rhythmic principle: archaic Latin might have tended towards stress-timing. The reverse is true of the Latin language of the classical period, in which unstressed syllables remained stable and *muta cum liquida* clusters were tautosyllabic, betokening a lesser power of attraction on the part of the stressed nucleus. (LOPORCARO, 2011, p. 107).

Tanto a redução de segmentos átonos quanto a síncope são clássicos sintomas de ritmo acentual. Do mesmo modo, é consenso que o acento está apto a influenciar a silabação. Vennemann (1988, p. 59), por exemplo, ao tratar de silabação no inglês arcaico, faz a seguinte afirmação: “uma primeira sílaba acentuada tende a atrair mais fortemente parte do grupo seguinte para si do que uma primeira sílaba átona”. Essa tendência tem consequências diretas na silabação em línguas acentuais como o inglês ou o alemão, mas não em línguas tipicamente silábicas como o espanhol, o italiano ou o PB. Assim, para Loporcaro (2011, p. 107), a heterossilabação no latim pré-literário pode receber uma explicação rítmico-prosódica (em termos de ritmo acentual). E, uma vez que essa mesma síndrome (a intensificação da

síncope assim como da heterossilabação de grupos do tipo C+r/l/j) ocorreu novamente na transição do latim para o romance, parece possível oferecer a mesma explicação para o que parece ser o mesmo fenômeno.

Loporcaro (2011, p. 107-108), portanto, admite que o protorromance deve ter mudado novamente em direção ao polo acentual. O mais interessante, contudo, é que ela afasta a possibilidade de que isso tenha acontecido por influência de um substrato (no caso, do substrato gaulês):

This cannot, however, be due primarily to the Gaulish (or any other specific) substratum, since it is by no means limited to northern Gaul. [...] it was shown that central-southern Italian dialects have preserved heterosyllabic *muta cum liquida* clusters all along (-C+j- clusters were affected by several changes). It can now be added that there is evidence (cf. the experimental studies by Trumper et al. 1991; Schmid 2004) that those dialects have adhered to the stress-timed type down to this day.

Portanto, a julgar pelos argumentos e dados apresentados pelos estudiosos citados até aqui, podemos concluir que: (1) a redução de vogais átonas está diretamente ligada a uma tendência (assumível por qualquer língua) em direção ao padrão acentual; (2) há um ciclo contínuo que faz com que as línguas oscilem entre um polo (o padrão silábico) e outro (o padrão acentual), respeitando uma dinâmica de controle e compensação; (3) o latim arcaico era acentual, o do período clássico se tornou silábico, o protorromance pendeu para o ritmo acentual e, em seguida, por volta do século XIII, as línguas românicas modernas restauraram o ritmo silábico, predominante até hoje em todas as suas variedades *standard*, exceto no PE.

Se essas conclusões estiverem corretas, podemos considerar a manutenção das vogais átonas no PB tanto como uma permanência do PA quanto um processo reincidente do latim: as duas leituras são possíveis. Além disso, podemos admitir que a força desse movimento pendular (entre o padrão silábico e o acentual) que atravessa a deriva latino-românica parece dispensar argumentos *ad hoc* como a influência de substratos ou adstratos, e isso vale tanto para os estratos gauleses no período do romance quanto para os estratos africanos no caso do PB.

#### 2.2.4.2 Ditongos /ej/ e /eĩ/

Ainda com relação às vogais, no século XIX, inovações fonéticas nas faixas portuguesas onde não havia o monotongo levaram o ditongo /ej/ a se transformar em /aj/ e o ditongo /eĩ/ a se transformar em /aĩ/.

Assim, tornou-se possível aos lusitanos rimar *bem* com *mãe*; e pronuncia-se “*peito*” como [ˈpɛjtu]. Conforme Barreto (2008), Bassetto (2001) e Parkinson (1988), isso não acontece no PB, que mantém a pronúncia arcaica.

Barreto (2008, p. 57) observa que no poema “O menino da sua mãe”, de Fernando Pessoa, “pode-se observar uma rima perfeita entre ‘*tem*’ e ‘*mãe*’. Tal alteração fonética, contudo, nunca foi copiada por brasileiros em sua fala, quer formal ou informal”.

Bassetto (2001, p. 245) dá mais detalhes sobre esse fenômeno, com ligeiras diferenças na interpretação dos sons e fonemas, e alegando que “esse fato representa um esforço, certamente involuntário, [dos falantes de PE] de evitar a redução do ditongo a uma vogal simples”:

O ditongo /ei/ em sílaba tônica se mantém no português do Brasil; em posição átona, sobretudo na proximidade de uma consoante líquida ou fricativa, é reduzido a /e/: *leite*, *falei*, *sei*; e *primeiro* /primeiro/, *brasileiro* /brasileiro/, *beijo* /bejo/, *peixe* /pexe/. Em Portugal, /ei/ emite-se /ai/: *leite* /laite/, *primeiro* /primaíro/, *beijo* /baijo/, *peixe* /paixe/. O mesmo fenômeno acontece com o ditongo /êi/, grafado /ém/, pronunciado em Portugal com /ãi/: *também* /tambêi/ e /tambãi/ respectivamente, *ninguém* /ninguêi/ e /ningãi/. Esse fato representa um esforço, certamente involuntário, de evitar a redução do ditongo a uma vogal simples, o que aconteceu também como alemão, língua que na escrita conservou a pronúncia antiga dos ditongos /ei/ e /eu/, modernamente emitidos como /ai/ e /ói/ respectivamente. Como *Eid* /Aid/, “juramento”, *Feuchtigkeit* /Fohtigkait/, “umidade”.

Parkinson (1988, p. 132) também notou esse fenômeno, mas, enquanto Bassetto (2001, p. 245) põe o foco no ditongo, afirmando que no PE tal ditongo muda “na proximidade de uma consoante líquida ou fricativa”, Parkinson afirma que a mudança do ditongo é decorrente de um comportamento geral da vogal [ɐ] quando precede as consoantes palatais /ʃʒʎɲ/. Além disso, o autor vincula essa característica especificamente ao dialeto lisbonense: “In Lisbon EP [ɐ] is found preceding the palatal consonants /ʃʒʎɲ/, where other accents have [e], and the diphthongs /ei/ and /êi/ correspond to /ei/ and /êi/ in other accents.” Parkinson, contudo, não dá exemplos dessa mudança vocálica fora do contexto do ditongo em questão.

Indo além na discussão, e considerando que estamos diante de uma centralização da vogal /e/ para /ɐ/, creio que seja apropriado recuperar o que expusemos antes, na seção anterior, também a partir de Parkinson (1988, p. 141-142), com relação aos efeitos no sistema vocálico do PE causados pela mudança para o padrão prosódico acentual. Segundo o autor, essa mudança faz com que,

“consequentemente, as vogais átonas sejam centralizadas e alçadas, e com que [ə] e [u] sejam frequentemente apagados ou reduzidos a uma articulação secundária das consoantes precedentes”. Portanto, recapitulando, vimos que o padrão rítmico afeta a posição das vogais, especialmente das átonas, uma vez que o padrão acentual (*stress-timed rhythm*) tende a centralizá-las e alçá-las, ou apagá-las, ou reduzi-las a uma articulação secundária de alguma consoante próxima, sendo que o padrão silábico (*syllable-timed rhythm*) – ao contrário – tende a mantê-las mais distribuídas em termos de altura e extensão. Esse fator pode parecer ser pouco relevante para o caso em questão, já que estamos de diante de uma vogal tônica (e não átona) que sofre abaixamento (e não alçamento), embora também sofra centralização. No entanto, se pensarmos na dinâmica de controle vs. compensação proposta por Bertinetto e Bertini (2008), a mudança de padrão rítmico pode nos oferecer um princípio heurístico aqui também.

Ao passo que no PB vocábulos como *madeira* e *também* são realizados como [ma'deira] e [tam'bêĩ], no PE os mesmos vocábulos, devido ao apagamento das vogais átonas causado pelo ritmo acentual, chegam a ser realizados como [m'deir] e [tm'bêĩ]. Essa mudança drástica não poderia passar ilesa ao sistema compensatório da língua, que – como teorizaram Bertinetto e Bertini (2008, p. 1) – compensa a perda de esforço ocorrida em um segmento com o aumento do esforço despendido (*expenditure*) no outro segmento. Voltando aos exemplos acima, podemos assumir que a energia despendida para a produção de [e] é menor do que aquela despendida para a produção de [ɐ] (cf. OHALA; EUKEL, 1987, 207-215). Se, com o apagamento das vogais átonas no PE, *madeira* e *também* fossem produzidos como [m'deir] e [tm'bêĩ], a compensação não seria equivalente à perda de esforço ocorrida pelo apagamento. Além disso, [m'deir] e [tm'bêĩ] resultariam em sons demasiado fracos para contemplar uma comunicação eficiente.

Finalmente, a sugestão de Bassetto (2001, p. 245), segundo a qual “esse fato representa um esforço, certamente involuntário, [dos falantes de PE] de evitar a redução do ditongo a uma vogal simples”, também faz sentido se a consideramos por essa ótica compensatória, já que a monotongação, no contexto em discussão, resultaria num déficit energético que contradiria a lógica da compensação.

#### 2.2.4.2.1 Os ditongos /ej/ e /eĩ/ e o latim

Uma vez que a teorização e as análises feitas acima sejam razoáveis, podemos apontar – para o fato em questão – as mesmas

conclusões alcançadas na seção anterior: a mudança vocálica dos ditongos tônicos /ej/ e /eĩ/ para /aj/ e /aĩ/ no PE está associada à tendência ao padrão acentual, por uma questão de compensação da perda energética das vogais átonas reduzidas; além disso, cabe reiterar que o latim arcaico era acentual, mas no período clássico se tornou silábico, enquanto que o protorromance pendeu para o ritmo acentual e, em seguida, por volta do século XIII, as línguas românicas modernas restauraram o ritmo silábico, predominante até hoje em todas as suas variedades *standard*, exceto no PE.

Logo, podemos considerar a manutenção de /ej/ e /eĩ/ no PB como uma permanência do PA, embora sua motivação – o padrão rítmico silábico – seja um processo reincidente latino. Assim como entendemos que o padrão acentual (e sua conseqüente redução das vogais átonas) é a motivação para que o sistema compensatório da língua promova a mudança de /ej/ e /eĩ/ para /aj/ e /aĩ/, também entendemos que o padrão silábico (e sua conseqüente manutenção das vogais átonas) é a motivação para que o controle da língua mantenha a posição das vogais nos ditongos /ej/ e /eĩ/.

#### 2.2.4.3 Oposição entre /v/ e /a/

No paradigma tradicional da língua portuguesa, no plano morfológico, ocorre neutralização entre as formas da 1ª pessoa do plural do presente e do pretérito perfeito do indicativo. No plano fonético-fonológico, o PE desenvolveu uma oposição entre /v/ e /a/ a fim de dissolver essa neutralização. Assim, tornou-se possível marcar a distinção entre *pescamos*, por exemplo, no presente (a vogal tônica é [v]) e *pescamos* no pretérito perfeito (a vogal tônica é [a]). Para compreender melhor essa questão, pode ser conveniente considerar em detalhes as diferenças e semelhanças entre os sistemas vocálicos europeu e brasileiro:

Quadro 4 - Vogais portuguesas

Monotongos					
Altas	i	ĩ		ə	u ã
Médias-altas	e	ẽ			o õ
Médias-baixas	ɛ		v*	ẽ	ɔ
Baixas				a	

## Ditongos

	iu					ui	ũĩ
	eu	ei	**		** ou	oi	õĩ
			ẽ				
			ĩ				
	eu	ei				oi	
		ai	ẽ	a	ẽũ		
			ĩ	u			

Nota: \* fonema distinto apenas no português europeu; \*\* fonema distinto em alguns dialetos apenas.

Fonte: Parkinson (1988, p. 132).

## Quadro 5 - Sistemas de vogais átonas

	PE			PB		
Finais (incluindo clíticos)		ə		i		u
		ɐ			a = [ɐ]	
Não-finais	i	ə	u	i		u
			(o)	e		o
	(ɛ)	ɐ	(ɔ)			
		(a)			a	

Fonte: Parkinson (1988, p. 133).

Os quadros precedentes trazem uma representação dos fonemas vocálicos das duas variedades. Nem todos os contrastes vocálicos implícitos nesse sistema têm o mesmo peso. O fonema /ɐ/ só é encontrado no sistema do PE e desempenha um papel marginal nele. Tanto o PE quanto o PB têm duas vogais centrais não-altas em seus inventários fonéticos, um [a] baixo e uma vogal alta geralmente transcrita por [ɐ], tradicionalmente nomeadas “a aberto” e “a fechado” respectivamente, e distinguidas ortograficamente pelos acentos agudo e circunflexo. Seguindo a descrição de Parkinson (1988, p. 132), no PB, [ɐ] é um alofone de /a/, em posição final átona e em contextos nasais; no PE, [ɐ] está do mesmo modo ligada a contextos átonos e nasais, mas a exclusão de [ɐ] desses contextos não é absoluta, levando a eventuais contrastes não encontrados no PB, por exemplo, *nação* [nɐ'sɐ̃u] – *acção* [a'sɐ̃u]; a preposição *a* [ɐ] e o artigo definido singular feminino vs. *à* [a] (forma contraída de *a + a*); *-amos* ['ɐmuʃ] 1 pl. pres. ind. 1ª conj. vs. *-amos* ['amuʃ] *ibid.*, pret.; *cadeira* [kɐ'deireɐ] vs. *caveira* [ka'veireɐ]. Por



essa razão, no quadro acima, /v/ aparece como fonema distinto apenas no PE.

Gonçalves e Basso (2010) observam que essa distinção entre *-amos* [ˈɐmuʃ] (1ª pl. pres. ind. 1ª conj.) vs. *-amos* [ˈamuʃ] (ibid., pret.) já havia sido notada em Portugal por João de Barros em 1540, embora sustentem que naquele momento ela ainda não estivesse consolidada. No parecer de Mattos e Silva (2004, p. 135), “[...] só a partir do século XVII para o XVIII essas mudanças fônicas começam a ocorrer efetivamente no português europeu.” Poderíamos supor, a partir disso, que, em certas variedades do PA, essa mudança não havia se manifestado; talvez, foram essas as variedades que predominaram na formação do PB, e, assim, tal neutralização foi mantida mesmo no plano fonético-fonológico. Contudo, é muito estranho que Huber (1986 [1933]), ao sintetizar a gramática arcaica com base num corpus extenso, apresente a distinção entre *cantamos* no presente (p. 214) e a forma *cantámos* no perfeito (p. 240), grafado com acento agudo, como sendo uma distinção normal e sistemática.

Antes de prosseguir na investigação das bases históricas para o fenômeno em questão, creio ser propício fazer algumas considerações sobre como o sistema do PB reage a tal neutralização. Uma vez que, no PB, a neutralização ocorre tanto no plano morfológico quanto no plano fonológico, deve haver alternativas para expressar a distinção entre presente e passado. Atualmente, uma forma como *pescamos* (no presente) só é usada para expressar o chamado presente gnômico (ou atemporal), como em “*pescamos sempre que queremos relaxar*”. Para indicar um evento pontual simultâneo ao ato de fala, o presente contínuo está próximo de se tornar categórico no PB e vem normalmente acompanhado de um advérbio, como em “*estou cantando agora*”; uma variante como “*canto agora*” está se tornando cada vez mais rara. Por outro lado, *pescamos* (no perfeito) é extremamente recorrente, embora venha ordinariamente acompanhado de um advérbio para reforçar o tempo passado, como em “*cantamos ontem na festa*”. Contudo, esse sufixo no PB (*-amos*) está se especializando funcionalmente para expressar o perfeito, posto que uma sentença como “*cantamos na festa*” (sem advérbio de tempo) tem pouquíssima ambiguidade e tende a ser interpretada como tempo passado.<sup>25</sup>

---

<sup>25</sup> Para comprovar essa afirmação, realizei um pequeno experimento com 50 falantes nativos de PB, pedindo a eles que parafraseassem sentenças como “*nós cantamos na festa*” e “*nós pintamos um quadro*”, trocando *nós* por *a gente*. O resultado foi uma unânime escolha das variantes “*a gente cantou na festa*” e “*a gente pintou um quadro*”. Embora esse pequeno experimento possa não ser suficiente para afirmar que a

Além disso, é necessário lembrar que uma alternância vocálica semelhante à existente no PE para diferenciar esses tempos gramaticais é marcada no PB vernacular, principalmente no chamado “dialeto caipira”, através da oposição “*pescamos*” (presente) vs. “*pesquemos*” (perfeito), realizados respectivamente como [peskamu] e [peskemu], com queda de /s/ final (cf. GONÇALVES; BASSO, 2010, p. 136). Com base nisto, também podemos supor que a essa distinção formal-funcional, existente no PE *standard* e no PB caipira mas não na norma culta brasileira, já existia em certas variedades de PA que prosperaram no dialeto de Coimbra-Lisboa e em parte do Brasil rural, mas não nas principais capitais que forneceram a base para o PB *standard*.

Esses fatos, em meu entendimento, abrem uma nova questão: será essa oposição entre /v/ e /a/ (pres. vs. perf.) uma inovação recente do PE desenvolvida por volta do século XVII – como sustentam Gonçalves e Basso (2010) e Mattos e Silva (2004) – ou será ela uma característica muito mais antiga que teria permanecido em certos dialetos românicos e sofrido neutralização em outros? Por que línguas românicas modernas, tal qual o PE *standard* e o PB caipira, diferenciam vocalicamente o presente e o perfeito (ex.: it. *amiamo* vs. *amammo*, fr. *aimons* vs. *aimâmes*), enquanto outras, como o PB *standard*, o espanhol e o galego os neutralizam? Talvez uma breve incursão história seja útil para clarear essas questões.

#### 2.2.4.3.1 A oposição entre /a/ e /v/ e o latim

No latim literário do período clássico, nos verbos de primeira conjugação, havia diferenciação entre o presente e o perfeito tanto no nível morfológico quanto no fonológico. Assim, havia *amaimus* para o perfeito e *amamus* para o presente. Entretanto, no latim tardio, a semivogal [u] nesse contexto (assim como em inúmeros outros) foi sincopada por conta das mudanças prosódicas já discutidas nas seções anteriores: na passagem do latim para o protorromance, a língua mudou para o padrão acentual e, logo, as síncopes se tornaram sistemáticas.<sup>26</sup> Isso teria feito com que as terminações do perfeito *-aui*, *-aui*sti, *-auimus*, *-auistis*, *-auerunt* passassem para *-ai*, *-asti*, *-aut*, *-amus*, *-astis*, *-arunt*, “[...] de que resultaram, segundo leis fonéticas normais, as formas portuguesas.” (HUBER, 1986 [1933], p. 240).

---

correspondência do sufixo *-amos* ao perfeito seja categórica no PB, parece-me ser um indício muito forte dessa tendência.

<sup>26</sup> Como argumenta Loporcaro (2011, p. 107), se considerarmos as síncopes, por um lado, e as mudanças na estrutura silábica, por outro, veremos que as curvas coincidem perfeitamente.

Essa é a compreensão tradicional da filologia românica, que sugere ter havido, já no latim vernacular, a neutralização entre *-amus* (<*auimus*; perf.) e *-amus* (pres.). Leopardi (2015 [1822], p. 2322), por exemplo, em uma de suas famosas anotações reunidas no *Zibaldone*, manifesta essa compreensão ao comparar as formas do italiano, do espanhol e do francês, e concluir que “*il volgo latino diceva parimente amamus contratto per amauimus*” (‘o latim vulgar dizia igualmente [para os dois tempos] *amamus*, contraído de *amauimus*’). Em seus termos:

Gli stessi motivi mi fanno credere che p. es. trovando noi nelle tre lingue figlie *amammo, amamos, aimâmes*, si debba concludere che il volgo latino diceva parimente *amamus* contratto per *amauimus*, come abbiamo veduto ch'egli diceva *amai* (che gli spagn. e i franc. dicono *aimai, emè* mutato l'*ai* in *e*); e come pur diceva *amasti, amastis* per *amauisti* ec. (del che discorrete come sopra), onde *amasti amaste, amaste amastes, aimas aimâtes* (anticamente *aimastes*). (1. Gen. 1822.)

Todas essas reconstruções consagradas pela filologia românica me parecem muito plausíveis. Entretanto, há um ponto na reconstrução dos metaplasmos descritos acima que parece ter sido sutilmente ignorado ou simplificado, e que pode fazer muita diferença para o caso em questão. Uma vez que a semivogal [u] caiu, o resultado pode não ter sido necessariamente a conseqüente queda do [i] e a subsequente formação de *-amus*, mas é possível que tenha se formado um novo ditongo (*-aiamus*). Assim, esse novo ditongo se monotongaria em [æ] ou em [i:] (o chamado *e* longo), uma vogal mais alta e frontal que o /a/ de *-amus* (pres.). Isso faz muito sentido se pensamos na qualidade das vogais em [amemu] (pb caip.) e [ɛmam] (fr.), ou na quantidade em [a:mamo] (it.).

Contudo, reitero, isso não é necessário, ou seja, pode sim ter ocorrido a conseqüente queda do [i], a subsequente formação de *-amus* e a neutralização ainda hoje existente no PB *standard* e no espanhol, e isso faz sentido especialmente se consideramos que o sistema vocálico do espanhol não admite vogais médias baixas, o que o faria rejeitar uma vogal como [æ]. Naturalmente, o sistema da língua hispânica compensou essa neutralização reservando a forma analítica (*hemos amado*) para o perfeito, assim como o PB reservou uma forma analítica para o presente (*estamos amando*).

Se essa formulação estiver correta, ela depõe contra a tese de que o desenvolvimento da oposição entre /a/ e /ɛ/ seja uma inovação recente do PE e faz com que tanto essa oposição do PE quanto a neutralização

do PB possam ser considerados fatos antigos ou permanentes, decorrentes de um mesmo processo que afetou a língua latina. Tal distinção entre os dois dialetos não se deve, portanto, a uma questão de conservação ou inovação, mas a uma questão de variação dialetal românica, já que tanto o desenvolvimento de oposição vocálica para distinguir presente e perfeito quanto o desenvolvimento da neutralização entre as suas formas, como vimos, deve ter acontecido ao mesmo tempo e variado entre os dialetos românicos.

#### 2.2.4.4 Alçamento das vogais pretônicas

O alçamento das vogais médias-altas para altas no PB é um tema tão clássico quanto controverso na literatura. Esse fenômeno é caracterizado pela elevação do traço de altura das vogais médias-altas [e] e [o], que passam a se realizar como [i] e [u]. A maioria dos trabalhos que o têm discutido se restringem à ocorrência do alçamento na sílaba pretônica (cf. BISOL, 1981; VIEGAS, 1987; BORTONI et al., 1992; OLIVEIRA, 1992), embora haja estudos que mostram que ele também ocorre em sílabas postônicas mediais (cf. MATTOSO CÂMARA Jr., 1970; CRISTÓFARO SILVA, 1999; LEMOS, 2003).

Conforme sintetiza Lemos (2003, p. 1), “a polêmica em torno do assunto [...] reside na tentativa de se estabelecer se há motivação de cunho estrutural e social na implementação da mudança sonora ou se ela é implementada lexicalmente.” Diante dessa questão, pelo menos duas propostas teóricas postulam explicações para a implementação da mudança sonora: o modelo neogramático e o modelo da difusão lexical. Segundo o primeiro modelo, toda mudança sonora é foneticamente gradual e lexicalmente abrupta; já, para o modelo da difusão lexical, toda mudança sonora é foneticamente abrupta e lexicalmente gradual.

Em geral, os estudos sobre o fenômeno em questão têm se apoiado complementarmente em ambos os modelos, embora o modelo neogramático pareça ter mais força. A pesquisa de Bisol (1981) se baseou em quatro dialetos do Rio Grande do Sul, e a autora apresenta justificativas estruturais para a ocorrência da mudança sonora, posicionando-se, portanto, dentro da perspectiva neogramática. Suas conclusões apontam para a influência de múltiplos fatores para a o alçamento, dentre os quais se destaca a regra de harmonia vocálica que leva a vogal média pretônica a assimilar a altura da vogal alta presente na sílaba tônica. Assim, a vogal média-alta [e], em p[e]r[i]go, passa a ser realizada como [i] atraída pela altura de [i] na sílaba tônica, sendo pronunciada p[i]r[i]go. O fator de atração é a altura da vogal tônica, e

não sua anterioridade. Assim, a mesma regra age em realizações do tipo p[i]ru, m[i]nino, p[u]lícia, b[u]tina etc.

Viegas (1987) investigou a implementação desse fenômeno em duas regiões de Belo Horizonte e, assim como Bisol (1981), apresentou conclusões de cunho neogramático. A autora, por exemplo, também deu destaque à regra de harmonização vocálica, ainda que nem todos os casos apontados por ela possam ser justificados sob uma perspectiva neogramaticista. Um exemplo dessas exceções é a palavra *tomate* que, embora não tenha uma vogal alta na sílaba tônica, apresentou alçamento: t[u]mate. No entanto, curiosamente, a palavra *tomada*, com contexto semelhante, não apresentou nenhum alçamento. Assim, ou a mudança sonora não atingiu todos os itens lexicais como pretendiam os neogramáticos, ou deve haver outros fatores incidentes aí.

Em um estudo posterior, Viegas (2001) observou que o fator semântico é relevante: itens lexicais menos prestigiados favoreceriam o alçamento. A palavra *porção*, por exemplo, pode ser pronunciada como p[o]rção (para designar quantidade de pessoas) e p[u]rção (para designar quantidade de determinada comida), ou ainda P[e]ru (país) e p[i]ru (ave). Em ambos os exemplos, os primeiros itens seriam resistentes à mudança porque carregariam elevado prestígio social enquanto a segunda realização possuiria caráter depreciativo.

Num estudo sobre a variação das vogais médias pretônicas no português brasileiro, Bortoni et al. (1992) apontaram diversos casos de alçamento vocálico, no entanto, o alçamento de vogais átonas médias-altas que precedem vogais tônicas altas não foi categórico. No caso do vocábulo *vestibular*, por exemplo, em que a sílaba *-ti-* recebe um acento secundário (e portanto pode ser considerada tônica), a pretônica [e] não foi alçada, sendo pronunciada como v[e]stibular. Os autores observam que, além da altura da vogal tônica, havia ainda outro fator contextual no vocábulo *vestibular* que favoreceria o alçamento: a presença da vogal média [e] em uma sílaba pretônica travada por fricativa (*ves-*). Em contexto semelhante, como no vocábulo *vestido*, o alçamento ocorre: v[i]stido. Essa variação em contexto quase idêntico levou os autores a endossar hipótese da difusão lexical, afirmando que a implementação da mudança sonora parece ocorrer gradualmente.

Outro estudo favorável à hipótese da difusão lexical é o trabalho de Oliveira (1992), que, usando os mesmos dados coletados por Viegas (1987), fez uma nova leitura deles, mostrando supostas evidências de que apenas o contexto fonético não seria suficiente para explicar a ocorrência do alçamento. Exemplos dessas supostas evidências seriam os pares *pomada* vs. *pomar* e *tomate* vs. *tomada*. No primeiro item

desses pares, há ocorrência variável de alçamento, registrando-se pronúncias como p[u]mada e t[u]mate; mas, no segundo item, o não alçamento é categórico, registrando-se apenas as pronúncias p[o]mar e t[o]mada. Para o autor, isso é uma evidência de que a hipótese difusionista procede, já que, mesmo havendo ambiente fonético favorável à aplicação da regra, não ocorreu alçamento em certos itens lexicais; ou seja, é uma evidência de que a mudança sonora é lexicalmente gradual. Para Oliveira (1992, p. 20), “[...] no seu estágio inicial, todas as mudanças sonoras são de caráter difusionista [...] A regularidade neogramática vem nos estágios seguintes da mudança.”

Até aqui, mencionei estudos que atestam o alçamento da vogal média pretônica em dialetos do PB e tentam explicá-lo, no entanto, também há estudos que alertam para a ocorrência do alçamento em sílabas postônicas mediais. Mattoso Câmara Jr. (1970, p. 44), por exemplo, sugere que haveria uma neutralização de [o] e [u] postônicos, o que causaria realizações como abób[u]ra e búss[u]la. Entretanto, segundo o autor, o fenômeno da neutralização não se aplica para [e] e [i] postônicos mediais.

Cristófarro Silva (1999, p. 90), contudo, admite que, “Em alguns casos o ‘e ortográfico postônico medial’ pode reduzir-se a [I]. Nestes casos temos pronúncias como ‘hipó[tʃI]se; almôn[dʒI]ga’ em que a palatalização do t/d demonstra a ocorrência da vogal alta anterior i.” Por outro lado, o alçamento do [o] postônico medial ocorreria em fala informal, como em pér[o]lla e êx[ɔ]do.

Seguindo as pistas de Cristófarro Silva e atentando não apenas para o condicionamento da vogal tônica mas também para o contexto consonantal, Lemos (2003) realizou uma pesquisa em dialetos rurais de Minas Gerais e concluiu que a conjugação de vários fatores estruturais favorece o alçamento do [e] pretônico. Dentre esses fatores, destacam-se “[...] a oclusiva e a labial precedentes, a fricativa e a vogal em hiatos seguintes, bem como a presença da vogal alta tônica.” (LEMONS, 2003, p. 5). Lemos (2003, p. 5) considera que, apesar de o condicionamento fonético fornecer subsídios para uma interpretação neogramática do fenômeno do alçamento vocálico, “[...] tal perspectiva teórica não esclarece definitivamente como ocorre a implantação da mudança sonora. Prova disto é o fato de a palavra *leão* não ter apresentado nenhum caso de alçamento, apesar de apresentar contexto fonético favorável (vogal em hiato).” Com relação aos fatores que favorecem o alçamento do [o] pretônico, o autor destacou as consoantes alveolares e labiais precedentes, bem como as consoantes africadas e fricativas e a vogal em hiatos seguintes.

Quanto ao alçamento das vogais médias [e] e [o] na sílaba postônica medial, as conclusões do estudo indicaram que oclusivas seguintes favorecem o alçamento do [e] postônico medial. Nos termos de Lemos (2003, p. 5), “O tipo de vogal tônica parece interferir no alçamento do [e] postônico medial. Assim, a presença da vogal baixa, da vogal média-baixa posterior e da vogal média-alta posterior tônicas favoreceu o alçamento do [e] postônico medial.” Quanto ao [o] postônico medial, os contextos favoráveis seriam “a consoante fricativa precedente e a consoante líquida não-lateral seguinte”.

### **O alçamento é um fato distintivo do PB?**

Até aqui apresentei estudos que atestam e tentam explicar o alçamento de vogais médias pretônicas e postônicas no PB mediante regras estruturais ou sociais sincrônicas, mas nenhum deles procura motivação para esse fenômeno na diacronia e tampouco compara seu comportamento no Brasil com o seu respectivo comportamento na variedade europeia. Afinal, o alçamento em questão é um fato antigo, permanente no PB, ou talvez um processo reincidente? E será típico do PB, ou ocorre igualmente no PE?

Segundo Teyssier (1997, p. 61-63), o PE sofreu uma redução das vogais médias pretônicas a partir da segunda metade do séc. XVII, o que fez com que o fonema /o/ passasse para /u/, e o /e/ para /ə/. Neste último caso, há atestações de que o resultado seria um [i], o que leva Teyssier (1997, p. 62) a aventar a hipótese de que pode ter havido uma fase intermediária de /i/ no trajeto de /e/ para /ə/, embora o autor considere que não há informações suficientes para comprovar tal hipótese. Como analisa Viegas e Cambraia (2011, p. 18), essas duas mudanças observadas por Teyssier “[...] deixariam a ‘casa’ das médias fechadas vazia, entretanto a monotongação de /ou/ em /o/ por volta do séc. XVII preencheu a lacuna deixada pelo alçamento da média posterior fechada.” A monotongação de /ei/, contudo, não teve o mesmo efeito: Teyssier (1997, p. 63-64) considera que esse fenômeno, próprio do sul de Portugal, já teria se consumado na segunda metade do século XVIII naquela região, enquanto que “[...] na região de Lisboa (parâmetro da língua padrão) o elemento inicial do ditongo teria aumentado sua diferenciação em relação ao segundo ao passar a um /a/.” Em resumo, depois desses três processos gerais (alçamento de /o/, a redução de /e/ e a monotongação de /ou/), o sistema pretônico do *standard* europeu acabou mantendo um inventário de oito unidades fonológicas, mas com a mudança da natureza da média fechada (que se tornou central): /i, ə, ε, α, a, ɔ, o, u/.

No entendimento de Viegas e Cambraia (2011, p. 18),

[d]iferentemente do português europeu, o português brasileiro apresenta atualmente sistemas vocálicos tônico e pretônico semelhantes ao da fase arcaica, ou seja, sete fonemas vocálicos em posição tônica – /i, e, ε, a, ɔ, o, u/ – e cinco em posição pretônica – /i, e, a, o, u/.

Consoante a Viegas, Teyssier (1997, p. 81) afirma que o “[...] conservadorismo do Brasil, no que se refere às vogais átonas, é [...] um dos pontos que mais o distinguem hoje do português europeu.” Ao fazer tal afirmação, Teyssier está se referindo às seguintes manutenções do PB:

- a. a pronúncia [u] e [i] para, respectivamente, *-o* e *-e* gráficos (átonos finais);
- b. a pronúncia mais breve e mais aberta do *-a* (átono final);
- c. o timbre de *e* e *o* (átonos pretônicos), fechados no centro-sul e abertos no norte e nordeste;
- d. as transformações excepcionais (alçamentos) de *e* e *o* existentes na língua antiga; e
- e. a realização aberta do *a* pretônico.

Essas generalizações de Teyssier condizem com alguns achados de Clarinda Maia (1997 [1986]), que investigou um vasto corpus de documentos notariais do PA e, cruzando os dados com descrições de gramáticos da época, chegou a algumas revelações importantes. Segundo a autora, há “[...] casos em que, por diferentes fenômenos fonológicos (harmonia vocálica, influência de palatal, presença em hiato), o *e* pretônico alterna com [i]” (MAIA, 1997 [1986], p. 399). Além disso, Maia (1997, p. 407-408) observou que o fonema /o/ em posição inicial absoluta poderia se realizar como [o], [ou] ou [u]; já, em posição não inicial absoluta, a autora afirma que “o grafema *o*” representaria regularmente um [o], havendo, porém, casos em que existiria alternância com [u].

Ainda sobre as manutenções do PB apontadas por Teyssier, interessa-me aqui, particularmente, os itens *a*, *c* e *d*. Como analisam Viegas e Cambraia (2011, p. 19), quando Teyssier afirma, sobre as pretônicas, que o PB manteve o antigo timbre de *e* e *o*, está se referindo ao fato de não terem passado para /ə/ e /u/ (mudança ocorrida no PE). Entretanto,



[...] isso não significa que se manteve exatamente a situação do séc. XVI, pois, naquela época, o português apresentava em posição pretônica quatro fonemas médios (/e, ε, ɔ, o/) e o português brasileiro tem atualmente apenas dois fonemas (/e, o/), que se realizam predominantemente como fechados no centro-sul ([e, o]) e predominantemente abertos no norte e nordeste ([ε, ɔ]): houve, portanto, uma redução no inventário dos fonemas médios pretônicos de quatro para dois. (VIEGAS; CAMBRAIA, 2011, p. 19).

Além disso, ao comentar a manutenção referida no item *d*, Viegas e Cambraia (2011, p. 19) afirmam, em tom de crítica, que Teyssier

[...] seguramente não pode estar defendendo que o português brasileiro espelhe a situação do séc. XVI, já que, pelo menos na escrita daquela época, os alçamentos (/o/ > /u/ e /e/ > /i/) não apareciam de forma categórica, mas eventual: portanto, ainda que, no português brasileiro, haja um fenômeno que remonte a fases bem mais antigas, sua ampla difusão (no léxico e no território brasileiro) já constitui por si só uma mudança.

Portanto, se, por um lado, Teyssier (1997, p. 81) parece sugerir que o PB espelha a situação arcaica no que se refere às vogais átonas (incluindo aí o alçamento das vogais médias átonas), Viegas e Cambraia (2011, p. 19), por outro, relativizam a sugestão categórica de Teyssier afirmando que “[...] nota-se uma quase identidade no inventário [fonêmico do PA e do PB], mas isso não significa a ausência de mudanças fônicas do sistema arcaico ao do Brasil contemporâneo”.

Com base no que foi apresentado até aqui, é possível concluir o seguinte: o PB manteve do PA os fonemas /e/ e /o/ para vogais médias átonas, enquanto que, no PE, tais fonemas passaram respectivamente para /ə/ e /u/.<sup>27</sup> Além disso, no PA, /e/ e /o/ mediais átonos podiam apresentar as variantes [ε, e, i] e [ɔ, o, u] respectivamente, sendo que no PB tal fato se mantém, com a diferença de que os alofones [ε, i] e [ɔ, u] ocorrem no PB setentrional, e os alofones [e, i] e [o, u], no PB meridional. Isso responde as duas perguntas levantadas antes: o alçamento em questão é sim uma permanência no PB e pode ser considerado um fato distintivo desta língua. Resta agora verificar se essa permanência tem lastro no latim.

#### 2.2.4.4.1 O alçamento das vogais pretônicas e o latim

No início desta seção sobre o alçamento das médias átonas, apresentei o trabalho de Bisol (1981) como um representante da

<sup>27</sup> A existência de /o/ médio no PE atualmente é resultado da monotongação de /ou/ e não da manutenção de /o/.

perspectiva neogramática, que defende, por exemplo, a agência de regras de harmonia vocálica que se generalizariam em certos ambientes fonéticos. Num recente artigo, entretanto, Bisol (2009) muda de perspectiva e admite a plausibilidade do modelo de difusão lexical, por enxergar evidências satisfatórias para tanto. A autora mostra que, desde o período latino, o alçamento de vogais pretônicas mediais era comum e – o mais importante aqui – esse fenômeno podia ocorrer tanto por harmonização vocálica (HV) quanto sem motivação aparente: alçamento sem condicionador fonético (AL). Conforme as descobertas de Bisol, os casos de alçamento sem condicionador fonético têm sido difundidos principalmente por zonas lexicais, como em “*acuntece, acuntecer, acuntecia (acontecer); butar, butava (botar); chuvendo, chuver, chuveu (chover); cumeçar, cumeça, cumeço, cumeçando, cumecei, cumeçou (começar); [...] sinhor, sinhora, sinhoria (senhor); piqueno, piquenos, piquena, piquenas (pequeno)*” (BISOL, 2009, p. 89).

Bisol (2009, p. 76) visualiza três estágios no desenvolvimento desses dois tipos de alçamento até chegarmos à situação atual. O estágio inicial iria do período tardio do latim vernacular ao português arcaico. Nesse estágio, casos de HV e AL ocorreriam *pari passu*, com uma vantagem “tímida” (nos termos de Bisol) para HV. A autora usa o *Appendix Probi*<sup>28</sup> como fonte de dados de alçamento no latim, citando as seguintes ocorrências:

HV: *formica non furmica, festuca non fistuca, robigo non rubigo*  
 AL: *senatus, non sinatus, terraemotus non terrimotium*

Poderíamos acrescentar a estes casos destacados por Bisol (2009, p. 76) outros retirados do próprio *Appendix Probi*, como por exemplo:

HV: *aquaeductus non aquiductus* (pretônico), *vinea non vinia* (postônico)  
 AL: *doleus non dolium, cavea non cavia*

Esse período inicial em que a ocorrência de HV e AL eram quase equivalentes se estenderia até o português arcaico, época em que, inclusive, o abaixamento da vogal alta (como *fezesse* por *fizesse*) co-ocorria com o alçamento da média. Bisol (2009, p. 77) oferece alguns exemplos retirados do *Orto do Esposo* um texto religioso de 1385:

---

<sup>28</sup> O *Appendix Probi* é um apêndice a uma gramática anônima do século IV, no qual se compilam ditos erros de pronúncia comuns na época. O segundo item de cada par seria o “erro” comumente cometido pelos alunos do gramático, ao qual ele contrapõe o modelo “correto”.

HV: *acuntycia~acontecia, acostumar~acostumar, apustura~apostura, bevidice~bevedice, ciguidade~ceguidade, cubrir~cobrir, minino~menino, gimido~gemido, medida~medida, pidir~pedir, vilhice~velhice, vistir~vestir, sentir~sentir, respirar~respirar* etc.

AL: *dilicado~delicado, guteyra~goteyra, possisson~posseon, tecer~ticer, turpidade~torpidade.*

Em seguida, viria o estágio da incrementação, em que mais dados de AL são registrados. Bisol (2009, p. 77) extrai alguns exemplos de *Thesouro da Lingoa Portuguesa* (1647) e de *Regras Gerays* (1666), ambos de Bento Peryra, um ortógrafo do séc. XVII:

HV: *coberta~coberta, cubrir~cobrir, costume~costume, cubiça~cobiça, curuja~coruja, divido~devido, fucinho~focinho, gimido~gemido, milho~melhor, minino~menino, Purtugal~Portugal, pidir~pedir, pitiçam~petiçam, prigiça~preguiça, sintinela~sentinela, testemunho~testemunho, vistido~vestido* etc.

AL: *alifante~elefant, cuberta~coberta, piqueno~pequeno, pireyra~pereyra, picado~pecado, pumareyro~pomareyro, pumar~pomar, prifeito~perfeito, rigurosas~rigorosas, rindeiro~rendeiro, ridençam~redençam, tirceiro~terceiro, vinder~vender.*

O terceiro e atual estágio é o que Bisol (2009, p. 78) entende por estabilização e mudança: nele, “Ambas [HV e AL] mostram-se com frequência.” O que Bisol chama de mudança se refere aqui particularmente ao PE: a “constanciação das duas vogais média e alta em uma só, a vogal alta.” (BISOL, 2009, p. 78). Isso está relacionado ao que já afirmei antes baseado em Viegas e Cambraia (2011): os fonemas /e/ e /o/ para vogais médias átonas passaram respectivamente para /ə/ e /u/ no PE moderno. A diferença na compreensão dessa mudança é ligeira: aparentemente, Bisol (2009) sugere que tenham passado para /i/ e /u/. Além disso, a autora afirma que o alçamento sem motivação aparente “[...] trabalha [no PB] na direção de mudar um subsistema de cinco vogais para três vogais, como fez no português europeu.” (BISOL, 2009, p. 79). A partir disso, infiro que a mudança ainda não se completou no PB, o que confirma a conclusão apresentada antes: o PB ainda mantém do PA os fonemas /e/ e /o/ para vogais médias átonas, embora a variação relacionada ao alçamento implique uma provável neutralização no nível fonêmico das médias com as altas no futuro, como ocorreu no PE.

Voltando ao tópico desta subseção, podemos afirmar que a variação causada pelo fenômeno do alçamento das vogais médias pretônicas e postônicas no PB – motivado por harmonização vocálica ou

sem motivação fonética aparente – existe desde o latim, conforme mostrado a partir dos exemplos do *Appendix Probi*. Portanto, trata-se de uma permanência latina.

Além disso, para encerrar as últimas três seções que trataram de permanências e reincidências latinas ligadas a processos vocálicos, cabe afirmar que o português (e aqui incluo todas as suas variedades diatópicas) manteve relativamente o mesmo sistema vocálico latino, com uma vogal baixa central, duas médias-baixas (anterior e posterior), duas médias-altas (anterior e posterior) e duas altas (anterior e posterior).

#### 2.2.4.5 Queda de /s/ final e desnasalização

Ainda no plano fonético-fonológico, mas agora no que se refere a consoantes, dois fenômenos alegadamente distintivos do PB são as quedas de /s/ e traço nasal em fronteira de palavra. Ambas as quedas já foram observadas e examinadas em estudos envolvendo diferentes variedades dialetais do PB. Cito aqui alguns exemplos:

- Amadeu Amaral (1920), Ilari e Basso (2006), Castro (2006), entre outros, observaram uma incidência massiva das quedas em questão no chamado dialeto caipira, variedade falada no interior do estado de São Paulo, leste do Mato Grosso do Sul, sul de Minas Gerais, sul de Goiás e norte do Paraná.
- Guy (1981) observou tais fenômenos no dialeto carioca.
- Bopp da Silva (2005) e Bopp da Silva e Schwindt (2005, 2009) verificam variação entre presença e ausência de nasalidade nos dialetos do sul do Brasil, a partir dos *corpora* do Projeto Varsul.

Quanto à desnasalização em fronteira palavra, embora eventualmente seja tratada como queda de /m/ final na literatura de filologia românica, são raríssimos os casos em que de fato encontramos uma nasal bilabial ([m]) final no PB, o que nos leva a crer que a referência a /m/ – e o uso de *m* na escrita – é uma anacronia ortográfica. Atualmente, existe uma polêmica a respeito do que existe nesse contexto: se temos simplesmente uma vogal nasal (e nesse caso a desnasalização implica a perda do traço de nasalidade da vogal) ou se temos a queda de um arquifonema nasal que se realiza dependendo do contexto seguinte, hipótese lançada inicialmente por Mattoso Câmara (1969). A questão, portanto, é saber se, na fronteira de uma palavra

como *viagem*, por exemplo, temos *viagê* ou *viageN*. Aqui, a despeito dessa polêmica teórica, assumirei a hipótese de que temos, no PB, uma vogal nasal na fronteira da palavra.

Quando me refiro à queda desse traço de nasalidade, faço referência, por exemplo, às variações [ɔmẽ] vs [ɔmi], [viaʒẽ] vs [viazi], [garaʒẽ] vs [garaʒi], [forũ] vs [foru], [pɔdẽ] vs [pɔdi] etc. Cabe observar que, em todos esses casos, a sílaba final, em cuja coda se encontra a nasal, é átona. Faço tal observação porque monossílabos terminados em nasal (*bom, bem, sem, tom*) ou simplesmente oxítonos terminados em nasal (*assim, chünfrim, camarim*) geralmente não sofrem a queda desse traço. Isso se deve ao fato de que contextos tônicos desfavorecem a desnasalização (por isso, encontramos *falarão* – nunca *falaru, perdão* – nunca *perdu*).

Vejamus a ocorrência desse fenômeno a partir de *corpora* do PB, a fim de aprofundar mais a questão. O exemplo a seguir foi transcrito por Bollela e Guedes Filho (2007, p. 6, grifo meu) e registra a fala de um trabalhador rural do interior de Goiás:

Aí ele falô: — Cê é bobo rapaiz, *cum* duas *viage* que ocê andá, ocê anda, que ocê expremetá, ocê anda... E eu sei *dum minino* que ele tem ùa, ele vende ela *baratim*...

Esse exemplo, típico do dialeto caipira, confirma o que foi dito antes:

- a vogal em fronteira perde o traço de nasalidade quando se encontra em final de vocábulo, em sílaba átona (*viage*<sup>29</sup>);
- monossílabos terminados em nasal geralmente não sofrem essa queda (*cum*;<sup>30</sup> *dum*)
- oxítonos terminados em nasal também não sofrem a perda do traço nasal (*baratim*).

O exemplo a seguir é retirado do *Corpus Brasileiro* (GELC, PUC-SP) e registra a fala de um trabalhador rural do sul de Minas Gerais, também representativo do dialeto caipira:

O capataz, *assim* de fazendeiro, é muita responsabilidade: controlá a peonada tudo, tirava boiada de até 500, 800 boi, dividi os boi *em* talhões, que é lote de até

<sup>29</sup> Aqui, antes da queda da nasal, ocorreu a apócope do [s]. Tratarei disso adiante.

<sup>30</sup> Embora existam contraexemplos como “*eu vô cu ela*” e “*eu nu vô!*”. Votre (1978) mostra dados assim.

100 bois, controlá o pouteiro que é o peão que vai na ponta da boiada puxando a *viage*, vê se o culatreiro tá deixando alguma rés pra trás.

Aqui vemos, novamente, que o traço nasal cai quando se encontra em fronteira de palavra, em sílaba átona (*viage*); e que oxítonos ou monossílabos terminados em nasal não sofrem essa queda (*assim, em*<sup>31</sup>).

É interessante observar que esse fenômeno aparece até mesmo em gêneros complexos, como canções populares. Na música caipira (ou sertaneja), essa característica é muito recorrente e representa uma afirmação de identidade social (ou etnicidade). Vejamos o seguinte trecho da canção *O menino da porteira*, considerado o hino da música caipira, composta por Teddy Vieira e interpretada por Tônico e Tinoco na década de 50 (todos os três naturais do interior de São Paulo):

Lá pras banda de ouro fino / levando o gado *servage*, / quando eu passo na porteira / até vejo sua *image*. / O seu rangido tão triste / mai parece uma *message* / daquele rosto trigueiro, / desejando-me boa *viage*.

Mais uma vez, nesse exemplo, a nasal sofre queda quando se encontra em final de vocábulo, em sílaba átona (*servage, image, message, viage*). A canção *Chico Mineiro*, outro clássico da dita música caipira, também interpretada por Tônico e Tinoco, e composta por este último, é mais um exemplo desse gênero. Eis um trecho dela:

Fizemo a última *viagi*. / Foi lá pro sertão de Goiai. / Fui eu e o Chico Minerero, / também foi o capatai.

Além do exemplo típico apresentado até aqui (*viagi*), nesse trecho da canção de Tônico e Tinoco fica evidente o outro fenômeno anunciado no título desta seção: a queda de /s/ final, observável em *fizemo, Goiai e capatai*. Essa apócope – aqui podemos falar em apócope, pois de fato cai todo um segmento e não apenas um traço – também ocorreu nos outros exemplos já apresentados. No exemplo de Bollela e Guedes Filho (2007, p. 6), encontramos o sintagma *duas viage*. Nele, teria acontecido primeiramente a apócope da fricativa alveolar surda e posteriormente a queda do traço nasal. No exemplo retirado do corpus do Grupo GELC, ocorrem os sintagmas *800 boi e os boi*. E, no trecho da canção *O menino da porteira*, o sintagma *pras banda*. Nessa mesma canção, além de *pras*

---

<sup>31</sup> Além de o contexto tônico não favorecer a desnasalização, no caso de *em* há outro fator que contribui para a manutenção do traço nasal: evitar ambiguidade com a conjunção aditiva *e*.

*banda*, temos as seguintes ocorrências: *vei* (em vez de *veiz* ou *vez*), *depoi* (em vez de *depois*), *Deu* (em vez de *Deus*), *mai* (em vez de *mais* ou *mas*), *jamai* (em vez de *jamais*).

Embora esteja bastante evidente nos exemplos dados, é importante considerar que não estamos tratando apenas de fenômenos fonológicos, mas também morfossintáticos. Isso vale tanto para a queda de nasal final quanto para a queda de /s/ final. Avançamos a fronteira da morfossintaxe quando o fone apagado implica alguma relação de concordância. No caso do apagamento da nasal final, isso ocorre basicamente em concordância verbal (*eles falam/fala; eles falaram/falaru*). No caso do apagamento de /s/ final, implica tanto concordância verbal (*tu falas/fala; nós falamos/falamu*) quanto nominal (*os bois/os boi*). É importante que isso seja considerado neste momento, porque, no caso do apagamento de alguma marca de concordância, é possível argumentar que esse apagamento não tenha motivação fonológica, mas sim morfossintática, como discutirei mais adiante, quando tratarei de variação de concordância verbal e nominal.

Entretanto, existem duas regras operando sobre esse fenômeno: uma delas é essa regra morfossintática que apaga a marca de plural do segundo constituinte do sintagma nominal (*os bois/os boi*) ou do verbo quando o pronome-sujeito é realizado (*eles falam/fala; eles falaram/falaru*); e outra, “puramente fonológica”, que apaga a nasal ou o /s/ final não importa a sua origem – se é uma marca de plural ou parte do morfema da raiz. Uns dos primeiros autores a reconhecer a concomitância dessas duas regras no PB foi Guy (1981, p. 132, grifo meu):

[...] we must postulate two separate variable rules to account for all the facts of S-absence and plural marker absence in PBP. In the first place, the NPA [noun phrase agreement] rule which copies the feature PLURAL across the NP operates variable in PBP, so that not all words in a plural NP are even underlyingly plural-marked. But in addition, *there is sparsely phonological rule of S-Deletion which can delete word final S of whatever origin, whether it is a plural marker, as in casas, or part of the root morpheme, as in menos*. This phonological rule, when applied to the vast majority of plural words, has the effect of converting them to superficial ‘singulars’. Therefore, although it will be easy to investigate the S-Deletion rule in isolation, by examining its effect on monomorphemic words, it will be somewhat more difficult to determine precisely the behavior of the NPA rule.

Como Guy reconhece, é difícil precisar qual regra está operando quando consideramos determinado caso de apagamento, exceto quando não há nenhuma relação de concordância envolvida, nem nominal nem

verbal, como por exemplo – em se tratando de apagamento de /s/ final – em *menos/meno*, *jamais/jamai*, *depois/depoi*, *mais/mai*, *vez/vei*, *Deus/Deu*, *Goiais/Goiai*, *capataiz/capatai*, ou – em se tratando de apagamento de nasal final – todos os casos mencionados exceto aqueles que envolvem concordância verbal. Nesses casos, não há dúvida de que a regra “puramente fonológica” está atuando.

Uma vez que esta seção 2.2.4 é dedicada a permanências e reincidências fônicas, como considerar essa regra variável estritamente fonético-fonológica: uma permanência ou uma reincidência? A resposta de Guy parece negar ambas as possibilidades ao afirmar que o apagamento de sílabas átonas na periferia das palavras é um universal linguístico, e a manifestação de um universal linguístico, por definição, não pode ser atribuída à evolução natural de uma língua ou a efeitos de contatos linguísticos. É o que se depreende da seguinte afirmação sua:

Reduction and deletion of phonological material from unstressed syllables is well attested in the history of Latin and Portuguese, and in fact for most languages. It is also well attested for many creole languages, such as Cape Verdean Creole Portuguese, where we find apocope, syncope, and apheresis of unstressed syllables (Almada 1961). In fact, the greater resistance of stressed syllables to reduction processes is so obvious in both historical and synchronic phonologies that we may take it as a linguistic universal. As such, however, it can have no bearing on the choice between a creole origin or natural evolution to account for PBP, since universals are, by definition, operative in any human language. (GUY, 1981, p. 292).

Embora o argumento de Guy seja bastante razoável, considero plausível a seguinte linha de contra-argumentação:

1. Como procurarei mostrar na próxima subseção, a tendência para as quedas de nasal e /s/ final é extremamente antiga na história das línguas latinas, datando pelo menos desde o latim arcaico.
2. Na evolução dos romances, sabemos que a certa altura, apenas as formas dos casos nominativo e acusativo sobreviveram. Com exceção da terceira declinação, todas as outras declinações tinham o nominativos singulares terminados em –s. E, em todas as declinações, o acusativo singular era terminado em –m. Considerando que esses são os casos lexicogênicos do português (e de todas as línguas latinas), ou seja, considerando que a imensa maioria do léxico românico derivou dessas formas terminadas em –s e –



m, é no mínimo intrigante que hoje, e certamente há muito tempo na história da língua portuguesa, o número de itens lexicais terminados em  $-m$ <sup>32</sup> e principalmente em  $-s$  seja extremamente pequeno – no dialeto caipira, por exemplo, a ausência desses finais é virtualmente categórica. Ao que tudo indica, essa deriva se intensificou e afetou, ao menos, todo o léxico português.

3. Uma vez que essa regra estritamente fonético-fonológica afetava qualquer contexto, não importasse se envolvia ou não marcas de concordância nominal ou verbal, logo esse processo invadiu as fronteiras da sintaxe e, uma vez absorvido pelo subsistema gramatical (o subsistema da sintaxe, nos termos de Castilho, 2007), surgiu então uma nova regra morfossintática autônoma, que passou a coexistir com a outra regra estritamente fonético-fonológica, confirmando a teoria das duas regras concomitantes de Guy. Não é à toa que, como vimos antes, a partir dos dados do português arcaico compilados por Joseph Huber, a variação de concordância verbal e nominal era observada muito antes do século XVI. No Brasil, o contato com outras línguas que apresentavam essas mesmas características morfossintáticas (o apagamento da marca de plural no segundo constituinte do sintagma nominal ou o apagamento da marca de plural do verbo quando o sujeito está realizado) pode ter catalisado esse processo que já tinha entrado na sintaxe a partir daquele processo puramente fonológico.
4. Nesse sentido, é plausível afirmar que as quedas de nasal e /s/ final são processos *permanentes* na língua.

Assumindo que as quedas de nasal e /s/ final – embora representem a manifestação de um suposto universal linguístico (a redução de material fônico de sílabas átonas na periferia das palavras) – são processos antigos e permanentes na deriva das línguas românicas e particularmente do PB, convém buscar provas dessa antiguidade.

---

<sup>32</sup> Desconsidero aqui os oxítonos terminados em nasal (pois o processo em discussão é barrado nesse contexto) e também os verbos cuja flexão termina em nasal (tanto as nasais tônicas quanto as átonas, pois flexão é um núcleo funcional e não lexical).

### 2.2.4.5.1 *Queda de /s/ e /m/ final e o latim*

Diferentes gramáticos e historiadores do latim atestam a antiguidade da queda de /s/ e /m/ final. Clackson e Horrocks (2007, p. 96), ao discutir aspectos do latim arcaico e suas variedades entre c. 400-150 a.C., fazem as seguintes considerações sobre a apócope de /s/ final:

Final /s/ [...] was weakly articulated in Old Latin, at least preconsonantly after a short vowel, and is sometimes not written in Roman inscriptions of the third century and in regional Latin documents more generally (as well as failing to make position pre-consonantly in poetry pre-200 BC); but it was quickly restored graphically and also phonetically in elite Roman Latin, and this reform may also have had some limited impact in certain popular varieties (cf. French *fi*ls ‘son’ < *fili*us, which exceptionally derives from the Latin nominative rather than the usual accusative, even though Italian itself shows no trace, implying that the loss was permanent in many long-established sub-elite spoken varieties).

Conforme os mesmos autores, porém, a queda de /m/ final era uma tendência muito mais forte e evidente:

Final *-m* is much more regularly omitted in early inscriptions (especially in regional Latin and in early verse inscriptions composed in Saturnians), and it is well known that a final vowel + /m/ is regularly ‘elided’ prevocally in classical poetry (whatever this means in strictly phonetic terms), even though such syllables are treated as heavy before a consonant. It must be assumed, then, that early weakness and partial loss had been at least partly reversed in elite Roman Latin by the beginning of the second century, both graphically and phonetically, with a pronunciation perhaps involving nasalization and concomitant lengthening of the preceding vowel, (e.g. *donum* = [do:nũ:] ‘gift’, etc.). This allows for normal elision/synizesis when word-final and word-initial vowels come into contact, while the lengthening explains the heavy status of these syllables (creating the illusion of a consonantal value for final /m/) before a word-initial consonant. To judge from the Romance reflexes of relevant word forms, however, near-complete loss persisted in many sub-elite varieties (French *rien* ‘nothing’ < the accusative form *rem* ‘thing’ is a notable exception), and later commentators and grammarians make it clear that in their time the sound was also very weakly articulated even in higher varieties before being lost altogether (Quintilian IX.4.40, Velius Longus, K. VII.54). (CLACKSON; HORROCKS, 2007, p. 96).

Assim como Clackson e Horrocks (2007) recorrem a inscrições que refletem o latim vernacular para surpreender evidências desses processos fonético-fonológicos, o mesmo faz Rex Wallace (2005), que se baseia especificamente nas inscrições de Pompeia e Herculano. Segundo Wallace (2005, p. 31), nos *dipinti* (murais encontrados nas casas de cidadãos ricos e em certos prédios públicos) era mais raro

encontrar a omissão de /m/ final; no entanto, nos *graffiti* (espécie de pichação em vias públicas) o /m/ final era regularmente omitido:

At Pompeii and Herculaneum final *m* was commonly written in *dipinti*, which is to be expected since this style of writing adhered more closely to spellings used by the educated classes. However, in *graffiti*, word-final *m* was commonly omitted. Examples from *dipinti* are: *sella* [instead of *sellam*], ‘seat,’ acc. sg. fem.; *equa* [instead of *equam*], ‘mare,’ acc. sg. fem., *Deciu* [instead of *Decium*], gentilicium, acc. sg. masc.; etc. Examples from *graffiti* are: *Fortunatu* [instead of *Fortunatum*], cognomen, acc. sg. masc.; *plurima* [instead of *plurimam*], ‘very big,’ acc. sg. fem.; *pane* [instead of *panem*], ‘bread,’ acc. sg. fem., etc. Interestingly, a few examples of hypercorrect spellings in which an *m* was erroneously added to an ablative case form exist, e.g., *permissūm* [instead of *permissū*], ‘permission,’ abl. sg. masc.; *diem* [instead of *die*], ‘day,’ abl. sg. masc. Them spellings support the idea that the vowel of the accusative singular was lengthened in compensation for loss of final *m*.

Wallace (2005, p. 31) também atesta a omissão de /s/ final nas inscrições de Pompeia e Herculano, afirmando porém que esse processo era menos regular do que a queda de /m/ final. Isso vai ao encontro da explicação de Clackson e Horrocks (2007, p. 96), segundo quem o apagamento de /s/ final era uma tendência no latim arcaico, mas foi barrada pela estardização que resultou na variedade clássica, embora tal apagamento tenha continuado no latim vernacular. Tal bloqueio desse processo causado pela estardização provavelmente explica a menor incidência da apócope de /s/ em Pompeia e Herculano:

Word-final *s* was rarely omitted in Pompeian wall inscriptions. A few examples are attested after the short vowels *u* and *o*, and there is an example after short *i*. Loss of *s* after long vowels is even rarer, there being but a half dozen examples altogether after *ā*, *ē* and *ō*. Examples are: *Aemiliu*, gentilicium, nom. sg. masc.; *servo*, ‘servant,’ nom. sg. masc.; *Romulu*, cognomen, nom. sg. masc.; *Purami*, cognomen, nom. sg. fem., cf. *Pyramis*; *fēlicitā*, ‘happiness,’ nom. sg. fem., cf. *fēlicitās*; *Decembrē*, ‘December,’ acc. pl. fem.

Smith e Hall (1863, p. 347)<sup>33</sup> fornecem evidências ainda mais específicas e detalhadas da incidência desses processos na língua latina. Tais autores lembram que Prisciano de Cesareia, gramático romano do século quinto, fez a seguinte observação sobre a queda de /m/ final em latim nas suas *Institutiones Grammaticae* (38, H): “*M obscurum in*

<sup>33</sup> Embora essa referência date de um século e meio atrás, decidi usá-la como fonte de conhecimento científico (e não apenas como fonte de dados linguísticos) porque não encontrei referências mais recentes que apresentassem explicações para os fenômenos em questão iguais em síntese e variedade analítica.

*extremitate dictionum sonat ut templum, apertum in principio ut magnus, mediocre in mediis ut umbra*” (o M é apagado na extremidade das palavras, soando como *templum*; é aberto no começo, como em *magnus*; e medíocre no meio, como em *umbra*). Ao que parece, quando Prisciano afirma que a realização de /m/ era “medíocre no meio, como em *umbra*”, ele está indicando que já ocorria nesse contexto uma nasalização, além de constatar a queda propriamente quando se tratava de um /m/ final. Isso vai ao encontro da interpretação de Smith e Hall (1863, p. 347). Segundo tais autores, mais adiante, o M em posição medial mudaria para:

1. The guttural *n* before the gutturals *c, q, g*: as *anceps* (for *ambiceps*), *quanquam, congero*.
2. Into the dental *n* before the dentals *d, t*: as *tantundem, veruntamen, eandem*.
3. Into the faint nasal sound (which frequently was not written) before *j (=y), v* and *s*: as *conjunx* or *cojunx, consul* or *cosul, &c.*

Os mesmos autores observam que, em composição, o *m* de *circum* e de *com* frequentemente desaparecia antes uma vogal, como em: *circuire, circuitus, coagulum, coactus, coemptio, coire* e *cooptare*. Conforme Smith e Hall (1863, p. 347), não apenas Prisciano de Cesareia, mas também Quintiliano e Élio Donato, ambos também gramáticos romanos, asseguraram que o M, no final de palavras, era pronunciado de modo tão fraco que era quase inaudível. Nas palavras de Donato, em seu “Comentário sobre Terêncio” (ii. 1, 53), “*littera M est nimium pressae vocis ac paene nullius*” (a letra M é pronunciada com a voz tão presa que chega a ser quase nula).

Outra evidência vem da poesia: no verso latino, uma palavra terminada em vogal e M era, em termos de métrica, considerada como terminada em vogal apenas. Assim, frequentemente o M não era sequer escrito no final de palavras. Como pontuam, Smith e Hall (1863, p. 348), esse apagamento “seria de grande importância para a história das declinações latinas e das conjugações”. Aqui, os autores estão claramente indicando que tal processo, que era inicialmente apenas fonológico, implicaria depois outro processo, este sim morfossintático. Entre outras consequências, eles se referem ao fato de que, no verbo, o *m*, quando era marca de primeira pessoa do singular, geralmente caía no modo indicativo, mas se mantinha no modo subjuntivo:

This *m* must have disappeared very early, as it is also dropped in Greek in verbs in *-ω*, and retained only in verbs in *-μ*. In Latin the *m* is preserved in only two verbs in the Present Indicative *s-u-m* (= *es-u-m*, comp. Gr. *εἰ-μῖ*) = *ἐσ-μῖ* and

*inqua-m*. Even the first Person of the Subjunctive is sometimes found without the *m* in old Latin, as is always the case in the Greek verbs in *-ω*. Thus we are told that in Cato and other ancient writers the following forms were found: *attinge* for *attingam* (Festus, p. 26, M.), *dice* for *dicam* (ibid., p. 72), *ostende* for *ostendam* (ibid., p. 201), *recipie* for *recipiam* (ibid., p. 286). (SMITH; HALL, 1863, p. 348).

Smith e Hall (1863, p. 348) ainda observam que, em nomes, o *m* final às vezes era escrito e às vezes omitido em inscrições da época das Guerras Púnicas. Assim, nessas inscrições, encontramos formas como *dono* e *donom*, *viro* e *sacrom*. No entanto, na época da *S. C. de Bacchanalibus*,<sup>34</sup> o *m* final dos nomes aparecia regularmente. Disso, podemos concluir que o *m* final, no período arcaico, era pronunciado de modo tão fraco que os romanos ficavam em dúvida se deviam ou não expressá-lo por uma letra, mas nos tempos das guerras sírias e macedônicas, provavelmente em consequência da intensificação das relações com a Grécia, o *m* era pronunciado pelos mais escolarizados. Entretanto, ele continuou a ser omitido nos vernáculos, o que fica evidente pelas inscrições de Pompeia, nas quais o *m* do acusativo geralmente está faltando: por exemplo, *tota, puella etc.* para *totam, puellam etc.* Conforme supõem Smith e Hall (1863, p. 348):

From the third century A.D., the *m* of nouns and other words is constantly omitted in inscriptions, because it had by this time ceased to be pronounced in the popular dialect. This dropping of the *m* first in pronunciation and then in writing seems to have been one of the main causes of the destruction of the Latin Declensions in the popular language.

Smith e Hall (1863, p. 350) também comentam a queda de /s/ final, afirmando que, tal qual o /m/, o /s/ também era pronunciado de modo muito fraco em final de palavra desde o latim arcaico. Assim, esse fonema teria desaparecido do nominativo singular de palavras como *Numa, poeta, puer, vigil*; o genitivo singular da primeira, segunda e quinta declinações em um primeiro momento terminava em *a-is, o-is, e-is*, de onde surgiram as formas *ae, i, ei*; o mesmo vale para o nominativo plural da primeira e segunda declinações, cujas formas originais eram *a-is* e *o-is*, que derivaram *ae* e *i*. Esse processo também teria incidido sobre os verbos e advérbios:

---

<sup>34</sup> O *Senatus consultum de Bacchanalibus* (Decreto senatorial sobre as Bacanais) é uma famosa inscrição em latim arcaico datada em 568 AUC, ou seja, 186 a.C.

In verbs, in like manner, the *s*, which was the sign of the 2nd Person Sing. of the Imperative, was dropped, *rege, mone, audi* having originally ended in *s*. So also in the 2nd Person Sing. of the Pres. and Imperf. Indic. and Subj., and of the Fut. Indic. Passive, we have the forms *amare, amere, amabare, amarere, amabere*, together with *amaris, ameris*, &c. The adverbs *magis* and *potis* were also at an early period written *mage* and *pote*. (SMITH; HALL, 1863, p. 350).

É interessante observar também que, em inscrições dos tempos das Guerras Púnicas, encontramos palavras da segunda declinação no caso nominativo sem o *s* final, como em *Terentio* e *Albanio*. Além disso, conforme Smith e Hall (1863, p. 350), nos poetas romanos da época de Cícero, o *s* final, seguido por uma palavra começada por uma consoante, não tornava longa a vogal precedente, o que prova que ele não era pronunciado. Cícero se refere a essa pronúncia como estilo “*subrusticum*” (*Orat.*, 48, 161), o que mostra que o *s* ainda era apagado nesse momento nos dialetos rurais, exatamente como indicaram Clackson e Horrocks (2007, p. 96). Nas inscrições imperiais tardias, o *s* final das desinências de caso também desaparecia com frequência. Conforme concluem Smith e Hall (1863, p. 350), “*This omission of the final s, like the similar disappearance of the final m, was one of the main causes of the destruction of the Latin Declensions*”. Essa reiterada afirmação mostra que o caminho desse processo no latim é o mesmo que teria ocorrido no PB: inicialmente um processo puramente fonético-fonológico que avança a fronteira da sintaxe à medida que começa a erodir marcas morfossintáticas, sendo que, conforme esse processo morfossintático se expande, ele obriga a língua a reorganizar a sua sintaxe, momento no qual a outra regra variável (morfossintática) emerge e passa a coincidir com a regra “puramente fonológica”.

### 2.2.5 Permanências e reincidências morfossintáticas

O plano morfossintático revela algumas das diferenças mais intrigantes entre o PE e o PB. A seguir, comentarei aspectos de morfossintaxe que têm sido ou podem ser considerados permanências ou reincidências latinas do PB. São eles: a próclise do pronome átono, a variação da concordância, o uso da preposição *em* com verbos de movimento, o gerúndio continuativo, a negação repetitiva, a construção de dativo com infinitivo, a variação de gênero gramatical e as classes nominais temáticas, o modo condicional, a formação de participios, a ambiguidade estrutural da passiva sintética com *se*, e o demonstrativo definido.

De modo geral, em termos morfossintáticos, o PB difere-se do PE porque admite variações em certos aspectos, em relação aos quais o PE

padrão parece ser categórico. O que tem sido demonstrado, combinando estudos dialetológicos portugueses e brasileiros, em perspectiva sincrônica e diacrônica, é que o PA era flexível e permitia as mesmas variações que permite hoje o PB e certas variedades não padrão do PE. A variação da concordância, por exemplo, nas palavras de Scherre e Naro (2007, p. 155), “representa uma deriva latente, de longo prazo, documentada até mesmo antes da fase clássica do latim e das línguas europeias que o precederam”. Portanto, nessa perspectiva, manter tais possibilidades de variação, manter tal flexibilidade, significa ser mantenedor, ao passo que a variedade padrão de além-mar inovou-se, enrijecendo sua sintaxe e tornando, assim, categóricos certos usos.

### 2.2.5.1 Variação da concordância

Conforme expus na seção 2.2.3, Lucchesi e Mendes (2009) e Baxter (2009) apontam, entre os aspectos distintivos do PB, a variação de concordância verbal e nominal (particularmente no que se refere à marcação de plural) como sendo uma característica induzida por criouliização prévia no PB.<sup>35</sup> Segundo esses autores, essa característica foi induzida no PB por escravos que vieram ao Brasil e falavam o são-tomense, uma língua crioula de base portuguesa, cujo substrato assenta principalmente nas línguas kwa, faladas na Costa do Marfim, Gana, Togo, Benim e Nigéria. Ao buscar contra-argumentos para essa alegação, cheguei às seguintes informações:

- diversas outras línguas, românicas e não românicas, que não sofreram processos de criouliização, já passaram pelo mesmo processo, em geral por conta de erosões fonéticas que motivaram mudanças no paradigma morfossintático: o inglês e o francês são exemplos típicos;
- ainda hoje, esse mesmo fenômeno ocorre em diletos rurais não padrão de Portugal (SCHERRE; NARO, 1999, p. 235);
- no PA também ocorria variação de concordância entre sujeito e predicado e dentro do sintagma nominal com relação à marcação de plural (HUBER, 1986 [1933], p. 152-154; SCHERRE; NARO, 2007, p. 153);

---

<sup>35</sup> Redução na flexão número-pessoal do verbo (EU vejo / NÓS fala(mos)) e variação da concordância nominal com preferência pela marcação do plural apenas no primeiro elemento do SN (OS carro(s) / AS casa(s)).

A partir dessas informações, cheguei à conclusão de que a variação de concordância verbal e nominal com relação à marcação de plural já existia no PA, consolidou-se no PB (que manteve esse aspecto) e manteve-se também em dialetos rurais de Portugal, mas não no PE padrão.

Além disso, cabe aqui reiterar algumas conclusões já expostas antes na seção sobre queda de /s/ final e desnasalização. Naquela seção, verifiquei, apoiado em Guy (1981, p. 132), que existem duas regras operando sobre esse fenômeno: uma delas é uma regra morfossintática que apaga a marca de plural do segundo constituinte do sintagma nominal (*os bois/os boi*) ou do verbo quando o pronome-sujeito é realizado (*eles falam/fala; eles falaram/falaru*); e outra, “puramente fonológica”, que apaga a nasal ou o /s/ final não importa a sua origem – se é uma marca de plural ou parte do morfema da raiz. Nem sempre é fácil precisar qual regra está operando quando consideramos determinado caso de apagamento.<sup>36</sup> Apesar disso, apresentei evidências que entendo serem suficientes para sustentar que as quedas de nasal e /s/ final motivadas pela regra puramente fonológica são processos permanentes na língua (dados, pelo menos, desde o latim arcaico) e que tais processos, uma vez intensificados no período românico, induziram o surgimento da outra regra (morfossintática), que passou a agir de modo paralelo e independente da regra puramente fonológica. Portanto, o apagamento fonológico de nasal e /s/ final implicou o apagamento morfossintático de seus respectivos morfemas, sendo este último processo o causador da variação de concordância verbal e nominal no PB.

#### 2.2.5.1.1 A variação da concordância e o latim

Na seção 2.2.4.5, expus uma série de argumentos e dados linguísticos, principalmente a partir de Clackson e Horrocks (2007), Wallace (2005) e Smith e Hall (1863), que confirmam a antiguidade do apagamento fonológico de nasal e /s/ final, datado ao menos desde o latim arcaico. Entretanto, tais autores também indicaram que a interferência desse processo no sistema morfossintático começou a ocorrer ainda no latim. Vimos que o *m*, por exemplo, muitas vezes não

---

<sup>36</sup> Exceto quando não há nenhuma relação de concordância envolvida, nem nominal nem verbal, como por exemplo – em se tratando de apagamento de /s/ final – em *menos/meno, jamais/jamai, depois/depou, mais/mai, vez/vei, Deus/Deu, Goiais/Goiai, capataiz/capatai*, ou – em se tratando de apagamento de nasal final – todos os casos mencionados naquela seção (como em *viage, home, servage, capatai* etc.) exceto aqueles que envolvem concordância verbal.



era sequer escrito no final de palavras. Smith e Hall (1863, p. 348) afirmam que esse apagamento “seria de grande importância para a história das declinações latinas e das conjugações”, e sugerem que tal processo, que era inicialmente apenas fonológico, implicaria depois outro processo, este sim morfossintático.

Entre outras consequências, eles se referem ao fato de que, no verbo, o *m*, quando era marca de primeira pessoa do singular, geralmente caía no modo indicativo, mas se mantinha no modo subjuntivo. Conforme os autores, esse *m* deve ter desaparecido muito cedo, uma vez que também caía no grego em verbos terminados em *-ω*, e permanecia apenas em verbos terminados em *-μι*. Em latim o *m* é preservado apenas em dois verbos no presente do indicativo: *s-u-m* (= *es-u-m*, comp. gr. *εἰ-μι*) = *έσ-μι* e *inqua-m*. Até mesmo a primeira pessoa do subjuntivo é às vezes encontrada sem o *m* em latim arcaico, como acontece regularmente no grego com os verbos em *-ω*. Assim, encontramos as seguintes formas em Catão e em outros escritores antigos: *attinge* vs. *attingam* (Festus, p. 26, M.), *dice* vs. *dicam* (ibid., p. 72), *ostende* vs. *ostendam* (ibid., p. 201), *recipie* vs. *recipiam* (ibid., p. 286).

Vimos que esse apagamento foi barrado pela estardização do latim, mas continuou a ocorrer nos vernáculos, o que fica evidente pelas inscrições de Pompeia, nas quais o *m* do acusativo geralmente está faltando: por exemplo, *tota, puella etc.* para *totam, puellam etc.* Smith e Hall (1863, p. 348) supõem que, a essa altura, o *m* morfêmico já havia caído, posto que era sistematicamente ausente nas inscrições: “*This dropping of the m first in pronunciation and then in writing seems to have been one of the main causes of the destruction of the Latin Declensions in the popular language.*”

Além disso, os autores mostram que há evidências que comprovam a queda não apenas do *m* morfêmico, mas também do *s* morfêmico:

In verbs, in like manner, the *s*, which was the sign of the 2nd Person Sing. of the Imperative, was dropped, *rege, mone, audi* having originally ended in *s*. So also in the 2nd Person Sing. of the Pres. and Imperf. Indic. and Subj., and of the Fut. Indic. Passive, we have the forms *amare, amere, amabare, amarere, amabere*, together with *amaris, ameris, &c.* (SMITH; HALL, 1863, p. 350).

Outras evidências são: inscrições dos tempos das Guerras Púnicas, em que inexistente o *s* final como marca de nominativo (*Terentio, Albanio etc.*); a poesia “*subrustica*” da época de Cícero, em que o *s* final, seguido por uma palavra começada por uma consoante, não

tornava longa a vogal precedente (prova de que ele não era pronunciado); inscrições imperiais tardias, em que o *s* final das desinências de caso também desaparecia com frequência. Essas e outras evidências levam Smith e Hall (1863, p. 350) a formular a seguinte síntese: *“This omission of the final s, like the similar disappearance of the final m, was one of the main causes of the destruction of the Latin Declensions”*.

Portanto, reitero aqui o que já defendi antes: o caminho desse processo no latim reflete o desenvolvimento das regras de apagamento de nasal e /s/ final no PB: inicialmente há um processo puramente fonético-fonológico que avança a fronteira da sintaxe à medida que começa a erodir marcas morfossintáticas, sendo que, conforme esse processo morfossintático se expande, ele obriga a língua a reorganizar a sua sintaxe, momento no qual a outra regra variável (morfossintática) emerge e passa a coincidir com a regra “puramente fonológica”.

#### 2.2.5.2 Próclise do pronome átono

Conforme Lucchesi e Mendes (2009), Mattos e Silva (2004) e Eidelwein (2010), a próclise do pronome átono é bastante corrente no PB, até mesmo em enunciados em que, categoricamente no PE, a ênclise é exigida. Essa questão é muito debatida desde o século XIX e, atualmente, é rotulada de “posição dos clíticos”.

Na seção 2.2.3, examinei a alegação de que a tendência proclítica seja resultado, conforme Lucchesi e Mendes (2009), de crioulização prévia no PB devido a semelhanças com o crioulo de Cabo Verde. Ao buscar contra-argumentos para essa alegação, cheguei às seguintes informações:

- a preferência que o PB apresenta pela próclise é a tendência geral de todas as línguas românicas e já existia no PA;
- na literatura crioulista internacional, é consenso que cliticização não nada a ver com crioulização;
- Mattos e Silva (2004), embora não se declare favorável ao argumento do caráter arcaizante, reconhece que os clíticos se tornaram mais proclíticos na documentação quinhentista, na mesma época em que a língua portuguesa chegou ao Brasil;
- a tendência proclítica, porém, já se fazia presente de modo significativo desde o início do período arcaico, quando ocorreu uma a flexibilização das colocações pronominais (EIDELWEIN, 2010).

A partir dessas informações, cheguei à seguinte conclusão: a posição dos clíticos era variável no PA; no início do período arcaico, predominava a ênclise, porém na passagem para o período moderno houve uma emergência da próclise; o PE dirimiu a tendência proclítica e normatizou a ênclise, enquanto que o PB manteve a flexibilidade clítica do PA, salientando a tendência proclítica trazida no século XVI ao Brasil.

#### 2.2.5.2.1 A próclise do pronome átono e o *latim*

Os pronomes átonos latinos eram colocados, conforme a variante da Lei de Wackernagel,<sup>37</sup> depois do primeiro constituinte da sentença nuclear, e portanto depois do constituinte focalizado ou depois do verbo preposto ou, se estes estivessem faltando, depois do primeiro constituinte do núcleo (SALVI, 2011, p. 363). Exemplos das duas primeiras possibilidades seriam os seguintes:

*morituri te salutant* (os que estão prestes a morrer te saúdam)  
*nosce te ipsum* (conhece-te a ti mesmo)

No chamado sistema V2 do início das línguas românicas, os clíticos, mantendo as formas fracas dos pronomes latinos, ainda eram colocados depois do primeiro constituinte do núcleo sentencial (RENZI, 1987): por exemplo, depois de uma sentença tematizada (1a) ou focalizada (1b) em posição pré-verbal ou, na falta desta, depois de um verbo finito (1c), uma regra conhecida como Lei de Tobler-Mussafia. Dada a nova posição do verbo na sentença românica, os clíticos sempre apareciam adjacentes ao verbo, tal como nestes exemplos do italiano arcaico coletados por Salvi (2011, p. 364):

1a. It.Arc. Allora / Io re *si* rinchiese in una camera con questo greco (Novellino)  
 ‘Então, o rei se fecha em um quarto com este grego’  
 1b. che domanda *mi* fate voi? (Novellino)  
 ‘que pergunta você me faz?’  
 1c. *fuli* detto che... (Novellino)  
 ‘foi-lhe dito que [...]’

Os pronomes fracos latinos eram elementos enclíticos, tal como devem ter sido os clíticos românicos (MELANDER, 1928), ao menos no início: suas vogais podiam ser apagadas se precedidos por uma palavra

---

<sup>37</sup> A Lei de Wackernagel determina que a colocação dos clíticos ocorria na segunda posição sintática nas cláusulas indo-europeias.

terminada em vogal, um sinal de que eram foneticamente dependentes da palavra precedente (2a, 2b):

- 2a. Esp.Arc. *Aquim* parto de vos (Cantar de Mio Cid)  
 ‘Aqui *me* despeço de você’  
 2b. Fr.Arc. *por queir portat ta medre?* (La Vie de saint Alexis)  
 ‘por que *te* carrega tua mãe?’

Essa situação, entretanto, logo muda. Enquanto que os pronomes fracos latinos eram palavras independentes, os clíticos românicos foram reinterpretados como elementos acessórios do verbo, e então eles passam a preceder o verbo ao qual eles se tornam proclíticos, por exemplo: OFr. *qui le dira* (Chrestien de Troyes, *Yvain*) ‘quem lhe dirá’ (onde o clítico mantém sua vogal porque seu hospedeiro começa por uma consoante). Inicialmente essa mudança não teve efeito sobre a Lei de Tobler-Mussafia, mas gradualmente a maioria das línguas românicas a abandonou e começou a permitir clíticos pré-verbais mesmo quando nenhum constituinte precedia o verbo no núcleo sentencial. O relaxamento da Lei de Tobler-Mussafia começa muito cedo (no séc. XII) no francês arcaico, no contexto de questões de sim-ou-não (3a), e se estende posteriormente para outros contextos (3b) (DE KOK, 1985, p. 92-93):

- 3a. Fr.Arc. *Te* tindrent onques Sarrazin en prison? (La prise d’Orange)  
 ‘*Te* prenderam já os Sarracenos na prisão?’\*  
 3b. *Se* appensa de faire ung amy qui ... (Nouvelles françaises inédites du quinzième siècle)  
 ‘*Se* interessou em fazer um amigo que [...]’

Salvi (2011, p. 364) observa que, de todas as línguas românicas,

[...] apenas o galego-português (mas não o português brasileiro) e parte do asturo-leonês mantêm até os dias de hoje a forma modificada da antiga situação (Salvi 1990): os clíticos permanecem pós-verbais se o verbo está na primeira posição absoluta (a) e pré-verbais se o verbo é precedido por constituintes com valor de foco (b); caso contrário, são pós-verbais (c): a. Pt. *Viu-me*; b. Ninguém *o* sabia; c. O Pedro *viu-me*.

Em outras línguas, a posição dos clíticos se tornou dependente da finitude do verbo: próclise com formas finitas e ênclise com formas não-finitas e imperativas (espanhol, catalão, parte do occitano, italiano e romeno com algumas exceções), “[...] mas algumas línguas estenderam a próclise para formas não-finitas (parte do occitano e francês) *ou para*

*todos os casos (português brasileiro).*” (SALVI, 2011, p. 365, grifo meu).

Com base em Salvi (2011), Renzi (1987), Melander (1928) e de Kok (1985), posso formular as seguintes conclusões: no latim, os pronomes átonos eram independentes do verbo, podendo ser proclíticos ou enclíticos dependendo do contexto sintático; as línguas românicas, contudo, se tornaram predominante proclíticas por volta do séc. XII, sendo que o PB estendeu a próclise para praticamente todos os contextos. Assim sendo, é possível afirmar que o comportamento do PB seja resultado da generalização de *uma* possibilidade latina (a próclise), sendo que tal generalização foi favorecida pela tendência proclítica assumida pelos romances a partir do século XII.

### 2.2.5.3 Uso da preposição *em* com verbos de movimento

Outro ponto bastante recorrente na diferenciação entre o PB e o PE é o uso da preposição *em* com verbos de movimento – inexistente no PE padrão (que determina o uso da preposição *a*) e predominante no PB vernacular (*vou no banheiro, cheguei em casa, cheguei na cidade* etc.) (SILVA NETO, 1979; NOLL, 2008; SCHERRE; NARO, 2001).

Como afirma Piacentini (2004, p. 60), “já no tempo do português arcaico havia grande emprego de verbos de movimento com a preposição *em* no lugar de *a*. Portanto, nada de novidade em “chegou em São Paulo, chegaram no aeroporto”. Segundo Mattos e Silva (1989, p. 628, grifo meu), “no português arcaico, por vezes a preposição *a* expressa a permanência ou a situação resultante de um movimento para um ponto de chegada, *o que também poderia ser expresso pela preposição em.*”

Logo, se o PA permitia o emprego de ambas as preposições (*a* e *em*) com verbos de movimento e o PB mantém essa possibilidade, ao passo que o PE inovou, restringindo o uso apenas à preposição *a*, então podemos falar em caráter mantenedor do PB.

#### 2.2.5.3.1 O uso da preposição *in* para ligar verbos de movimento e o latim

O uso da preposição *in* para ligar verbos de movimento aos seus complementos era norma até mesmo no latim padrão (*in urbem venire*). Como observei antes, essa possibilidade existia no PA e, hoje, é considerada uma permanência do PB em comparação com o PE. Eis um exemplo evidente da conexão LATIM-PA-PB da qual a variedade padrão do PE não participa. A esse respeito, vale lembrar que

Desde o séc. I nota-se confusão entre o acusativo e o ablativo, mas tal fato só se generaliza a partir do séc. III: assim é que encontramos a prep. *cum* regendo acusativo: *cum discentes suos* (C.I.L. IV,<sup>38</sup> 275), *cum sodales* (idem, IV, 221) *cum nepotes* (idem, IX, 1938). Em consequência, por ultra-correção, vemos nos textos tardios o ablativo frequentemente empregado no lugar do acusativo. Bechtel observa, no seu comentário da *Peregrinatio Aetherae* (pág. 94-101), que o uso de *in* + ablativo em vez de *in* + acusativo é três vezes mais freqüente que o emprego padrão de *in* + acusativo. (SILVA NETO, 1979, p. 250).

Conforme Noll (2008, p. 252), a construção com *em* com verbos de deslocamento (*vou, cheguei no centro*) é, em seus termos, um “arcaísmo” do PB, “[...] que remete ao uso latino de *in* + acusativo (cf. fr. *je vais en ville*) e é atestado, por exemplo, no *Cancioneiro da Vaticana* (séc. XIV, compilado no séc. XVI), depois em João de Barros e em Camões (séc. XVI).” Eis os excertos destacados pelo autor:

*Cancioneiro da Vaticana*: “En a primeyra rua que cheguemos...” [...]. João de Barros: “era vindo nesta terra” [...]. Camões: “Nalgum porto seguro de verdade | Conduzir-nos, já agora, determina” (Os Lusíadas, II, 32); “Os Cabelos da barba e os que decem | Da cabeça nos ombros, todos eram | Uns limos prenhes d’água, e bem parecem” (Os Lusíadas, VI, 17). (NOLL, 2008, p. 320).

Scherre e Naro (2001, p. 43) documentaram o uso de *em* associado a movimento também no PE sub-*standard* do séc. XX. No entendimento de Naro (2008, p. 252), a manutenção da preposição *in* nesse contexto tem motivação morfológica, embora se subentenda também a incidência de fatores fonéticos:

Evidentemente, trata-se da repressão de uma forma morfológicamente fraca, como ocorreu com os pronomes objeto *o, a* [...]. A substituição da preposição *a* tem correlação, no português brasileiro falado, com a ampliação, para complementos de movimento, do campo funcional de *para ante a* (PB *vou pra universidade*).

Portanto, se há algum caso flagrante de permanência latina na atual norma do PB vernacular, este caso é o uso de *em* com verbos de movimento. Tanto na norma do latim padrão quanto na do latim

---

<sup>38</sup> O *Corpus Inscriptionum Latinarum* (citado em bibliografia e compilações de fontes como C.I.L.) é uma compilação exaustiva das inscrições epigráficas latinas da antiguidade. O CIL inclui todos os tipos de inscrições latinas de todo o Império Romano, organizadas geográfica e tematicamente. O volume IV intitula-se *Inscriptiones Pompeianae, Herculenses, et al.*, trazendo principalmente as inscrições de Pompeia. O volume IX, intitulado *Inscriptiones Calabriae, Apuliae et al.*, traz inscrições da Calábria, dentre outras regiões.

vernáculo, a preposição *in* regia verbos de movimento, assim como acontece no PB vernacular (diferente da variedade vernacular europeia, na qual se emprega a preposição *a* com verbos de movimento). Para ser mais preciso, cumpre prestar algumas explicações sobre o uso das preposições latinas para a orientação espacial.

As preposições latinas sempre escolhem o caso em que o substantivo selecionado por elas deverá estar. A preposição *in* tem dois sentidos básicos muito distintos, um ligado à noção de permanência e estaticidade, e outro ligado à noção de movimento para dentro de algum lugar ou corpo. O primeiro se expressa com o ablativo e o segundo com o acusativo, conforme os exemplos dados por Gonçalves (2007, p. 49):

*in* + ablativo: estaticidade → *in* forō “no fórum”; *in* uiā, “no caminho”, *in scaenā* “no palco”.

*in* + acusativo: movimento para dentro de → *in* forūm “para dentro do fórum”; *in* uiām “para dentro do caminho (vindo de fora dele)”; *in scaenām* “para dentro do palco (vindo de fora dele)”.

A preposição *in* com seus dois usos dependentes do caso acusativo e do caso ablativo é um dos melhores exemplos de como esses casos se relacionam, em geral, com movimento *versus* estaticidade ou com movimento para dentro *versus* movimento para fora, conforme ilustram os próximos exemplos, com as preposições *ad*, *ab* e *ex*:

*ad* + acusativo: “até” / “até junto a” → *ad domum* “para junto da casa (mas não entrando nela)”; “até a casa”.

*a(b)* + ablativo: “para longe de” (contrário de *ad* + acusativo) → *ab agrō* “para longe do campo (sem a pressuposição de que o que está se afastando do campo estava antes dentro do campo)”.

*e(x)* + ablativo: “para fora de” (contrário de *in* + acusativo) → *ex agrō* “para fora do campo (com a pressuposição de que o que está indo para fora estava dentro do campo)”. (GONÇALVES, 2007, p. 49).

Diante disso, o uso de *em* ligando verbos de movimento ao seu complemento no PB vernáculo expressa a continuidade do uso de *in* + acusativo com o sentido de movimento. A apresentação desse fato ao estudante pode ensejar não apenas uma introdução ao uso das preposições latinas para orientação espacial, mas também uma introdução geral ao uso de preposições e, posteriormente, à ampliação desse uso no latim vernáculo com o colapso do sistema de declinações.<sup>39</sup>

<sup>39</sup> Na evolução dos romances, por conta de erosões fonéticas que afetaram a morfologia, os casos genitivo, dativo e ablativo foram desaparecendo. Surgiu, então, uma oposição básica entre nominativo e acusativo. Nesse momento, para expressar as funções sintáticas

#### 2.2.5.4 Gerúndio continuativo

Um dos fatos linguísticos mais invocados para diferenciar o português brasileiro (PB) do português europeu (PE) é a perífrase verbal tipicamente usada para expressar o aspecto de continuidade: no Brasil, a perífrase supostamente mais comum é formada com o verbo principal no gerúndio precedido de um verbo auxiliar (o verbo *estar* parece ser o mais frequente); em Portugal, a perífrase supostamente mais comum é formada com o verbo auxiliar sucedido pelo infinitivo do verbo principal preposicionado, que doravante chamarei apenas de infinitivo gerundivo.<sup>40</sup> Portanto, existem as seguintes variantes:

Eu estou escrevendo um texto. (PB)

Eu estou a escrever um texto. (PE)

Conforme a discussão já feita na seção 2.2.3, esse é mais um aspecto distintivo do PB que Lucchesi e Lobo (1996) alegam ter sido induzido pelo contato com línguas africanas. Ao buscar contra-argumentos para essa alegação, cheguei às seguintes informações:

- a construção *estar* (*andar* etc.) + gerúndio, preferida no Brasil, é a mais antiga no idioma e ainda tem vitalidade em dialetos centro-meridionais de Portugal (principalmente no Alentejo e no Algarve), nos Açores e nos países africanos de língua oficial portuguesa (CUNHA, 1986; PAIVA BOLÉO, 1974);
- Huber (1986 [1933]), ao analisar textos que datam desde os primórdios do PA, no século XII, até o século XV, a fim de descrever a gramática do PA, não fez nenhuma menção à construção com o infinitivo gerundivo (típica do PE) e deu destaque à perífrase que utiliza o gerúndio, atestando sua normalidade.

---

correspondentes a esses casos perdidos, começou-se a agregar preposições a vocábulos declinados no nominativo ou no acusativo. Por exemplo: *de* + acusativo (adjunto adnominal).

<sup>40</sup> Embora muitos autores usem a nomenclatura “infinitivo preposicionado” – por ex., Barbosa e Cochofel (2004) – acreditamos que “infinitivo gerundivo”, como adotado por Arsénio (2010) e Coriolano (2009), é a nomenclatura mais apropriada, pois existem muitos casos de infinitivo preposicionado que não expressam o aspecto de continuidade. Na pesquisa cujos resultados apresentarei mais adiante, foram desconsideradas perífrases como “vir a ser”, “tornar a dizer”, “atreva a dar”, “a Assembleia a se realizar no dia 30”, pois têm outros valores semânticos e não expressam a ideia de ação contínua.



A partir dessas informações, cheguei à conclusão de que, se a perífrase com o gerúndio não é a forma mais antiga, foi ao menos a forma mais regular no PA. Consequentemente, faz sentido afirmar que o PB é mais mantenedor por ter sustentado essa construção, enquanto que o PE fez emergir a perífrase com o infinitivo preposicionado.

Recentemente, realizei uma pesquisa<sup>41</sup> para verificar se essa perífrase com o gerúndio era categórica na variedade catarinense do PB (PB-SC). Quando projetei tal pesquisa, estava pensando especificamente na ocorrência do gerúndio ou do infinitivo gerundivo no verbo da oração principal, expressando o aspecto de continuidade em perífrases nas quais o verbo auxiliar expressaria o tempo da ação. Por exemplo (dados do *corpus* PHPB-SC):

“o Senhor João Thomas não está servindo aquelle lugar”  
 “cremos já ir massando a paciencia”

ou

“Fico a imaginar [...]”  
 “Estava [...] a ver”

Entretanto, logo me dei conta de que a maioria das ocorrências do gerúndio expressando o aspecto de continuidade acontecia em outras funções sintáticas: em sua grande maioria, como adjunto adverbial (orações adverbiais circunstanciais), mas também como adjunto adnominal (orações adjetivas).

Exemplos de ocorrência como adjunto adverbial:

“Inserindo esta declaração muito obrigará [...] ao seu assignante”  
 “Entrarei agora na grande questão, esforçando-me por debellar”

Exemplo de ocorrência como adjunto adnominal:

“a publicação [...] descrevendo o Poeta do Brejo”

Uma vez instado a considerar essa diversidade no comportamento sintático, por conta da ocorrência massiva dessas outras funções

---

<sup>41</sup> QUERIQUELLI, Luiz Henrique Milani. **Gerúndio versus infinitivo gerundivo no PB catarinense**. Artigo resultante de pesquisa feita como requisito parcial para aprovação na disciplina de Sociolinguística e Dialectologia do Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGLg da UFSC. Conclusão em Março de 2014. (Material não publicado).

sintáticas, busquei outros estudos já feitos sobre o assunto, especialmente para solucionar duas dúvidas:

1. Assim como o gerúndio e o infinitivo gerundivo concorrem para a expressão do aspecto de continuidade no verbo da oração principal, eles também concorreriam para a expressão desse aspecto em orações adverbiais e adnominais?
2. As ocorrências dessas formas em orações adverbiais destinam-se mesmo a expressar o aspecto de continuidade?

Entre os estudos encontrados, quatro foram muito elucidativos: a tese “Construções gerundivas no português europeu e brasileiro”, de Maraisa Magalhães Arsénio, defendida em 2010 na Universidade de Lisboa; a dissertação “As orações circunstanciais de gerúndio”, de Jaqueline Silveira Coriolano, defendida em 2009 na Universidade Federal do Rio de Janeiro; a tese “Variação e mudança aquém e além mar: gerúndio versus infinitivo gerundivo no português dos séculos XIX e XX”, de Nubia Graciella Mendes Mothé, defendida em 2007 na mesma universidade carioca; e o artigo “O infinitivo preposicionado em PE”, publicado em 2004 por Pilar P. Barbosa e Fátima Cochofel, ambas pesquisadoras da Universidade do Minho.

Os estudos portugueses, em especial esse último (BARBOSA; COCHOFEL, 2004), me deram a certeza de que, ao menos em Portugal, o infinitivo gerundivo ocorre amplamente em orações adverbiais. Tive dúvida sobre a possibilidade dessa ocorrência, pois, como ainda mostrarei, nas funções adverbiais e adnominais o gerúndio parece ser categórico no PB. De todo modo, se considerarmos PB e PE como variedades da língua portuguesa, há variação nessa função sintática, e diante desse fato coube considerar o gerúndio com aspecto de continuidade em orações adverbiais na minha análise.

Tanto o estudo de Arsénio (2010) como os de Coriolano (2009) e Mothé (2007) me proveram uma compreensão mais precisa sobre a ocorrência do gerúndio ou do infinitivo gerundivo em orações adverbiais. Ao constatar uma vasta e diversa ocorrência do gerúndio em orações adverbiais na análise dos dados, tive dúvida se, em todos os casos, o gerúndio continuava expressando o aspecto de continuidade, pois, se esse aspecto já não fosse mais exposto, não se trataria mais de uma mesma variável, e nesse caso eu seria forçado a desconsiderar todas as orações adverbiais que não expressassem continuidade. O que pude constatar a partir dos estudos em revista é que o gerúndio adverbial pode

manifestar diversos sentidos, como estes exemplificados por Arsénio (2010, p. 62):

(i) Sentido causal

O Evento1 é relevante para o Evento2, sendo que o Evento1 é factual:

(1) Lendo o livro, ela compreendeu a teoria.

(ii) Sentido condicional

O Evento1 é relevante para o Evento2, sendo que o Evento1 é hipotético:

(2) Necessitando de ajuda, chame um funcionário.

(iii) Sentido Concessivo

O Evento1 é incongruente com o Evento2:

(3) Presenciando a briga das crianças, a babá nada fez.

Entretanto, em todos esses sentidos circunstanciais, o gerúndio ainda expressa uma ação contínua e simultânea à outra, expressa na oração principal, com a qual mantém umnexo e, por assim dizer, a adverbial. Portanto, por mais que os processos de gramaticalização em curso estejam levando o gerúndio (aparentemente categórico no PB) e o infinitivo gerundivo (aparentemente predominante no PE) a assumirem outros sentidos (causal, condicional, concessivo) na função de adjunto adverbial, essas formas ainda expressam o aspecto de continuidade.

Portanto, compreendi que a variação entre gerúndio e infinitivo gerundivo, mesmo nas funções adverbial e adnominal, seria sim possível e, logo, havia cabimento em considerar essas ocorrências como variantes na minha análise.<sup>42</sup>

Não caberia replicar aqui a análise dos dados, mas, entre os resultados obtidos com essa pesquisa, cabe destacar os seguintes:

1. No século XIX, o emprego do gerúndio para a expressão do aspecto de continuidade era semicategórico no PB-SC, conforme a definição defendida por Labov (2003): quando uma regra opera entre 95 e 99%. Creio que seja possível endossar essa afirmação, conquanto a variante gerúndio tenha representado 94% das ocorrências.
2. Mesmo no século XIX, nas funções adverbial e adnominal, o gerúndio já era categórico no PB-SC.

---

<sup>42</sup> Não foram consideradas orações gerundivas adverbiais compostas, como em “tendo eu dito aquilo, entendo ser importante”, pois nesse caso, na posição de verbo auxiliar, a forma do gerúndio é categórica em ambas as variedades continentais, isto é, não é possível nem no PB nem no PE uma oração como “a ter eu dito aquilo, entendo ser importante”.

3. No século XX, o gerúndio mantém-se como uma regra semicategórica e continua se manifestando no mesmo contexto linguístico que no século XIX para a expressão do aspecto de continuidade.

Essas conclusões têm basicamente três implicações importantes para o processo permanente analisado nesta seção: primeiro, fica claro que não se pode falar apenas da perífrase formada por *estar* + gerúndio ou infinitivo gerundivo, mas sim em gerúndio continuativo<sup>43</sup> (o gerúndio expressando o aspecto verbal de continuidade) ou infinitivo gerundivo expressando o aspecto de continuidade em qualquer contexto sintático (na perífrase do verbo principal, em orações adverbiais ou mesmo em orações adjetivas); segundo, elas reforçam a tese de que o gerúndio continuativo é categórico no PB, enquanto que o infinitivo gerundivo tende a ser categórico no PE; e, terceiro, elas mostram que o gerúndio continuativo vem sendo categórico há séculos no PB, confirmando a hipótese do caráter mantenedor, já que essa forma também era a norma no PA para a expressão do aspecto verbal de continuidade.

#### 2.2.5.4.1 O gerúndio continuativo e o latim

Com relação ao gerúndio continuativo (impróprio no PE padrão, semicategórico no PB e frequente no PA), vale lembrar que, como apontou Stanko Skerlj (1926), mesmo no latim, o particípio presente e o gerúndio estavam em variação. Ambas as formas exprimiam concomitância temporal, ideia adjetiva e expressão adverbial através de proposições circunstanciais de modo, simultaneidade, tempo, causa, condição e concessão. “A razão mais forte do sucesso do gerúndio foi, porém, o fato de que o particípio presente perdeu a sua força verbal, a faculdade de exprimir ações verbais.” (SKERLJ, 1926, p. 70). Considerando isso, acredito que não é forçado admitir que, desse papel adverbial que já era desempenhado pelo gerúndio no latim, surgiu a perífrase de verbo existencial + gerúndio – típicas no PA e no PB.

É importante deixar claro, contudo, que quando me refiro ao papel adverbial desempenhado pelo gerúndio latino estou tratando, mais especificamente, do gerúndio no caso ablativo. No latim, o gerúndio podia funcionar como adjunto adverbial de modo ou meio; nessa função,

---

<sup>43</sup> Esse termo, que já foi empregado por outros autores (e. g., BASILE, 2011, FERNANDEZ, 2012), pode parecer redundante, mas é necessário, porque o gerúndio, nas línguas modernas, pode expressar outras funções não verbais, e nesse caso já não podemos falar mais em aspecto verbal de continuidade, por exemplo.

assumia a forma de ablativo sem preposição. Por ex.: *Cato nihil largiundo gloriam adeptus est* (Sal., Coniur. Cat., LIV) “Catão alcançou a glória nada deixando impune”; *discitur legendo et scribendo* (SOUZA, 2003, p. 4) “aprende-se lendo e escrevendo”. Essa foi, a propósito, a única forma do gerúndio latino que se manteve em português, tal como pontua Souza (2003, p. 4-5):

[...] do antigo gerúndio latino, a única forma preservada em português foi a do ablativo sem preposição. Porém, cumpre lembrar que não ficou o gerúndio português, em sua feição latina, restrito às antigas circunstâncias de modo e de meio, visto que passou a exprimir outras funções adverbiais não expressas pelo gerúndio latino em ablativo. Muito mais amplo que sua matriz latina, o gerúndio português pode expressar, dependendo do contexto, ideia de causa, concessão, condição, consequência, finalidade e tempo, sem contar os outros valores que absorveu do particípio presente latino.

Portanto, parece claro que o gerúndio continuativo no PB manteve e dilatou a abrangência do gerúndio ablativo latino.

#### 2.2.5.5 Negação repetitiva

Outro aspecto sintático considerado como uma permanência do PB por Noll (2008, p. 252 e 278) é a negação repetitiva da fala coloquial brasileira (*não quero não*). Segundo o autor, esse fenômeno não ocorre mais no PE, embora fosse frequente no PA. Tal processo tem paralelos em outras línguas românicas, como o francês, por exemplo, e fenômenos equiparáveis a ele, como o redobro, estão na base do latim vernacular que serviu de substrato ao PA.

A visão de Noll corrobora a de Said Ali (1965, p. 199), segundo o qual “[d]iferentemente de nós, e de acordo com a linguagem vulgar, os escritores antigos, e ainda alguma vez os quinhentistas, empregavam sem restrições a negação dupla, e até tríplice, com efeito reforçativo.” Um exemplo desse emprego mencionado na literatura quinhentista se encontra em Gil Vicente (*Barca do Purgatório*, 1518, p. 104): “E este serão glorioso | *Não he de justiça, não*”.

No entendimento de Noll (2008, p. 252), essa construção exercia originalmente uma ênfase, por meio da repetição pós-verbal, atuante como no francês antigo: “Cf. lat. *non* + verbo > fr. ant. (uso acentuado) *ne* + verbo + *pas* (*point, gote, mie*). No *français familier*, a negação preponderantemente se deslocou para a posição à direita do verbo.”

Esse fenômeno também é correspondente ao princípio da dupla negação do português que destaca um pronome indefinido negativo, por meio da anteposição do advérbio *não* (*não sei nada, não vi ninguém*).

Além disso, não apenas a repetição da negação, mas também outras repetições enfáticas são observáveis no PB, como “*Já vem já*” (MARROQUIM, 1934, p. 202).

#### 2.2.5.5.1 A negação repetitiva e o latim

O latim é tradicionalmente classificado como uma língua V-NI, na qual, quando um pronome indefinito negativo e uma negação verbal se encontram juntos na mesma sentença (“dupla negação”), a sentença deixa de ser negada mas adquire um sentido positivo (WERLE, 2002). Isso corresponde à norma prescrita em manuais de latim segundo a qual duas partículas negativas na mesma cláusula cancelam uma à outra, gerando um sentido positivo. A ordem da negação e do pronome indefinito negativo, contudo, não é irrelevante: por meio de diferenças de ordem, leituras semânticas diferentes podem ser expressas. Conforme Hoffmann (1989, p. 599), quando a negação precede o indefinito (*non nemo*), o resultado é uma afirmação parcial (‘alguém’); quando a negação sucede (*nemo non*), o resultado é uma afirmação total, equivalente a um quantificador universal positivo (*omnes*) (cf. CAPELLETTI, 2003). Bertocchi *et al.* (2011, p. 75-76) fornecem os seguintes exemplos:

- a. Cic. *Catil.* 4, 10: *uideo de istis, qui se popularis haberi uolunt, abesse non neminem*  
‘Vejo que destes, que querem ser considerados populares, *alguns* estão ausentes’
- b. Sen. *epist.* 120,21: *nemo non cotidie et consilium mutat et uotum*  
‘*todo mundo* muda seus planos e preces diariamente’

Os mesmos resultados são obtidos com advérbios quantificacionais. No primeiro dos exemplos a seguir, *nonnunquam* é equivalente a ‘às vezes’, enquanto que, no segundo, onde a negação tem escopo não sobre o advérbio mas sobre a cláusula toda, o significado é o oposto, equivalente a ‘sempre’:

- a. Cic. *nat. de or.* 3,89: *at nonnunquam bonos exitus habent boni*  
‘mas às vezes os bons têm bons êxitos’
- b. Sen. *epist.* 11,4: (*Pompeius*) *numquam non coram pluribus erubuit*  
‘Pompeu sempre fica corado diante de uma multidão’

Mas a regra da dupla negação que leva a um significado positivo parece ter sido uma norma imposta pelo latim padrão literário, em vez de ser um uso natural da língua. Essa é a posição de Bertocchi *et al.*

(2011, p. 75), que apresentam casos de dupla negação não-elidida especialmente no registro coloquial e na língua vernacular:

- a. Plaut. *Mil.* 1411: *iura te non nociturum esse homini de hac re nemini*  
‘jure que você não machucará ninguém por causa disso’
- b. *Bell. Afr.* 8: *necne locum excusatio nullum haberet nec moram tergiuersatio*  
‘não haverá nenhuma desculpa nem tergiversação para atrasos’
- c. Cic. *Verr.* II 2,60: *debebat Epicrates nummum nullum nemini*  
‘Epicrates não devia nenhum centavo a ninguém’
- d. Cl. Terentianus *epist.* 39-41 (Pighi 1964: 43): *neque epistole commandaticiae nihil ualunt nesi si qui sibi aiutaueret*  
‘e as cartas de recomendação não valem nada se você não se ajuda’

Esses exemplos têm sido geralmente interpretados como casos de negação enfática, como uma redundância típica do latim vernacular, ou como uma influência grega (cf. ERNOUT; THOMAS, 1951, p. 134). Contudo, Bertocchi *et al.* (2011, p. 75) observam que muitos tentaram limpar esses aparentes desvios de norma na tradição de gramáticas latinas. O filólogo Othon Riemann, por exemplo, num tratado de sintaxe latina de 1935, omitiu *nullum* da citação de Cícero acima, justificando-se numa glosa e removendo, assim, o único exemplo ciceroniano de negação enfática.

Conforme Molinelli (1988, p. 36), a dupla negação se torna mais produtiva no latim tardio, conforme se depreende dos seguintes exemplos:

- a. Arnob. *nat.* 1,65: *qui non modo nullum intulerit malum nulli*  
‘quem de nenhum modo não fez mal nenhum a ninguém’
- b. *Itin. Eger.* 19,12: *nam postea numquam nec qualiscumque humor ibi apparuit*  
‘desde então nunca houve nenhuma água correndo nele’
- c. Chiron 451: *quam numquam nemo scripsit*  
‘que ninguém nunca escreveu’
- d. Vet. Lat. *Marc.* 14,60: *non respondes nihil*  
‘você não responde ninguém’

Conforme Molinelli (1988, p. 36) enfatizou, o que gramáticos como Diomedes afirmaram sobre o uso da dupla negação é muito significativo:

- Diom. *gramm.* I, 455: *modus soloescismi fit per geminationem abnuendi, ut si dicas “numquam nihil peccauit” cum debeat dici “numquam peccauit”, quoniam duae abnutiuae unam confirmationem faciunt*  
‘um tipo de solecismo resulta da dupla negação, em que se diz ‘eu nunca cometi nenhum pecado’, quando você deveria dizer ‘eu nunca cometi um pecado’, porque duas negações fazem uma afirmação’

Se um gramático sentiu necessidade de mencionar esse tópico, é bem provável que a dupla negação tivesse se tornado um fenômeno mais frequente do se pode supor com base nos textos conhecidos até aquele período. Além disso, como bem observam Bertocchi *et al.* (2011, p. 76), isso também sugere que o lapso entre a língua literária e o latim vernacular tinha se tornado tão grande que eles poderiam representar dois subtipos diferentes de língua: o latim literário era um exemplo do tipo V-NI (isto é, aquele em que indefinidos negativos nunca co-ocorrem com negação verbal), enquanto que o latim vernacular estava mais próximo do tipo NV-NI (isto é, o tipo vem representado pelo protorromance, onde indefinidos negativos sempre co-ocorrem com negação verbal).

Portanto, com base em Werle (2002), Hoffmann (1989), Bertocchi *et al.* (2011), Capelletti (2003), Ernout e Thomas (1951) e Molinelli (1988), parece plausível admitir que a dupla negação de sentido positivo variava no latim com a dupla negação de sentido negativo-enfático. Isto posto, é possível afirmar que a negação repetitiva da fala coloquial brasileira (*não quero não*) não é apenas uma permanência do PA (conforme demonstrado antes), nem apenas um fenômeno correspondente ao princípio geral da dupla negação do português (*não sei nada, não vi ninguém*), mas é sobretudo uma permanência latina.

#### 2.2.5.6 A construção de dativo com infinitivo

Uma construção sintática muito regular no PB, assim como em outras línguas, é aquela que pode ser chamada de “dativo com infinitivo”. Tal construção se caracteriza pelo esquema sintático *para x infinitivo*, em que o elemento *x* pode ser substituído por qualquer nominal dativo, seja ele um pronome, um nome ou um zero morfológico (PRO). Os exemplos a seguir, selecionados por Torrent (2008, p. 97), foram retirados do *corpus* do PEUL - Programa de Estudos sobre o Uso da Língua, sediado na UFRJ, e correspondem às possibilidades de realização do elemento *x* supramencionadas:

- (1) Sabe que eu nunca pensei assim em botar uma casa. O homem vai botar uma casa **para mim morar**. Eu nunca pensei nisso. (PEUL/UFRJ – 06f18a4efcomp)
- (2) A primeira coisa que ia fazer, ver, assim... o pessoal que mora em favela, procurar fazer de tudo **para eles ficarem** melhor. (PEUL/UFRJ – 22f17a2emcurs)
- (3) Isso eu ia procurar mesmo, sabe, criar mais assim, lugar assim para criança, essas coisas, mais área verde **para as crianças poderem crescer** num ambiente, assim, mais... mais natural, não é? (PEUL/UFRJ – 22f17a2emcurs)



(4) Quando eu cheguei no hospital **para PRO ter ela**, aí eu tive ela. Aí, pegou, quando eu acabei de ter ela, eu perguntei assim: “Doutor o que que foi?” Aí o médico falou assim: “Foi um homem.” (PEUL/UFRJ – 06f18a4efcomp)

Os exemplos 1 e 2, representam a realização do elemento *x* com um pronome, enquanto que os exemplos 3 e 4 representam a sua realização com um nome e com um zero morfológico respectivamente. É oportuno observar que, quando esse elemento é realizado com um pronome, há variação, sendo que o uso do pronome dativo (especialmente o pronome dativo da 1ª pessoa do singular, *mim*) é estigmatizado, embora seu emprego vernacular seja muito frequente mesmo entre os mais escolarizados. Brito (2004, p. 150) comenta sobre a distribuição desse uso, sua antiguidade e seu estigma:

[...] a expressão *pra mim fazer* é falada no Brasil faz tempo: em 1872, o Visconde de Taunay, no romance *Inocência*, bota uma personagem falando *vamos aproveitar a parada da febre para mim atalhá-la de pronto* e comenta em nota de rodapé que “é este erro comum no interior de todo o Brasil, e sobretudo na província de São Paulo, onde pessoas até ilustradas nele incorrem com frequência”.

O estigma surgiu a partir de uma interpretação recorrente entre gramáticos prescritivos tradicionais segundo a qual pronomes oblíquos não podem jamais assumir a função de sujeito, e nessa construção um pronome oblíquo seria sujeito do infinitivo na subordinada. Logo, surge artificialmente a prescrição para que, nesse tipo de construção, empregue-se o pronome do caso reto (como no exemplo 2), que seria o caso apropriado para essa função sintática. O curioso é que a gramática tradicional também afirma que os pronomes oblíquos (e não os retos) devem ser empregados quando cumprem a função de objeto direto ou indireto, e tal prescrição, quando se trata da construção em questão, também causa certo paradoxo. Pensemos, por exemplo, na sentença *ele pediu pra eu fazer a comida*. Na subordinada *pra eu fazer a comida*, a primeira regra é atendida: o pronome reto como sujeito do infinitivo; mas, na principal *ele pediu pra eu*, a segunda regra é infringida, pois um pronome reto (e não oblíquo) cumpre a função de objeto indireto.

Esse paradoxo revela a natureza híbrida dessa construção. Conforme Torrent (2008, p. 97) observa, da mesma forma que, no acusativo com infinitivo – ACI (construção célebre do latim, por exemplo), o pronome acusativo, ou oblíquo átono, acumula as funções de objeto e sujeito, de tema e agente – ou experienciador –, o pronome dativo, ou oblíquo tônico, no dativo com infinitivo – DCI, é ao mesmo

tempo complemento oblíquo e sujeito, beneficiário e agente – ou experienciador. Torrent (2008, p. 99, grifo meu) propõe que o DCI tenha surgido através do que ele chama de processo de “herança por mesclagem” entre as construções transitiva transferencial e transitiva básica do português e que, nesse processo, “ocorre uma *compressão de dois papéis temáticos em um único elemento da mescla*, qual seja o nominal dativo”. De fato, tal “compressão de dois papéis temáticos em um único elemento da mescla” é o que observamos nessa construção.

Assim como Torrent (2008), Gonçalves (2014) também compara o dativo com infinitivo ao acusativo com infinitivo:

É semelhante ao caso do acusativo com infinitivo. Em todas as línguas do mundo, quando há orações subordinadas com infinitivo, o infinitivo não é capaz de atribuir caso nominativo para o seu sujeito, porque a atribuição de caso é feita pela flexão verbal. O inglês, por exemplo, se comporta da mesma maneira: *you want me to do something*, e não *\*you want I to do something*. A norma esperada – por ser uma norma universal de atribuição de caso nominativo para sujeito de infinitivo – é que é impossível atribuir caso nominativo ao infinitivo, a não ser que ele tenha flexão. Essa norma é assim não só no inglês, como também no latim, no grego e em todas as línguas que têm infinitivo com sujeito. Por que não é assim no português? Por dois motivos: primeiro porque o português desenvolveu concordância para o infinitivo, e essa é uma outra questão; e segundo porque existe uma suposta norma que diz que esta forma [‘pra mim fazer’] está errada, enquanto a outra [‘pra eu fazer’] está certa.

É preciso pontuar uma importante questão levantada aqui: a noção de flexão verbal como núcleo funcional. Quando o autor afirma que “o infinitivo não é capaz de atribuir caso nominativo para o seu sujeito, porque a atribuição de caso é feita pela flexão verbal”, está subentendido que o infinitivo não tem uma flexão propriamente dita, isto é, uma flexão que constitua um núcleo funcional IP (*inflexional phrase*), mas apenas uma marca morfológica infinitiva (-ar, -er, -ir). Nem mesmo o infinitivo pessoal, típico do PB, possui uma flexão funcional IP, mas apenas um traço de concordância pessoal (AGR verbal). Por isso, em *ele pediu pra mim fazer a comida*, faz todo o sentido que o verbo da oração principal (*pediu*), por ter flexão, atribua caso dativo ao destinatário, que se realiza como pronome oblíquo (*pra mim*), e que o infinitivo, por não ter flexão, não atribua caso nominativo ao seu sujeito, que permanece no caso atribuído pelo verbo da oração principal.

Entretanto, não é porque a construção com o pronome oblíquo seja estruturalmente justificável que a construção com o pronome reto seja estruturalmente impossível; de fato não é; em partes porque o PB desenvolveu o traço de concordância pessoal para o infinitivo, o que

licencia o emprego dessa forma pronominal nesse tipo de construção. Além disso, Torrent (2008, p. 103, grifo meu) defende que o esquema *para x infinitivo* “[...] pode funcionar na língua como *uma construção autônoma, não estando necessariamente ligado à valência do verbo finito*, mas sim a todo o contexto de produção do enunciado.” O autor explica tal autonomia dessa construção da seguinte maneira:

[...] a construção do dativo com infinitivo restringe-se, na realidade, ao esquema *para x infinitivo*, sendo que este pode ligar-se, por mesclagem, a tipos diferentes de construção com o intuito de estabelecer um beneficiário agente ou experienciador em um evento resultante virtual e/ou indicar a noção de finalidade da oração infinitiva. (TORRENT, 2008, p. 103).

Ou seja, não importa qual o caso atribuído pelo verbo finito da oração principal, a autonomia dessa construção permite que o elemento *x* seja realizado por qualquer uma das variantes, o que sugere que a seleção da variante seja condicionada por alguma avaliação social. Considerando essa avaliação social (negativa para o uso do pronome oblíquo entre os mais escolarizados), é intrigante o fato de que a construção com o pronome oblíquo mantenha-se na língua há tanto tempo (lembramos da nota de Visconde de Taunay em meados do século XIX: “é este erro comum no interior de todo o Brasil, e sobretudo na província de São Paulo, onde pessoas até ilustradas nele incorrem com frequência”). Se em meados do século XIX a distribuição dessa variante já era ampla a ponto de ser considerada “comum no interior de todo o Brasil”, isso nos sugere que ela já tinha entrado na língua havia muito tempo.

A permanência ou reincidência dessa construção pode ser devida a, pelo menos, três razões, isto é, pode estar ligada a pelo menos três processos:

1. Dada a agência de supostos universais linguísticos na formulação dessa construção (a seleção de caso pelo verbo finito da oração principal e a não seleção de caso pelo infinitivo na subordinada), ela pode aparecer ou reaparecer a qualquer momento na evolução natural da língua.
2. Uma vez que há registros dessa construção no passado da língua e que ela é estruturalmente possível, ela pode ter surgido, desaparecido e reincidido,<sup>44</sup> tendo sido essa

---

<sup>44</sup> Podemos considerar, por exemplo, que, em dado momento na evolução das línguas românicas ibéricas, as subordinadas finais com subjuntivo introduzidas por um

reincidência favorecida pela possibilidade estrutural inscrita na deriva da língua.

3. A autonomia do esquema sintático *para x infinitivo* alegada por Torrent (2008) pode estar relacionada a um processo antigo de gramaticalização dessa construção, o que significa de fato um processo permanente muito antigo na língua.

Há pouco, mencionei o paralelo do dativo com infinitivo do PB com o ACI latino. Entretanto, o dativo com infinitivo, embora tenha ficado menos famoso que o ACI, também foi uma construção normal no latim. Diante disso, cabe examinar em detalhes o funcionamento do DCI latino para poder ter mais clareza desse processo numa perspectiva histórica.

#### 2.2.5.6.1 A construção de dativo com infinitivo e o *dativus auctoris latino*

Diferentes gramáticos latinos mencionam a existência de uma construção conhecida como *dativus auctoris* ou dativo agente. Segundo Ernesto Faria (1958, p. 353), o dativo agente “indica que existe uma obrigação para tal pessoa, sendo comumente usado com o gerundivo.” Conforme Ernout e Thomas (1951, p. 74):

Este termo [*dativus auctoris*] – em grande parte impróprio – designa o emprego do dativo como complemento da passiva ou de formações ligadas a esta.

a) Dativo complemento do adjetivo verbal em *-ndus*: trata-se de um dativo de interesse indicador da pessoa a quem uma dada obrigação se destina: Pl. Am. 891: *faciendum est mihi illud ... quod illaec postulat* “ele me faz fazer aquilo que ele pede”, literalmente “há para mim uma coisa a fazer” [...].

Ernout e Thomas (1951, p. 74) ainda observam que, além da possibilidade de se ligar a um gerundivo – adjetivo verbal em *-ndus* – o dativo agente também podia funcionar como complemento do particípio passado passivo e, posteriormente, teve seu uso estendido aos tempos do *infectum*. Esse emprego ocorre quando “[...] o dativo é literalmente um

---

complementizador realizado morfológicamente (*ele pediu que eu fizesse a comida*) prevaleceram em relação ao DCI. A construção com o subjuntivo pode inclusive ter se tornado categórica nas variedades mais prestigiadas, mas permanecido em dialetos rurais, e depois ressurgido no PB; ou, ainda, ter de fato desaparecido na língua e, depois, ressurgido devido a possibilidades estruturais latentes em sua gramática: Torrent (2008), por exemplo, aponta como possível caminho para essa reincidência a fusão das construções transitiva transferencial e transitiva básica do português.

dativo de pessoa interessada, mas a pessoa interessada era também, ao mesmo tempo, o agente.” (ERNOUT; THOMAS, 1951, p. 74).

Tais gramáticos, portanto, já atestam, no latim, a acumulação das funções de beneficiário e agente em um único elemento formal. Como argumenta Torrent (2008, p. 104), os exemplos citados por Ernout e Thomas poderiam ser traduzidos para o PB como um caso de DCI. Assim, em vez de optarmos por “ele me faz fazer aquilo que ele me pede” ou “há para mim uma coisa a fazer”, poderíamos traduzir *faciendum est mihi illud ... quod illaec postulat* por “é pra mim fazer o que ele pede” ou ainda “ele pede pra mim fazer as coisas”. No entendimento de Torrent (2008, p. 104), “[...] tais traduções respeitam mais a estrutura original latina, uma vez que a construção em questão construía-se com gerundivo, forma nominal que substituía o gerúndio quando este deveria acompanhar o dativo.”

Cabe acrescentar a esse argumento, o fato de que, em latim, o gerúndio era uma flexão do infinitivo, empregada quando este não acompanhava formas nominativas. Sendo assim, em última instância, era o gerundivo uma forma de expressão do infinitivo. Isso aproxima ainda mais o dativo agente latino do DCI no PB, que também aparece numa construção com o infinitivo.

Podemos surpreender outro exemplo do DCI latino na Aululária, de Plauto (205-184 a.C.), comediógrafo romano conhecido por explorar formas vernaculares. Nessa comédia, o personagem Euclião, lamentando ter que deixar sua casa, onde vigiava seu tesouro particular (uma panela cheia de moedas), diz: “*Occlude sis fores ambobus pessulis iam ego hic ero discrucior animi, quia ab domo abeundum est mihi.*” (Aul., I, 105). Na tradução de Walter de Medeiros, publicada pela Editora da UnB, tal trecho aparece da seguinte maneira: “São as penas do inferno que eu sinto na alma, *só por ter de sair de casa.* E – raios! – é bem contra vontade que eu saio.” Ao comentar esta tradução, Torrent (2008, p. 104) reitera a crítica que fez à tradução do exemplo anterior de Ernout e Thomas, afirmando que lhe parece “[...] mais próximo da construção original latina traduzir o referido verso como ‘só porque é pra mim sair de casa’.” E o autor mantém a mesma posição ao sugerir suas traduções para estes excertos de Cásina, de Plauto, e das Verrinas, de Cícero, em lugar das respectivas traduções de Ernesto Faria e Ernout e Thomas:

*Tibi cauendum censeo.* (PLAUTO, Cas., 411).

Penso que te debes acautelar. (FARIA, 1958, p. 353).

Penso que é para ti tomar cuidado. [tradução de Torrent]

*Tibi consulatus quaerebatur.* (CÍCERO, Ver., 3, 43)

Tu buscavas o consulado. Ou, existia para ti a busca do consulado. (ERNOUT; THOMAS, 1951, p. 75)

Era para ti buscar o consulado. [tradução de Torrent]

O dativo agente latino é semelhante ao DCI no PB não apenas morfossintaticamente (refiro-me à co-ocorrência do infinitivo), mas também semanticamente: o nominal dativo em ambas as línguas acumula as funções de beneficiário e agente. Além disso, “subjaz à construção um esquema transferencial, chamado pelos latinistas de obrigação”, sendo que “as traduções propostas que dizem *existir algo para alguém* demonstram claramente esta noção de transferência, que, em uma segunda análise, se converte em finalidade, assim como observamos nos exemplos do português.” (TORRENT, 2008, p. 105).

#### 2.2.5.6.2 O DCI no português arcaico: evidência de uma permanência sintática?

Os dados apresentados constataam a existência do DCI em latim, sendo que a construção latina é muito semelhante à construção no PB tanto na morfossintaxe quanto na semântica. Essa evidência, ao que me parece, enfraquece a possibilidade de que o DCI no PB seja a simples manifestação de um universal linguístico. Contudo, ela não basta para determinar se o DCI no PB é um caso de permanência ou reincidência.

Há pouco, quando considerei a possibilidade de que essa construção seja um processo recorrente, supus que, em dado momento na evolução das línguas românicas ibéricas, as subordinadas finais com subjuntivo introduzidas por um complementizador realizado morfologicamente (*ele pediu que eu fizesse a comida*) tenham prevalecido em relação ao DCI. Supus, ainda, que a construção com o subjuntivo pode ter se tornado categórica nas variedades mais prestigiadas, mas permanecido em dialetos rurais, e depois ressurgido no PB; ou, ainda, ter de fato desaparecido na língua e, depois, ressurgido devido a possibilidades estruturais latentes em sua gramática: Torrent (2008), por exemplo, aponta como um possível caminho para essa reincidência a fusão das construções transitiva transferencial e transitiva básica do português. A hipótese de que, no período arcaico, as subordinadas finais com subjuntivo introduzidas por um complementizador tenham sido uma variante mais frequente (em oposição às subordinadas finais com a construção DCI) parece ser procedente, já que Huber (1986 [1933], p. 308), ao descrever as orações finais no português arcaico (PA), apresenta essa variante em primeiro lugar, sugerindo a sua maior normalidade:

491. As orações finais são introduzidas por *que*, *per que*, *por que*, *por tal que*, *em tal que*.

O que se exprime na oração final é algo que se tenciona ou deseja fazer e que só se virá a realizar no futuro; por isso o verbo desta oração vem no conjuntivo (cf. § 462, 2) : *Ide-vos d'aqui que non vos veja nen vos ouça* (Cron. troy. 1, p. 114). *Estas partiçoens ... fazemus antre nos, que vallam por en secula seculorum* (1192). Este *que* poderia, contudo, ser também considerado como um relativo, introduzindo uma oração relativa final: 'as quais hão-de valer' (cf. § 470). *Eu fiz mia mãda per que ... mia molier e meus filios ... (e)sten en paz e en folgãcia* (1214). 'Fiz a minha disposição testamentária para que a minha, mulher e os meus filhos vivam em paz e sossego'. *Emviou 6 fraires ao reino de Marocos por tal que* (= para que) *pregassem a santa fe. O cavaleiro adusse-o a hũa arvor e liou-o, em tal que Persival o achasse, quando quizesse cavalgar* (Grael 142). 'O cavaleiro conduziu-o (o cavalo) a uma árvore e prendeu-o para que P. o achasse quando quizesse cavalgar'. *Fery o meu servo, porque elle* (= o meu filho) *aja medo e tome enxemplo* (Fab. 36). Cf. § 461.

Entretanto, a possibilidade de que ela tenha se tornado categórica, enquanto que o DCI teria permanecido no máximo em dialetos rurais, está excluída, uma vez que, logo após descrever as subordinadas finais subjuntivas no PA, Huber (1986 [1933], p. 308-309) nos apresenta casos de DCI ao descrever as orações finais reduzidas:

492. A redução de orações finais faz-se mediante o emprego de uma preposição (*pera*, *para*, *por*) + infinitivo impessoal ou pessoal: *Porque te nom mostraste ante mim pera eu morar aqui contigo?* (Euf. 365). *Enviava-as (as donzelas) pera Irlanda pera seeren* (infin. pessoal) *sempre en servidon* (CA. 312). *Quem vos foi aqui trazer para m'irdes* (infin. pessoal) *destorvar?* (CD. 1428). *Viste vistidura de monge pera poderes* (infin. pessoal) *escapar* (Euf. 359). *Nom era viindo pello mundo por outra cousa se nō por destróir os sobervosos* (soberbos) *e maaos* (TA. 56). *E por avermos deste nome mayor conhecimento, saybhamos que ...* (TA. 88). No exemplo, seguinte o *por* pode ser considerado causal ou final: *Cavaleiros veem aa corte e mui mais ainda por vos veerem ca por al – d'elles por vos veerem e d'elles por averem vossa companhia* (Grael 1). 'Vêm cavaleiros à corte e na verdade mais porque vos querem ver (= para vos ver) do que por qualquer outro motivo – uns, para vos ver, e outros para terem a vossa companhia'.

Considerando o esquema *para x infinitivo* – que, segundo Torrent (2008), vem passando há séculos por um processo de gramaticalização que o torna uma construção autônoma – temos nesses dados do PA levantados por Huber (1986 [1933]) pelo menos duas das quatro possibilidades de realização do elemento *x*; o pronome reto (1) e o zero morfológico (PRO) (2):

- (1) *pera eu morar aqui contigo*
- (2) *pera* ∅ (= elas) *seeren en servidon*  
*pera* ∅ (= tu) *poderes escapar*

*por*<sup>45</sup>  $\emptyset$  (= ele) *destróir os sobervosos*  
*por*  $\emptyset$  (= eles) *vos veerem*  
*por*  $\emptyset$  (= eles) *averem vossa companha*

Dado que Huber (1986 [1933]) admite a possibilidade de que se empregue tanto o infinitivo impessoal quanto o pessoal nesse tipo de construção sintática, creio que uma pesquisa mais abrangente em *corpora* do PA nos revelaria dados com as outras duas possibilidades de realização elemento *x* (pronomes oblíquo e nome). Porém, independente disso, as evidências aqui disponíveis já são suficientes para afirmar que o DCI é mesmo um processo permanente, pelo menos desde o latim, na história do PB.

### 2.2.5.7 Variação de gênero gramatical e classes nominais temáticas

Outro fato distintivo do português brasileiro, embora mais discreto e menos estigmatizado do que outros fatos aqui apresentados, é a variação de gênero gramatical, que ocorre frequentemente com nomes de tema em *-e*, como *personagem*, *alface*, *quiche*, *herpes*, *cônjuge*, *echarpe*, *entorse*, *grafite*, *mascote* etc. Eis aqui alguns exemplos extraídos do corpus do CEPRIL - Centro de Pesquisa, Recursos e Informação em Linguagem da PUC/SP:

- (1) Como se essa personagem que eu tô fazendo fosse criança também.  
Ela é uma personagem da peça também.  
[...] quando um personagem se dirige ao entrevistador [...]  
Aaron Lake é um personagem de John Grisham em “A Confraria”.
- (2) [...] as maçãs, o salsão, os tomates, as cenouras e a alface.  
Daí para o alface foi um pulo.
- (3) A herpes genital é mais comum na vagina, principalmente quando o vírus causador é o HSV2.  
O herpes é uma doença viral recorrente, geralmente benigna, causada pelos vírus Herpes simplex 1 e 2.
- (4) Mas se você tá realmente sem tempo ou naquele dia de muita preguiça, dá pra só refogar as cebolas rapidinho e fazer o quiche mesmo assim.  
A quiche, levinha e bem temperada, combinou muitíssimo bem com a cerveja.

---

<sup>45</sup> Conforme Huber (1986 [1933], p. 308-309), a preposição que introduz o pronome dativo no PA podia ser *pera*, *para*, *por*, e não apenas *para/prá* como atualmente no PB. Contudo, a construção em questão permanece a mesma: *preposição final x infinitivo*.



O estudo de Lima (2007), que se focou na variação de gênero gramatical no falar cuiabano, concluiu que fatores sociais têm pouca relevância no condicionamento dessa variação. Entre os fatores linguísticos que aí incidem, estão os traços semânticos de animacidade e sexo. No caso de *personagem*, por exemplo, tais fatores seriam muito relevantes: se *personagem* estiver se referindo a um ser animado, muito provavelmente seu gênero gramatical corresponderá ao sexo desse ser. Entretanto, no caso de itens que não carregam esses traços, parece difícil observar padrões rígidos que nos permitam entender a incidência de um ou outro gênero gramatical, e isso deve estar ligado a uma questão morfosintática: a ausência de uma marca morfológica típica de gênero, o que ocasionaria a dita “vacilação” de gênero.

No caso dos nomes com tema em *-e*, ao que parece, sempre houve consenso de que não possuem uma marca de gênero. Contudo, o entendimento comum acerca da marca morfológica de gênero no PB é um pouco controverso. Na análise morfológica tradicional, as vogais finais *-o* e *-a* são consideradas marcadores de gênero, respectivamente masculino e feminino. Assim sendo, tais marcadores são tratados implicitamente como oposição equipolente, conforme a classificação das oposições de Trubetzkoy (1949). Ao considerar que apenas *-o* e *-a* são marcadores de gênero, a análise tradicional admite que a vogal *-e* não está associada ao gênero gramatical. Assim, o gênero dos nomes seria definido morfológicamente para as palavras em *-o* e *-a*, distribuindo-se outras palavras por ambos os gêneros arbitrariamente. Como nota Cintra (2004, p. 87), “As gramáticas tradicionais são pródigas em exemplos e listas de exceções.”

Uma das primeiras contestações à análise tradicional surgiu na obra de Joaquim Mattoso Câmara Jr. Embora suas ideias a respeito da morfologia nominal já estivessem presentes em seus primeiros escritos nas décadas de 40 e 50, encontramos uma versão mais desenvolvida de sua análise em *Problemas de Linguística Descritiva* (1969), *Estrutura da Língua Portuguesa* (1970) e *História e Estrutura da Língua Portuguesa* (1975). Para Mattoso Câmara (1970), *-o*, *-a* e *-e* são a priori vogais temáticas dos nomes, que correspondem a subclasses nominais, sendo que o gênero gramatical é marcado a rigor pelo determinante ou, no caso de nominais nus, pelo adjetivo. Na proposta mattosiana, a única marca morfológica de gênero existente no PB é a vogal *-a* para gênero feminino, que se realiza apenas em pares como *lobo/lob-a*, *menino/menin-a*, *autor/autor-a*. Já em nomes como *águia* e *rosa* (femininos) ou *poeta* (masculino), temos apenas uma vogal temática, mas não uma marca de gênero.

A alegação de que *-o*, *-a* e *-e* sejam a priori vogais temáticas dos nomes está ligada ao fato de que, para Mattoso Câmara, a classe dos nomes está dividida em subclasses caracterizadas pela ocorrência ou não de um morfema classificatório, representado por uma vogal átona final, a vogal temática, que não tem relação com o conceito de gênero. Como o autor reconhece, “[n]ão é costume nas nossas gramáticas estabelecer a mesma distinção [de subclasses temáticas] para os nomes, mas a conveniência de fazê-lo me parece inegável.” (MATTOSO CÂMARA, 1970, p. 76). Conforme observa Cintra (2004, p. 87),

Pode-se justificar a existência desses morfemas tanto sincronicamente, depreendendo-os da forma dos vocábulos, quanto diacronicamente, por ser a vogal temática a vogal da desinência de acusativo das três primeiras declinações a que se reduziu o sistema flexional de casos do latim, e é do acusativo que se originam as formas do português. Para vocábulos de outras origens essa análise se aplica por analogia, como em *jangada*, *taba*, *esfirra*, *quitanda*, *maloca* (com vogal temática *-a*), *breque*, *greve*, *quibe*, *uísque* (com vogal temática *-e*).

Já os nomes terminados em consoante são tratados como pertencentes à subclasse dos nomes com tema em *-e*, com alomorfe zero da vogal temática no singular. Nas palavras de Mattoso Câmara (1970, p. 76), “Os nomes terminados no singular em consoante pós-vocálica têm uma forma teórica em *-e* /i/ átono final, que se deduz dos plurais.” É o que vemos, por exemplo, em *mar/mares*, *mal/males*. Entretanto, isso se deduz não apenas dos plurais, mas também de palavras derivadas como *maremoto*, *malefício* etc. Portanto, por conta dessa vogal epentética *default* no PB, nomes terminados em consoante no singular sempre terão tema em *-e*.<sup>46</sup>

O que está em questão, portanto, é a existência de uma vogal temática nominal, algo contestado por alguns linguistas, entre eles Duarte (2002, p. 115), para quem a vogal temática nominal, pelo menos

---

<sup>46</sup> É válido observar que, um pouco diferente do que Cintra parece sugerir ao afirmar que o *e* era a vogal temática da terceira declinação latina, gramáticos latinos tradicionais consideram a terceira declinação latina uma “declinação consonantal”. Por isso, nessa perspectiva, a vogal *e* é assumida como uma “vogal de ligação” e não uma “vogal temática”. O termo vogal de ligação sugere que essa vogal liga a raiz à desinência de caso. Assim, temos, por exemplo, *nox* (nominativo) e *noct-e-m* (acusativo). A mesma interpretação poderia ser aplicada, por analogia, aos nomes do PB que terminam em consoante no singular: essa vogal epentética que aparece na fala ou mesmo na forma do plural ou nas palavras compostas poderia ser considerada também uma vogal de ligação e não uma vogal temática. Entretanto, acredito que esse seja mais um problema de terminologia, posto que a “subclasse dos nomes com tema em *-e*” alegada por Mattoso Câmara de fato parece existir.

considerando o plano superficial, “não tem razão de ser e carece de uma motivação palpável, de ordem gramatical e distribucional”. Em seu entendimento, “o estabelecimento do tema teórico tem base apenas diacrônica”, base esta que ele considera uma inverdade, por não reconhecer a aplicação analógica a palavras que têm o *e* apenas em sincronia. Duarte ainda afirma que o recurso à vogal temática é “um artifício, que complica muito a descrição em nome da simplificação da formação do plural”, sem reconhecer sua importância como identificadores de distribuição mórfica.

Ainda que, em meu entendimento, os argumentos de Mattoso Câmara e Cintra já tivessem provado que itens lexicais que não têm o tema em *e* na diacronia recebem-no por analogia ao incorporar o léxico da língua, cabe pontuar aqui a réplica de Cavaliere (2003, p. 317), que contesta as críticas de Duarte e endossa a hipótese de Mattoso Câmara, salientando que os nomes no PB se dividem em duas grandes categorias: a dos nomes temáticos (com temas em *o*, *a* e *e*) e a dos nomes atemáticos:

Considerando que a morfologia nominal do português se assenta, em termos sistemáticos, apenas no acusativo latino, as vogais *a*, *o* e *e*, típicas do acusativo da primeira, segunda e terceira conjugações em latim vernacular respectivamente, ganharam foro de vogais temáticas em português; por via análoga, as vogais *a*, *e* e *i*, que indicam as conjugações em latim vernacular, passam a vogais temáticas verbais em português. Já os vocábulos desprovidos de vogal temática, seja por advirem de outros casos latinos (*Deus*), seja por terem sofrido acidentes fonológicos que elidiram a vogal temática (*annelum* > *anel*) ou mesmo por serem empréstimos oxítonos terminados em vogal (*rapé*, *sapê*), são hoje entendidos como nomes atemáticos. Tais vocábulos, entretanto, inscrevem-se perfeitamente no conceito de tema predominante na gramática científica”.

Vale lembrar, ainda, que Carvalho (1973), contemporâneo de Mattoso Câmara, já havia notado essa distinção entre nomes temáticos e atemáticos, afirmando que as vogais temáticas funcionam como “atualizadores lexicais”. Em seus termos, tais vogais átonas finais, “associadas ao radical, permitem atualizar o que só virtualmente é um elemento do léxico. [...] Os sufixos *-o* e *-a* funcionam em segundo lugar, cumulativamente, como morfemas de gênero.” (CARVALHO, 1973, p. 28). Tal atualização lexical, nos termos de Carvalho, nada mais é do que a aplicação analógica dos temas *o*, *a* ou *e* a novos itens lexicais que tenham entrado na língua por empréstimo, neologismo ou outros processos.

Portanto, retomando o problema inicial desta seção, podemos traçar agora um quadro com as seguintes considerações:

- A morfologia nominal do PB se divide nas categorias de nomes temáticos e atemáticos.
- Os nomes temáticos são assim chamados por apresentarem uma vogal temática, que pode ser *o*, *a* ou *e*.
- Embora não seja consenso,<sup>47</sup> alguns autores admitem que o PB também possui as marcas típicas de gênero *o* e *a*, que coincidem com as vogais temáticas nominais *o* e *a*, e eventualmente co-ocorrem com estas cumulativamente.
- Os nomes com tema em *e* não estão sujeitos a essa coincidência entre a vogal temática e a marca de gênero (que acontece com *o* e *a*) e, em parte por isso, estão mais propensos à variação de gênero gramatical.<sup>48</sup>
- A variação de gênero em nomes de tema em *e* está condicionada a fatores linguísticos quando há os traços semânticos de animacidade e sexo. No entanto, quando esses traços são ausentes, parece ser mais arbitrária.

Diante desse quadro, algumas questões ainda não foram abordadas. As classes nominais temáticas do PB de fato serão uma permanência latina, como sugerem Cintra (2004) e Cavaliere (2003)? O encaixamento (ou atualização) de novos léxicos que incorporam o PB dentro da classe de tema em *o*, da classe de tema em *a*, da classe de tema em *e*, ou da classe atemática tem paralelo na história? É um processo recorrente? A variação de gênero dos nomes de tema em *e* será um processo antigo? Eis algumas questões a investigar ainda nesta seção.

#### 2.2.5.7.1 *As declinações latinas, a distribuição de gênero gramatical entre elas e a terceira declinação*

Acima, quando apresentei argumentos sobre a existência de subclasses nominais temáticas no PB, surgiram em particular duas

---

<sup>47</sup> Mattoso Câmara (1970) entende que apenas *a* é marca de gênero. Em seus termos, as flexões de gênero e de número são manifestadas por uma oposição privativa, em que um elemento marcado (feminino, plural) se opõe a outro, não marcado (masculino, singular).

<sup>48</sup> Cabe notar que, justamente para marcar o gênero de nomes com tema em *e* (nos quais não é possível essa marca cumulativa), vimos observando o acréscimo da marca de gênero feminino em nomes de tema em *e*, como em *presidenta*, *elefanta*, *governanta*, *infanta*.

considerações, de Cintra (2004) e Cavaliere (2003), que volto a destacar aqui:

Pode-se justificar a existência desses morfemas [*o, a, e*] [...] diacronicamente por ser a vogal temática a vogal da desinência de acusativo das três primeiras declinações a que se reduziu o sistema flexional de casos do latim, e é do acusativo que se originam as formas do português [...]. (CINTRA, 2004, p. 87).

Considerando que a morfologia nominal do português se assenta, em termos sistemáticos, apenas no acusativo latino, as vogais *a, o* e *e*, típicas do acusativo da primeira, segunda e terceira conjugações em latim vernacular respectivamente, ganharam foro de vogais temáticas em português [...]. (CAVALIERE, 2003, p. 317).

Ambos os autores parecem sugerir que as classes nominais temáticas do PB de fato são uma permanência latina, mais especificamente uma permanência das três primeiras declinações latinas, aqui entendidas como subclasses nominais. Tal sugestão parece mesmo proceder.

No latim, inicialmente, os nomes se distribuíam por cinco classes nominais mais conhecidas como declinações. A primeira declinação era aquela de tema em *a*; a segunda, de tema em *o* (*u*); a terceira, mais frequentemente considerada “consonantal”, também é definida como de tema em *e* (*i*); a quarta, de tema em *u*; e a quinta, de tema em *e*. É importante considerar que as três primeiras declinações respondiam por cerca de 90% do léxico latino, sendo portanto a quarta e a quinta declinação uma minoria na participação do inventário lexical.<sup>49</sup>

Com o processo de romanização que resultaria nas línguas românicas, em paralelo à erosões fonéticas que revolucionariam a sintaxe românica, a morfologia nominal também sofre uma simplificação: os nomes da quarta declinação pouco a pouco passam a integrar a segunda declinação, pela semelhança morfológica e pela maior regularidade desta última, e o mesmo acontece com a quinta declinação em relação à terceira.<sup>50</sup> Williams (1975, p. 123) comenta essa correlação das erosões fonéticas que transformaram a sintaxe românica com a simplificação da morfologia nominal:

---

<sup>49</sup> Essas estimativas estão apoiadas no corpus latino da Perseus Collection ([www.perseus.tufts.edu](http://www.perseus.tufts.edu)).

<sup>50</sup> Entretanto, como ainda abordarei, os nomes da terceira declinação, que tinha apenas palavras do gênero feminino, também se espriam para a primeira declinação, que concentrava a maioria do léxico feminino. Portanto, ora as palavras de terceira declinação passavam para a terceira pela semelhança morfológica, ora passavam para primeira por conta do gênero.

Pouco restou das declinações do latim clássico em latim vernacular. A quarta e a quinta declinações, o gênero neutro e todos os casos, exceto o nominativo e o acusativo, desapareceram. Com o desaparecimento do nominativo em português, a distinção casual terminou. Apenas a flexão de número permaneceu. A forma oriunda do acusativo latino passou a exercer a função de sujeito, de objeto de um verbo e de objeto de uma preposição.

Temos evidências antigas que comprovam esse processo de simplificação da morfologia nominal. Já no século VI, por exemplo, o anônimo autor do *Appendix Probi*, entre as suas advertências corretivas, alertava os estudantes de que o correto era *fructu acri* (formas da 4ª e 3ª decl.) e não *fructo acro* (formas da 2ª decl.). Além disso, desde o período clássico, os gramáticos latinos atestavam a oscilação entre formas da 4ª e 2ª declinação observada em itens lexicais muito frequentes como *domus* (casa), nos casos cujas formas eram diferentes em uma e outra declinação: gen. sing. – *domus* (4ª) / *domi* (2ª); gen. pl. – *domuum* (4ª) / *domorum* (2ª); dat. sing. *domui* (4ª) / *domo* (2ª); acus. pl. – *domus* (4ª) / *domos* (2ª); abl. sing. – *domu* (4ª) / *domo* (2ª). Dinkova-Bruun (2011, p. 297) registra outros exemplos dessa variação: *gradus/gradus, cornuis/cornibus, genuorum/genuum, fructi/fructus*.

Portanto, havia igualdade ou semelhança morfológica entre a quarta e a segunda declinação, e entre a quinta e a terceira, o que se configurou ainda mais depois da redução dos casos e queda das consoantes finais:

Quadro 6 - Semelhança das declinações com a redução dos casos à oposição nominativo/acusativo

Declinações	Nominativo	Acusativo
1ª	-a	-am
⇒ 2ª	-us, -um	-um, -um
⇒ 3ª	-s, -e	-em, -e
⇒ 4ª	-us, -u	-um, -u
5	-es	-em

Além dessa reorganização dos nomes entre as subclasses nominais motivada pelos morfemas classificatórios – as vogais temáticas *o* (*u*) e *e* (*i*) – é preciso reconhecer que o gênero gramatical também desempenhou um papel importante nesse processo, já que muitas vezes palavras da quinta e até mesmo da terceira declinação passaram para a primeira, de tema em *a*. Para entender isso, porém, é preciso esclarecer algumas questões. Mais acima, já foi dito que a primeira e a segunda declinação (de temas em *a* e *o* respectivamente)

compreendiam quase 70% do léxico latino antes da romanização, sendo que na primeira predominavam nomes femininos, e na segunda, masculinos ou neutros. Logo, a predominância de um determinado gênero em uma determinada subclasse nominal (declinação) favoreceu que o morfema classificatório dessas subclasses (as vogais temáticas *a* e *o*) passassem a ser compreendidos pelos falantes como marcas de gênero. Daí, é natural que, eventualmente, nomes da terceira e da quinta declinação (de tema em *e*), que não carregavam essa “recente” marca de gênero, tenham passado a recebê-la de acordo com as necessidades dos falantes. Isso explica por que encontramos com frequência variações como *dies*, *materies*, *facies* (formas da 5ª decl.) vs. *dia*, *materia*, *facia* (formas da 1ª decl.). Isso é semelhante (para não dizer igual) a um fenômeno atual no PB: o acréscimo da marca de gênero feminino em nomes de tema em *e*, como em *presidenta*, *elefanta*, *governanta*, *infanta* etc.

Endossando o que expus até aqui, Clackson e Horrocks (2007, p. 278) dão explicações mais detalhadas sobre como as vogais temáticas das duas primeiras declinações se tornaram marcas de gênero nos romances, sobre a perda do gênero neutro e sobre a reclassificação dos itens lexicais da quarta e quinta declinações:

Latin has three genders but the Romance languages have only two, masculine and feminine. Various different factors contributed to the loss of the neuter gender, and the concomitant reassignment of neuter nouns to other genders. In the classical language, nominal gender is not dependent on either natural sex or on inflectional class, although there is a broad correlation between the 1st declension, female sex and feminine gender, and the 2nd declension, male sex and masculine gender. In the Romance languages these broad correlations have been extended, with the eventual identification of the three categories in each case. Nearly all Romance nouns originally ending in *-a* are feminine in gender and do not refer to males, nearly all nouns that originally ended in *-us* (Romance *-o*) are masculine in gender and do not refer to females. Thus the many Latin tree names which ended in *-us* but were of feminine gender, such as *pirus* (f.) ‘pear-tree’, *ulmus* (f.) ‘elm-tree’ have been shifted into the masculine in Romance: Italian *pero* (m.) ‘pear-tree’, *olmo* (m.) ‘elm-tree’. A few exceptions remain with retention of the Classical Latin gender, as Italian and Spanish *la mano* ‘hand’ from Latin *manus*. Nouns of the 3rd declension are either masculine or feminine, grammatical gender correlating with natural sex where it is a feature of the noun. The 4th and 5th declensions are lost; 4th-declension nouns are transferred to the 2nd declension, with which they share nominative and accusative endings *-us* and *-um*; polysyllabic 5-declension nouns, which are all feminine, are transferred to the 1st declension. The assignment of all nouns in the 2nd declension to the masculine gender exclusively, at the expense of the neuter, already seems to have started in the speech of some individuals in the high Empire. One character in Petronius’s novel *Satyricon* (the freedman Dama) uses masculines *uinus* and

*balneus* for the classical neuters *uinum* ‘wine’ and *balneum* ‘bath’, and Claudius Terentianus has *pretius* (masculine) in place of *pretium* ‘price’ [...].

Com isso, creio que já temos respostas plausíveis para as perguntas levantadas acima. O encaixamento (ou atualização) de novos léxicos que incorporam o PB dentro das subclasses de temas em *o*, *a* ou *e*, ou da classe atemática, tem paralelo exato na história. Tem paralelo tanto no período da romanização, quando houve a perda do gênero neutro e da quarta e quinta declinação, quanto no período clássico, quando já havia variação principalmente entre formas da 5ª e 1ª declinação, e da 4ª e 2ª. Além disso, a incorporação de novos itens lexicais, fossem empréstimos de outras línguas ou neologismos, estava sujeito ao sistema de classificação da morfologia nominal latina, que distribuía os novos léxicos entre as subclasses nominais (declinações) conforme o tema ao qual se adequassem, exatamente como ocorre no PB com empréstimos e neologismos. Por exemplo, a palavra fenícia *shofet* (que designava um alto magistrado cartaginense) foi lexicalizada em latim como *sufes*, “atualizada” como um léxico da 3ª declinação; a palavra árabe *djiboutin* foi lexicalizada *gibutum* (2ª declinação); a também árabe *genewah* foi lexicalizada *guinea* (1ª declinação). Trata-se, portanto, de um processo recorrente.

Quanto à variação de gênero dos nomes de tema em *e*, também há evidências de que seja um processo antigo, que data pelo menos desde o período da romanização, e isso está ligado diretamente à perda do gênero neutro. Como afirmaram Clackson e Horrocks (2007, p. 278) na citação acima, “Nouns of the 3rd declension are either masculine or feminine, grammatical gender correlating with natural sex where it is a feature of the noun.” Portanto, quando um nome não possuía o traço “sexo”, ficava propenso à variação de gênero. Exemplos são os itens *flos, floris; pons, pontis; arbor, arboris; ars, artis; frons, frontis*. Cada qual, em diferentes regiões da România, assumiu um gênero gramatical conforme aquela que é a regra geral para o estabelecimento do gênero gramatical: a convenção social. “O gênero é, de um modo geral, uma característica convencional dos substantivos historicamente fixada pelo uso.” (AZEREDO, 2008, p. 158). Por isso, hoje temos *la fleur* (fr, fem), *la/a flor* (sp e pt, fem), *il fiore* (it, masc); *le pont* (fr, masc), *el puente* (sp, masc), *a ponte* (pt, fem), *il ponte* (it, masc); *l'arbre* (fr, masc), *el árbol* (sp, masc), *a árvore* (pt, fem), *l'albero* (it, masc); *l'art* (fr, masc), *el arte* (sp, masc), *a arte* (pt, fem), *l'arte* (it, fem); *le front* (fr, masc), *la frente* (sp, fem), *a fronte* (pt, fem), *la fronte* (it, fem).



Sintetizando, é possível afirmar que, por um lado, a atualização de empréstimos e neologismos em subclasses temáticas é uma reincidência latina e que, por outro, a variação de gênero de nomes com tema em *-e* é uma permanência latina no PB.

#### 2.2.5.8 O modo condicional no PB

A condicionalidade pertence, segundo Hengeveld, à categoria verbal do *modo* e serve para exprimir a realidade ou a irrealidade absoluta, sendo o último estágio do desenvolvimento diacrônico no campo da expressão – numa progressão que parte da categoria do *aspecto*, passando pelo *tempo* e pela *evidencialidade*, e culminando no *modo*. Converge para o *modo* igualmente a evolução das camadas semânticas que definem os escopos de incidência da expressão linguística, fixando-se no *episódio* (deslocando-se da *propriedade*, do *conceito situacional* e do *estado de coisas*), o qual é definido como “uma combinação coerente de estados de coisas que são caracterizados pela unidade ou continuidade de tempo, lugar ou participantes” (HENGEVELD, 2011, p. 582).

No português brasileiro, três formas verbais são capazes de expressar condicionalidade, a saber: (1) o futuro do pretérito, também chamado de condicional; (2) a perífrase formada pelo imperfeito do indicativo do verbo *ir* mais infinitivo; e (3) o imperfeito do indicativo. Uma análise genealógica da primeira forma, dada como legítima expressão de condicionalidade pela tradição gramatical luso-brasileira, e que ilustrarei com a oração *se fosse preciso, eu **falaria** com a presidente*, mostra que na origem das suas desinências está o imperfeito do verbo latino *habere*. A segunda forma consiste no uso do imperfeito do indicativo do verbo *ir* + infinitivo (*ia falar com a presidente*), o qual é empregado como auxiliar informal de futuro quando é conjugado no presente do indicativo. Esta forma está em variação com o futuro do pretérito tanto para a expressão da função que lhe dá o nome, quanto em contextos de condicionalidade. Assim, na função temporal, ocorre a seguinte variação:

eu falarei  
 ele disse quealaria  
*versus*  
 eu vou falar  
 ele disse que ia falar

E, exprimindo condicionalidade, observa-se esta variação:

ele falaria, se você não o interrompesse  
*versus*  
 ele ia falar, se você não o interrompesse

Finalmente, a terceira forma (seção 3) é, ela própria, um imperfeito, em orações como *eu falava todos os dias com a presidente*, mas se observa o emprego frequente na língua portuguesa, e em línguas ocidentais que analisarei, com valor de condicional em frases como esta: *se eu pudesse, viajava para o Japão*.

Nas três formas de condicionalidade apresentadas, verifica-se a intervenção de uma forma de imperfeito, o que permite construir a hipótese de que, pelo menos nas línguas neolatinas, mas não somente nelas, a imperfectividade fornece material linguístico para a expressão da condicionalidade, em concordância com o modelo de Hengeveld (2011), seja pelo uso de formas do imperfeito do indicativo, seja pelo emprego da perífrase formada pelo imperfeito do auxiliar de futuro mais infinitivo, seja ainda pela criação de formas verbais próprias para a expressão da condicionalidade, forjadas a partir de um imperfeito verbal. A seguir, buscarei indícios para a confirmação desta hipótese, por meio do seguinte encaminhamento: (1) traçando o histórico da formação do futuro do pretérito a partir do latim vernacular nas principais línguas neolatinas; (2) reconstruindo o mecanismo de expressão da condicionalidade por meio do imperfeito de verbos auxiliares de futuro mais infinitivo; e (3) constatando o uso do imperfeito do indicativo em contextos de condicionalidade.

#### 2.2.5.8.1 *Caso principal: o condicional sintético*

##### **Os primeiros estágios da gramaticalização: aspecto**

A formação e evolução do condicional sintético românico parece ser um caso ilustrativo para sustentar minha hipótese. Em primeiro lugar, porque apresenta todas as etapas de gramaticalização bem definidas e, em segundo lugar, pela abundância de exemplos em várias línguas latinas. Nesta seção, tentarei explicar o caminho da gramaticalização que resultou nesta forma sintética, com o foco na língua portuguesa, porém trazendo exemplos de outras línguas latinas quando convenientes.

Quando afirmei que este caso apresenta todas as etapas de gramaticalização bem definidas, estava me referindo especialmente ao



Eventualmente, encontra-se o indicativo na apódose, quando o falante quer indicar a realização de um resultado como algo provável:

*aliter si faciat, nullam habet auctoritatem*

3p. subj. pres.    3p. ind. pres.

[caso contrário, se assim fizesse, não teria autoridade nenhuma]

É importante observar, contudo, que o condicional sintético, chamado de futuro do pretérito conforme a nomenclatura gramatical brasileira (NGB), não possuía nenhum correspondente no paradigma verbal do latim padrão; trata-se de uma invenção genuinamente românica que se iniciou, como mostrarei, no latim vernacular, desenvolveu-se paralelamente nos romances e consolidou-se na maioria das atuais línguas latinas.

A origem da forma em questão está na perífrase verbal formada com o auxiliar *habere* que emergiu no latim vernacular. Conforme Herman (2000 [1967]), esta perífrase surgiu primeiro com o aspecto resultativo (perfectividade ou imperfectividade) e depois passou a expressar obrigação ou necessidade, o que, segundo Hengeveld (2011), é típico no processo de gramaticalização de tempo futuro. No primeiro momento, o verbo *habere* no presente do indicativo combinava-se com outros verbos específicos no infinitivo, como *dicere* (dizer), *scribere* (escrever) e *quaerere* (perguntar). Tal combinação significava “tenho algo para dizer”, “tenho algo para escrever”, “tenho algo para perguntar”. Assim, encontramos em *Noctes Atticae* (séc. II a.C.), de Aulo Gélio, “*si qui [...] quaerere habes, quaeras licet*”, com o sentido de “se tens algo para perguntar, podes perguntar”. No segundo momento, depois do período clássico (séc. I a.C. a II d.C.), quando a combinação passou a expressar obrigação ou necessidade, eram comuns construções como *facere habeo* (tenho que fazer).

## Expressão de futuridade

Herman (2000 [1967]) afirma que essa perífrase ganha relativa normalidade nos escritos dos chamados Pais da Igreja. Por exemplo, numa passagem do Evangelho de São João (8.22), enquanto a Vulgata de São Jerônimo diz “*Numquid interficiet semetipsum* (Ele matará a si mesmo?), uma tradução anterior da Bíblia conhecida como *Vetus Latina*<sup>55</sup> dizia “*occidere se habet*” (ele tem que se matar/ele vai se matar?). Aqui, a perífrase claramente já deixa de expressar apenas o aspecto resultativo e passa a expressar tempo futuro. A mesma construção é encontrada, porém com *habere* no imperfeito, em um dos manuscritos do Evangelho de São Lucas da *Vetus Latina*: onde o texto antigo dizia *habebat transire* (ele passaria por ali), São Jerônimo mudou depois, na Vulgata, para *erat transiturus*.

Adams (2013, p. 657) corrobora Herman, ao observar que “As instâncias dessa construção (do séc. III d.C. em diante), aproximando-se do sentido de futuridade, são encontradas principalmente em escritores cristãos e também em alguns gramáticos, e sobretudo na África.” Em textos dos séculos IV e V, por exemplo, vemo-la bastante disseminada. Em *Peregrinatio ad loca sancta* (séc. IV d.C.), relato de uma viajante conhecida como Monja Etérea, notória fonte de latim vernacular, é possível observar, entre outros exemplos, o seguinte:

*Ipsam ergo uallem nos trauersare habebamus, ut possimus montem ingredi.*  
(cap. II, 1).

infinit. verb. princ. aux. 4p. ind. imperf.

[Aquele vale, portanto, atravessaríamos, para que pudéssemos chegar ao monte.]

Em *Conflictus Arnobii catholici cum Serapione Aegyptio* (séc. V d.C.), texto geralmente atribuído a Arnóbio, o Jovem, encontramos a seguinte passagem com várias perífrases formadas pelo auxiliar *habere* na 3ª pessoa do singular e o infinitivo presente do verbo principal, todas em uma única grande apódose:

audi: quid **habebat concipere** in utero, aut quid **habebat parere**, aut quid **habebat pannis involvere** et in praesepio **ponere**, aut quid **habebat lactare**, aut quid **habebat tollere et fugere** in Aegyptum, aut quid **habebat crescere** aetate et sapientia, aut quid octava die circumcidi, aut quid **habebat baptizari** a Iohanne,

---

<sup>55</sup> São Jerônimo baseou-se nesse conjunto de traduções anônimas, atribuída aos Pais da Igreja, para compor a sua Vulgata. É curioso observar, tal como neste exemplo, que muitas das diferenças existentes entre a *Vetus Latina* e a Vulgata dizem respeito a variações diastráticas: enquanto a *Vetus Latina* contém muitas formas típicas do latim vernacular, a Vulgata prefere formas mais próximas ao latim padrão.

nisi esset homo perfectus, in quo esset perfectus Deus, qui ipsum sicuti hominem in utero fabricavit. (lib. II, cap. XI).

[ouve: por que ela o conceberia em seu útero, ou por que ela o pariria, ou por que ela o envolveria em panos e o poria no estábulo, ou por que ela o amamentaria, ou por que ela o pegaria e fugiria para o Egito, ou por que ele cresceria em idade e sabedoria, ou por que ele foi circuncidado no oitavo dia, ou por que seria batizado por João, se ele ainda não tinha se formado como um homem, no qual Deus tinha se formado – Deus que fabricou-se a si mesmo no útero como um homem.]

Acompanhando o raciocínio de Herman (2000 [1967]), pode-se presumir que esse modo de expressar o futuro (a perífrase com *habere*) tornou-se comum primeiro nos contextos em que era mais adequado. Ele nota que Tertuliano, um dos primeiros autores a adotar essa perífrase com grande frequência, formava-a com o imperfeito de *habere* e um infinitivo presente passivo: assim, em seu *Aduersus Marcionem* (4.8), encontramos *Nazareus uocari habebat secundum prophetiam*, “ele seria chamado o Nazareno, segundo a profecia.”

A combinação do presente de *habere* com o infinitivo ativo está por trás do tempo futuro em todas as principais línguas românicas, com exceção do romeno, que ainda usa perífrases; assim, da forma latina *cantare habeo* (eu tenho que cantar) vem a francesa *chanterai*, a espanhola *cantaré* e a italiana *canterò*, todas com o significado de “eu cantarei”. Com o imperfeito (em italiano, com o perfeito) de *habere*, essa perífrase foi a base das formas que se referem ao futuro como algo visto do passado, e esta função, além disso, assim como o condicional presente, é uma categoria especificamente românica que não existiu no latim – tal como a forma espanhola *cantaría* derivada da latina *cantare habebam* [...]. (HERMAN, 2000 [1967], p. 73-74).

### Sintagmas e processo de afixação

Em consonância com a análise de Herman, na literatura sobre o desenvolvimento do condicional românico, as descrições das origens dos modernos paradigmas conflagram, quase que invariavelmente, a existência das duas perífrases citadas por ele (com o imperfeito e com o perfeito). Renzi e Andreose (2006, p. 215 apud PARKINSON, 2009, p. 8), por exemplo, apontam as mesmas derivações: “*cantare habebat* > fr. *chanterait*; sp., pg., prov. e dialetti italiani *cantaria* e sim.; ou *cantare hebuit* (= *habuit* > it. tosc. *canterebbe*).” Entretanto, praticamente não há considerações sobre as diferenças de significado e de uso dos dois tempos nessas perífrases. Disso se infere que elas eram vistas como equivalentes ou que as nuances de significado envolvidas eram muito sutis para merecer algum aprofundamento. Rohlf (1968, p. 342) foi um

dos poucos que notaram uma diferença semântica significativa, sugerindo que “no latim vernacular *cantare habui* parece ter expressado originalmente o grau passado do condicional, em contraposição ao grau presente expresso por *cantare habebam*.”

Um recente trabalho de Bourova (2007), entretanto, veio a mudar este panorama. No exemplo de Arnóbio, o jovem, o verbo *habere* aparece preposto ao verbo principal. No entanto, a tendência geral para a construção com o auxiliar no imperfeito (tal como no exemplo da Monja Etérea) parece ter sido a posposição – o que certamente contribuiu para que ele viesse a se tornar uma desinência sufixada séculos mais tarde. Bourova (2007, p. 304) analisou 671 registros da construção *habere* + infinitivo e verificou que as diferenças no uso dos dois tempos do indicativo passado não estavam limitados à referência temporal notada por Rohlfs (1968), mas que as duas formas diferiam, ainda, em suas funções sintáticas e semânticas. Ambas as perífrases apresentam as duas ordens possíveis: com o auxiliar preposto e posposto. *Cantare habebam* teve uma leve tendência à ordem *habere* + infinitivo, e estava mais propenso a permitir elementos intercalados (como na mesóclise). Com base nisso, Bourova (2007) conclui que *cantare habebam* estava mais próximo da ordem fixa infinitivo + *habere* encontrada no romance e mostrava um potencial maior para a síntese do que *cantare habui*.

Uma explicação que muitos estudiosos de linguística românica sugeriram para o sucesso das perífrases com *habere* – incluindo não só aquela com *habere* no imperfeito, que me interessa aqui, mas também aquelas com *habere* no presente e no perfeito – baseia-se em seu valor modal original, na ideia de que a futuridade está essencialmente ligada, no subconsciente do falante, a atitudes emocionais expressadas por *habere*; isto é, o futuro é tipicamente objeto de intenções, desejos e medos (cf. BYBEE, 1998; BYBEE; PAGLIUCA; PERKINS, 1991). Intenções, desejos e medos estão ligados, por sua vez, a irrealidades prospectadas pelos falantes, o que, pensando no futuro visto como algo do passado, leva-o a conjecturar condições de realização: daí surgiria a função condicional.

Herman (1967 [2000]) defende, porém, uma outra explicação. Para ele, de todas as perífrases disponíveis formadas com um infinitivo e um auxiliar, aquela que envolve *habere* era a mais propensa a assumir uma forma sintética.

Além disso, a combinação do infinitivo com *habere* tinha a vantagem de apresentar uma maior flexibilidade do que a perífrase com *-turus sum*, uma vez que *-turus* não poderia ser usado na voz passiva; ela também tinha uma fonética

mais simples, uma vez que *habere* começa com uma vogal (o *h-* não era pronunciado na época em questão), e várias formas eram monossilábicas, tais como as [as] (escrita ainda como *habes*, é claro, e nunca como *\*-as*), ou simplesmente dissilábicas, tal como [ajo] (ainda escrita *habeo*). Isto quer dizer que o destino óbvio dessas formas era tornarem-se inflexões de um novo paradigma sintético. (HERMAN, 2000 [1967], p. 74).

A primeira forma escrita que reflete esse novo sistema inflexional do futuro surge em uma compilação histórica do séc. VII que tradicionalmente leva o nome de um autor fictício, chamado Fredegarius ou Fredegar. Na segunda crônica dessa compilação, o autor explica o nome da cidade de Daras através de um jogo de palavras: o imperador Justiniano, ao negociar com o derrotado rei da Pérsia, teria respondido *daras* (exatamente como seria em português, “darás”, derivado de *dare habes*) quando o rei se recusou a conceder o território conquistado. Embora o exemplo traga a forma do futuro do presente, é razoável admitir que, naquele momento, a forma sintética derivada do imperfeito de *habere* também já existia, uma vez que, como bem observa Herman, todo o novo sistema inflexional do futuro (incluindo o futuro do pretérito) estava em vigor, e não apenas o futuro do presente.

O exato momento da afixação é algo difícil de precisar, mas parece apropriado considerar os metaplasmos provavelmente ocorridos nesse processo de afixação. Segundo Hernandez (2004), o imperfeito de *habere* sofreu uma crescente transformação. As formas originais *habebam*, *habebas*, *habebat* etc. tornaram-se *\*abeam*, *\*abeas*, *\*abeat*: *o /b/ da desinência do imperfeito latino (-ba-) foi sincopado, provavelmente por não se encontrar em posição tônica*. Nessas, posteriormente, o grupo *ab* sofreu a aférese, do mesmo modo que já vinha acontecendo com as formas do presente de *habere* na formação do futuro do presente. As formas do imperfeito reduziram-se, então, a *\*ea*, *\*eas*, *\*eat*, *\*eamus*, *\*eatis*, *\*eant*, que, por sua vez, transformaram-se em *-ia*, *-ias*, *-ia*, *-iamos*, *-íeis*, *-iam*, terminações que ainda subsistem. Estas mudanças fonéticas são análogas à que ocorreu com *mea* > *mia* (atual *minha*) e *iudaea* > *iudea* > *judia*: /e/ tônico em hiato seguido de /a/ passa geralmente a /i/.

Huber (1986 [1933], p. 234) vê essas transformações fonético-fonológicas de maneira parecida, entretanto se depreende da sua descrição que, já no romance ibérico, as plosivas bilabiais de *habebam* tinham se transformado em fricativas lábio-dentais, provavelmente devido ao fenômeno do betacismo:



Tal como no futuro as formas trissilábicas do presente *avemos*, *avedes* foram substituídas pelas formas abreviadas *-emos*, *-edes*, assim também no condicional as formas de imperfeito tri- e tetrassilábicas (*avia*, *avias*, *aviámos*, *aviades*, *aviam*) foram substituídas por formas abreviadas di- e trissilábicas. Todas as formas abreviadas perderam o radical *av-*, tornando-se simples terminações. Conservam-se vestígios da forma *avia*, intacta, apenas no galego antigo: *guardar avia* (CM. 28), *sayr avia* (CM. 237), *portar avia* (CM. 267).

Huber (1986 [1933]) acrescenta que, no português arcaico (séc. XII a XIV), ainda era bastante frouxa a ligação do infinitivo com o verbo auxiliar no condicional, tal como no futuro do presente. Isto significa que, embora manifestações da forma sintética tenham sido observadas desde o séc. VII, mesmo cinco ou sete séculos mais tarde a afixação ainda não estava plenamente consolidada. A mesóclise, aliás, é resquício dessa época em que a perífrase ainda era consciente por parte dos falantes, isto é, da época em que os falantes sabiam que estavam unindo o infinitivo ao verbo haver flexionado e, por isso, intercalavam o pronome. No Cancioneiro da Ajuda (séc. XIII), encontra-se “*entende-la-ia*” (810) e “*maravilhar-s-ian*” (4185); e, no Fabulário Livro de Esopo (séc. XIV), “*prazer-m-ia*” (32).

### A hipótese da especialização funcional

Outra observação curiosa de Huber (1986 [1933], p. 235) diz respeito a algumas alomorfias nas raízes de certos infinitivos:

Os mesmos verbos que no futuro apresentam determinadas alterações no infinitivo mostram essas mesmas alterações no condicional (cf. § 388):

1. *terria* a par de *têeria*, *tenria*, *tinria* (Gaal [séc. XIV]); *verria* a par de *viiria*, *marria*, *poria* a par de *põeria*. Cf. § 240.
2. *querria*, *guarria*, *morria* a par de *morreria* (CA. [séc. XIII] 4691), *salrria* a par de *sairia*, *valrria* (CD. [séc. XIII e XIV] 2145, 2380; no manuscrito contudo *valiria* a par de *valeria*).
3. *faria*, *diria*, *aduria*; mas só *prazeria* (CA. 7392, CD. 1105).

Tais observações vão ao encontro da proposta de Esher (2012). Esta autora estudou diferentes variedades do occitano (uma língua românica falada no sul da França) e do italiano, e, entre outras coisas, observou que – a despeito de quem defende que infinitivo, futuro e condicional românicos compartilham a mesma raiz – essas três formas seguiram caminhos de gramaticalização distintos e não mais compartilham a mesma raiz, o que seria reflexo de uma especialização funcional de cada forma. Portanto, mais cedo ou mais tarde, cada uma das três raízes será notavelmente distinta uma da outra. Esher (2012)

admite que, atualmente, na maioria das línguas românicas, a tendência é uma diferenciação dupla: uma raiz emergente para o infinitivo e outra compartilhada pelo futuro e pelo condicional. Enquanto que, em português, ainda existe uma aparente raiz comum para *ver*, *verei* e *veria*, em francês, por exemplo, existem *voir*, *verrai* e *verrais* – raízes evidentemente distintas entre infinitivo, de um lado, e futuro e condicional, de outro. Contudo, a autora chama a atenção para o fato de que, em algumas variedades estudadas por ela, o condicional simplesmente *não pode* ser usado para expressar futuro do pretérito, o que significa que esta forma já não compartilha qualquer identidade funcional com o futuro (e, logo, está propensa a ter a sua raiz diferenciada também). Ela menciona exemplos em que as raízes do futuro e do condicional são iguais apenas na ortografia, já que, na fala, apresentam salientes diferenças fonéticas.

Semelhante ao exemplo do francês dado por Esher (2012), há, em espanhol, *poder*, *podré* e *podría*. No português, entre outros exemplos, existem *fazer*, *farei* e *faria*. Também é curioso o fato de a forma *quereria* ser raramente empregada e ser preterida em favor da forma *queria*. Mais curioso ainda é que, conforme os últimos exemplos dados por Huber (1986 [1933]), isso acontece, pelo menos, desde o séc. XIII (*querria*, CA. 4691). A propósito, no espanhol há a diferença entre *quería* (imp.) e *querría* (condicional). Talvez seja apenas um caso isolado sujeito à ação de regras fonético-fonológicas que motivam essa mudança sem grandes prejuízos para o sistema, mas talvez estejamos diante de um caso relevante de especialização funcional, como sugere Esher (2012), isto é, talvez estejamos diante de um caso que ilustra o quão avançado está a gramaticalização do condicional sintético no português vernáculo brasileiro.

Além disso, é muito significativo que duas outras formas concorrentes com o condicional sintético tenham surgido no português: a perífrase do auxiliar “ir” com o infinitivo (também usada para o futuro) e o próprio imperfeito. Ou seja, se outras duas formas concorrentes puderam surgir, talvez isso seja um indício de que o condicional sintético esteja perdendo certas funções e dando espaço para estas outras formas, fechando um ciclo de gramaticalização. Este fato vai ao encontro do princípio da estratificação, de Hopper (1991), segundo o qual uma forma verbal pode acumular camadas de expressão funcional em seu processo de gramaticalização, ou mesmo perdê-las em decorrência de uma especialização funcional. Não se pode ignorar, a propósito, o fato de que a atual perífrase com o auxiliar “ir” reitera processos muito semelhantes àqueles apresentados pela perífrase com

*habere* no latim vernacular (trata-se de um aparente processo reincidente). Tratarei deste tema na próxima seção.

Voltando à questão do uso de *queria* no lugar de *quereria*, não me parece forçado dizer que outros verbos (especialmente alguns terminados em *-er* e *-ir*) favorecem o mesmo fenômeno. Pensemos, por exemplo, em *sorria* e *sorriria* (a síncope deste /i/ pretônico é muito comum), *corria* e *correria*, *abria* e *abriria*, *ia* e *iria*, entre outros. Este talvez seria o contexto inicial, e por analogia a mudança se espalharia para qualquer contexto fonológico. Diante disto, alguém poderia aventar a hipótese de que, pela especialização de função, a raiz do condicional teria perdido a identidade com a raiz do infinitivo e seguido seu próprio caminho de gramaticalização – tal como Esher (2012) provou ser comum. Porém, como pela mudança fonética em questão a forma resultante seria exatamente a mesma forma do imperfeito, o sistema da língua teria generalizado a possibilidade de usar o imperfeito com o valor de condicional. Contudo, ainda que seja uma hipótese sedutora, mostrarei que esse uso do imperfeito com valor de condicional é muito mais antigo na história das línguas românicas e provavelmente deve-se a outros motivos.

Por fim, para fechar esta seção sobre a gramaticalização do condicional sintético românico, proponho o seguinte quadro como forma de reiterar os pontos-chave levantados e ilustrar o processo ocorrido:

Quadro 7 - Gramaticalização do condicional sintético românico

Época	Estágio	Categorias verbais/funções
Séc. II a.C.	O verbo <i>habere</i> no presente do indicativo combinava-se com outros verbos específicos no infinitivo, como <i>dicere</i> (dizer), <i>scribere</i> (escrever) e <i>quaerere</i> (perguntar). Tal combinação significava “tenho algo para dizer”, “tenho algo para escrever”, “tenho algo para perguntar”.	Aspecto resultativo (perfectividade/ <b>imperfectividade</b> )
Meados do séc. II d. C.	No segundo momento, depois do período clássico, quando a combinação passou a expressar obrigação ou necessidade, eram comuns construções como <i>facere habeo</i> (tenho que fazer).	Modalidades orientadas ao participante ( <b>intenção, volição, obrigação</b> )
Séc. III a VI	Essa perífrase ganha relativa normalidade, deixa de expressar apenas o aspecto resultativo e passa a expressar tempo futuro. A mesma construção é encontrada com <i>habere</i> no imperfeito. Para as perífrases com <i>habere</i> no imperfeito e no presente, a posição infinitivo + auxiliar torna-se a tendência predominante, o que viabiliza o processo de afixação.	<b>Futuridade</b> (futuro do presente e futuro do pretérito)

Séc. VII a séc. XI	Surgem as primeiras formas sintéticas na escrita, o que mostra que o novo sistema inflexional do futuro estava em consolidação.	<b>Futuridade e condicionalidade</b>
Séc. XII a meados do séc. XV	Ainda é bastante frouxa a ligação do infinitivo com o verbo auxiliar no condicional, tal como no futuro do presente. Mesmo cinco ou sete séculos depois das primeiras formas sintéticas na escrita, a afixação ainda não estava plenamente consolidada. A mesóclise, aliás, é resquício dessa época em que a perífrase ainda era consciente por parte dos falantes.	<b>Futuridade e condicionalidade</b>
Meados do séc. XV a séc. XIX (?)	O sistema inflexional do futuro sintético está plenamente consolidado, embora a mesóclise ainda persista possível, especialmente no português europeu.	<b>Futuridade e condicionalidade</b>
Meados do séc. XIX (?) a séc. XXI	A forma chamada de futuro do pretérito parece se especializar cada vez mais apenas como condicional e não mais expressar um futuro sentido como algo passado. Além disso, em particular no português brasileiro, a mesóclise torna-se uma forma estranha e estigmatizada, o que mostra que a afixação está completa. Certas raízes diferenciam-se da raiz do infinitivo, e outras formas concorrem para expressar condicionalidade e futuridade.	Apenas <b>condicionalidade (?)</b>

#### 2.2.5.8.2 A perífrase *ir* no pretérito imperfeito + infinitivo

Consideremos agora a perífrase formada pelo imperfeito do indicativo do auxiliar de futuro informal ou próximo (*ir*) mais infinitivo, na função de exprimir condicionalidade. Consiste ela na conjugação no pretérito imperfeito do indicativo, em todas as pessoas do discurso, do verbo *ir*, seguido do infinitivo de qualquer verbo principal (excetuado o infinitivo do próprio verbo *ir* em algumas regiões do Brasil; cf. Malvar apud Poplack, 2011), como em *ele ia viajar, mas desistiu*. Esta perífrase compartilha com o futuro do pretérito duas funções claramente distintas: (1) o futuro do pretérito propriamente dito, que se podem definir como um tempo verbal que exprime um estado de coisas que é futuro relativamente ao seu ato de fala passado, e (2) a expressão da condicionalidade. A variação, para os dois casos, é uma função do registro: o futuro do pretérito se emprega em contextos formais, enquanto a perífrase se observa na fala coloquial. Isto se explica pelo fato de que o futuro do pretérito é a forma tradicionalmente atribuída à expressão de um futuro mencionado no passado e mediante a forma sintética do futuro. Assim, no discurso indireto posterior ao ato de fala, por ex., *eu falarei com a presidente*, a forma verbal empregada, coerentemente, será o futuro do pretérito: *ele disse que falaria com a*

*presidente*. Uma vez que a forma perifrástica concorrente consiste na conjugação no imperfeito do indicativo do verbo usado como auxiliar de futuro informal (*ir* no presente do indicativo + infinitivo), ela também é sentida como informal e portanto relegada a contextos coloquiais, na seguinte correlação: *eu vou falar com ela* – *ele disse que ia falar com ela*.

Como expús na seção 1, igual paralelismo se encontra na origem do futuro do pretérito em português e nas principais línguas neolatinas (excetuado o italiano *standard*). De fato, o verbo *habere*, conjugado no indicativo – que passou a ser empregado na composição da perífrase que exprimiria futuro quando conjugado no presente, dentre as alternativas à disposição (além de *habere*, empregava-se *debere* e *velle* no presente do indicativo mais o infinitivo, que podia preceder ou suceder o verbo principal, cf. HUBER, 1986 [1933], p. 230) – prestava-se também à expressão da condicionalidade quando conjugado no imperfeito, e podemos atestar este fato na existência de resquícios observados nas perífrases literárias *haver de* + infinitivo e *havia de* + infinitivo.

Este paralelismo não se limita ao latim vernacular e às línguas neolatinas que se valem do auxiliar *ir* para exprimir futuro (como o português, o espanhol e o francês), mas também se verifica, por exemplo, no inglês e no alemão. Naquele, o verbo auxiliar *will*, empregado na perífrase de futuro + infinitivo sem *to*, possui uma forma de passado (*would*) que pode funcionar tanto como imperfeito, em frases como *every day we would go for walks*, quanto como condicional, como em *if I were you, I would not do that*. No alemão, o verbo auxiliar de futuro, *werden*, possui uma forma de pretérito, *würden*, a qual abrange os aspectos perfeito e imperfeito e é empregada na expressão de condicionalidade, como em *ich würde das nicht tun*.

Depreendi dos fatos linguísticos aduzidos nesta seção que verbos auxiliares que entram na expressão do futuro transformam-se em auxiliares condicionais quando conjugados no imperfeito. Isto se verifica pelo menos nas línguas por nós analisadas: latim vernacular, português, francês, espanhol, inglês e alemão.

### 2.2.5.8.3 O imperfeito condicional

Como dissemos na abertura desta seção sobre o condicional, no português vernáculo brasileiro, o pretérito imperfeito é uma das formas que, ao lado da perífrase com o verbo *ir*, concorrem com o condicional

sintético (futuro do pretérito) para expressar condicionalidade. No fim da seção 1, ao discutir o estágio atual da gramaticalização do condicional sintético, chamei a atenção para o fato de a forma *quereria* ser raramente empregada e ser preterida em favor da forma *queria*. Seguindo a proposta de Esher (2012), sugeri que a emergência do imperfeito com valor condicional poderia ser um fenômeno de ordem semântica (especialização de função) que desencadeia um processo morfofonêmico: a contração do condicional sintético, algo que de fato acontece desde o séc. XIII (*querria*), conforme notado por Huber (1986 [1933], p. 235). Entretanto, como veremos, é mais provável que este seja um fenômeno periférico, não determinante para ocorrência do imperfeito condicional, o qual, na verdade, parece ser um fato muito mais antigo na língua.

Huber (1986 [1933], p. 313), recorrendo a um texto português do séc. XIV (A demanda do Santo Graal), mostra que, já naquele momento, o imperfeito era empregado na apódose de períodos condicionais, exatamente como ocorre hoje no português vernáculo brasileiro:

Na oração principal, o imperfeito do indicativo — na oração condicional, o imperfeito do conjuntivo: *Se m'ora Deus gran bem fazer quisesse, non m'avía mais de tant'a* (CA. 5242). 'Se Deus agora me quisesse fazer um grande bem, não me tinha de fazer mais do que isto (só tanto como isto)'.

Além disso, há outro fato que desmonta a hipótese anterior. Esta hipótese recorre à semelhança fônica entre as formas do imperfeito e do condicional sintético (*queria/quereria*), a fim de alegar que, por contração, a segunda poderia coincidir com a mesma forma da primeira. Entretanto, no italiano, por exemplo, não há tal semelhança fônica (*cantava/canterebbe*) e, ainda assim, também ocorre o mesmo uso do imperfeito na apódose de períodos condicionais. Castiglione (2004, p. 78), em pesquisa sociolinguística feita com falantes do dialeto da Campânia, encontrou as seguintes possibilidades de construir um período condicional:

- a) se tu me lo dicevi te lo mandavo
- b) me le l'avevi detto te lo mandavo
- c) se tu me l'avresti detto te l'avrei mandato
- d) se tu me l'avresti detto te lo mandavo
- e) se tu me l'avessi detto te lo mandavo
- f) oltre allo standard atteso:
- g) se tu me l'avessi detto te l'avrei mandato.

Em quatro das seis possibilidades, o imperfeito condicional é empregado. A forma correspondente ao italiano *standard* – a perífrase com o condicional sintético de *avere* (*avrei mandato*) – aparece em apenas duas. Entre as várias conclusões às quais chegou, Castiglione (2004) notou que as pessoas mais velhas de baixa instrução parecem conhecer unicamente a opção “e”: *se tu me l'avessi detto te lo mandavo* (se tu me tivesses dito, eu te mandava). Ou seja, as construções que usam a perífrase com o condicional sintético de *avere* são relativamente recentes naquela região, tendo ali ingressado provavelmente por conta da estandardização do dialeto toscano. Esse fato, ao lado do exemplo do português arcaico, parece confirmar a antiguidade do imperfeito condicional nas línguas românicas, como no francês:

Un pas de plus, elle était dans la rue. (Hugo, *Misér.*, I, V, 13).  
[Mais um passo e ele estaria na rua.]

Sans moi, vous laisseriez éteindre le feu! (Martin du G., Jean Barois, p. 35)  
[Sem mim, você deixaria/teria deixado apagar o fogo.]

Portanto, parece-me razoável propor outra explicação pela qual o imperfeito sirva a este propósito. Minha proposta é que o imperfeito, em razão do seu aspecto de imperfectividade, indicando uma ação não completa, e portanto aberta à irrealidade, esteja na origem da expressão da condicionalidade nos romances analisados.

#### 2.2.5.8.4 *O modo condicional no PB e a formação do condicional românico*

A análise diacrônica da formação do futuro do pretérito (condicional) a partir do latim vernacular revelou que na origem das desinências deste tempo e modo verbal do português e de outros romances está o imperfeito do indicativo do verbo *habere* (com a mencionada exceção do italiano *standard*), funcionando primeiramente como verbo auxiliar, para finalmente juntar-se ao verbo formando um novo paradigma verbal, inexistente no latim. Notei, outrossim, que este antigo auxiliar, quando conjugado no presente do indicativo, futurizava os verbos que com ele formassem sintagma, vindo posteriormente a metamorfosear-se em desinências de futuro na maior parte das línguas românicas.

Ademais, um estudo comparativo mostrou um paralelo observável na formação de um futuro e de um condicional alternativos às formações advindas do latim vernacular, em línguas que se valem de novos auxiliares para a expressão do futuro, em novo ciclo de

gramaticalização. No português, no espanhol e no francês com o auxiliar do verbo de movimento ir (e fr. *aller*), e no inglês e no alemão com os verbos auxiliares *will* e *werden* respectivamente, percebemos que o emprego dessas formas no imperfeito do indicativo exprime a condicionalidade, do mesmo modo que fazia o imperfeito do verbo *habere* do latim vernacular em etapa anterior à sua fixação em desinências.

Além desses casos, que permitem traçar um padrão em que a condicionalidade se associa ao elemento de formação do futuro, examinei o emprego do simples imperfeito do indicativo na expressão da condicionalidade nas línguas neolatinas estudadas, o que tampouco é um fenômeno recente.

Esse quadro me permite levantar a hipótese de que a imperfectividade (pelo menos enquanto aspecto verbal), dado o caráter inconcluso que ela imprime na ação verbal, pode originar condicionais pelo menos de duas maneiras: (1) por derivação semântica, sendo usado em contextos em que é clara a expressão da condicionalidade, sem alterações morfossintáticas de qualquer ordem; e (2) aplicando-se a auxiliares de futuro, produzindo primeiramente auxiliares especializados, mas podendo eventualmente evolver em desinências de um novo paradigma conjugacional.

Segundo tais conclusões, parece razoável admitir que a gênese de formas verbais condicionais respeita um ciclo que necessariamente se inicia no *aspecto* de imperfectividade e termina no *modo* condicional, podendo passar pela categoria de tempo (*futuridade*). Dessa forma, posso afirmar que o atual condicional analítico no PB é um processo reincidente, enquanto que o imperfeito parece ser uma permanência do PA.

#### 2.2.5.9 Formação de participios no PB

Em português, são tradicionalmente reconhecidos dois tipos de formas de participio perfeito: a dita “regular”, com sufixo em *-do*, acompanhado da vogal do tema em *-a* ou em *-i* (e.g., *cant(a)do*, *corr(i)do*); e uma forma irregular, nem sempre predizível, sem sufixo, constituída de um radical verbal e a vogal do tema nominal, e que é denominada rizotônica – por que o acento natural recai sobre o radical – ou “forte” (e.g., *preso*, *aceso*, *aceito*, *limpo*, *pago*, *ganho*, *gasto*, *pego*, *entregue* etc.). Quando afirmo que a forma irregular ou rizotônica não tem sufixo (mas apenas as vogal temáticas nominais *o* ou *e*), estou seguindo a interpretação de Mattoso Câmara (1975, p. 161), que também formulou uma importante observação sobre essa questão:



São convencionais os esforços da disciplina gramatical para limitar o número desses participípios perfeitos rizotônicos e definir rigorosamente o seu uso. Para a estrutura da língua o que essencialmente importa é a existência desses processos de formação, como mecanismo dinâmico que tende a se expandir.

Compartilhando a mesma posição de Mattoso Câmara, isto é, preocupada mais com a produtividade dos processos de formação dos participípios no PB do que com o disciplinamento e a prescrição de regras fixas, Miara (2013) estudou os chamados verbos abundantes (que oferecem participípios duplos), os seus padrões de formação participial e os fatores – linguísticos e sociais – que condicionam o uso de cada forma. Miara concluiu que, atualmente no PB, o uso das formas regulares (as formas arrizotônicas, formadas com o prefixo *-do*) está diminuindo gradativamente, enquanto que o uso de formas rizotônicas está em tendência de crescimento, especialmente em textos escritos. Além disso, há avaliação social e/ou estilística positiva para formas rizotônicas, enquanto que, eventualmente, essa avaliação é negativa para a variante arrizotônica do mesmo verbo.

Ainda na década de 70, Mattoso Câmara (1975, p. 161) tinha afirmado ser “[...] digno de nota da morfologia portuguesa a tendência a incorporar na conjugação verbal novos participípios rizotônicos que ficam em variação livre com os participípios em *-do* de muitos outros verbos.” A esse propósito, a descoberta mais interessante de Miara (2013) está ligada à formação da forma rizotônica: segundo a autora, há uma forte tendência em direção a certo padrão na formação do participípio rizotônico; tal padrão é a formação dos participípios a partir do radical da 1ª pessoa do indicativo presente (1PIndP). Portanto, é natural que *tinha pago* seja privilegiado em vez de *tinha pagado*, assim como acontece com *tinha ganho* ou *tinha gasto*. O mais surpreendente, no entanto, é que, conforme essa regra de produtividade constatada, participípios rizotônicos formados por outras raízes (geralmente raízes derivadas do supino latino, como veremos) tendem a ser substituídos pela variante aparentemente nova formada a partir de 1PIndP. Isso explica a ocorrência das seguintes formas emergentes, registradas no estudo de Souza (2011, p. 9):

1) Tinha falo:

“[...] eu tinha *falo* de uma sorveteria que era super famosa [...]”

“Como eu tinha *falo* a vocês [...]”

“[...] tinha *falo* com Rose e acabei confundindo tudo [...]”

2) Tinha compro:

“[...] tirei um pedaço do pão que tinha *compro* e dei pra ela [...]”

“A diretora tinha *compro* os carimbos e não chegou até hoje [...]”  
 “[...] no caminho tinha *compro* um jogo [...]”

3) Tinha chego:

“Chegou julho, e o dinheiro já tinha *chego* aos 53 mil reais [...]”  
 “[...] o tempo de Lilthen já tinha *chego* ao fim [...]”  
 “[...] ela mal tinha *chego* em São Paulo não conhecia nada [...]”  
 “[...] quando tinha *chego* encontrou o padre mexendo no hábito de sua professora [...]”  
 “Eu já tinha *chego* a querer desistir desse blog [...]”

4) Tinha perco:

“[...] uma coisa que eu já tinha *perco* a\* muito tempo [...]”  
 “[...] um ocidental que já tinha *perco* a moral da vida [...]”

5) Tinha trago:

“[...] eu tinha *trago* meu filhote [...]”  
 “[...] eu só tinha *trago* ração para ela [...]”  
 “[...] vi que nada tinha deixado e nada tinha *trago* comigo [...]”  
 “[...] a mãe dela tinha *trago* pra Almenara pensando que era dela [...]”

E posso acrescentar, pelo menos, outros dois casos aos levantados por Souza:

6) Tinha escrevo:

“Eu tinha *escrevo* mais coisas, mas eu fiz merda aqui e apagou tudo [...]”  
 “encontrou [...] um papel que ela tinha *escrevo* [...]”

7) Tinha faço:

“Tinha *faço* todos truque [...]”  
 “[...] tinha *faço* comida [...]”<sup>56</sup>

Entre as muitas questões que poderiam ser formuladas a fim de compreender o problema em questão, interessam-me pelo menos três: esse padrão de formação de participípios rizotônicos a partir de 1PIndP será uma inovação do PB, considerando que em PE são mais frequentes formas como *aceite*, *fixe*, *encarregue*? Será um processo antigo, permanente? Será um processo recorrente?

#### 2.2.5.9.1 Formação de participípios no PB e os radicais dos participípios latinos

Os participípios têm um estatuto misto: fazem parte de paradigmas verbais, mas também são adjetivos. Assim sendo, têm uma vida semi-independente em relação aos verbos. Os verbos podem cair em desuso e,

<sup>56</sup> Ambos retirados do *Corpus Brasileiro* (GELC, PUC-SP).

mesmo assim, os participios correspondentes podem sobreviver, quer como participios (eventivos) quer como adjetivos. Como observa Souza (2011), isso é muito menos comum com outras formas verbais, mas não é raro de ocorrer com participios, que podem muito bem ser as únicas formas restantes de um paradigma verbal. Exemplos:

Quadro 8 - Formas participiais subsistentes no português

(† <i>accipio, accipĕre, accĕpi</i> ), <i>acceptum</i> .	Ptg. <i>aceito</i> , part.
(† <i>quiesco, quiescĕre, quievĭ</i> ), <i>quietum</i> .	Ptg. <i>quieto</i> , adj.
(† <i>promo, promĕre, prompsi</i> ), <i>promptum</i> .	Ptg. <i>pronto</i> , adj.
(† <i>censĕo, censĕre, censĭi</i> ), <i>censum</i> .	Ptg. <i>censo</i> , subst.
(† <i>lugĕo, lugĕre, luxĭ</i> ), <i>luctum</i> .	Ptg. <i>luto</i> , subst.

Fonte: Souza (2011, p. 13).

Outros exemplos lembrados por Laurent (1999) são as formas *certum* (> certo), de *cerno* ‘peneirar’, e *castum* (> casto), de *careo* ‘carecer, abster-se’.

No entanto, os participios não derivam apenas participios eventivos, adjetivos ou substantivos, mas podem também derivar novos verbos. Para compreender isso numa perspectiva da história linguística românica, é necessário ter em conta que os verbos latinos tinham, pelo menos, três radicais diferentes. Tomemos o exemplo do verbo *laudo*:

Quadro 9 - Radicais dos verbos latinos (ex.: verbo *laudo*)

Radical do presente ( <i>infectum</i> ):	<i>laudā-</i>	Tempos do aspecto <i>infectum</i>
Radical do perfeito ( <i>perfectum</i> ):	<i>laudā-v-</i>	Tempos do aspecto <i>perfectum</i>
“Terceiro radical” (Aronoff, 1994):	<i>laudā-t-</i>	<b>Participio perfeito: <i>laudātus, a, um</i></b>
		Participio futuro ativo: <i>laudātūrus, a, um</i>
		Supino: <i>laudāu(m)</i>

Na deriva das línguas românicas, eventualmente os verbos se formaram a partir dos radicais do *infectum* ou do *perfectum*, mas muitos verbos derivaram do terceiro radical, convencionalmente chamado de radical do supino, dando origem a novos verbos. Segundo Aronoff (1994, p. 46), havia três tipos de verbos derivados com base no “terceiro radical” dos verbos latinos: desiderativos, iterativos (ou frequentativos) e intensivos. Os primeiros se formavam pelo acréscimo do sufixo *-urio* ao radical e exprimiam desejo, vontade. Assim se formaram os verbos românicos *esurio* ‘estou com fome’, de *esum*, participio de *edo* ‘comer’; *parturio* ‘começar a dar à luz’, de *partum*, participio de *pario* ‘conceber’. Os segundos se formavam com o sufixo *-ito*, pertenciam à 1ª conjugação e significam geralmente a repetição iterativa do que

significava o verbo primitivo. Assim, *dico* ‘dizer’, pelo particípio *dictum*, derivou *dicito* ‘tagarelar’. Os últimos eram formados simplesmente acrescentando terminações da 1ª conjugação, com a vogal temática *-ā-* à forma atemática do terceiro radical. Listo aqui alguns exemplos verbos intensivos surgidos a partir de particípios:

- *cantar*, que surgiu de *canto* (*cantum*), antigo particípio de *cano*
- *expulsar*, que surgiu de *expulso* (*expulsum*), antigo particípio de *expelir* (*expellere*)
- *juntar*, que surgiu de *junto* (*juntum*), antigo particípio de *jungir* (*jungere*)
- *findar*, que surgiu de *findo* (*finitum*), antigo particípio de *finire*
- *fixar*, que surgiu de *fixo* (*fixum*), antigo particípio de *figere*
- *aceitar*, que surgiu de *aceito* (*acceptum*), antigo particípio de *accipere*

O particípio que originou esse novo verbo, também passou a ser particípio dele, embora também surgisse uma nova forma arrizotônica (e.g., *aceito* > *aceitar* > part. *aceito* e *aceitado*). Entretanto, a isomorfia entre o particípio rizotônico (e.g., *aceito*) e a 1PIndP (eu *aceito*) passa a ser sistematizada pelos falantes, dando origem a um processo de sincronismo direcional.

### Sincretismo direcional

Conforme Souza (2011, p. 6), uma propriedade frequente dos sistemas flexionais é o fato de que “[...] duas ou mais células do paradigma de um lexema podem ter uma coincidência em forma, embora sua função não coincida. Esse é o chamado sincretismo [...]”. Um exemplo desse tipo de situação é a encontrada nos casos de etimologia popular em que:

[...] uma semelhança no significante é ancorada numa palavra fazendo com que haja uma alteração leve no significante de acordo com o que é sentido pelos falantes como algo relacionado. Por exemplo, a expressão *casa geminada*, em que *geminado* está relacionado etimologicamente à palavra *gêmeo*. Como para boa parte dos falantes essa ligação é opaca, alguns acabam alterando a forma do adjetivo para *germinada*, que embora não faça sentido semanticamente, já que as casas não germinam, pelo menos fornece uma associação com um significante existente. (SOUZA, 2011, p. 6).

Esse conceito é visto com certa crítica pela morfologia distribuída, encabeçada por Halle e Marantz (1993), segundo os quais nenhuma situação de sincretismo é arbitrária, sendo sempre baseada na existência de traços morfossintáticos comuns ou de *defaults*. Conforme essa análise, então, os participios rizotônicos emergentes seriam formas *default* baseadas em 1PIndPI mais morfemas de gênero e número – ou, conforme a análise de Mattoso Câmara (1975) que mencionei na abertura desta seção, baseadas no radical do infinitivo e eventuais alomorfas mais vogal temática nominal (e só depois morfemas de gênero e número). No entanto, segundo Souza (2011), esse tipo de análise teria problemas para explicar certas evidências de sincretismo: por exemplo, o fato de que esse participio rizotônico emergente não concorda em gênero e número, e só é possível na voz ativa.<sup>57</sup>

Portanto, caso se trate realmente de um sincretismo e ele seja direcional, “podemos formalizar o que ocorre através de uma regra de remissão em operação nesses casos” (SOUZA, 2011, p. 6). Logo, é preciso identificar a qual célula do paradigma o participio remete. Essa forma à qual o participio tende a se assimilar pode ser considerada seu *atrator*, que determina a *direção* do sincretismo.

Uma vez que esse participio não concorda em gênero e número, e só aparece na voz ativa, ou seja, uma vez que ainda não são possíveis as flexões *fala\**, *falos\** e *falas\** ou *escreva\**, *escrevos\** e *escrevas\**, o único atrator possível é a forma de 1PIndP. A probabilidade de que a forma de 1PIndP seja o atrator para esse sincretismo direcional pode ser endossada pelo conceito de ilha de confiabilidade, proposto por Albright (2002, p. 686):

One method of hypothesizing rules for a morphological change is the *minimal generalization* algorithm, sketched by Pinker and Prince (1988:130–34) and developed further by Albright and Hayes (2002). The premise of this approach is that language learners explore the space of possible phonological environments, looking for those that have especially high reliability for a given change. An environment is said to be an *island of reliability* when its reliability value is higher than the general reliability of a change.

Assim, considerando que os falantes nativos encontraram uma ilha de confiabilidade na forma de 1PIndP, estaríamos diante um caso de sincretismo direcional, “em que o participio espelha a primeira pessoa

---

<sup>57</sup> Usando os exemplos vernáculos que expus antes, podemos encontrar “eu tinha *falo* de uma sorveteria que era super famosa”, mas por enquanto ainda não encontramos “a sorveteria que foi *fala\** por mim é famosa”; entramos “Eu tinha *escrevo* mais coisas”, mas ainda não encontramos “mais coisas foram *escrevas\** por mim”.

do singular do presente do indicativo do verbo” (SOUZA, 2011, p. 8). Trata-se de um caso mencionado em Baerman (2005, p. 823), uma situação que é “*clearly systematic and that involves morphosyntactic values so remote from each other that any account in terms of natural classes would void the notion of any explanatory value.*” Por isso, uma análise baseada em subespecificação e *defaults* seria inviável.

### A gênese da regra de produtividade no PB

Agora, ciente da agência do sincretismo direcional na formação do particípio rizotônico em análise, podemos traçar o seguinte *cline*:

1. Os particípios têm uma vida paralela aos verbos; muitas vezes os verbos podem desaparecer, e seus particípios, sobreviver, dando origem a novos verbos. Isso aconteceu na história românica, principalmente com verbos intensivos.<sup>58</sup>
2. O particípio que originou esse novo verbo, também passou a ser particípio dele, embora também surgisse uma nova forma arrizotônica (e.g., *aceito* > *aceitar* > part. *aceito* e *aceitado*).
3. Entretanto, a isomorfia entre o particípio rizotônico (e.g., *aceito*) e a 1ª sing. do ind. presente (eu *aceito*) passa a ser sistematizada pelos falantes, dando origem a um processo de sincronismo direcional.
4. Outros verbos que não apresentavam isomorfia entre o particípio rizotônico e a 1ª IndP, por esse processo, passam a derivar particípios espelhados nesta última forma (e.g., *ganho*, *pego*, *gasto*, *pago*<sup>59</sup>).
5. Verbos abundantes cujo part. rizotônico era derivado do antigo part. latino (radical do supino), como *fazer*, passam a ter até três particípios: *fazido*, *feito* e *faço*. O mesmo para *escrever*: *escrevido*, *escrito* e *escrevo*.

---

<sup>58</sup> Vimos os seguintes exemplos antes: *cantar*, que surgiu de *canto* (*cantum*), antigo particípio de *cano*; *expulsar*, que surgiu de *expulso* (*expulsum*), antigo particípio de expelir (*expellere*); *juntar*, que surgiu de *junto* (*juntum*), antigo particípio *jungere*; *findar*, que surgiu de *findo* (*finitum*), antigo particípio de *finire*; *fixar*, que surgiu de *fixo* (*fixum*), antigo particípio de *figere*; *aceitar*, que surgiu de *aceito* (*acceptum*), antigo particípio de *accipere*

<sup>59</sup> Pode ser que *pago* tenha surgido a partir do substantivo deverbal *paga* (arcaico). Contudo, mesmo que essa tenha sido a origem, o fato que é essa forma também conflui para o processo de sincronismo direcional ligado à forma da 1ª IndP.

## Buscando respostas

Há pouco, questioneei se esse padrão de formação de participípios rizotônicos a partir de 1PIndP seria uma inovação do PB, considerando que em PE são mais frequentes formas como *aceite*, *fixe*, *encarregue*. Também questioneei se esse seria um processo antigo, permanente, ou um processo recorrente.

Villalva e Almeida (2004) registram, no PE, formas como *perco*, *pago*, *ganho* e *gasto*, entretanto afirmam que formas participiais espelhadas na 1ª pessoa singular do subjuntivo presente como *aceite*, *fixe*, *encarregue* são muito mais produtivas na variedade europeia atualmente. Isso nos leva a supor que formas como *perco*, *pago*, *ganho* e *gasto* seriam, no PE, aquilo que se convencionou chamar de fóssil linguístico, já que essas formas sabidamente datam do século XIV. Ao que parece, então, no PE, o sincretismo se dirigiu em direção à forma subjuntiva.

Não é possível precisar com exatidão a partir de que momento esse processo de sincretismo em direção à forma de 1PIndP começa a se expandir no PB. Entretanto, é possível afirmar que o contexto que o originou data do período românico, quando o terceiro radical latino passou a derivar novos verbos, principalmente verbos de aspecto intensivo. Além disso, seguramente o sincretismo começou muito cedo, considerando que – como afirmei acima – formas participiais como *perco*, *pago*, *ganho* e *gasto* datam do século XIV e nenhuma delas tinha sido derivada do terceiro radical latino.

Por outro lado, o fato de essa expansão ter alcançado formas como *tinha falo*, *tinha compro*, *tinha chego*, *tinha perco*, *tinha trago*, *tinha escrevo*, *tinha faço* etc. parece ser recente, como sugere o estudo de Miara (2013). Essa expansão coincide com a tendência crescente a favor do uso de formas rizotônicas (sejam as sincréticas com a 1PIndP ou as derivadas do 3º radical latino), que vêm recebendo cada vez mais uma avaliação social positiva para contextos formais, em detrimento de formas arrizotônicas ou regulares, que vêm recebendo cada vez mais uma avaliação social negativa para contextos formais.

Quando terá começado essa avaliação social positiva para as formas rizotônicas? Se me é lícito lançar uma hipótese, suponho que o início dessa valorização das formas rizotônicas está correlacionada aos processos de derivação erudita intensificados durante o período do “português clássico”, por volta dos séculos XV e XVI. Portanto, assim como a expansão das formas arrizotônicas – as chamadas formas

regulares ou fracas, em *-ado*, *-udo*<sup>60</sup> e *-ido* – está diretamente ligada ao desenvolvimento e expansão dos vernáculos latinos, o resgate das ditas formas rizotônicas “clássicas” deve estar diretamente ligado ao momento em que o latim padrão era supervalorizado em detrimento do vernáculo, por razões obviamente políticas e ideológicas, ligadas à chegada do Renascimento na Ibéria e à afirmação daquela nova nação lusitana cuja língua nacional deveria estar à altura das letras latinas clássicas. Como afirma Ilari (1997, p. 30):

A outra tarefa dos renascentistas consistiu em enriquecer a língua através de uma convivência íntima com o latim clássico, redescoberto no período do humanismo. Nenhum grande escritor português desse período [clássico] tentou tornar-se famoso escrevendo diretamente em latim – um projeto de vida no qual havia embarcado um século antes uma de suas principais referências literárias, o italiano Francesco Petrarca. Mas os intelectuais portugueses do século XVI foram profundos conhecedores da língua latina. A necessidade de expressar a cultura de seu tempo obrigou-os a criar uma série de termos novos, e esses termos novos acabaram sendo buscados, mais ou menos conscientemente, no latim e no grego clássicos.

---

<sup>60</sup> Os participios em *-udo*, presentes ainda hoje nas línguas românicas com exceção do português e do espanhol, existiu no português até o século XV, quando foi suplantado pela forma *-ido* basicamente por quatro motivos, conforme Harrys-Northall (1996): (1) embora a forma *-udo* também fosse nativa da Ibéria, a perda de prestígio do romance gálico (ao qual essa forma era associada) na península ibérica, devido ao enfraquecimento das relações com os franceses, contribuiu para o seu desaparecimento; (2) conforme provado por Malkiel (1992), a partir de certo momento, com o sucesso da forma *-ido* para participios de 2ª conjugação, *-udo* passou cada vez mais a se especializar como uma terminação para adjetivos (hoje temos adjetivos pejorativos em *-udo* ligados a partes do corpo); portanto, essa especialização funcional teria sido a causa do desaparecimento do *-udo* participial; (3) talvez o motivo mais importante foi a simplificação na morfologia verbal ibérica (redução de 4 conj. para 3): as outras línguas que preservaram os participios em *-udo*, também preservaram 4 conjugações; além disso, as estruturas vocálicas das conjugações em *-er* e *-ir* eram muito parecidas, apresentando mínimas diferenças: infinitivos (*-er/-ir*), indicativo pres. (*-emos/-imos*, *-edes/-ides*), imperativo plural (*-ed/-id*) e participio (*-udo/-ido*); fica claro que a forma *-udo* contrastava muito com as demais, e isso pode ter sido um fator influente para que o sistema “expulsasse” essa forma; além disso, muitos verbos antes terminados em *-er* passaram para a conjugação em *-ir*, e assim também o participio passou para *-ido* (por ex., *confunder* e *confundir*); (4) por fim, houve grande produtividade na derivação de novos verbos com o infixo *-esc-* (ex., *gradir/agrade(s)cer*; *falir/fale(s)cer*; *guarnir/guarne(s)cer*; *bastir/abaste(s)cer* etc.), que tinha um significado incoativo; esses verbos, como mostram os exemplos, assumiram a conjugação em *-er* e semicategoricamente formavam o participio em *-ido*; isso reforçou a associação entre a conjugação em *-er* e o participio em *-ido*.



Que fatos poderiam confirmar essa hipótese? Acredito que, primeiro, devemos verificar qual é a extensão da presença dos participípios rizotônicos no português arcaico e, em seguida, verificar se houve alguma expansão no período posterior, o período clássico.

Huber (1986 [1933]), baseado em um corpus que inclui praticamente todos os textos arcaicos já descobertos, atesta no PA a predominante regularidade dos participípios fracos (arrizotônicos) em *-ado*, *-udo* e *-ido*, e afirma o seguinte em relação aos participípios rizotônicos:

O port. ant. conhece os seguintes participípios fortes (acentuados no radical): 1. em *-s*: *preso* < pe(n)su, *despeso* ‘gasto’ < dispe(n)su. – 2. em *-t*: *cinto* e *junto* § 215, 1, *dito* (1214) < dictu, *bêito* § 214, 1, *feito* § 81, *treito* (C.M. 78) < tractu, *colheito* < collectu e pelo modelo deste *tolheito*, uma vez que também o infinitivo *tolher* se transformou pelo modelo de *colher* < colligere; *aberto*, *encoberto*, *encuberto* (já adj.) < in-copertu, *morto*; *quisto* < \*quaestu em ves de quesitu (E. § 195) com analogia da vogal do radical ao pret. perf. definido *quis* (§ 402, 4) *visto* (a par de *veudo*, *viudo*) < \*vistu em vez de visu (E. § 195). A este grupo pertencem também *ido* < itu e *nado* (a par de *nacido*) < natu. *Aposto* < appos(itu) é adjetivo ou advérbio (§§ 188, 2; 323).

Portanto, Huber (1986 [1933]) não chega a registrar sequer duas dezenas de formas rizotônicas no PA. Por outro lado, uma pesquisa feita por mim com base nas obras dos príncipes de Avis (*Livro da Montaria*, *Leal Conselheiro*, *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda a Sela*, *O Livro da Virtuosa Benfeitoria*, *Livro dos Ofícios*) revelou a seguinte lista de participípios rizotônicos: *aberto* (<apertum; aprire), *absorto* (<absol(u)tum;<sup>61</sup> absolvere), *abstracto* (<abstractum, abstrahere), *aceito* (<acceptus, accipere), *acesa* (<acce(n)sum; accendere), *afecto* (<affectum; afficere), *aflito* (<afflictus; affligere), *grato* (<gratum adj.), *atento* (<attentus, attendere), *bento* (<ben(edic)tum; ben(edic)cere), *cativo* (captivum; captivare), *cego* (<caecum adj.), *cheio* (<\*che(n)um<sup>62</sup> <plenum; implere > encher), *coberto* (<coopertus; cooperire), *concluso* (<conclusum; concludere), *confuso* (<confusum; confundere), *convicto* (<convictum; convincere), *correcto* (<correctum; corrigere), *corrupto* (<corruptum; corrumpere), *culto* (<cultum; colere), *defeso* (<defe(n)sum; defendere), *discalço* (<1PIndP; discalçar <decalcare), *directo* (<directum; dirigere), *disperso* (<dispersum; dispergere),

<sup>61</sup> Síncope do *u* átono e alternância das líquidas *r* e *l* (rotacismo).

<sup>62</sup> O grupo *-pl-* sofreu palatalização e se transformou em *-ch-* (primeiro com som de [tʃ], depois, [ʃ]). A raiz *\*plere* aparecia sempre prefixada em verbos como *complere*, *implere*, *replere*, *explere*, *opplere*.

*dissoluto* (<dissolutum; dissolvere), *distinto* (<distinctum; distinguere), *eleito* (<electum; eligere), *emerso* (<emersum; emergere), *envolto* (<invol(u)tus; involvere), *enxuto* (<exsuctum; exsuccare), *erecto* (<erectum; erigere), *escuro* (<obscurum adj.), *exausto* (<exhaustum; exhaurire), *expresso* (<expressum; exprimere), *expulso* (<expulsum; expellere), *extinto* (<extintum; extingere), *farto* (<fartum; farcire), *fixo* (<fixum; figere), *frito* (<frictum; figere), *ganho* (<1PIndP; ganhar <gaagnar <\*waidanjan), *gasto* (<1PIndP; gastar <vastar <vastum adj.), *imerso* (<immersum; immergere), *impresso* (<impressum; imprimere), *incluso* (<inclusum; includere), *incurso* (<incursum; incurrere), *infecto* (infectum; inficere), *inquietao* (<inquietum; inquiescere), *inserto* (<insertum; inserire), *isento* (<exemptum; eximere), *junto* (<junctum; jungere), *liberto* (<libertum adj.), *limpo* (<limp(id)um adj.), *manifesto* (<manifestum; \*manifendere), *morto* (<mortuus; morior), *murcho* (<murcho adj.), *nado/nato* (<natum; nascere), *oculto* (<occultum; occulere), *omisso* (<omissum; omittere), *opresso* (<opressum; oprimer), *pago* (<1PIndP; pagar <pacare), *perco* (<1PIndP; perder <perdere), *perverso* (<perversum; pervertere), *preso* (<pre(n)sum; prendere), *pretenso* (<pretensum; pretendere), *repulso* (<repulsum; repellere), *restrito* (<restrictum; restringere), *revolto* (<revol(u)tum; revolvere), *roto* (<ruptum; rumpere), *salvo* (<salvum adj.), *seco* (<siccum adj.), *seguro* (securum adj.), *sepulto* (<sepultum; sepelire), *sito* (<situm; sinere), *solto* (<sol(u)tum; solve), *submerso* (<submersum; submergere), *submisso* (<submissum; submittere), *sujo* (<suci(d)um adj.), *sujeito* (<subjectum; subicere), *surto* (sur(re)ctum; surgere), *surpreso* (<su(pe)rprehensum; superprehendere), *suspeito* (<suspectum; suspicere), *suspensao* (<suspensum; suspendere), *tinto* (<tinctum; tingere), *torto* (<tortum; torquere), *vago* (<vagum adj.).

Dos 85 participios que constam nessa lista, 80 são derivados de suas formas latinas, sendo 78 por derivação erudita (ou a partir do participio, ou a partir do adjetivo latino que derivara um verbo) e apenas dois por derivação popular (*sujo* e *cheio*), embora a analogia *implere/plenum* > *encher/cheio* possa ser considerada uma derivação semierudita. Os outros 5 participios da lista foram formados a partir de 1PIndP (*descalço*, *ganho*, *gasto*, *pago* e *perco*), o que mostra que esse processo já estava ativo por volta do século XV.

Além disso, dos 78 participios formados por derivação erudita a partir de radicais latinos clássicos, 25 deles são eles mesmos os radicais de seus novos verbos portugueses, que apresentam isomorfia entre 1PIndP e o participio rizotônico. É o caso de: *aceito* (1PIndP e participio de *aceitar*, e não de *accipere*), *cego* (1PIndP e participio de *cegar*, sem

verbo latino correspondente), *disperso* (1PIndP e particípio de *dispersar*, e não de *dispergir* <*dispergere*), *expresso* (1PIndP e particípio de *expressar*, e não de *exprimir* <*exprimere*), *expulso* (1PIndP e particípio de *expressar*, e não de *expelir* <*expellere*), *farto* (1PIndP e particípio de *fartar-se*, e não de *farcire*). O mesmo vale para *fixo*, *frito*, *infecto*, *isento*, *junto*, *liberto*, *limpo*, *manifesto*, *oculto*, *salvo*, *seco*, *seguro*, *sepulto*, *solto*, *sujeito*, *surto* e *suspeito*.

Desses resultados podemos concluir que há uma forte probabilidade de que os processos de derivação erudita intensificados no período do português clássico tenham dado início à tendência crescente de avaliação social positiva para os particípios rizotônicos em contextos formais, dado constatado ainda nos dias de hoje por Miara (2013). Se considerarmos que os textos do período clássico (do qual *Os Lusíadas*, por exemplo, também faz parte) foram a base para a tradição portuguesa de gramáticas prescritivas que até hoje elogiam o uso do particípio rizotônico, especialmente quando acompanhado dos auxiliares *ser*, *estar* e *ficar*, essa hipótese ganha ainda mais força. Afinal, isso gera um processo em cadeia: gramáticas prescritivas recomendam o uso da forma rizotônica; logo, os manuais de educação básica tradicionalmente endossam essa recomendação, inclusive ridicularizando o uso de certas formas arrizotônicas (como *fazido*, *abrido* etc.); ciente disso, em contextos formais, o falante generaliza essa regra, agindo por hipercorreção; em consequência, especialmente em casos nos quais a forma rizotônica latina não coincide com a 1PIndP (e.g., *aberto*), o falante – em vez de usar a forma regular, por medo de errar (já que “é feio falar *abrido*”) – acaba criando um novo particípio rizotônico espelhado na 1PIndP (por exemplo, “*Tinha abro essa exceção*”).

### Respostas às perguntas

Com base em todos os dados e conclusões obtidos até aqui nesta seção, creio que seja possível afirmar que tanto a tendência de avaliação social positiva para formas rizotônicas quanto o sincretismo direcional que forma particípios rizotônicos espelhados em 1PIndP são processos permanentes que caracterizam o PB, porém não se originaram no PA (como outros processos permanentes que venho apresentando até aqui), mas sim durante o período clássico (c. 1415-1572), e vêm se expandindo gradualmente desde então. Além disso, convém pontuar que na gênese desses processos está o “terceiro radical latino” (ARONOFF, 1994), tradicionalmente chamado de radical do supino. O terceiro radical é a base tanto das formas rizotônicas clássicas (que hoje podem estar em variação com um terceiro particípio espelhado em 1PIndP, como em

*fazido/feito/faço*) quanto dos verbos originados a partir dele (e.g., os verbos intensivos), que, por sua vez, geraram contexto para o sincretismo direcional entre 1PIndP e participio rizotônico – hoje uma regra evidentemente produtiva.

#### 2.2.5.10 Ambiguidade estrutural da passiva sintética com “se”

No nível da sintaxe, outro fato muito recorrente na discussão sobre aspectos distintivos do PB são as construções com “*se* apassivador” e “*se* indeterminador”, respectivamente representadas pelos seguintes exemplos:

Alugam-se casas.  
Aluga-se casas.

Segundo a análise de Nunes (1991), tais exemplos podem receber as representações abaixo, em que  $\theta_e$ ,  $\theta_i$  e  $\theta_O$  significam respectivamente: papel temático reservado ao argumento externo, papel temático reservado ao argumento interno e ausência de absorção de papel temático.

(expl) alugam-se $_{\theta_e}$  casas $_{\theta_i}$   
pro $_{\theta_e}$  aluga-se $_{\theta_O}$  casas $_{\theta_i}$

Na visão do autor, no primeiro exemplo (em que há marca de concordância no verbo) o clítico *se* absorve o papel temático do argumento externo e caso acusativo, e o sintagma nominal *casas* é detentor do papel temático do argumento interno e recebe caso nominativo “em cadeia” com o expletivo que ocupa a posição de sujeito. Já no segundo exemplo, “[...] há na posição de sujeito um pronome nulo referencial, que é indeterminado pelo clítico *se*; o SN *casas* continua detendo o papel temático do argumento interno, recebendo agora caso acusativo.” (NUNES, 1991, p. 34).

Ao investigar a história dessas duas construções, Naro (1976, p. 788) constatou que o *se* apassivador precede o *se* indeterminador:

There can be no doubt about the historical chronology: the *se-* passive, with agreement and agent phrase, precedes the *se-* impersonal, without agreement or agent phrase, by several centuries. [...] The *se-* impersonal construction [...] is a relatively recent innovation, first occurring in texts of the mid-16th century, and is based on classical *se-* passive construction.

Além disso, Naro (1976, p. 798) acrescenta que, embora seja posterior ao *se* apassivador, o *se* indeterminador sem concordância era plenamente gramatical no período clássico do português, já tendo inclusive alcançado regularidade na variedade culta daquela época (o que sugere que sua origem seja ainda mais antiga):

[...] the non-agreeing *se*-construction was used frequently and naturally by Father Antonio Vieira, a cultured man and prolific writer, in letters dated between 1665 and 1680; thus there can be no doubt whatever that the construction was fully grammatical by that time.

Tomando por referência o quadro delineado por Naro (1976) e analisando os dados de quatro *corpora*,<sup>63</sup> Nunes (1991, p. 35) concluiu que “no português europeu moderno ainda há maciça preferência pela construção com *se* apassivador [...]. Já o português brasileiro vem se distinguindo por seguir justamente o padrão oposto, a preferência por construções com *se* indeterminado [...]”.

Sugerindo que o *se* apassivador não é nativo no PB há muito tempo, Nunes (1991, p. 36) afirma que “As construções com *se* apassivador devem sua sobrevivência na modalidade escrita culta do português brasileiro à renitência da gramática tradicional, que se pauta pela norma europeia.” Por isso, a eventual concordância em construções com *se* no PB “reflete mais um fenômeno de monitoração da escrita (que por vezes conduz a hipercorreções do tipo *tratam-se desses assuntos*) que propriamente algo do domínio do vernáculo.” Essa monitoração (cf. LABOV, 1972) de que fala Nunes está bem ilustrada no verbete *vendem-se casas* do Manual de Redação da Folha de São Paulo (1987, p. 133):

Quando o verbo é transitivo direto, em tais casos, emprega-se a passiva pessoal, isto é, o verbo deve obrigatoriamente concordar em número e pessoa com o sujeito da frase. [...] Havendo mais de um verbo, mantém-se a forma plural. Exemplos: “Procuram-se vender casas”, “desejam-se reivindicar todos os direitos”.

---

<sup>63</sup> Um corpus diacrônico compreendendo o período entre 1555 e 1989 formado por cartas, diários e documentos em sua maioria obtidos junto ao Acervo de Linguística Histórica da Unicamp; um corpus sincrônico composto por 13 entrevistas (aproximadamente 10 horas de gravação) provenientes do Banco de Dados da PUC-SP, e dois *corpora* contrastivos: um conjunto de 97 dados relativos a entrevistas do português europeu, e, por último, 164 dados arrolando o que a gramática normativa aponta como erro em construções com *se*, encontrados no conjunto de reportagens da revista *Veja* referentes ao período de maio de 1988 a maio de 1989.

O curioso é que o texto do mesmo manual desrespeita a recomendação acima no verbete sobre *advérbios* (p. 67): “*Deve-se evitar os advérbios qualificativos, como os de afirmação. [...] Deve-se evitar em especial os advérbios originados de adjetivos.*” Para além dessa e outras incoerências similares, o fato mais preocupante é que geralmente, com relação ao fenômeno em questão, o gramático prescritivo no Brasil “está tão ocupado em manter uma concordância que não faz parte do nosso dialeto, que não percebe os demais aspectos relacionados a essas construções.” (NUNES, 1991, p. 36).

Portanto, o *se* indeterminador parece ser um fato distintivo do PB, enquanto que o *se* apassivador parece predominar na variedade europeia. Entretanto, se o primeiro surgiu do segundo, suas formas certamente estiveram em variação. Quando uma interpretação terá prevalecido sobre a outra? Quando a interpretação com um pronome nulo referencial absorvendo o papel de argumento externo passou a ser predominante, fazendo com que a marca de concordância desaparecesse?

De acordo com Nunes (1991), a ocorrência de construções com *se* indeterminador é atestada pelo menos desde o século XVII, corroborando a posição de Naro (1976), como já afirmei antes. Nunes, porém, observa que no século XVIII o *se* indeterminador parece se tornar a construção preferencial, e essa tendência está diretamente ligada à relação entre a ocorrência do *se* indeterminador e a posição do argumento interno. Seus dados mostram que a frequência de posposição do argumento interno em sentenças com *se* aumenta progressivamente do século XVII ao século XX, sendo que o maior percentual de posposição é registrado na passagem do século XVIII para o século XIX. Isso evidencia que o aumento do padrão de frequência de construções com *se* indeterminador ocorreu concomitantemente ao aumento do padrão de frequência de argumento interno posposto, mostrando assim que há uma correlação entre a posição do argumento interno e a interpretação que os falantes dão às sentenças com *se*.

Nunes (1991, p. 53) sintetiza as suas constatações com as seguintes considerações:

Herdando do português europeu construções com *se* apassivador e indeterminado, o dialeto brasileiro deu prosseguimento à mudança que vinha expandindo os contextos em que operava *se* indeterminado. Um distanciamento entre os dois dialetos no que tange a essas construções começa a se fazer notar, entretanto, a partir do momento em que o português do Brasil começa a dar preferência à construção com *se* indeterminador em detrimento a *se* apassivador. O ponto de maior ebulição nesse contínuo afastamento do dialeto europeu se dá no século XIX, quando se esboçam as principais características do momento

sincrônico. No século passado, as construções com *se* indeterminado, se tornam majoritárias e, articuladas a outros rearranjos no sistema, surgem outras duas mudanças linguísticas: a elisão de *se* em contextos finitos e sua inserção em contextos infinitos.

Portanto, a construção com *se* apassivador, que parece estar fadada à extinção no PB, deu origem ao *se* indeterminador a partir de um contexto de ambiguidade semântico-estrutural; o contexto em questão era dúbio quanto ao argumento externo do verbo. E tal ambiguidade, por sua vez, desencadeou um processo de reanálise que incidiu sobre três elementos: o clítico,<sup>64</sup> o argumento interno<sup>65</sup> e a categoria vazia da posição de sujeito<sup>66</sup> (NUNES, 1991, p. 37).

O que vemos no fenômeno em questão são instabilidades na língua que vão levando ao surgimento de novas formas e funções. Isso parece ser uma constante na evolução de qualquer língua em uso. Entretanto, em se tratando especificamente das vozes verbais românicas, terá havido estabilidade em algum momento? Ou vozes verbais, especialmente vozes médias e passivas, serão naturalmente instáveis e ambíguas, sujeitas a reanálises e conseqüentes mudanças estruturais? Para responder a essa questão, creio que caiba fazer um breve resgate da história do *se* apassivador (a chamada passiva sintética românica) e sua relação com a antiga passiva sintética latina.

#### 2.2.5.10.1 *Conexões entre as passivas sintéticas românica e latina: a dança dos papéis temáticos*

Como vimos até aqui, o *se* indeterminador surgiu de uma ambiguidade do *se* apassivador. O que dizer, contudo, da origem da construção com *se* apassivador? Conforme Posner (1996), o *se* apassivador teria surgido já no protorromance, derivado do *se* medial (ou reflexivo), que por sua vez surgiu ocupando o uso medial da extinta passiva sintética latina (as formas com *-r*, como *movetur*). Posner (1996) comenta que na maioria das línguas (não apenas as românicas), a passiva analítica com *ser* é vista com ressalvas por puristas, embora seja muito frequente em certos gêneros discursivos, como textos jornalísticos

---

<sup>64</sup> O *se* apassivador passa de elemento identificador da estrutura do predicado (por absorver o papel temático reservado ao argumento externo) a participante da relação anafórico-pronominal que se estabelece com o pronome nulo da posição de sujeito.

<sup>65</sup> O argumento interno passa de sujeito a objeto do verbo.

<sup>66</sup> O expletivo que ocupa a posição de sujeito é reanalisado como um pronome nulo referencial (que é indeterminado pelo clítico *se*).

ou oficiais.<sup>67</sup> Assim, haveria uma avaliação positiva em favor da passiva sintética (no caso das línguas românicas, com o *se* apassivador), também chamada de voz média, ou reflexiva. Essa forma seria favorecida especialmente quando não há um agente expresso:

More usually, a middle, erstwhile reflexive, pronominal form is preferred when the agent is unexpressed: French *La Maison se construit*; Ital. *Si costruisce la casa*; Span. *Se construye la casa* ‘The house is being built [is building itself]’. (POSNER, 1996, p. 180).

Entretanto, Posner atesta que exemplos com o agente expresso são encontrados em estágios anteriores. De fato, esse *se* apassivador já estava presente no latim, conforme constatamos nos seguintes exemplos coletados por Pinkster (2015, p. 278):

... Myrina quae Sebastopolim *se vocat* ...  
(‘...Myrina, que se chama Sebastópolis’ Plin. Nat. 5.121)

... nec medici *se inveniunt* ...  
(‘...nem os médicos se acham...’ Petr. 47.2 (fala de Trimalquião))

At enim pallio nihil expeditius ... facile *se regit*, facile reficit.  
(‘Mas não há nada tão conveniente quanto o pálio ... facilmente se ajeita, facilmente se reajeita.’ Tert. Pall. 5.3)

Mela rotunda quae orbiculata dicuntur sine cura toto anno servare se possunt.  
(‘As maçãs redondas, que são chamadas *orbiculata*, se podem conservar sem problemas todo o ano.’ Pall. 3.25.18)

Tal construção é vista como a substituta protorromânica para as formas latinas terminadas em *-r*, que teriam sido originalmente mais médias que passivas (POSNER, 1996, p. 181). A propósito, alguns autores, tais quais Ferrari Neto et. al. (2010, p. 40), chamam “mediopassivas” formas verbais latinas como *levor* ‘levanto-me’ e *movetur* ‘move-se’. Tratarei adiante das razões para o desaparecimento dessas formas terminadas em *-r*. Por ora, importa observar que o seu desaparecimento abriu espaço para que novas formas ocupassem o exercício de certas funções: a passiva analítica com *ser* passou a expressar a grande maioria dos contextos passivos (inclusive nos tempos

---

<sup>67</sup> Evidentemente, esse não é o caso do PB: no Brasil, não existe avaliação positiva da passiva sintética com *se* em detrimento da analítica com o auxiliar *ser*, muito provavelmente porque, como afirma Nunes (1991), a sintética com *se* sequer existe mais no PB.



do *infectum*) e – o que nos interessa aqui – a passiva sintética com *se* passou a expressar a voz média ou reflexiva.

A antiguidade dessa forma e sua suposta origem no protorromance é corroborada pela sua onipresença nas línguas românicas modernas. Todas elas têm (ou já tiveram) o *se* apassivador, embora seja menos usado em francês. Conforme Posner (1996, p. 181), sua adoção em francês (ocorrida por volta do século XIII) pode ter sido uma consequência da influência direta de outras línguas românicas via cavaleiros templários, que – segundo a autora – interagiam por meio de uma língua franca semelhante a um pidgin, que mesclava elementos de todas as línguas românicas, mas especialmente do italiano.

No extremo oposto do francês, está o romeno, no qual a passiva analítica com *ser* é extremamente recente, tendo sido introduzida via língua literária, por imitação de outras línguas ocidentais. Construções como *Pachetul a fost trimis de el* ‘A parcela foi enviada por ele’ são extremamente formais em romeno, cujo vernáculo prefere o *se* apassivador: *S’a trimis pachetul* ‘Se enviou a parcela’. Segundo Posner (1996, p. 181), esse uso extensivo da forma pronominal em romeno é geralmente atribuída a uma influência eslava. Entretanto, se a forma analítica é tão recente nessa língua, isso pode indicar que de fato o *se* apassivador, além de antigo, teve um uso muito extenso, a ponto de ter sido categórico na expressão das vozes passiva e reflexiva no romeno e no romance romeno.

Sem fechar a discussão, Posner (1996, p. 181) pontua algumas importantes questões entorno das passivas românicas:

Here again it is difficult to disentangle the threads of development of passive constructions. Do then all continue common Protorromance uses? Have they drifted in the same direction from a common base? Or has there been interinfluence during the course of history of each of the languages? Probably all three explanations are valid to some extent. The *BE* passive is most clearly derived from Latin, and so in certain types of discourse has carried some prestige, but in modern times it is often seen as clumsy and ambiguous. Consequently other strategies are favoured, probably developing in parallel, but helped on by interaction between the languages.

Aproveitando as questões de Posner, creio ser conveniente situar a antiga passiva sintética latina (e seu respectivo desaparecimento) e a passiva analítica com *ser* (e seu respectivo sucesso e expansão). No latim, a voz passiva era marcada pelo sufixo *-r* em todos os tempos do *infectum*. Já no aspecto *perfectum* a forma era perifrástica. Por exemplo:

amatur (é amado)  
 amatus est (foi amado)

Entretanto, como observa Neves (2014), muito cedo no latim vernacular o perfeito da passiva passou a ser expresso pela perífrase “*amatus fuit*” em resposta às ambiguidades suscitadas pela forma “*amatus est*”. Tais ambiguidades eram basicamente duas:

1. No caso de verbos que exprimiam uma ação de curta duração e de resultado concreto, como *claudere*, uma sentença como “*ianua clausa est*” tanto podia significar “a porta está fechada” (aspecto resultativo) como “a porta foi fechada” (tempo passado).
2. Outro fator foi a “concorrência” dos adjetivos. Se olharmos para uma expressão como *amatus est*, que em latim padrão significava não “é amado” mas “foi amado”, e se a compararmos com *carus est* (“é querido/amado”), constituída não por um particípio mas por um adjetivo ordinário, verificamos a seguinte ambiguidade: o significado de *amatus* e *carus* é praticamente o mesmo, mas a forma verbal se refere, no caso da primeira expressão, a uma situação passada, enquanto que, na segunda, se trata do presente.

Para evitar a 1ª ambiguidade, os falantes tenderam a reservar *clausa est* para exprimir o resultado da ação (“está fechada”) e passaram a expressar o passado simples por *clausa fuit* (“foi fechada”). Podemos deduzir a evolução dessa mudança ao constatar que, no séc. II a.C., sentenças como *clausa fuit* ocorrem como registros estigmatizados nas falas de personagens populares de Plauto; no entanto, já no séc. IV d.C., esse tipo de construção ocorre regularmente, sem mais estigma, nos textos de escritores cultos como Eutrópio. Já a 2ª ambiguidade, logo tendeu a desaparecer no vernáculo, passando a se dizer *amatus est* para situações referentes ao presente, por influência de *carus est*, e *amatus fuit* para exprimir o passado.

Assim – embora estejamos diante de casos de naturezas diferentes ao analisar (1) o fim da passiva sintética latina e o sucesso da passiva analítica, e (2) o surgimento do *se* apassivador e seu suposto desaparecimento no PB em favor do *se* indeterminador – podemos concluir que, essencialmente, as vozes verbais são propensas a instabilidades que motivam processos de reanálise e o surgimento de novas formas e funções. Ao considerar as formas e funções/significados

das vozes verbais românicas na diacronia, o que vemos é uma grande dança dos papéis temáticos através das formas que surgem e, tão logo se consolidam, estão fadadas à concorrência de novas variantes e eventualmente à extinção precoce.

Recapitulando o percurso que desvelei e tentei apresentar aqui, posso traçar a seguinte trajetória:

- o *se* indeterminador surgiu de uma ambiguidade do *se* apassivador;
- o *se* apassivador teria surgido já no protorromance, derivado do *se* medial (ou reflexivo), que por sua vez surgiu ocupando o uso medial da extinta passiva sintética latina (as formas com *-r*, como *movetur*);
- a passiva sintética latina, por sua vez, foi suplantada pela passiva analítica (com *ser*) devido a dois contextos de ambiguidade relacionados ao aspecto da ação e ao tipo de predicado.

Minhas conclusões coincidem com a seguinte síntese elaborada por Ferrari Neto et. al. (2010, p. 40):

[...] tanto em latim quanto em português, sentenças com *se* apresentavam uma ambiguidade semântico-estrutural que lhes dificultava a interpretação, a qual poderia ser passiva, indeterminada ou mesmo média. As consequências dessa ambiguidade não tardaram a se fazerem presentes na língua. Trabalhos sobre construções com *se* em PB de natureza gerativista têm apontado que a atribuição de leitura indeterminada a casos típicos de passiva sintética tem acarretado a perda das marcas formais de concordância. As causas para tal fenômeno podem ser buscadas em um processo diacrônico de reanálise estrutural que conduza uma refixação paramétrica. A interpretação passiva precedeu à indeterminada, que se tornou a preferencial atualmente em PB, contrariamente ao português europeu (PE), que se distingue pela tendência oposta.

Para fechar esta seção, entendo ser apropriado afirmar que o fenômeno em exame nesta seção constitui um caso perfeito de processo reincidente observável no contínuo que abrange o latim e o português brasileiro.

#### 2.2.5.11 Demonstrativo definido no PB

Atualmente, em certos contextos, demonstrativos estão variação com artigos definidos. Um desses contextos são casos de

nominalizações anafóricas, como podemos observar no texto a seguir, no sintagma *esse corte*:

Cestas básicas

Será que enfim resolveram acabar com a síndrome ‘vítima-coitado’ que assola a mentalidade deste país? Essa maneira de pensar é uma das principais causas da indigência social em que vivemos. Acabar com a entrega de cestas básicas gratuitas demonstra que estamos começando a tomar consciência de que para resolver os problemas sociais, temos de iniciar pela promoção humana, recuperando a autoestima e a autovalorização de cada cidadão.

Claro que há que se buscar alternativas a *esse corte*, mas que sejam alternativas inteligentes, que proporcionem a essas pessoas a possibilidade de participar efetivamente das relações de consumo inerentes a qualquer sociedade. (Santiago Torrente Perez, Folha de S. Paulo, 29/11/00 – A-3, grifo meu).

Como analisa Zamponi (2001, p. 142), “a informação-suporte [do sintagma *esse corte*] é ‘acabar com a entrega de cestas básicas gratuitas’, processo que não exige do leitor uma estratégia inferencial mais complexa”. Contudo, a autora observa que podemos perfeitamente substituir *esse corte* por *o corte*, o que nos leva a reconhecer que “em alguns contextos as duas formas de determinante se encontram em variação”.

Para Apothéloz e Chanet (1997), o emprego de *o corte*, no contexto em questão, constituiria o que se pode chamar de definido demonstrativo. Segundo os autores, “de modo geral, os SN [sintagmas nominais] utilizados nas nominalizações manifestam uma clara propensão a uma determinação demonstrativa”, e acrescentam que “praticamente é possível sempre substituir uma nominalização definida por um demonstrativo” (APOTHÉLOZ; CHANET, 1997, p. 165). Portanto, nessa perspectiva, tanto em *esse corte* quanto num hipotético *o corte* teríamos determinantes demonstrativos, e não artigos definidos. Isso contradiz a sugestão do título desta seção, que anuncia um caso de “demonstrativo definido”. Tratarei disso logo adiante.

Outro contexto em que ocorre variação entre formas demonstrativas e formas articulares definidas é a chamada dêixis *in absentia* ou dêixis memorial, muito frequente em gêneros poéticos, por exemplo. Como explica Zamponi (2001, p. 143), nesse tipo de contexto, não há nem a presença do *denotatum* no campo perceptivo dos interlocutores (emprego dêitico *in praesentia*), nem uma menção do referente no contexto verbal (emprego dito anafórico). Ocorre então uma imposição cognitiva, psicológica ou memorial do referente nas representações mentais do locutor. No poema “Retrato” de Cecília

Meireles podemos ver claramente tal variação nesse tipo particular de dêixis:

Eu não tinha este rosto de hoje,  
Assim calmo, assim triste, assim magro  
Nem estes olhos tão vazios  
Nem o lábio amargo.

Eu não tinha estas mãos sem força  
Tão paradas e frias e mortas  
Eu não tinha este coração  
Que nem se mostra.

Eu não dei por esta mudança  
Tão simples, tão certa, tão fácil.  
Em que espelho ficou perdida  
A minha face?

Logo na primeira estrofe, a locutora se refere a objetos (*este rosto, estes olhos, o lábio*) que não podem ser recuperados pelo interlocutor (o leitor) nem no texto e muito menos no campo perceptivo dele (já que não há dêixis *in praesentia* na literatura). Como entende Zamponi (2001, p. 143), esses empregos “não exigem uma busca da referência no contexto linguístico ou na situação extralinguística.” O mais relevante, contudo, é que nessa situação tanto as formas típicas de demonstrativo quanto as formas típicas de artigo definido podem ser usadas como determinantes no sintagma nominal. Isso traz à tona mais uma vez a contradição levantada na análise das nominalizações anafóricas: serão *este rosto* e *estes olhos* “demonstrativos definidos” – como sugere o título desta seção – ou será *o lábio* um “definido demonstrativo” – como sugerem Apothéloz e Chanet (1997)?

Antes de propor qualquer solução para essa contradição, é importante esclarecer que o definido e o demonstrativo, enquanto categorias distintas, pertencem a domínios diferentes. Isso ocorre porque um e outro pressupõem a existência de um ser em condições diferentes:

[...] a pressuposição de existência do definido e do demonstrativo não é da mesma ordem. No primeiro caso, o emprego referencial resulta do sentido pressuposicional de unicidade de existência veiculado pelo artigo; no segundo, a pressuposição de existência do referente não é senão consequência: o emprego do demonstrativo veicula por si mesmo uma pressuposição existencial. O ato de mostrar engaja a pessoa que realiza esse ato crendo na existência daquilo que ela mostra. (ZAMPONI, 2001, p. 144).

Entretanto, ambos compartilham uma mesma característica essencial: “O demonstrativo, assim como o definido, constitui um caso de designação, pois remete a um objeto; daí a eles estar associada uma pressuposição existencial referencial. (ZAMPONI, 2001, p. 144). Em outras palavras, os artigos definidos são, em essência, dêiticos assim como os demonstrativos – não precisam necessariamente de uma referência concreta no texto ou na situação comunicativa, mas sempre indicam um referente inferível no discurso. Esse entendimento coincide com a seguinte observação de Said Ali (1965, p. 123):

Essa função demonstrativa [do artigo] pode perceber-se ainda em dizeres nos quais, ou pelo contexto, ou por ajuntar-se ao nome algum qualificativo ou frase equivalente, se aponta o ente ou entes de que se trata. Mas esta função se amorteceu desde que se tornou um costume o antepor, sem grande necessidade, a qualquer substantivo o vocábulo *o*, *a*, tornando-se seu companheiro quase inseparável. Desde então passou o demonstrativo a ser artigo.

Compreensão semelhante tem Mattoso Câmara Jr. (1975, p. 104), para quem o artigo definido é uma partícula pronominal demonstrativa, pois “assinala o caráter definido de uma posição num campo mostrativo ideal, de que participam o falante e o ouvinte”.

Portanto, considerando os casos supracitados, das nominalizações anafóricas e da dêixis *in absentia*, como podemos compreender os empregos levantados? Serão *esse corte*, *este rosto* e *estes olhos* demonstrativos definidos ou serão *o corte* e *o lábio* definidos demonstrativos? Trabalho com hipótese de que estamos diante do início de um processo recorrente, no qual a forma de um demonstrativo assume o caráter de artigo definido, e nesse caso faria sentido falar em “demonstrativos definidos”. Entretanto, assumindo que os artigos definidos são essencialmente dêiticos, não seria contraditório falar em “definidos demonstrativos”, sobretudo nessas situações em que há uma clara ação de referência, mesmo que essa referência seja a algo inferido no texto ou a algo virtual como a memória do locutor.

Independente da orientação dada no tratamento desse problema, o fato é que essa variação abre espaço para que surjam novas formas de artigo definido na língua. Um fato histórico que sustenta a possibilidade dessa mudança é o surgimento dos artigos definidos românicos a partir das formas demonstrativas latinas: o latim não possuía artigos definidos, mas as línguas dele derivadas desenvolveram definidos a partir de formas demonstrativas latinas. Além disso, como tentarei mostrar a seguir, alguns dos principais contextos que participaram da gênese dos

artigos definidos românicos foram justamente casos de nominalização anafórica e dêixis *in absentia*; exatamente como ocorre hoje no PB.

### 2.2.5.11.1 A gênese do artigo definido românico a partir dos demonstrativos latinos

Das formas demonstrativas existentes no sistema pronominal latino do período clássico (*is, hic, iste, ille, ipse, idem* e suas respectivas flexões), apenas *iste, ipse* e *ille* sobreviveram na deriva românica.<sup>68</sup> Essas três formas deslizaram por diferentes caminhos, mas se mantiveram na atual morfologia dos demonstrativos: *iste* (> *este*), *ipse* (> *esse*), *ille* (> *ecce ille* > *aquele*).

Contudo, numa de suas derivas alternativas, *ille* sofreu um esvaziamento do sentido demonstrativo e passou a ser usado com sentido de definitude, passando a funcionar como artigo definido – esse é o entendimento, por exemplo, de Maurer Jr. (1959, p. 112). Lausberg (1973, p. 208-209) corrobora essa compreensão ao constatar que o artigo definido românico tem, em sua origem, a função de se referir a um indivíduo ausente, mas conhecido pelo ouvinte, por já ter sido mencionado anteriormente – exatamente como na dêixis *in absentia* no PB. Tais autores reconhecem que o pronome *ipse* também tinha potencial para ser empregado como artigo definido, e de fato o foi em certas regiões da România: conforme Adams (2013, p. 482), *ipse* (mais precisamente sua forma acusativa, *ipsum*) é a origem dos artigos definidos em sardo e catalão balear modernos, e catalão arcaico. No entanto, a função de dêitico remoto desempenhada por *ille* – e também sua frequência de uso – propiciou que essa forma fosse empregada como artigo. Esse também é o entendimento de Iordan e Manoliu (1972, p. 246), segundo os quais “o artigo definido resguarda uma semelhança com o demonstrativo *ille* ao se referir a um indivíduo conhecido, pelo menos, pelo falante” – qualquer semelhança com o caso de dêixis *in*

---

<sup>68</sup> Conforme Clackson e Horrocks (2007, p. 278), *is, hic* e *idem* já eram formas “moribundas” no período pré-romance, remanescentes apenas em sintagmas fixos como *id ipsum* ou *hoc anno*. Lausberg (1973, p. 202-204) entende que ocorreu sincretismo entre as formas *is* e *hic* devido à proximidade fonética entre elas; isso ocasionava flutuações constantes no uso desses itens, e, já na fase românica, nenhum deles perdurou como formas pronominais vivas, provavelmente pelo mútuo enfraquecimento semântico. Posteriormente, *iste* passou a exercer a função de *hic* na 1ª pessoa, que – reiterando – permaneceu apenas em expressões cristalizadas, como *hoc anno* ou *hac hora*. Silva Neto (1976, p. 212) tenta explicar essa cristalização argumentando que *hic* primeiro se especializou na função adverbial e depois se fixou nessas construções. Silva Neto também observa que *idem* foi substituído por expressões enfáticas com base em *ipse*, tais quais *metipse* e *metipsimus* (que derivou a forma *mesmo*).

*absentia* analisado há pouco no poema de Cecília Meirelles não é mera coincidência.

Quando as formas acusativas de *ille* (e eventualmente *ipse*) estavam começando a desempenhar o papel de artigo definido, as fronteiras não estavam claras, tal qual nos casos de nominalização anafórica e dêixis *in absentia* discutidos antes no PB. Muitos romanistas se referem à *Peregrinatio Aetheriae* como um dos textos – às vezes sugerindo ser o único deles – em que enxergamos a emergência dos artigos definidos no latim vernacular, devido ao comportamento sintático das formas demonstrativas no texto e pela alta frequência de uso delas. Embora alguns afirmem já existir ali um artigo definido pleno, Adams (2013) defende que a *Peregrinatio* reflita um momento de transição, em que o definido ainda não tinha emergido plenamente, embora já tivéssemos formas demonstrativas propendendo a essa função. Outros textos, porém, também podem nos oferecer uma visão mais ampla e precisa desse processo, entre eles tratados veterinários do século quarto escritos por Chiron, Pelagonius, Vegetius e Anthimus, as *Compositiones Lucenses* (um tratado do norte da Itália sobre o artesanato do século oitavo) e uma tábua de ardósia visigótica do século sétimo. A esse respeito, Adams (2013, p. 282-283) faz os seguintes comentários, na intenção de oferecer uma espécie de estado da arte sobre a questão:

These questions have not always been addressed in the literature on Latin. Aebischer (1948), for example, writes as if an article use is immediately recognisable, without need of discussion. But how can we be sure that uses of a term as complex in its semantics as *ipse* are indeed close to those of an article in a late text? Is it straightforward to rule out one of the classical meanings of *ipse*? Little notice has been taken of context and meaning by those interested in observing only the outlines of the transition from Latin to Romance. Defining the difference between demonstrative and article functions in any language is problematic, as C. Lyons' (1999) book brings out (see also the remarks of Bauer 2007: 118). An additional difficulty is that in languages that have a definite article 'it can be shown to be a recent phenomenon, as having arisen in the course of the development of the language in question' (Wackernagel 1926-8: 11.127, quoted from Langslow 2009: 558). In late Latin of, say, the fourth to sixth centuries distinguishing old functions of *ipse* and *ille* from possible new ones is harder than it might seem. There has been dispute about the interpretation of Latin data even as provided by single texts. The *Peregrinatio Aetheriae* has been much discussed because of the frequency there of *ipse* (and to a lesser extent *ille*), but no agreement has been reached among scholars about the role of demonstratives in the text. On the one hand there are those who see features of distribution and usage that represent a stage in the development of the Romance article (Renzi 1976, Nocentini 1990, Vincent 1997a). On the other hand Fruyt (2003: 102) states that in the *Peregrinatio ipse* is not an article or an 'articloid'



(for this term see Aebischer 1948: 186, ‘de *ille* comme article ou mieux comme articloide’; it has been taken up by others), nor is it a pure anaphoric (see below, 7). The attention that has been devoted to the *Peregrinatio* in paper after paper is unfortunate, because many other texts have relevant data, and the *Peregrinatio* is a curious composition reflecting the idiosyncracies of its author and a style by which she was influenced (on which see further below). Texts to be considered here include the *Mulomedicina Chironis*, Pelagonius, Vegetius *Mulomedicina*, Anthimus, the *Compositiones Lucenses* and a Visigothic slate tablet.

Por algum tempo, acreditou-se que usos “articulares” das formas demonstrativas foram introduzidas no latim via influência helênica: tais usos teriam sido modelados no artigo grego. Coleman (1975, p. 117), por exemplo, afirma que “[*it*] is highly probable that the Greek article was a major factor, if not the determining one, [...] in the Latin developments”. Lausberg (1973, p. 210) sustenta que o emprego articular de *ipse* e *ille* surgiu pelo influxo do adstrato grego, e Iordan e Manoliu (1972, p. 245) também fazem alusão ao possível surgimento do artigo no latim pela influência das traduções do grego para o latim.

Tentativas de decalcar o artigo grego em textos latinos usando formas demonstrativas de fato existiram, entretanto, segundo Adams (2013, p. 483), elas tiveram uma significância limitada para a posterior emergência do artigo românico. O autor defende que a tese do adstrato grego seja fraca por dois motivos: primeiro, os usos das formas demonstrativas baseadas no modelo grego são encontrados na alta literatura do fim da república e começo do império, e uma imitação sintática desse tipo era uma prática literária artificial sem influência a longo prazo na língua como um todo; segundo, não houve qualquer demonstrativo que emergiu como um equivalente do artigo nesse período; em vez disso, todas formas demonstrativas eram usadas “à força” para cumprir necessidades tradutórias pontuais, mas ainda preservavam sua dêixis tradicional (e logo continuavam a ser demonstrativos plenos). Para Adams (2013), a emergência do artigo românico está ligada de modo mais decisivo a nominalizações anafóricas e a contextos de dêixis *in absentia*, por ele chamados de usos associativos dos demonstrativos.

Ao analisar os tratados sobre veterinária e artesanato e a tábua visigótica mencionados acima – que vão do século quarto ao século sétimo – Adams (2013, p. 486-492) considera uma infinidade de usos de *ipse* e *ille* anafóricos e associativos, concluindo que processos semânticos de inferência, implicação, contraste e foco, aliados a mudanças fonéticas, propiciaram o surgimento do artigo a partir das formas demonstrativas. Não caberia transcrever todos esses usos e suas

análises aqui, mas comentarei alguns deles para fins de ilustração. Apresento a seguir dois exemplos, retirados do tratado de Anthimus, com o propósito de contrastá-los:

Anthimus p. 12.1: *nam posteriora ipsorum non praesumatur, quia grauat stomachum, quia non est illa sagina naturalis, sed adiecta*

Anthimus p. 31.2: *mela bene matura in arbore, qui dulcia sunt, bona sunt; nam illa acida non sunt congrua*

O primeiro exemplo, retirado de um contexto em que se fala de aves confinadas para engorda, poderia ser traduzido como “sua parte posterior não deve ser comida, porque pesa no estômago, porque não é *a engorda* natural, mas artificial”. O segundo exemplo trata de maçãs: “as maçãs bem maduras na árvore, que estão doces, são boas; mas *as ácidas* não são adequadas”. Neste segundo exemplo, *illa* é aplicado a um adjetivo, que está em contraste por oposição (doce/ácido). As maçãs ácidas não tinham sido mencionadas antes, mas estão presentes por implicação num contexto que trata de maçãs numa árvore que podem estar em diferentes estágios de maturação, e *illa* está ligado ao segundo membro da oposição. Esta ocorrência pode ser contrastada com *illa sagina* no primeiro exemplo. Em *illa sagina* temos o demonstrativo puramente contrastivo, ligado a um substantivo (*sagina*), mas no segundo exemplo *illa* se liga a um adjetivo nominalizado (*acida*). Ainda seria possível traduzir *illa* no segundo exemplo como um demonstrativo (“aquelas maçãs bem maduras na árvore, que estão doces, são boas; mas *aquelas ácidas* não são adequadas”), porém, se a ênfase está em *acida* e não em *illa*, isso significa que estamos diante do tipo de contexto no qual o esvaziamento semântico do demonstrativo, de que falei há pouco, é muito provável. O que vemos aí são dois exemplos que retratam dois estágios da gramaticalização da forma demonstrativa *ille* em direção ao artigo definido: um primeiro estágio cuja dêixis ainda é relativamente forte e um segundo estágio cuja dêixis é muito fraca, indicando um ente genérico; algo típico de artigo definido. Neste segundo estágio, Adams (2013) já admite que estamos diante de um articloide; apenas não estamos diante de um artigo de fato porque, para isso, essa forma ainda teria que sofrer algumas mudanças fonéticas. Comentarei isso adiante.

E. Löfstedt (1956, p. 1368-9) traz outros exemplos como esse, em que vemos um esvaziamento semântico do demonstrativo, propendendo mais à função articular. E. Löfstedt (1956, p. 1376) fala em “artigo de contraste”, enquanto que Pinkster (2015, p. 1099) se refere a um “uso exofórico de determinantes demonstrativos”. Esse uso, a propósito, já

vinha ocorrendo no latim vernacular muito antes do romance. Tanto Löfstedt quanto Pinkster citam, por exemplo, uma passagem de *Trinummus* (c. 190 a.C.) de Plauto: *aequo mendicus atque ille opulentissimus censetur censu ad Accheruntem mortuos* ('o mendigo e o riquíssimo são julgados igualmente pelo juízo no submundo quando mortos'). Nos termos de Pinkster (2015, p. 1099):

*Ille* can be used to indicate that the reader or hearer is expected to be able to identify a certain entity that neither is present in the communicative situation nor has been mentioned earlier in the preceding discourse; this is referred to as its *exophoric use* [...]. When used this way it is often translated with some sort of exaggeration, with expressions like 'the well-know'.

Lindsay (1907, p. 46) também cita essa passagem como exemplo de um uso “semelhante” ao artigo definido das línguas românicas. E. Löfstedt (1956, p. 1376) afirma que *ille opulentissimus* se refere a um personagem *qui in fabulis est* (“que está na história”), isto é, um referente identificável pelo leitor ou interlocutor embora não esteja presente na situação comunicativa ou não tenha sido mencionado antes no discurso precedente, como observa Pinkster (2015). É evidentemente um caso semelhante à dêixis *in absentia* que ocorre hoje no PB.

Outros exemplos interessantes são encontrados nas tábuas de ardósia visigóticas que mencionei antes, particularmente porque são registros não literários e porque são representativas do romance ibérico. O texto é conhecido desde 1940, mas hoje está mais acessível graças à edição Velázquez Soriano (2004 apud ADAMS, 2013, p. 509). Segundo Soriano, tais tábuas datam do final do século sexto ou começo do século sétimo:

[Domno] Paulo Faustinus saluto tuam  
 [...]em et rogo te domne ut comodo consu-  
 [etum] facere est p(er) te ipsut *oliba illa* quollige.  
 [cur?]a ut *ipsos mancipios* in iura{re}mento  
 [coger]e debeas ut tibi fraudem non fa-  
 [cian]t. *illas cupas* collige, calas  
 [d]e cortices et sigilla de tuo anulo et uide  
 [il]las tegolas cas astritas sunt de fibola quo  
 [m]odo ego ipsas demisi; illum Meriacium manda  
 [d]e Tiliata uenire ut aiute tibi . . .

Velazquez Soriano (2004, p. 366 apud ADAMS, 2013, p. 509) considera tais exemplos de *ille* (e também de *ipsos*) como usos típicos de artigo. Para Adams (2013, p. 509), isso não é necessariamente

verdade quanto às ocorrências da oitava linha, onde *illas tegolas cas astritas sunt de fibola* pode ser transcrito como *illas tegulas quae sunt astrictae de fibula* (“aquelas telhas que estão presas com um grampo”). O uso demonstrativo de *ille* pode ocorrer normalmente em uma cláusula relativa em latim padrão.

Na terceira linha (*oliba illa quollige*), o *m* final foi omitido, sendo que *oliua* é um singular coletivo, como é frequentemente o caso de nomes de plantas ou frutos. As linhas 2 e 3 podem ser traduzidas por: “peço-te, senhor, como tem sido de costume, para tu mesmo colheres *as azeitonas*”. A tábua se trata de uma correspondência de um servo (Faustino) para seu senhor (Paulo). As oliveiras de Paulo são obviamente conhecidas por Faustino, e Paulo não é simplesmente instruído a colher qualquer azeitona, mas as azeitonas cujo conhecimento é compartilhado pelo escritor e pelo destinatário. *Illa* dificilmente pode ser entendido como um contrastivo pleno nesse caso (‘aquelas azeitonas, distintas das outras de origem diferente’), mas sim uma mera marca de definitude. O mesmo pode ser dito sobre *illas cupas* na sexta linha.

Num texto curto como este, temos portanto dois ou três casos de *ille* que não são dêiticos plenos. *Ipsos mancipios* podem ter um referente (contrastivo): os próprios escravos, que supostamente farão esse serviço, não são confiáveis. Com relação a *oliba illa*, cabe aqui citar Ledgeway (2011, p. 412):

In early Romance the definite article displays considerable attenuation of its original deictic force, in that reflexes of *ille* and *ipse* in their article function no longer situate a referent negatively with regard to the deictic sphere of the speech act participants (*ille*) or positively with regard to the deictic sphere of the addressee(s) (*ipse*), but increasingly come to mark shared cognition between speaker(s) and addressee(s).

Como reconhece Adams (2013, p. 510) com prudência, o problema de um texto como esse é que o contexto mais amplo poderia compreender o restante da correspondência que os dois trocaram entre si, e não podemos julgar plenamente a significância ou não de vários casos de *ille*. Tampouco podemos ter certeza de que Faustino não tinha essa idiossincrasia estilística que o fazia repetidamente especificar nomes com um demonstrativo desnecessário. Tal idiossincrasia poderia ser, entretanto, um fator relevante no esvaziamento semântico do demonstrativo. O fato é que *illa*, em *illa oliba*, se parece muito com um artigo.

Portanto, como afirmei antes, vemos que essas formas demonstrativas, especialmente nesses exemplos de romance ibérico do sétimo século, estavam oscilando entre dois estágios da gramaticalização em direção ao artigo definido: um primeiro estágio cuja dêixis ainda é relativamente forte e um segundo estágio cuja dêixis é muito fraca, indicando um ente genérico; algo típico de artigo definido. Reiterando o que já foi dito, Adams (2013) – usando o termo cunhado por Aebischer (1948, p. 186) – já admite que, nesse segundo estágio, estamos diante de um “articloide”. Contudo, não podemos cravar que estamos diante de um artigo de fato porque, para isso, essa forma ainda teria que sofrer algumas mudanças fonéticas.

De acordo com Lyons (1999, p. 47), artigos são foneticamente fracos, isto é, é um universal linguístico o fato de que artigos têm pouco material fônico (geralmente, uma sílaba apenas). Artigos definidos são considerados semanticamente vazios e foneticamente fracos. Como vimos acima, no segundo estágio, *ille* já tinha se esvaziado semanticamente; faltava apenas perder material fônico para que se consolidasse como artigo. E isso não tardou a acontecer em todas as línguas românicas.

Nesse segundo estágio, o demonstrativo *ille* passou a ser empregado principalmente nas formas acusativas, como vimos nos exemplos acima, da tábua visigótica. Assim, conforme a explicação de Tarallo (1990, p. 137), tais formas acusativas passaram pelas seguintes mudanças: o /i/ passou para /e/; as consoantes duplas foram simplificadas (*illu* > *elo*; *illa* > *ela*; *illos* > *elos*; *illas* > *elas*); o /e/ inicial caiu logo depois em função de o artigo estar em posição proclítica: *elos campos* > *los campos*; o /l/, agora inicial, quando em posição intervocálica (*de los campos*), caiu desta posição, assim como ocorreu em diversos outros contextos (ex.: *sol* > *soles* > *sóis*; *anzol* > *anzoles* > *anzóis*). Assim se chegou às formas *o*, *a*, *os*, *as* – monossilábicas, com pouco material fônico e semanticamente vazias: artigos definidos plenos.

### **Processo recorrente no PB**

Não é possível prever com certeza que a forma demonstrativa *esse* no PB (e suas flexões) percorrerá o mesmo caminho percorrido por *ille* e constituirá um novo artigo definido, mas o fato é que sua força dêitica vem diminuindo em certos contextos a ponto de variar com o artigo definido (como nos casos de nominalização anafórica e dêixis *in absentia*). Ou seja, o processo que resultou no esvaziamento semântico

de *ille* vem reincidindo sobre *esse*. Para caracterizar completamente essa reincidência, só faltaria ocorrer o enfraquecimento fonético.<sup>69</sup>

---

<sup>69</sup> Em alguns dialetos do PB, temos registros da forma [si] (redução de [essi]), como em “si menino”. Em um dicionário informal do dialeto campista (Campos dos Goitacazes/RJ), Martins (2009) registra, por exemplo, os seguintes verbetes: “*si menino* = alguém que não sei ou esqueci o nome (masculino); *si menina* = alguém que não sei ou esqueci o nome (feminino)”.

### 3 O ENSINO DE LATIM ORIENTADO PELA LINGUÍSTICA HISTÓRICA E SUA APLICABILIDADE

Nos capítulos 1 e 2, busquei apresentar razões epistemológicas e fatos linguísticos suficientes para sustentar que o ensino do latim orientado pela linguística histórica na formação do estudante visado por esta pesquisa é necessário. No entanto, entendo que também seja preciso mostrar a sua aplicabilidade.

Para tanto, neste último capítulo, pretendo atingir três objetivos:

1. circunscrever o objeto de ensino;
2. encontrar percursos didáticos que levem o aluno das permanências e reincidências do PB ao latim;
3. organizar um quadro geral com novas possibilidades para o ensino de latim no contexto de formações superiores em língua portuguesa no Brasil a partir dos percursos didáticos encontrados.

#### 3.1 O OBJETO DE ENSINO

Uma vez estabelecidas todas as condições colocadas até aqui, o objeto de ensino não será mais a língua latina em si, seja a sua variedade clássica ou qualquer outra; **o objeto de ensino passa a ser as origens latinas das permanências e reincidências que distinguem o português brasileiro**, sendo que o exame dessas origens envolverá inevitavelmente o estudo do latim, porém como uma consequência, não como um objetivo.

Proponho a definição do objeto de ensino nesses termos para manter coerência com o raciocínio que venho sustentando desde o início deste trabalho: para que o estudante se sinta motivado e interessado pelo objeto, para que ele se “identifique” com aquilo que será estudado, é preciso que este objeto encontre correspondência na identidade deste estudante; assim parto do pressuposto de que propor ao aluno estudar fatos distintivos (e eventualmente polêmicos) de uma língua prioritária em seus interesses pessoais – e estudar latim como consequência disso – é mais promissor do que propor ao aluno estudar latim *per se* para depois, casualmente, fazer conexões e intuir certos caminhos na formação do PB. É claro que – é sempre importante lembrar – defendo tal proposta para um contexto de formação superior em língua portuguesa no Brasil, o que não significa que estou negando ou invalidando o estudo do latim *per se*.

### 3.1.1 O conceito de língua no ensino

Ainda que o objeto de ensino principal passe a ser as origens das permanências e reincidências latinas que identificam o português brasileiro (e não o latim especificamente), mesmo assim continuamos a tratar de ensino de língua, pois essas origens se relacionam a diferentes línguas: PB contemporâneo, português arcaico, romance ibérico, latim vernáculo, latim padrão etc. Nesse caso, entendo ser necessário definir um conceito de língua para o ensino.

O que ensinar para o estudante uma vez que nos propomos a ensinar uma língua? Basta ensinar apenas a gramática e o léxico dessa língua? As línguas existem por causa da sua gramática, ou a gramática organiza o sistema de signos para servir a outros propósitos (comunicativos e simbólicos, por exemplo)? Se a língua não existe por causa da gramática (mas o contrário: a gramática existe por causa da língua), então não será necessário incluir suas manifestações reais, sua realização em situações sociais específicas como parte importante do que é a língua? Essas questões – indiretamente levantadas em Castilho (2009a; 2009b) – ao que me parece, devem ser enfrentadas uma vez que se propõe tratar de ensino de língua.

Pretendo respondê-las subdividindo esta seção em duas partes: uma para tratar da amplitude do conceito de língua no ensino e outra para tratar de gêneros discursivos cabíveis na proposta que defendo. Além de outros motivos que exporei adiante, evoco a questão dos gêneros discursivos pelo fato de que, entre as fontes dos dados linguísticos trazidos ao longo do capítulo anterior, podemos discernir mais de vinte gêneros diferentes, sendo que as diferenças entre eles e dentro deles se radicalizam numa perspectiva histórica, o que mostra que não há como tratar de línguas distintas na diacronia sem considerar as “formas típicas de enunciado” (BAKHTIN, 2003 [1952/53]) nas quais elas se concretizam.

#### 3.1.1.1 A amplitude do conceito de língua no ensino de latim: basta ensinar apenas gramática e léxico?

Na introdução a esta tese, assumi e manifestei uma concepção de língua que a define como uma atividade (e não um produto acabado), um sistema dinâmico que, conforme Castilho (2007), integra os subsistemas do léxico, da semântica, do discurso e da gramática, sem que haja nenhuma relação de determinação de um sobre o outro.

Agora, gostaria de acrescentar outra assunção teórica complementar à concepção de língua: se a língua é uma atividade, o resultado da atividade verbal é o texto, e aqui assumo que texto seja



sinônimo de enunciado (oral ou escrito), isto é, o texto como “realização da comunicação verbal” (KOCH, 2001, p. 12).<sup>70</sup> Assim sendo, parece razoável admitir que o ensino de língua passe necessariamente pelo texto. Isso vai ao encontro do entendimento de Antunes (2007, p. 130), para quem “[o] texto não é forma prioritária de se usar a língua. É a única forma. A forma necessária. Não tem outra. A gramática é constitutiva do texto, e o texto é constitutivo da atividade da linguagem.” Assim, se as línguas se realizam em textos (ou enunciados), o ensino de uma língua será conseqüentemente o ensino dos textos que constituem essa língua.

Com o acréscimo dessa assunção teórica, tenho a intenção de responder à pergunta retórica que subintitula esta seção: “basta ensinar apenas gramática e léxico?” E a resposta é naturalmente negativa: não basta. Mais do que isso, não é sequer possível, pois, mesmo que alguém tivesse a pretensão de ensinar apenas gramática e léxico, seria forçado a fazê-lo por meio de textos. De fato, é o que acontece em manuais que têm tal pretensão.

Entretanto, quando o objetivo de ensino se limita a apenas gramática e léxico, a complexidade dos inúmeros textos espontâneos nos quais a língua se realiza é subestimada em prol de uma descrição ideal, limpa e harmônica daquela língua. Os textos que servem a esse propósito são, não raras vezes, artificiais e corroboram a descrição de um sistema supostamente homogêneo. Essa fabricação de uma língua ideal, cujo sistema é perfeito e homogêneo, pode até ser útil para um estudante iniciante que visa aprender uma língua estrangeira moderna, mas não fará qualquer sentido para o objeto de ensino de que trato nesta pesquisa. Afinal, não quero tornar o meu estudante fluente em português arcaico, romance ibérico, latim vernáculo ou latim padrão, mas quero pô-lo em contato com essas línguas sem esconder a heterogeneidade inerente a elas, pois é justamente por conta dessa heterogeneidade que falamos português brasileiro hoje, e não latim. Acima de tudo, quero pô-lo em contato com essas línguas para que ele possa, a partir desse

---

<sup>70</sup> Além dessa definição que corresponde a uma perspectiva comunicativa, existem pelo menos outras seis definições de texto correntes na literatura da linguística textual, entre elas: texto como frase complexa (fundamentação gramatical), texto como expansão tematicamente centrada de macroestruturas (fundamentação semântica), texto como signo complexo (fundamentação semiótica), texto como ato de fala complexo (fundamentação pragmática), texto como discurso “congelado” – produto acabado de uma ação discursiva (fundamentação discursivo-pragmática), texto como verbalização de operações e processos cognitivos (fundamentação cognitivista) (cf. KOCH, 2001, p. 12).

contato, compreender as permanências e reincidências latinas que distinguem o PB hoje.

Portanto, não basta ensinar apenas gramática e léxico; é preciso ensinar textos. E ensinar textos implica reconhecer a heterogeneidade das línguas, implica reconhecer que os textos são diferentes, porque servem a diferentes propósitos, porque são produzidos em diferentes contextos sociais e históricos, embora respeitem padrões e convenções, já que o comportamento humano também é padronizado e convencionado.

### 3.1.1.2 Gêneros discursivos no ensino das permanências e reincidências latinas

Se é necessário assumir, no ensino de línguas, sua heterogeneidade que fica explícita nos textos, então me parece igualmente necessário entender por que os textos são heterogêneos. Desde o início deste trabalho, procurei deixar claro que a teoria variacionista laboviana não é apenas uma inspiração mas, mais do que isso, é uma base teórica. Ao analisar as permanências e reincidências que distinguem o PB, procurei tanto quanto fosse possível considerar as variáveis sociais e linguísticas que incidiam sobre esses processos. Entre as variáveis linguísticas, uma delas talvez tenha sido tratada timidamente, mas agora merece destaque: refiro-me ao gênero discursivo.

Na seção anterior, assumi o conceito de texto como sinônimo de enunciado, isto é, o resultado da atividade linguística. Se o sistema da língua é heterogêneo, naturalmente os enunciados também o são. No entanto, assim como a atividade social apresenta padrões e convenções, os enunciados, enquanto reflexos do uso social da língua, também apresentam padrões ou, nos termos de Bakhtin (2003 [1952/53]), “formas típicas”. Eis o conceito bakhtiniano de gênero discursivo: formas típicas de enunciado.

Bakhtin, em *Estética da criação verbal*, diferencia os gêneros discursivos primários, ou simples, dos gêneros discursivos secundários, ou complexos. Os gêneros complexos (tratados filosóficos, romances, dramas, pesquisas científicas de toda espécie, os grandes gêneros publicísticos etc.) “[...] surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado (predominantemente o escrito)” (BAKHTIN, 2003 [1952/53], p. 263). Entretanto esses gêneros complexos nascem de gêneros mais simples (primários), incorporando-os e reelaborando-os.

Os gêneros simples fazem parte do uso mais ordinário da linguagem. Por exemplo, o enunciado “Bom dia, como vai?” respeita regras de um gênero simples, que poderíamos chamar de “saudação”. Por mais simples que seja, suas regras são muito precisas e pouco flexíveis, e elas condicionam os outros subsistemas da língua. As regras desse gênero condicionam, por exemplo, o léxico: é preciso dizer “bom dia”; não se admite “lindo dia” como saudação, ou “boa manhã”. Condicionam a sintaxe: não se admite “dia bom”; é preciso dizer “bom dia”. E assim por diante. Se um gênero simples como uma saudação envolve tantas regras, podemos imaginar a infinidade de regras envolvidas em um gênero complexo, que compreende as regras de todos os gêneros simples que o compõem reelaboradas e complexificadas, além das suas muitas regras próprias.

Qualquer descrição da gramática e do léxico de uma língua invariavelmente será a descrição da gramática e do léxico previstos pelas regras dos gêneros discursivos que compõem aquela língua. Aqui, fica muito clara a interação dos subsistemas lexical, semântico, gramatical e discursivo de que trata Castilho (2007). Acima, dei o exemplo do enunciado “Bom dia, como vai?” que representa o gênero saudação. Trazendo a discussão para mais perto do meu objeto, cada um dos mais de 70 textos que usei no segundo capítulo como fontes de dados linguísticos respeitam as regras de seus gêneros, e essas regras condicionam a gramática e o léxico subjacentes a eles. Para citar um exemplo, o texto *Peregrinatio ad loca sancta* (séc. IV d.C.), relato de uma viajante conhecida como Monja Etérea, notória fonte de latim vernacular, foi mencionado em diferentes oportunidades no capítulo anterior. Quando discuti o uso de *in* (>*em*) com verbos de movimento, mostrei que na *Peregrinatio* esse uso era muito constante e regular (ou seja, uma regra do gênero ao qual esse texto pertence). Quando discuti a formação do condicional românico, mostrei que na *Peregrinatio* a gramaticalização de *habere* já tinha atingido a categoria de tempo futuro, deixando de expressar aspecto resultativo (essa também era uma regra do gênero ao qual esse texto pertence). Quando discuti o que chamei de “demonstrativo definido” e resgatei a formação dos artigos definidos a partir das formas demonstrativas românicas, mostrei que na *Peregrinatio* o comportamento sintático das formas demonstrativas e a alta frequência de uso delas comprovam que, naquele momento, o artigo definido (ou ao menos um artícloide) já tinha emergido (e esse uso era uma regra do gênero ao qual esse texto pertence).

Cabe observar, ainda, que, se os gêneros têm relação direta com as convenções sociais, então a história externa das línguas (a história

social delas) está diretamente ligada à história dos gêneros discursivos. Logo, não é exagero afirmar que a mudança das línguas e, inclusive, a emergência de novas línguas encontra correspondência na mudança dos gêneros e na emergência de novos gêneros. Retomando o exemplo da *Peregrinatio*, isso fica claro quando Adams (2013, p. 657, grifo meu), comentando a questão do *habere* como auxiliar de futuro, observa que “As instâncias dessa construção (do séc. III d.C. em diante), aproximando-se do sentido de futuridade, *são encontradas principalmente em escritores cristãos e também em alguns gramáticos, e sobretudo na África.*” Ou seja, estamos lidando variáveis sociais que se correlacionam diretamente com o gênero discursivo. Pondo a questão em outros termos – de modo grosseiro mas didaticamente oportuno aqui – eu poderia dizer que mudanças no meio intelectual da România naquela época, motivadas, entre outros motivos, pelo influxo de africanos na produção de saberes, geraram novos padrões de comportamento social que, por sua vez, se refletiram nos padrões discursivos (gêneros), sendo que no sistema da língua isso manifestou, por exemplo, na morfossintaxe (a emergência de *habere* como auxiliar pleno).

Seria possível encontrar outras mil relações entre mudanças sociais que se refletiram no discurso e que se refletiram nos outros subsistemas da língua. Naturalmente, não é minha intenção escrever uma história social dos gêneros envolvidos nas fontes dos dados linguísticos usados nesta tese. No entanto, apenas para que se tenha uma dimensão do tamanho e da complexidade que um trabalho como esse exigiria, organizei um quadro tentando agrupar em arqui-gêneros todas as mais de 70 fontes que utilizei nas análises até aqui:

Quadro 10 - Fontes de dados linguísticos usadas nesta tese agrupadas em arqui-gêneros

- |   |
|---|
| <p>1. Gramáticas, tratados ortográficos e textos afins:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a. Appendix Probi (séc. IV), apêndice a uma gramática anônima <ul style="list-style-type: none"> <li>• usado nos estudos sobre: alçamento das vogais pretônicas (seção 2.2.4.4); variação de gênero gramatical e classes nominais temáticas (seção 2.2.5.7)</li> </ul> </li> <li>b. Thesouro da Lingoa Portuguesa (1647) e Regras Gerays (1666), de Bento Peryra <ul style="list-style-type: none"> <li>• usados no estudo sobre o alçamento das vogais pretônicas (seção 2.2.4.4)</li> </ul> </li> <li>c. Institutiones Grammaticae (séc. V), de Prisciano de Cesareia, gramático romano</li> </ul> |
|---|

- usado no estudo sobre queda de /s/ final e desnasalização (seção 2.2.4.5)
  - d. Grammatica da Língua Portuguesa (1540), de João de Barros
    - usado nos estudos sobre: o uso da preposição *em* com verbos de movimento (seção 2.2.5.3); a oposição entre /v/ e /a/ (seção 2.2.4.3)
  - e. Ars grammatica (séc. IV), de Diomedes
    - usado no estudo sobre a negação repetitiva (seção 2.2.5.5)
  - f. Manual de Redação da Folha de São Paulo (1987)
    - usado no estudo sobre ambiguidade estrutural da passiva sintética com “se” (seção 2.2.5.10)
  - g. Noctes Atticae (séc. II a.C.), de Aulo Gélíio
    - usado no estudo sobre o modo condicional no PB (seção 2.2.5.8)
2. Textos religiosos
- a. Orto do Esposo (1385)
    - usados no estudo sobre o açamento das vogais pretônicas (seção 2.2.4.4)
  - b. Adversus Nationes (séc. III d.C.), de Arnóbio de Sica
    - usado no estudo sobre a negação repetitiva (seção 2.2.5.5)
  - c. Vetus Latina (séc. I d.C.)
    - usado nos estudos sobre: a negação repetitiva (seção 2.2.5.5); o modo condicional no PB (seção 2.2.5.8)
  - d. Vulgata (séc. IV), de São Jerônimo
    - usado no estudo sobre o modo condicional no PB (seção 2.2.5.8)
  - e. Conflictus Arnobii catholici cum Serapione Ægyptio (séc. V d.C.), texto geralmente atribuído a Arnóbio, o Jovem
    - usado no estudo sobre o modo condicional no PB (seção 2.2.5.8)
  - f. De Pallio (220 d.C.), de Tertulliano
    - usado no estudo sobre ambiguidade estrutural da passiva sintética com “se” (seção 2.2.5.10)
3. Comentários
- a. Comentário sobre Terêncio (séc. V), de Élio Donato
    - usado no estudo sobre queda de /s/ final e desnasalização (seção 2.2.4.5)
4. Narrativas biográficas
- a. Da vida de Santo Aleixo (séc. XIV)
    - usado no estudo sobre a próclise do pronome átono (seção 2.2.5.2)
  - b. Da vida de Sa. Eufrosina (séc. XIV)
    - usado no estudo sobre a construção de dativo com infinitivo (seção 2.2.5.6)

5. Prosa medieval
  - a. Ivain, o Cavaleiro do Leão (1170), de Chrétien de Troyes
    - usado no estudo sobre a próclise do pronome átono (seção 2.2.5.2)
  - b. Il Novellino (séc. XIII)
    - usado no estudo sobre a próclise do pronome átono (seção 2.2.5.2)
  - c. A demanda do Santo Graal (séc. XIV)
    - usado nos estudos sobre: o modo condicional no PB (seção 2.2.5.8); variação da concordância (seções 2.2.3 e 2.2.5.1); a construção de dativo com infinitivo (seção 2.2.5.6); gerúndio continuativo (seções 2.2.3 e 2.2.5.4)
  - d. Lusíadas (séc. XVI), de Camões
    - usado nos estudos sobre: o uso da preposição *em* com verbos de movimento (seção 2.2.5.3); a formação de participios no PB (seção 2.2.5.9)
  - e. Barca do Purgatório (1518), de Gil Vicente
    - usado no estudo sobre a negação repetitiva (seção 2.2.5.5)
  - f. Fabulário Livro de Esopo (séc. XIV)
    - usado nos estudos sobre: a construção de dativo com infinitivo (seção 2.2.5.6); variação da concordância (seções 2.2.3 e 2.2.5.1); gerúndio continuativo (seções 2.2.3 e 2.2.5.4)
  - g. Cronica Troyana (1388)
    - usado no estudo sobre a construção de dativo com infinitivo (seção 2.2.5.6)
6. Narrativas pessoais
  - a. Fala de um trabalhador rural do sul de Minas Gerais representativo do dialeto caipira (2007)
    - usado no estudo sobre queda de /s/ final e desnasalização (seção 2.2.4.5)
  - b. Narrativas pessoais do Rio de Janeiro (2008), corpus do PEUL
    - usado no estudo sobre a construção de dativo com infinitivo (seção 2.2.5.6)
  - c. Transcrições de conversações extraídas do corpus do CEPRIL, PUC/SP (década de 1990)
    - usado no estudo sobre ambiguidade estrutural da passiva sintética com “se” (seção 2.2.5.10)
  - d. Conjunto de 97 dados relativos a entrevistas do português europeu
    - usado no estudo sobre ambiguidade estrutural da passiva sintética com “se” (seção 2.2.5.10)
7. Canções
  - a. Modas de viola (décadas de 1950 e 1960)
    - usado no estudo sobre queda de /s/ final e desnasalização (seção 2.2.4.5)
8. Inscrições urbanas/epigráficas

- a. Dipinti: murais encontrados por todo o mundo romano, nas casas de cidadãos ricos e em certos prédios públicos (datação: do período arcaico ao romance)
  - usado no estudo sobre queda de /s/ final e desnasalização (seção 2.2.4.5)
- b. Graffiti: espécie de pichação em vias públicas de Pompeia e Herculano (datação: do período arcaico ao romance)
  - usado no estudo sobre queda de /s/ final e desnasalização (seção 2.2.4.5)
- c. Inscrições dos tempos das Guerras Púnicas (264-146 a.C.)
  - usado no estudo sobre queda de /s/ final e desnasalização (seção 2.2.4.5)
- d. Inscrições imperiais tardias (séc. III ao X)
  - usado no estudo sobre queda de /s/ final e desnasalização (seção 2.2.4.5)

## 9. Poesia

- a. Versos saturninos no latim arcaico
  - usado no estudo sobre queda de /s/ final e desnasalização (seção 2.2.4.5)
- b. Poesia “sub-rústica” da época de Cícero
  - usado no estudo sobre queda de /s/ final e desnasalização (seção 2.2.4.5)
- c. Cantar de Mio Cid (1200), carja moçárabe
  - usado no estudo sobre a próclise do pronome átono (seção 2.2.5.2)
- d. Cancioneiro da Vaticana (séc. XIV, compilado no séc. XVI)
  - usado no estudo sobre o uso da preposição *em* com verbos de movimento (seção 2.2.5.3)
- e. Cancioneiro da Ajuda (séc. XIII)
  - usado no estudo sobre a construção de dativo com infinitivo (seção 2.2.5.6)
- f. Cancioneiro d’el Rei D. Denis (séc. XIII)
  - usado nos estudos sobre: a construção de dativo com infinitivo (seção 2.2.5.6); o modo condicional no PB (seção 2.2.5.8); gerúndio continuativo (seções 2.2.3 e 2.2.5.4)
- g. “Retrato” de Cecília Meireles (década de 1950)
  - usado no estudo
  -

## 10. Textos jurídicos

- a. Senatus Consultum de Bacchanalibus (186 a.C.)
  - usado no estudo sobre o demonstrativo definido no PB (seção 2.2.5.11)
- b. Catilinárias (séc. I a.C.), de Cícero discursos
  - usado no estudo sobre a negação repetitiva (seção 2.2.5.5)

- c. Verrinas, (séc. I a.C.) de Cícero
- usado no estudo sobre a negação repetitiva (seção 2.2.5.5)
11. Cartas
- a. Cartas de leitores de jornais do PHPB-SC
- usado no estudo sobre o gerúndio continuativo (seções 2.2.3 e 2.2.5.4)
- b. Epístolas de Sêneca (séc. I d.C.)
- usado no estudo sobre a negação repetitiva (seção 2.2.5.5)
- c. Epístolas de Claudio Terenciano (séc. 2 d.C.)
- usado no estudo sobre a negação repetitiva (seção 2.2.5.5)
- d. Cartas, diários e outros documentos do Acervo de Linguística Histórica da Unicamp (1555-1989)
- usado no estudo sobre ambiguidade estrutural da passiva sintética com “se” (seção 2.2.5.10)
- e. Tábua de ardósia visigótica com mensagens entre senhores e escravos (séc. VII)
- usado no estudo sobre o demonstrativo definido no PB (seção 2.2.5.11)
- f. Cestas básicas (carta do leitor) (29/11/2000), de Santiago Torrente Perez, Folha de S. Paulo
- usado no estudo sobre o demonstrativo definido no PB (seção 2.2.5.11)
12. Textos historiográficos
- a. Conjuração de Catilina (séc. I a.C.), de Salústio
- usado no estudo sobre o gerúndio continuativo (seções 2.2.3 e 2.2.5.4)
- b. De Bello Africo (séc. I a.C.), de Júlio César
- usado no estudo sobre a negação repetitiva (seção 2.2.5.5)
- c. Crônica de Fredegar (séc. VII)
- usado no estudo sobre o modo condicional no PB (seção 2.2.5.8)
- d. Breviarium Historiae Romanae (séc. IV d.C.), de Eutrópio
- usado no estudo sobre ambiguidade estrutural da passiva sintética com “se” (seção 2.2.5.10)
13. Textos filosóficos
- a. Sobre a Natureza dos Deuses (séc. I a.C.), de Cícero
- usado no estudo sobre a negação repetitiva (seção 2.2.5.5)
- b. Da velhice (séc. I a.C.), de Cícero
- usado no estudo sobre a negação repetitiva (seção 2.2.5.5)
- c. Obras dos príncipes de Avis (Livro da Montaria, Leal Conselheiro,



Livro da Enseñança de Bem Cavalgar Toda a Sela, O Livro da Virtuosa Benfeitória, Livro dos Ofícios) (séc. XV)

- usado no estudo sobre a formação de participios no PB (seção 2.2.5.9)

d. História Natural (séc. I d.C.), de Plínio

- usado no estudo sobre ambiguidade estrutural da passiva sintética com “se” (seção 2.2.5.10)

#### 14. Dramaturgia latina antiga

a. Miles Gloriosus (séc. 3 a.C.), de Plauto

- usado no estudo sobre a negação repetitiva (seção 2.2.5.5)

b. Aululária (séc. 3 a.C.), de Plauto

- usado no estudo sobre a construção de dativo com infinitivo (seção 2.2.5.6)

c. Cásina (séc. 3 a.C.), de Plauto

- usado no estudo sobre a construção de dativo com infinitivo (seção 2.2.5.6)

d. Trinummus (séc. 2 a.C.), de Plauto

- usado no estudo sobre o demonstrativo definido no PB (seção 2.2.5.11)

#### 15. Ficção prosimétrica antiga

a. Satyricon (séc. I d.C.), de Petrónio

- usado no estudo sobre ambiguidade estrutural da passiva sintética com “se” (seção 2.2.5.10)

#### 16. Tratados técnicos

a. Mulomedicina Chironis (séc. IV d.C.), de Chiron

- usado nos estudos sobre: a negação repetitiva (seção 2.2.5.5); o demonstrativo definido no PB (seção 2.2.5.11)

b. Tratados veterinários escritos por Pelagonius, Vegetius e Anthimus (séc. IV d.C.)

- usados no estudo sobre o demonstrativo definido no PB (seção 2.2.5.11)

c. Compositiones Lucenses (um tratado do norte da Itália sobre o artesanato do século oitavo)

- usados no estudo sobre o demonstrativo definido no PB (seção 2.2.5.11)

#### 17. Relatos de viagem

a. Peregrinatio ad Loca Sancta (séc. IV d.C.), da Monja Egéria

- usado nos estudos sobre: a negação repetitiva (seção 2.2.5.5); o demonstrativo definido no PB (seção 2.2.5.11)

#### 18. Prosa moderna

a. Romance Inocência (1872), de Visconde de Taunay

- usado no estudo sobre a construção de dativo com infinitivo (seção 2.2.5.6)

b. Os Miseráveis (séc. XIX), de Victor Hugo

- usado no estudo sobre o modo condicional no PB (seção

	2.2.5.8)
c.	Martin du G., Jean Barois, p. 35
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• usado no estudo sobre o modo condicional no PB (seção 2.2.5.8)</li> </ul>
19.	Gênero notarial
a.	Testamento de Dom Afonso II (séc. XIII)
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• usado nos estudos sobre: variação da concordância (seções 2.2.3 e 2.2.5.1); a construção de dativo com infinitivo (seção 2.2.5.6); gerúndio continuativo (seções 2.2.3 e 2.2.5.4)</li> </ul>
20.	Comentários em fóruns virtuais
a.	Registros extraídos de fóruns virtuais (2011), corpus de Paulo Chagas Souza
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• usado no estudo sobre a formação de participios no PB (seção 2.2.5.9)</li> </ul>
21.	Textos jornalísticos
a.	Conjunto de reportagens da revista Veja (1988-1989)
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• usado no estudo sobre ambiguidade estrutural da passiva sintética com “se” (seção 2.2.5.10)</li> </ul>

Minha intenção com a organização desse quadro é, acima de tudo, oferecer uma visão panorâmica da variedade de gêneros ligados às permanências e reincidências latinas de que trato aqui e, com isso, chamar atenção para a importância deles na composição do objeto de ensino. As diferenças entre eles revelam diferenças não apenas na gramática e no léxico das suas respectivas línguas, mas diferenças profundas nas sociedades que as usaram. Não é à toa, por exemplo, que a maioria dos textos medievais são textos de caráter religioso. Não é à toa que muitos dos textos antigos são textos de caráter militar e que textos jornalísticos só são encontrados numa língua moderna. Não é coincidência que a ficção prosimétrica seja típica da transição da antiguidade para o medievo, já que o verso representava a forma literária *standard* do período em declínio, e a prosa, o novo padrão emergente.

Enfim, para encerrar esta seção, cabe resumir suas principais resoluções: (1) o objeto de ensino assumido são as origens latinas das permanências e reincidências que distinguem o português brasileiro, sendo que o estudo do latim vem a ser uma consequência incontornável do exame dessas origens; (2) esse objeto ainda se situa no âmbito do ensino de línguas, e o conceito de língua no ensino com que trabalho pressupõe uma língua heterogênea que se realiza em textos (enunciados) espontâneos e igualmente heterogêneos; (3) portanto, o ensino do objeto em questão pressupõe o ensino de textos, e eles se manifestam segundo

as regras de formas típicas (gêneros) que constituem as suas respectivas línguas e são reflexos do uso social delas.

### 3.2 PERCURSOS DIDÁTICOS

Definido o objeto de ensino, ainda falta demonstrar a sua aplicabilidade – algo imprescindível uma vez que esta pesquisa se situa no âmbito da linguística aplicada. Espero, pois, demonstrar tal aplicabilidade por meio do que doravante chamarei de *percursos didáticos*.

Tais percursos estão diretamente ligados à seguinte questão: qual é o melhor caminho para apresentar ao estudante o lastro histórico dos fatos distintivos do PB examinados até aqui? Considerando que, desde as premissas assumidas na seção 1.2, admito que a aprendizagem bem-sucedida requer que o objeto de estudo encontre correspondência na identidade do estudante, julgo sensato propor que se parta das permanências e reincidências do PB em direção às suas correlações com o latim – e não o contrário. Isto é, de acordo com o que a base teórica desta pesquisa propõe, não há sentido em começar uma aula de latim ou história da língua, por exemplo, partindo de aspectos restritos à língua latina a fim de chegar ao PB. Uma vez que o PB já faz parte da identidade do estudante aqui visado (de acordo com as conclusões obtidas na seção 1.3), então será mais efetivo partir das permanências e reincidências que dão identidade gramatical a essa língua em direção àquilo que explica a formação desses aspectos distintivos.

Nas próximas seções examinarei alguns percursos didáticos possíveis partindo de permanências e reincidências que dão identidade gramatical ao PB em direção às suas correlações latinas.<sup>71</sup>

#### 3.2.1 Do vocalismo permanente à prosódia e fonologia latina

Ao longo das seções 2.2.4.1 (sobre vogais átonas), 2.2.4.2 (sobre os ditongos /ej/ e /ej̃/) e 2.2.4.3 (sobre a oposição entre /e/ e /a/) examinei alguns processos distintivos do PB que se encaixam dentro daquilo que Noll (2008, p. 280) chamaria de “vocalismo conservador” do PB e que prefiro, por razões já explicadas na seção 2.2.1, chamar de vocalismo permanente. Em seguida, na seção 2.2.4.4, tratei do

---

<sup>71</sup> Os percursos didáticos traçados nesta seção foram testados com relativo sucesso em duas oportunidades: durante a disciplina de Língua Latina III, no Curso de Letras-Português da Ufsc, durante o semestre 2015-1, sob orientação do Prof. Mauri Furlan, e durante um minicurso intitulado “Permanências e reincidências no português brasileiro: aspectos de história interna e externa”, ocorrido durante a IX Semana de Letras da Ufsc, também no primeiro semestre de 2015.

emblemático alçamento das vogais pretônicas, que pode ser colocado ao par dos outros fenômenos vocálicos. Como sensibilizar o estudante para esses fatos distintivos do PB e como apresentá-los como permanências ou reincidências latinas de modo coerente e relevante?

Em primeiro lugar, uma vez que se trata de aspectos fônicos, julgo ser imprescindível recorrer ao som para chamar a atenção para o quanto o PB difere das demais variedades de português por manter as vogais átonas, por manter os ditongos /ej/ e /ej/, por neutralizar as formas da 1ª pessoa do plural do presente e do pretérito perfeito do indicativo e por manter os fonemas /e/ e /o/ para vogais médias átonas. Visualizo ao menos duas estratégias para despertar a atenção do estudante para isso.

A primeira delas pressupõe o uso de amostras de fala representativas do PE e do PB: o estudante é convidado a prestar atenção em uma e outra amostra, procurando perceber os aspectos fonético-fonológicos em questão. Idealmente, é importante que ambas as amostras tenham em comum vocábulos e contextos fonológicos em geral, para que o contraste fique mais evidente. Tentarei dar exemplos do que imagino aqui:

- Para chamar a atenção do aluno para a manutenção das vogais átonas no PB, podemos expor duas amostras de fala em que ocorre o vocábulo *chocolate*, por exemplo. Na amostra do PB, a despeito das variações que podem ocorrer entre os dialetos brasileiros, esse vocábulo teria as vogais átonas plenamente realizadas, conforme o padrão prosódico silábico (*syllable-timed rhythm*) prevê, e, na amostra do PE, apenas a vogal tônica estaria plenamente realizada. Algo como: [ʃokoˈlatʃi] e [ʃkˈlat].
- O mesmo poderíamos fazer contrastando amostras de fala em que ocorrem vocábulos como *peito* e *também*, sendo que, na amostra do PB, eles se realizam como [ˈpejtu] e [tãˈbej], e, na do PE, como [ˈpejtu] e [tãˈbej].
- De forma semelhante, seria possível contrastar amostras das duas variedades em que aparecem vocábulos tais como os citados por Parkinson (1988, p. 132) quando o autor explica que, no PB, [ɐ] é um alofone de /a/, em posição final átona e em contextos nasais; no PE, [ɐ] está do mesmo modo ligado a contextos átonos e nasais, mas a exclusão de [ɐ] desses contextos não é absoluta, levando a eventuais contrastes não

encontrados no PB, por exemplo: *nação* [nɐ'sẽu] – *acção* [a'sẽu]; a preposição *a* [ɐ] e o artigo definido singular feminino *à* [a] (forma contraída de *a + a*); *-amos* ['ɐmuʃ] 1 pl. pres. ind. 1ª conj. vs. *-amos* ['amuʃ] *ibid.*, pret.; *cadeira* [kɐ'deire] vs. *caveira* [ka'veire].

- Por fim, no caso do alçamento vocálico, seria cabível mostrar que, no PB, o alçamento é variável (mostrando que o PB ainda mantém os fonemas /e/ e /o/ para vogais médias átonas), enquanto que, no PE, o alçamento é categórico (uma vez que /ə/ e /u/ passaram a ser seus fonemas de vogais médias átonas). Assim, itens como *porção*, *porque* e *peru* podem ser realizados no PB como p[o]rção ou p[u]rção, p[o]rque ou p[u]rque, p[e]ru ou p[i]ru etc., ao passo que o PE só admite p[u]rção, p[u]rque, p[ə]ru.

A segunda estratégia pressupõe o uso do gênero poético e amostras do PB oferecidas pelo próprio estudante. O uso do gênero poético se justifica por algumas razões importantes: o vocalismo permanente está diretamente relacionado ao ritmo prosódico baseado na sílaba e não no acento, e a poesia metrificada é extremamente sensível a isso; segundo, certas rimas são afetadas pelas variações em questão – citei, por exemplo, o estudo de Barreto (2008, p. 57), segundo quem, no poema “O menino da sua mãe”, de Fernando Pessoa, “pode-se observar uma rima perfeita entre ‘*tem*’ e ‘*mãe*’.” A estratégia, enfim, é a seguinte: primeiro, pedimos que os estudantes leiam o poema e coletamos, portanto, amostras representativas do PB. Em seguida, reproduzimos uma leitura feita por um falante de PE e contrastamos esta leitura com as outras feitas pelos estudantes. Essa estratégia, a propósito, julgo mais interessante, por ser mais interativa e por envolver o idioleto dos alunos.

Tomemos, por exemplo, uma estrofe do referido poema de Pessoa: “Tão jovem! que jovem era! / (Agora que idade tem?) / Filho único, a mãe lhe dera / Um nome e o mantivera: / «O menino da sua mãe».” Essa estrofe na leitura de Pessoa seria escandida de tal forma que os versos seriam lidos como redondilhas maiores: “Tão | jo | vem! | que | jo | vem | e<sup>(7a)</sup> | ra! / (A | go | ra | que i | da | de | tem?)<sup>(7a)</sup> / Fi | lho ú | ni | co, a | mãe | lhe | de<sup>(7a)</sup> | ra / Um | no | me e | o | man | ti | ve<sup>(7a)</sup> | ra: / «O | me | ni | no | da | sua | mãe».<sup>(7a)</sup>”

A despeito das muitas variações que se mostrarão num exercício como esse, algumas serão certas: a realização de *tem* e *mãe* como [tɐ̃] e [mɐ̃] na leitura europeia e [tẽ] e [mɐ̃] na leitura brasileira, mostrando que a rima perfeita nesse caso depende do sistema vocálico europeu. A

pronúncia de *menino* pode se realizar como [meninu] ou [mininu] no PB, ao passo que na leitura representativa do PE seria [məninu]. Além disso, o número de sílabas poéticas na leitura brasileira muito provavelmente seria maior do que na leitura europeia, já que alguns versos (como o segundo e o terceiro) requerem que algumas vogais átonas sejam elididas para que o metro se mantenha como redondilha maior, e, numa leitura natural feita por um falante de PB, essas elisões não ocorreriam espontaneamente.

Enfim, o percurso didático que proponho para as permanências e reincidências em questão partiriam de um exercício semelhante a esses dois que propus. Em seguida, é preciso mostrar como esses aspectos ocorriam no PA e no latim. Como nesse segundo estágio não teremos o recurso das amostras de fala, será preciso explicar ao estudante de que forma podemos deduzir a fonologia e a fonética do PA e do latim a partir de textos. Isso envolverá a condução de uma discussão que leve em conta a instabilidade da ortografia lusoarcaica, uma vez que os escribas não tinham uma norma ortográfica de referência consolidada naquele momento e então representavam os sons ora conforme os padrões latinos, ora conforme os padrões hispânicos, ora conforme os padrões galegos, e essa variabilidade nos informa e nos permite reconstruir o som por trás de cada representação gráfica. Essa discussão foi feita, por exemplo, em Severo e Queriquelli (2013, p. 211-12). Para ser honesto com os estudantes, também podemos (e talvez devamos) reproduzir os argumentos de Loporcaro (2011, p. 106), que nos alerta para uma problema incontornável na matéria em questão: se, por um lado, hipóteses sobre línguas vivas podem ser testadas experimentalmente, por outro lado, para testar hipóteses sobre o romance ou sobre o latim, só nos resta a reconstrução, e a reconstrução (especificamente a reconstrução prosódica) é um terreno muito escorregadio: “a evidência disponível é puramente qualitativa, reduzindo-se basicamente a mudanças segmentais documentadas (e.g., redução vocálica, síncope e processos afins).” Ainda assim, apesar das dificuldades inerentes a esse campo de pesquisa, mostrei que muitos estudiosos têm obtido evidências fortes para sustentar hipóteses gerais sobre a fonética e a fonologia arcaica, entre eles Richter (1911), Matte (1982), Palermo (1971) e Dressler (1992).

Pois bem. Para demonstrar ao estudante que o PA era uma língua de ritmo silábico e que, portanto, as vogais átonas eram plenamente realizadas, podemos usar diferentes estratégias. Uma delas seria apresentar uma série de textos representativos do PA e chamar a atenção desse estudante para o fato de que tais vogais eram grafadas

sistematicamente, o que é um forte indício de que elas não eram elididas na fala, já que a representação gráfica na época era, em certa medida, uma tentativa de representação fonética. O famoso trecho da gramática de Fernão d’Oliveira (1536) que afirma explicitamente que os portugueses de sua época falavam num ritmo moroso é um texto conveniente, embora já esteja no limiar do período arcaico e do período clássico:

[...] nã e tã espiritual a lingua ã d’s quis dar as almas raçionaes para se poderẽ comunicar antre si: e com o ãl sendo spirituaes sentidas dos corpos. Porẽ nã e tã espiritual a lingua e ã não seja obrigada a leys do corpo. Mas segundo a disposição da lingua corporal. assi vemos formar diuersas as vozes hũas çeçiosas, outras tartaras: e muitas cõ muitos defeitos e tãbẽ cõ suas perfeições porõ como este orgão da lingua e boca he mais e melhor disposto assi cumpre melhor seu ofiço: bẽ ou mal disposto pode ser em qualidades e feição: qualidades como seco ou humedo: feição como dẽtes grãdes ou desuiados: e tambem muitos falaõ muito mal: so com mau costume não mais. E e muito de culpar este defeyto das qualidades serem diuersas: nas quaes tem dominio as condições do çeo e terra em que viuem os homẽs bem que hũas gentes formaõ suas vozes mays no papo como caldeus e arãbigos, e outras nações cortaõ vozes apressandosse mays em seu falar: mas nos falamos com grande repouso como homẽs assentados: e não somente em cada voz per sy mas tambem no ajuntamento e no som da lingoagem pode auer primor ou falta antre nos: nam somente nestas, mas ã muitas outras cousas tem a nossa lingoa vantagem: porque ella e antiga, ensinada, prospera e bẽ cõuersada: e tambẽ exercitada em bõs tratos e officios. (grifo meu).

Inúmeras observações podem ser feitas a partir desse excerto da famosa *Grammatica de linguaem portugueza*, entre elas:

- Num trecho tão curto como esse, variações na grafia de um mesmo vocábulo mostram que não havia uma ortografia consolidada e que os escribas oscilavam a todo o momento, aparentemente tentando representar a fala com as convenções disponíveis (ex.: *tãbẽ*, *tambem* e *tambẽ*; *nã*, *naõ*, *nãõ* e *nam*).
- No trecho grifado por mim, Fernão d’Oliveira explica com terminologia própria que, diferente de outras prosódias de ritmo acentual – línguas que “cortam vozes [vogais] apressando-se mais em seu falar”, a prosódia do PA refletia uma fala de “grande repouso”, típica de pessoas que falam “como homens assentados”, donde subentendemos pelo contexto que o PA não cortava as vogais. Além disso, d’Oliveira dá provas de que o ritmo arcaico era silábico quando diz que “não somente em cada voz [vogal] por si mas também no ajuntamento e no som da linguaem [...] tem a

nossa língua vantagem: porque ela é antiga, ensinada, próspera e bem conversada.” Ou seja, quando o gramático afirma que não apenas as vogais (átonas e tônicas) eram plenamente realizadas, mas também o ajuntamento dos sons, isto é, as unidades prosódicas (sílabas), eram bem discerníveis, ele está dando claras evidências de que o PA era uma língua de ritmo silábico assim como o PB ainda o é.

- A partir desse trecho, também podemos evocar a discussão do alçamento vocálico, mostrando que o alçamento sem motivação aparente (BISOL, 2009), como em *milhor*, já era registrado no PA. Além disso, assumindo que a grafia dos escribas arcaicos simulava a fonética, cabe ressaltar que não se verifica o alçamento por harmonia vocálica em contextos em que esse processo era esperado – ex.: *segundo* (e não *sigundo*), *humedo* (e não *humido*<sup>72</sup>), *costume* (e não *custume*), *dominio* (e não *duminio*). Portanto, esse excerto é bastante representativo do alçamento vocálico variável, típico do PA e do PB, e não típico do PE, uma vez que, conforme Teyssier (1997), Viegas e Cambraia (2011), Maia (1997 [1986]) e Bisol (2009), a variedade europeia moderna é categórica nesse ponto.

Além da gramática de d’Oliveira, trechos de outros textos representativos do PA, que inclusive já foram usados na seção 2.2.4.4, podem ser oferecidos ao estudante. Refiro-me ao *Thesouro da Lingoa Portuguesa* (1647) e a *Regras Gerays* (1666), de *Bento Peryra*, e ao *Orto do Esposo* (1385).

Por fim, para encerrar o percurso didático em discussão, é preciso mostrar ao estudante que o latim também apresentava as permanências e reincidências em questão. Entre as estratégias cabíveis aqui, uma delas será particularmente produtiva: o uso do verso saturnino (representativo do latim arcaico) em contraposição com a métrica clássica.

Na seção 2.2.4.1, mostrei que a incidência sistemática de síncope em combinação com outros fenômenos tem relação direta com mudanças na estrutura silábica, e esse dado é muito relevante para entender as mudanças que ocorreram na prosódia (e no sistema vocálico) latino na transição do período arcaico para o período clássico. Os outros fenômenos a que me refiro são, por exemplo, a presença de vogais longas em sílabas não acentuadas e a heterossilabação, isto é,

---

<sup>72</sup> Considero também o alçamento de médias postônicas.



quando a silabação de uma mesma palavra muda conforme o contexto, como no caso de *farcire*, que poderia ser silabada como *far-ci-re* ou *far-cire*. Esta segunda hipótese, por exemplo, favorece a síncope do *i* átono medial, derivando *farcre*.<sup>73</sup>

No verso saturnino, um metro poético típico do período arcaico do latim, todos esses fenômenos ocorriam regularmente, mas deixaram de ocorrer a partir do final do séc. III a.C., quando o próprio verso saturnino desapareceu e, não por acaso, quando a mudança para o sistema clássico, baseado em sílabas longas e breves, já tinha se consolidado. Desde o séc. XIX, estudiosos do metro saturnino admitiam que ele fosse baseado numa prosódia acentual e isso teria alguma relação com a prosódia vernacular daquele período (cf. LINDSAY, 1893; COLE, 1969). Entretanto, Parsons (1999) foi o responsável por dar provas cabais dessa correlação. Primeiro, o autor fez uma análise extensa do corpus de versos saturninos disponível e verificou que a acentuação das palavras era baseada num sistema de acentos primários e secundários, sendo que o acento primário recaía necessariamente na primeira sílaba da palavra. Assim, Parsons (1999, p. 127) nos ofereceu análises prosódicas como estas, em que *tempestatibus*, *insidiator* e *Sicilienses* apresentam os dois acentos, primário e secundário:

[cápe]-(re)  
 [fár]-[ci:]-(re)  
 [ádo]-[ri:]-(ri)  
 [fáci]-[li]-(us)  
 [ób]-[si]-(de:s)  
 [dé]-(dit)  
 [tém]-[pes]-[tá:]-[ti]-(bus)  
 [ín]-[sidi]-[á:]-(tor)  
 [ád]-[simi]-[li]-(ter)  
 [Síci]-[li]-[é:ns]-(e:s)  
 [í]-[nu:]-[ti]-(lis)

A partir disso, Parsons (1999) encontrou uma fórmula para a estrutura métrica do verso saturnino que pode ser colocada da seguinte maneira, conforme a seguinte hierarquia:

---

<sup>73</sup> Essa forma é encontrada, por exemplo, em expressões como *floci farcre* (algo como “não dar bola, não dar importância, não fazer caso”).



me interessa aqui – pode ser resumido na seguinte síntese feita por Clackson e Horrocks (2011, 133-136):

Parsons's point is that it was the moraic composition of prosodic feet that controlled word stress, and that the normal rhythm of connected speech was marked by sequences of such stressed syllables separated from one another by groups of unstressed syllables, and not by patternings of syllable quantities. The Saturnian is taken to be an artistic stylization of such 'natural' rhythms. [...] The alternation of strong and weak positions corresponds roughly to the alternation of feet containing accented and unaccented syllables within the prosodic phrases of ordinary discourse, though things are inevitably more complex, since the purpose of the Saturnian is to define a regular 'metre' by imposing a set of restrictions on the inherently more variable rhythms of natural speech.<sup>75</sup>

Quando Parsons sugere que ritmo normal do discurso (ligado àquele verso) era marcado por sequências de sílabas acentuadas separadas uma da outra por grupos de sílabas átonas, parece até que ele está descrevendo o PE, com os acentos dominando o ritmo e o material fônico na periferia do acento ficando sujeito a apagamento. Assim como o ritmo PE favorece a queda de segmentos vocálicos átonos, o mesmo ocorreu com o latim arcaico. No epitáfio acima, por exemplo, considerando que o acento da prosódia latino-arcaica recaía sobre a primeira sílaba e que isso propiciava síncope e apódose, um vocábulo como *aidilis* estava propenso a derivar *aidlis* ou *aidil*, o que de fato aconteceu (ALLEN; GREENOUGH, 1903, p. 8). E o mesmo vale para *ambiceps* > *anceps* (SMITH; HALL, 1863, p. 347), já comentado na seção 2.2.4.5.1. Portanto, a despeito da diferença na posição do acento (no latim arcaico o acento recai sobre a primeira sílaba, e no PE, sobre a penúltima<sup>76</sup>), tanto *aidilis* > *aidlis* (no l. arcaico) quanto *chocolate* >

<sup>75</sup> O ponto para o qual Parsons chama a atenção é que era a composição moraic [baseada em *moras*, as unidades mínimas de duração silábica] do pé prosódico que controlava o acento das palavras, e que o ritmo normal do discurso ligado [a esse tipo de gênero poético] era marcado por sequências de tais sílabas acentuadas separadas uma da outra por grupos de sílabas não acentuadas, e não por padrões de quantidades silábicas. O saturnino é considerado uma estilização artística de tais ritmos 'naturais'. [...] A alternância de posições fortes e fracas corresponde *grosso modo* à alternância de pés contendo sílabas acentuadas e não acentuadas nas frases prosódicas do discurso ordinário, ainda que as coisas sejam inevitavelmente mais complexas, uma vez que o propósito do saturnino é definir um 'metro' regular pela imposição de uma série de restrições aos ritmos inerentemente mais variáveis do discurso natural.

<sup>76</sup> Talvez seja excessivo incluir mais essa explicação na exposição ao estudante, mas a mudança na posição do acento também está ligada à alternância entre os dois polos prosódicos: ritmo acentual e ritmo silábico. Como já comentei, as evidências mostram que o latim arcaico era acentual, o latim do período clássico passou a ser silábico, o protorromance, acentual, as línguas românicas modernas em geral (incluindo o PA e o

[ʃk'lat] (no PE) são motivados pelo mesmo fenômeno geral: a predominância do ritmo prosódico acentual.

Além disso, essa ideia de que a prosódia vernacular é estilizada em um gênero artístico, e de que isso é uma evidência legítima para entendermos a fonologia de línguas inacessíveis por barreiras temporais e pela escassez de registros, é muito instigante e tem um grande potencial didático. Ela, a propósito, está diretamente ligada à discussão sobre gêneros primários e secundários que levantei antes, na seção 3.1.1.2, apoiado em Bakhtin (2003 [1952/53], p. 263). Os versos saturninos são um claro exemplo de gênero secundário que tem como componente essencial a prosódia ordinária do latim arcaico, esta sim parte de gêneros primários daquela língua. Como sintetizam Clackson e

---

PB) voltaram a ser silábicas, e o PE passou a ser acentual novamente. Até agora, corroborei a posição de Loporcaro (2011), afirmando que a ocorrência sistemática de síncope favorecidas pela prosódia acentual no latim arcaico foi um fator decisivo para a mudança para o ritmo silábico no período clássico – semelhante ao que aconteceu na passagem do francês arcaico para o francês moderno, conforme Matte (1982, p. 59-60). Entretanto, há outro fenômeno interessante nessa passagem, que é mudança da posição do acento. Segundo Clackson e Horrocks (2011, p. 134-135), no latim arcaico, embora o acento principal recaísse sobre a primeira sílaba, em palavras longas com mais de três sílabas, como *tempestatibus*, havia também um acento secundário (*témpestátibus*). Dependendo do contexto em que essas palavras longas ocorriam, o acento secundário era sentido como acento principal. Assim, com o tempo, esse acento secundário foi reanalisado como acento principal. Isso naturalmente não aconteceu com *todas* as palavras, mas passou a ser uma posição *default* para o acento lexical no período clássico; é por isso, a propósito, que o latim do período clássico apresentava regularmente itens lexicais com acento na penúltima sílaba (*default* gerado pela mudança) e também na antepenúltima sílaba (*default* resquício arcaico). Nas palavras dos autores, “The shift from this Old Latin system to the Classical one can perhaps best be explained on the basis that the secondary accents on longer words were at some point reanalysed as dominant, leading eventually to the generalization of the last rather than the first potentially stress-bearing foot as ‘the’ accent bearer in *all* words, so that those with a non-initial bimoraic foot, like *facire*, would have the stress transferred to the second syllable, just as in Classical Latin. This change would not, of course, affect words with only one potentially stress-bearing foot, and we may note in support that cases like *facilius* remain accented on the initial (rather than the second) syllable in the iambo-trochaic verse of Plautus and Terence, always assuming that verse ictus is a broadly reliable guide to lexical stress. Similarly, though the stress on words like *adsimiliter* would now fall on the second syllable, again as attested in comedy, this too does not yet correspond to the classical position (the antepenultimate). The final stage in the transition to the classical system was possibly due to an inherent ambiguity in the analysis of a large number of words like *facilis* ([fáci]-(lis) ) or *imperator* ([im]-[pe]-[ra:]-(tor) ), where the accentual result is the same whether the parsing is carried out left-to-right or right-to left. If we suppose that this situation led to the eventual substitution of a right- to-left analysis, the effect on *facilius* and *adsimiliter* would be to shift the accent in each case to the classical position, since these would now be analysed as [fa]-[cili]-(us) and [ad]-[si]-[mili]-(ter) respectively.”

Horrocks (2011, 133), “[a] alternância de posições fortes e fracas corresponde *grosso modo* à alternância de pés contendo sílabas acentuadas e não acentuadas nas frases prosódicas do discurso ordinário”, e esse “*grosso modo*” é uma clara referência ao fato de que os gêneros secundários inevitavelmente reformulam os gêneros primários, abstraindo-os e idealizando-os, sendo que isso eventualmente significa simplificá-los.

Portanto, nessa terceira e última etapa do percurso didático em questão, creio que caiba mostrar ao estudante que o ritmo normal do discurso ligado ao verso saturnino, isto é, à prosódia vernacular do latim arcaico, era marcado por sequências de sílabas acentuadas separadas uma da outra por grupos de sílabas átonas, o que é típico de línguas acentuais (*stress-timed rhythm*), como foi o protorromance (LOPORCARO, 2011, p. 107-108) e como é hoje o PE. Em contraposição, o fato de a poesia do período clássico ser baseada em padrões de quantidades silábicas (sílabas longas e breves) é uma evidência de que a prosódia latina nesse período era tipicamente silábica (*syllable-timed rhythm*), como foi o PA e como é hoje o PB.

Esse momento também é oportuno para reiterar ao estudante o argumento de Parkinson (1988, p. 142), que afirma ser a métrica da poesia portuguesa um reflexo do antigo “estado das coisas”, baseado na contagem silábica, o que implica que o ritmo do PE seja resultado de desenvolvimentos recentes. Assim, torna-se lícito sustentar que, na prosódia, o latim arcaico está para o PE, assim como o latim do período clássico está para o PA e o PB, e isso tem relevância no que diz respeito a todos os aspectos distintivos tratados nesta seção, mas especialmente com relação à manutenção das vogais átonas e à manutenção dos ditongos /ej/ e /ej/.

A apresentação desses fatos dará ensejo para que o docente apresente – agora de maneira contextualizada e propícia a fazer com que o estudante se identifique com o objeto de ensino – uma introdução geral à fonologia e prosódia do latim, abordando pontos como:

- a questão da duração das vogais;
- o alfabeto latino;
- o acento de intensidade; e
- as pronúncias do latim.

Uma vez que esses pontos tenham sido apresentados ao estudante – e para isso não faltam métodos e materiais das mais variadas

abordagens – então já será possível explicar algumas variações registradas mormente no latim vernacular e no protorromance, entre elas o alçamento vocálico.

Como procurei mostrar na seção 2.2.4.4.1, apoiado em Bisol (2009, p. 76), o desenvolvimento do alçamento vocálico passou por três estágios, envolvendo alçamento por harmonia vocálica (HV) e sem motivação aparente (AL), até chegar à situação atual do PB, sendo que o estágio inicial teria ido do período tardio do latim vernacular ao português arcaico. A fonte de latim vernacular que usei antes para surpreender ocorrências de alçamento vocálico foi o *Appendix Probi*, que é, a propósito, um material com muito potencial de exploração didática, especialmente quando se parte de uma perspectiva variacionista, como é o caso aqui: lembrando, trata-se de um apêndice a uma gramática anônima do século IV, no qual se compilam ditos erros de pronúncia comuns na época. A lista é organizada em pares, sendo que o segundo item de cada par seria o “erro” comumente cometido pelos alunos do gramático, ao qual ele antepõe o modelo “correto”. O documento todo pode ser oferecido ao estudante, uma vez que ele já terá então um panorama bastante completo da fonologia latina e será capaz de perceber a ocorrência dos outros processos fônicos já discutidos. Contudo, os seguintes exemplos podem ser destacados, a fim de atestar o caráter permanente desse processo:

HV: *formica non furmica, festuca non fistuca, robigo non rubigo, aquaeductus non aquiductus, vinea non vinia*

AL: *senatus, non sinatus, terraemotus non terrimotium, doleus non dolium, cavea non cavia*

Aqui se encerraria, então, o percurso didático proposto nesta seção: um percurso que parte do PB em direção ao latim; que explora gêneros primários e secundários representativos de todas as línguas abordadas; que procura pôr foco na variação e mudança embora privilegie permanências; e que propõe colocar o estudante numa posição confortável para entrar em contato com o latim, já que ele o faz com a prerrogativa de entender uma língua que faz parte da sua identidade pessoal – o PB.

### **3.2.2 Da queda de /s/ e nasal final permanente ou reincidente à interface entre a fonologia e a morfossintaxe latina**

Ao longo do percurso didático anterior, o estudante já terá sido introduzido à fonologia e à fonética latina, e portanto já terá

conhecimento do sistema consonantal do latim. Embora Noll (2008, p. 280) me pareça ter razão quando avalia que “o vocalismo brasileiro, em comparação com o europeu, se apresenta com aspectos essencialmente conservadores, enquanto o consonantismo está permeado de inovações”, as quedas de /s/ e nasal final se apresentam como exceções à regra do “consonantismo inovador”. Assim, retomando o raciocínio, uma vez que a essa altura o estudante terá algum conhecimento do sistema consonantal do latim, então já será possível começar a tratar de uma variação crucial dentro desse sistema: as quedas de /s/ e /m/ final. Além disso, a abordagem desse fenômeno, a essa altura da aprendizagem, também é conveniente por iniciar a transição da fonologia para a morfossintaxe, já que o processo em questão se iniciou como uma regra fonológica, esprou-se para a sintaxe e gerou uma outra regra autônoma, a morfossintática.

Para fazer essa ponte, acredito ser apropriado mostrar ao estudante como os processos em questão ocorrem de um modo puramente fonológico, sem relação com a sintaxe, depois mostrar como a regra fonológica avança a fronteira da sintaxe e, por fim, mostrar como opera a regra puramente morfossintática. Começando pela situação no PB, cabe apresentar inicialmente vocábulos que sofrem queda de /s/ e nasal final que não estejam sujeitos a concordância, como nomes próprios e advérbios.

Na seção 2.2.4.5, para extrair dados linguísticos a respeito desses fenômenos, usei basicamente dois gêneros discursivos: narrativas pessoais de falantes do dialeto caipira e letras de modas de viola (explorei amostras de fala de trabalhadores rurais do sul de Minas Gerais e do interior de Goiás, e letras de modas de viola das décadas de 1950 e 1960, compostas e interpretadas por artistas do interior de São Paulo). Entretanto, como também registrei nessa mesma seção, esses fenômenos são atestados em quase todos os dialetos do PB: Guy (1981), por exemplo, os observou no dialeto carioca; e Bopp da Silva (2005) e Bopp da Silva e Schwindt (2005, 2009) os verificaram nos dialetos do sul do Brasil, a partir dos *corpora* do Projeto Varsul. Portanto, outras variedades dialetais (que não a caipira) e outros gêneros discursivos poderiam ser usados para iniciar esse percurso didático. Contudo, independente da variedade ou do gênero, como afirmei antes, é apropriado apresentar inicialmente – no caso da queda de nasal – vocábulos não sujeitos a concordância verbal – e – no caso queda de /s/ final – vocábulos não sujeitos nem a concordância verbal nem a concordância nominal.

Assim, proponho nesse primeiro estágio ao menos três possibilidades de exercício:

- Expor ao estudante transcrições de amostras de fala, chamando atenção para os casos de queda de /s/ e nasal final que não avancem a sintaxe.
- Apresentar o áudio de amostras de fala contendo os casos em questão.
- Apresentar gravações de canções em que esses fenômenos sejam perceptíveis.

Apenas para citar exemplos do que pode ser exposto ao estudante, recordo que chamei atenção, na seção 2.2.4.5, para a ocorrência de vocábulos como *viage* (vs. *viagem*), *servage* (vs. *selvagem*), *image* (vs. *imagem*), *mensagem* (vs. *mensagem*), *Goiai* (vs. *Goiás*), *depoi* (vs. *depois*), *Deu* (vs. *Deus*), *mai* (vs. *mais* ou *mas*), *jamai* (vs. *jamais*).

Em seguida, é preciso expor como esse fenômeno avança a fronteira da sintaxe e acaba gerando uma nova regra: a morfossintática. Nesse momento, usando as mesmas estratégias, cabe chamar a atenção do estudante para variantes como *eles fala* (vs. *falam*), *eles falaru* (vs. *falaram*), *os boi* (vs. *os bois*), *tu fala* (vs. *falas*), *nós falamu* (vs. *falamos*), *nós fizemu* (vs. *fizemos*), *duas viage* (vs. *viagens*), *pras banda* (vs. *bandas*), *800 boi* (vs. *bois*) e *os boi* (vs. *bois*). O importante aqui é mostrar que o ocorre nesses casos, em tese, é a sistemática não realização das marcas morfológicas de número plural (no caso da concordância nominal) e pessoa gramatical (no caso da concordância verbal).

Depois, é preciso mostrar que o mesmo processo (regra fonológica > regra morfossintática = duas regras paralelas) ocorreu no latim (logo, uma reincidência), sendo que a regra puramente fonológica pode ser entendida como permanência latina, por existir desde o latim arcaico. É relevante mencionar aqui que a queda de /s/ e /m/ finais, assim como ainda hoje o é no PB, foi um caso de variação social no latim: conforme registrei na seção 2.2.4.5.1, segundo Clackson e Horrocks (2007, p. 96), a queda de /s/ e sobretudo /m/ final era uma tendência no latim arcaico, mas foi barrada pela estardização que resultou na variedade clássica (baseada no socioleto da elite romana), embora tal apagamento tenha continuado no latim vernacular.

Não é à toa que essa variação só aparece em textos arcaicos, ou em textos sub-standards do período clássico, ou em textos tardios,



quando a variante já tinha perdido o estigma. Para ser específico, na seção 2.2.4.5.1 mostrei que essa variação ocorria nos versos saturninos típicos do período arcaico; nos *Graffiti*, que eram pichações em vias públicas cuja datação vai do período arcaico ao romance; e em inscrições dos tempos das Guerras Púnicas (264-146 a.C.), no limiar do período arcaico. Mostrei também que ela não ocorria nos textos cultos do período clássico, exceto naquela que era considerada poesia “sub-rústica”; nos textos de Cícero, por exemplo, ou mesmo nos *Dipinti* (murais encontrados por todo o mundo romano, nas casas de cidadãos ricos e em certos prédios públicos), tal variação não ocorria ou era extremamente rara. Entretanto, na época tardia, após o séc. V, o estigma aparentemente desaparece, já que, por exemplo, Prisciano de Cesareia, em suas *Institutiones Grammaticae* (séc. V), atesta a normalidade da queda, assim como faz Élio Donato, em seu Comentário sobre Terêncio (séc. V). Da mesma forma, nas inscrições imperiais tardias (séc. III ao X), a queda também é regular.

Ao apresentar esse aspecto como uma reincidência ou permanência latina, é possível apresentar uma série de ocorrências que registrei antes. Por exemplo:

- Nas inscrições de Pompeia e Herculano, alguns dos raros exemplos dos *dipinti* são: *sella* (vs. *sellam*), ac. sg. fem.; *equa* (vs. *equam*) ac. sg. fem., *Deciu* (vs. *Decium*), gentílico, acc. sg. masc.; alguns dos raros exemplos dos *graffiti* são: *Fortunatu* (vs. *Fortunatum*), sobrenome, ac. sg. masc.; *plurima* (vs. *plurimam*), ac. sg. fem.; *pane* (vs. *panem*), ac. sg. fem., etc. Como registrei, também são registrados alguns exemplos de hipercorreção (que é um curioso indicador de variação) em que um *m* era “erroneamente” acrescentado ao final da palavra, por exemplo, *permissūm* (vs. *permissū*), abl. sg. masc.; *diem* (vs. *die*), abl. sg. masc. Outros exemplos, também das inscrições de Pompeia e Herculano são: *Aemiliu* (vs. *Aemilius*), gentílico, nom. sg. masc.; *servo* (vs. *servus*), nom. sg. masc.; *Romulu* (vs. *Romulus*), sobrenome, nom. sg. masc.; *Purami* (vs. *Pyramis*), sobrenome, nom. sg. fem.; *fēlicitā* (vs. *fēlicitās*), nom. sg. fem.; *Decembrē* (vs. *Decembrēs*), acc. pl. fem.
- Em escritores do período arcaico, como Sexto Pompeu Festo (séc. II a.C.), encontra-se *attinge* (vs. *attingam*), *dice* (vs. *dicam*), *ostende* (vs. *ostendam*), *recipie* (vs. *recipiam*).

- No *Senatus consultum de Bacchanalibus* (Decreto senatorial sobre as Bacanais) (186 a.C.), e em textos contemporâneos a ele, o *s*, que era marca da 2ª pessoa singular do imperativo, foi omitido em *rege* (vs. *reges*), *mone* (vs. *mones*), *audi* (vs. *audis*); o mesmo ocorreu com as marcas da 2ª pessoa singular do presente e do imperfeito do indicativo e do subjuntivo, e do futuro do indicativo passivo: *amaris* (vs. *amare*), *ameris* (vs. *amere*), *amabaris* (vs. *amabare*), *amareris* (vs. *amarere*), *amaberis* (vs. *amabere*); o mesmo também ocorria em advérbios, que não tinham marca de concordância: *mage* (vs. *magis*) e *pote* (vs. *potis*).

Para que o estudante compreenda como as quedas de /s/ e /m/ finais comprometiam as marcas de caso e a morfologia verbal latina, ele terá que ser introduzido à sintaxe latina. Haverá, então, ensejo para que o docente apresente – agora de maneira contextualizada e propícia a fazer com que o estudante se identifique com o objeto de ensino – uma introdução geral à morfossintaxe do latim, abordando pontos como:

- Estrutura da língua latina comparada com a do português
  - A estrutura da língua portuguesa
  - A estrutura do latim
  - Comparação entre as duas línguas
- Sistema nominal latino
  - As declinações nominais
  - Os adjetivos de primeira classe
  - Preposições

Naturalmente, esses tópicos não serão apresentados de uma só vez, mas sim parcialmente e gradualmente. Também é desnecessário lembrar que cabe ao docente selecionar materiais consonantes com suas assunções pedagógicas – existem inúmeras formas de introduzir o estudante à sintaxe latina, e nenhuma delas tem privilégio sobre as outras; o que é indispensável é apenas a contextualização, isto é, despertar no estudante o interesse de entender a sintaxe latina porque ele precisa desse conhecimento para compreender a reincidência em questão.

Contudo, ao longo dessa introdução à sintaxe latina, será apropriado intercalar outras permanências e reincidências morfossintáticas que caracterizam o PB além da variação de

concordância verbal e nominal decorrentes da queda de /s/ e nasal final, como, por exemplo, a próclise do pronome átono e o uso de *em* com verbos de movimento. Assim, surgem outros percursos didáticos.

### **3.2.3 Da próclise generalizada do pronome átono à possibilidade proclítica no latim e à relativa liberdade dos constituintes na frase latina**

Embora não seja muito convencional incluir os pronomes pessoais logo no início de uma introdução à sintaxe latina, a possibilidade da próclise no latim e a correspondente independência dos clíticos em relação aos verbos na sintaxe latina podem abrir espaço para tratar do comportamento de uma língua sintética como o latim.

Nas seções 2.2.3 e 2.2.5.2, não apresentei dados linguísticos a respeito da próclise do pronome átono no PB, exceto por um único exemplo de Lucchesi e Lobo (1996): “*me diga uma coisa*”. Em vez disso, presumi um conhecimento desse fenômeno por parte do leitor e foquei em contrapor hipóteses e argumentos de estudiosos que já tinham abordado o fenômeno.

Tomando como verdadeira a análise de Salvi (2011, p. 365), segundo quem a próclise se aplica “para todos os casos” no PB, independente da finitude do verbo, não será muito difícil despertar a atenção do estudante para esse aspecto distintivo do PB, posto que ele é um dos mais flagrantes no contraste com a variedade europeia. Assim, considero uma boa estratégia apresentar contraexemplos de ênclise ao estudante, buscando testar o quão aceitável (ou não) é a ênclise na avaliação dele. É apropriado que tais contraexemplos estejam conforme gêneros primários, típicos do vernáculo brasileiro, e não exemplos literários por exemplo, já que é nos gêneros primários que a próclise se apresenta como virtualmente categórica no PB.

Portanto, considerando um enunciado como “*me dá um copo d’água, por favor?*”, o docente testaria primeiro a reação do estudante ao seu contraexemplo enclítico (“*dá-me um copo d’água, por favor*”), procurando verificar se tal contraexemplo lhe parece normal, aceitável etc., ou se lhe parece pedante, muito formal ou, quem sabe, “europeu”. Eidelwein (2010, p. 7-8) apresenta outros pares de variantes que poderiam ser úteis didaticamente:

“Diga-me seu nome.”

“Come-se muito nos Estados Unidos.”

“Conheço-te de algum lugar.”

“Bate-se na porta antes de entrar por questão de respeito.”

“Falamos-nos mais tarde.”

“Falava-se sem parar nos atentados de 11 de setembro.”  
 [...]
   
“Me diga seu nome.”
   
“Se come muito nos Estados Unidos.”
   
“Te conheço de algum lugar.”
   
“Se bate na porta antes de entrar por questão de respeito.”
   
“Nos falamos mais tarde.”
   
“Se falava sem parar nos atentados de 11 de setembro.”

Em seguida, é preciso mostrar a ele que esse comportamento sintático estava presente também no português arcaico. Para isso, o docente pode apresentar alguns dos casos coletados por Eidelwein (2010), que analisou, entre outros textos, as crônicas de Roi Fernández de Santiago e Fernão Lopes, poemas de Afonso Sanches, Joan Soares Coelho, Lopo Lias e João Garcia de Guilhade, uma cantiga de Dom Dinis, um relato chamado “A Notícia do Torto” e um documento oficial chamado “Carta dos Juizes de Abrantes”, todos representativos do PA.

Uma opção adequada seria a Crônica de Dom Fernando, redigida por Fernão Lopes. Como avalia Eidelwein (2010, p. 28), “[a] escrita de Fernão Lopes se caracteriza por uma literatura de expressão oral e popular, uma vez que foi autodidata e confessava escrever a nudez da verdade, e não a formosura das palavras.” Nessa crônica, há quatorze pronomes oblíquos átonos, sendo dois casos de próclise em início de oração, um caso de ênclise em início de oração, dez casos de próclise em meio de oração e um caso de ênclise em meio de oração. “Há uma visível predominância da próclise – doze casos contra dois casos de ênclise [...]” (EIDELWEIN, 2010, p. 28). Eis o texto:

Razoões desvairadas, que alguuns fallavam sobre o casamento delRei Dom Fernando Quando foi sabudo pello reino, como elRei recebera de praça Dona Lionor por sua molher, e *the* beijarom a mão todos por Rainha, foi o poboo de tal feito mui maravilhado, muito mais que da primeira; por que ante desto nom enbargando que o alguuns sospeitassem, por o grande e honroso geito que viam a elRei teer com ella, nom eram poreo certos se era sua molher ou nom; e muitos duvidando, cuidavom que *se* emfa daria elRei della, e que depois casaria segundo perteença a seu real estado: e huuns e outros todos fallavam desvairadas razões sobresto, maravilhamdose muito delRei nom emtemder quanto desfazia em si, por *se* contemtar de tal casamento. E delles diziam que melhor fezera elRei teella por tempo, e des i casar com outra molher; mas que esto era cousa que mui poucos ou ne nuhum, posto que emtemdessem que tal amor *the* era danoso, *o* leixavom depois e desempavom, moormente nos mançebos anos. E leixadas as fallas dalguuns simprezes, que em favor delle razoavom, dizendo que nom era maravilha o que elRei fezera, e que ja a outros acomteçera semelhaveo erro, avemdo grande amor a alguumas molheres; dos ditos dos emtemdidos fundados em siso, alguuma cousa digamos em breve: os quaaes fallamdo em esto o que parecia, diziam que tal bem quereça era muito

demeitar, moormente nos Reis e senhores, que mais que nenhuuns dos outros desfaziam em si per liamça de taaes amores. Ca pois que os antiigos derom por doutrina, que ho Rei na molher que ouvesse de tomar, principalmente devia desguar dar nobreza de geeraçom, mais que outra alguma cousa, que aquell que o contrario desto fazia, nom *the* viinha de boom siso, mas de samdiçe, salvo se husamça dos homeens em tal feito *the* emprestasse nome de sesudo: e pois que elRei Dom Fernamdo leixava filhas de tam altos Reis; com que *the* davom grandes e homrrosos casamentos, e tomava Dona Lionor, que tantos com trairos tiinha pera o nom ser, que bem devia seer posto no conto de taaes. Outros diziam, que isto era assi como door da qual ao homem prazia e nom prazia, dizemdo que todollos sabedores concordavom, que todo homem namorado tem huuma espeçia de samdiçe; e esto por duas razoões, a primeira por que aquello que em alguuns he causa intrinseca das outras maneiras de sam diçe, he em estes causa de taaes amores: a segunda por que a virtude extimativa, que he emperatriz das outras potençias da alma açena de tal molher a elle prazivel, cousa que *the* digam do boom comsselho nom recebe, se o comsselho he que *a* leixe e nom cure delle, ante *the* faz hum acreçentamento de door, que he fora de todo boom juizo; de guisa que se he tal pessoa o que comsselhou, de que possa tomar vimgamça, tomaa assi como fez elRei Dom Fernamdo, que mandou fazer justiça em alguuns do seu poboo, que o bem comssselhavom em semelhante caso, segundo ja teendes ouvido.

Depois, cabe mostrar que, no latim, os clíticos podiam aparecer antes ou depois verbo (como em “*morituri te salutant*” e “*nosce te ipsum*”<sup>77</sup>), no entanto, não era o verbo que determinava esse posicionamento, mas sim o primeiro constituinte da sentença principal, fosse ele um sintagma nominal, verbal ou de qualquer outro tipo; a posição canônica do clítico era depois desse primeiro constituinte, a despeito da posição do verbo (SALVI, 2011, p. 363).

Nesse ponto, é interessante contrapor o latim às línguas românicas, mostrando que, por condicionamento fonético, os clíticos passaram a ser interpretados sintaticamente nos romances como acessórios do verbo (DE KOK, 1985, p. 92-93),<sup>78</sup> ao passo que no latim eram independentes do verbo. Minha proposta é que a discussão da independência sintática dos clíticos oportunize uma discussão sobre a relativa independência dos constituintes da frase latina pelo fato de o latim ser uma língua sintética, isto é, por apresentar marcas

<sup>77</sup> Aforismos representativos de gêneros primários latinos.

<sup>78</sup> Cabe ao docente julgar se é conveniente explicar o relaxamento da Lei de Tobler-Mussafia motivado pelos fatores fonéticos discutidos por De Kok, (1985, p. 92-93).

morfológicas de caso que davam ao vocábulo uma relativa liberdade na frase.

Uso os termos “relativa liberdade” porque, ao contrário do que apregoam muitos manuais de latim, as marcas de caso não davam *total* liberdade ordinatória. O latim, como já mencionado na seção 2.1.1, era uma língua predominantemente SOV, sendo que os constituintes do sintagma nominal também respeitavam uma ordem típica: à esquerda do núcleo, os adjuntos, e à direita, os adjetivos. Entretanto, os movimentos na superfície eram muito mais livres do que vieram a ser nas línguas analíticas românicas, que enrijeceram a ordem para compensar a perda das marcas de caso.

Vale dizer, ainda, que, embora a permanência latina de onde origina o percurso didático em questão esteja relacionada a pronomes pessoais, não é necessário apresentar ao estudante neste momento uma introdução completa ao sistema pronominal latino, já que o foco aqui está basicamente na significância da ordem das palavras.

Enfim, uma vez que surge contexto para explicar as marcas morfológicas de caso que dão relativa liberdade ordinatória aos constituintes frasais, então já será apropriado oferecer ao estudante uma exposição mais completa sobre as declinações nominais e suas flexões. Em resumo, o percurso didático proposto nesta seção corresponde ao seguinte itinerário: próclise do pronome átono no PB > possibilidade proclítica no latim > independência dos clíticos em relação aos verbos na sintaxe latina > comportamento sintático de uma língua sintética como o latim > introdução ao sistema nominal latino (declinações nominais e adjetivos de primeira classe).

### **3.2.4 Do uso de *em* com verbos de movimento ao uso de *in* com acusativo e ao sistema preposicional latino**

Acima, quando tratei da relativa independência dos constituintes da frase latina, mencionei que tal independência não é absoluta porque no latim predominava a ordem SOV e também a ordem adjunto-nome-adjetivo no sintagma nominal. Entretanto, além desses dois padrões, outro fator impedia a absoluta independência dos constituintes: as preposições.

Quando as marcas de caso sofreram erosões fonéticas no período românico e o sistema de casos colapsou, o uso das preposições aumentou massivamente, e os romances desenvolveram um sistema preposicional semelhante ao das línguas românicas analíticas modernas. Contudo, mesmo durante o período clássico, quando o latim ainda se comportava como uma língua sintética, com marcas morfológicas para

objeto indireto, adjunto adverbial etc., as preposições já eram usadas em diversos casos.

Uma das permanências examinadas no capítulo 2, que constitui um dos aspectos mais distintivos do PB, é o uso da preposição *em* com verbos de movimento, o que me leva a propor que usar essa permanência latina do PB como gatilho para tratar do sistema preposicional latino é uma estratégia conveniente, uma vez que o estudante foi recém introduzido à “relativa independência dos constituintes da frase latina”.

Antes de abordar qualquer relação entre o PB e o latim, é necessário – como tenho ressaltado até aqui – despertar a atenção do estudante para o quão distintivo é esse aspecto (o uso de *em* com verbos de movimento) e por que ele o é. Na seção 2.2.5.3, apresentei poucos dados linguísticos a respeito do uso de *em* com verbos de movimento, exceto por alguns exemplos como “*vou no banheiro, cheguei em casa, cheguei na cidade, chegou em São Paulo, chegaram no aeroporto*” extraídos de Piacentini (2004) e Mattos e Silva (1989). Em vez disso, tal como no percurso didático anterior, presumi um conhecimento desse fenômeno por parte do leitor e foquei no seu exame diacrônico. Podemos trazer, no entanto, diversos exemplos autênticos a partir de estudos que abordaram esse fenômeno. Exponho aqui alguns registros coletados por Jesus (2012, 313-317, grifo meu) em comunidades rurais do semiárido baiano:

[...] *no centro* da cidade, nunca *fui*. Só *fui* mesmo *nos bairros*.

[...] minha mãe de toda vida ela gostava muito de *ir na igreja* [...].

Eu só *vou na rua* quando eu vou tirar meu dinheirinho.

“[...] você com um conto, era a mehma coisa que num ter nada. Cê *ia na feira* com aquele conto, cê num comprava nada.

“Eu num gosto não. A gente *vai na casa* desse povo assim, quando a hente chega lá ele diz: “ah, você tá sentino o quê?”

Para o percurso didático em questão, é apropriado usar a mesma estratégia do percurso didático anterior: apresentar contraexemplos que despertem o esperado estranhamento do estudante falante de PB. Portanto, partindo dos exemplos acima, cabe formular sentenças como “*fui ao centro*”, “*fui aos bairros*”, “*ir à igreja*”, “*vou à rua*”, “*ia à feira*”, “*vai à casa*” etc. Cabe, aqui, problematizar junto ao estudante o caso em questão, comentando que ele expõe uma variação social (ligada à escolaridade) e estilística (ligada à formalidade), já que o uso de *a* com verbos movimento no PB reflete uma norma reiterada por gramáticas normativas escolares que, por sua vez, reproduzem essa regra de

gramáticas europeias. O vernáculo brasileiro, contudo, rejeita o uso de *a* com verbos de movimento. Depois de apresentar os contraexemplos artificiais, cabe apresentar exemplos autênticos como os de Jesus (2012, 313-317) citados antes, a fim de fazer com que o estudante reconheça nessa variante um traço distintivo do PB vernacular.

Em seguida, uma vez que o estudante estiver ciente desse aspecto distintivo, é apropriado lhe mostrar seu caráter permanente. Na seção 2.2.5.3.1, sustentei que esse uso estava presente no PA, em diferentes gêneros discursivos: no *Cancioneiro da Vaticana*, uma coletânea medieval de 1200 cantigas trovadorescas (cantigas de amigo, de amor e de escárnio e maldizer) escritas em português arcaico; e n' *Os Lusíadas*, a epopeia portuguesa por excelência, ícone do classicismo português. Ou seja, estava presente tanto num gênero próximo ao vernáculo, como a canção, quanto num gênero erudito, como a epopeia, o que atesta a sua normalidade no período arcaico. Nesse momento do percurso didático que proponho, cabe expor exemplos do PA e contextualizá-los à luz dessa contextualização. Reitero aqui os exemplos mencionados antes:

*Cancioneiro da Vaticana*: “En a primeyra rua que chegemos...” [...]. João de Barros: “era vindo nesta terra” [...]. Camões: “Nalgum porto seguro de verdade | Conduzir-nos, já agora, determina” (*Os Lusíadas*, II, 32); “Os Cabelos da barba e os que decem | Da cabeça nos ombros, todos eram | Uns limos prenhes d’água, e bem parecem” (*Os Lusíadas*, VI, 17). (NOLL, 2008, p. 320).

Nesse momento, cabe informar ao estudante que a construção de *em* com verbos de deslocamento é uma permanência do PB “[...] que remete ao uso latino de *in* + acusativo” (NOLL, 2008, p. 252). Enquanto o sistema preposicional do PB prevê o uso de *em*, *pra*, *até* e outras locuções prepositivas (como *pra dentro de*, *pra fora de* etc.) com verbos de deslocamento, o latim, como exposto na seção 2.2.5.3.1, previa basicamente os usos de *in* + acusativo, *ad* + acusativo, *a(b)* + ablativo e *e(x)* + ablativo, sendo que o uso de *in* + acusativo é plenamente correspondente ao uso de *em* com verbos de deslocamento no PB.

Na referida seção, com base em Gonçalves (2007, p. 49), mencionei apenas alguns exemplos como *in forūm*, *in uiam* e *in scaenām*. Entretanto, aqui é necessário dar exemplos mais concretos ao estudante, mostrando o comportamento de sintagmas como esses em textos reais. Isso, naturalmente, pode ser feito de diferentes maneiras, usando diferentes textos. Contudo, apenas para ilustrar a questão, selecionei o sintagma *in forum* e o submeti ao corpus de textos latinos da



Perseus Digital Library,<sup>79</sup> buscando por ocorrências com verbos de deslocamento. Excluindo os textos em latim medieval (900-1300), latim renascentista (1300-1500) e neolatim (1500-presente), a pesquisa retornou 640 ocorrências, envolvendo textos que vão do período arcaico ao período tardio, atravessando diferentes gêneros, desde cartas, comédias populares e sátiras, passando por textos jurídicos (como discursos de acusação) e textos historiográficos, até tratados de oratória e filosofia. Isso mostra que se tratava de um uso normal em todos os dialetos e socioletos latinos. A seguir exponho um quadro com os resultados da pesquisa:

Quadro 11 - Ocorrências de *in forum* com verbos de deslocamento a partir do corpus da Perseus Digital Library

Texto	Ocorrências
M. Tullius Cicero, Letters to Atticus	11
M. Tullius Cicero, Epistulae ad Familiares	16
M. Tullius Cicero, For Marcus Caelius	1
M. Tullius Cicero, Against Catiline	5
M. Tullius Cicero, For Aulus Cluentius	1
M. Tullius Cicero, For Lucius Murena	4
M. Tullius Cicero, For Sextus Roscius of Ameria	1
M. Tullius Cicero, For King Deiotarius	2
M. Tullius Cicero, For Milo	2
M. Tullius Cicero, Philippics	8
M. Tullius Cicero, Against Verres	23
M. Tullius Cicero, For Aulus Caecina	1
M. Tullius Cicero, For Flaccus	1
M. Tullius Cicero, For Rabirius on a Charge of Treason	1
M. Tullius Cicero, On his House	1
M. Tullius Cicero, On the Responses of the Haruspices	2
M. Tullius Cicero, In the Senate after his Return	3
M. Tullius Cicero, For Sestius	7
M. Tullius Cicero, Against Vatinius	1
M. Tullius Cicero, For Sulla	1
Q. Tullius Cicero, Essay on Running for Consul	2
M. Tullius Cicero, Letters to and from Quintus	1
P. Ovidius Naso, Metamorphoses	1
T. Maccius Plautus, Asinaria	4
T. Maccius Plautus, Aulularia	1
T. Maccius Plautus, Bacchides	3
T. Maccius Plautus, Captivi	1
T. Maccius Plautus, Casina	2
T. Maccius Plautus, Curculio	3

<sup>79</sup> Latin Texts. Perseus Digital Library. Disponível em:

<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/collection?collection=Perseus%3Acorpus%3Aperseus%2CLatin%20Texts>. Acesso em 9 jan. 2016.

Texto	Ocorrências
T. Maccius Plautus, Epidicus	3
T. Maccius Plautus, Menaechmi	3
T. Maccius Plautus, Mercator	1
T. Maccius Plautus, Miles Gloriosus	3
T. Maccius Plautus, Mostellaria	2
T. Maccius Plautus, Persa	2
T. Maccius Plautus, Pseudolus	4
T. Maccius Plautus, Rudens	2
T. Maccius Plautus, Trinummus	2
T. Maccius Plautus, Truculentus	1
Maurus Servius Honoratus, Commentary on the Aeneid of Vergil	6
P. Vergilius Maro, Aeneid	1
P. Vergilius Maro, Georgicon	1
Acts	2
Ezekiel	1
C. Suetonius Tranquillus, Divus Augustus	4
C. Suetonius Tranquillus, Caligula	3
C. Suetonius Tranquillus, Divus Claudius	2
C. Suetonius Tranquillus, Domitianus	1
C. Suetonius Tranquillus, Galba	1
C. Suetonius Tranquillus, Divus Julius	3
C. Suetonius Tranquillus, Nero	4
C. Suetonius Tranquillus, Tiberius	2
C. Suetonius Tranquillus, Vitellius	1
Q. Horatius Flaccus (Horace), Satyrarum libri	2
Vitruvius Pollio, De Architectura	5
C. Julius Caesar, De Bello Civili	1
Cornelius Tacitus, Annales	8
Cornelius Tacitus, Historiae	8
P. Terentius Afer (Terence), Adelphi	4
P. Terentius Afer (Terence), Andria	6
P. Terentius Afer (Terence), Eunuchus	1
P. Terentius Afer (Terence), Hecyra	1
P. Terentius Afer (Terence), Phormio	4
Phaedrus, Fabulae Aesopiae	2
M. Tullius Cicero, De Oratore	11
Sallust, The Jugurthine War	1
Caesar Augustus, Res Gestae Divi Augusti	3
The Venerable Bede, Historiam ecclesiasticam gentis Anglorum	1
Pliny the Elder, Naturalis Historia	21
Titus Livius (Livy), The History of Rome, Book 41	2
Titus Livius (Livy), The History of Rome, Book 45	2
Titus Livius (Livy), The History of Rome, Book 10	1
Titus Livius (Livy), The History of Rome, Book 8	2
Titus Livius (Livy), The History of Rome, Book 9	3
Titus Livius (Livy), The History of Rome, Book 1	6
Titus Livius (Livy), The History of Rome, Book 2	4
Titus Livius (Livy), The History of Rome, Book 3	11
Titus Livius (Livy), The History of Rome, Book 4	1
Titus Livius (Livy), The History of Rome, Book 5	4



Texto	Ocorrências
Titus Livius (Livy), The History of Rome, Book 40	1
Titus Livius (Livy), The History of Rome, Book 41	2
Titus Livius (Livy), Ab urbe condita libri, erklärt von M. Weissenborn, book 45	2
Titus Livius (Livy), Ab urbe condita libri, erklärt von M. Weissenborn, books 31-32, commentary	3
Titus Livius (Livy), Ab urbe condita libri, erklärt von M. Weissenborn, books 33-34, commentary	3
Titus Livius (Livy), Ab urbe condita libri, erklärt von M. Weissenborn, books 35-38, commentary	3
Titus Livius (Livy), Ab urbe condita libri, erklärt von M. Weissenborn, books 39-40, commentary	6
Titus Livius (Livy), Ab urbe condita libri, erklärt von M. Weissenborn, books 41-42, commentary	3
Titus Livius (Livy), Ab urbe condita libri, erklärt von M. Weissenborn, books 43-44, commentary	5
Titus Livius (Livy), Ab urbe condita libri, erklärt von M. Weissenborn, book 45, commentary	2
Titus Livius (Livy), The History of Rome, Book 1	6
Titus Livius (Livy), The History of Rome, Book 2	4
Titus Livius (Livy), The History of Rome, Book 21	1
Titus Livius (Livy), The History of Rome, Book 22	2
Titus Livius (Livy), The History of Rome, Book 3	11
Titus Livius (Livy), The History of Rome, Book 5	4
Titus Livius (Livy), The History of Rome, Book 6	2
Titus Livius (Livy), The History of Rome, Book 7	1
Titus Livius (Livy), The History of Rome, Book 24	2
Titus Livius (Livy), The History of Rome, Book 25	1
Titus Livius (Livy), The History of Rome, Book 26	5
Titus Livius (Livy), The History of Rome, Book 27	6
Titus Livius (Livy), The History of Rome, Book 28	2
Titus Livius (Livy), The History of Rome, Book 29	1
Titus Livius (Livy), The History of Rome, Book 30	2
Titus Livius (Livy), The History of Rome, Book 31	3
Titus Livius (Livy), The History of Rome, Book 32	2
Titus Livius (Livy), The History of Rome, Book 33	2
Titus Livius (Livy), The History of Rome, Book 34	3
Titus Livius (Livy), The History of Rome, Book 35	2
Titus Livius (Livy), The History of Rome, Book 36	1
Titus Livius (Livy), The History of Rome, Book 37	1
Titus Livius (Livy), The History of Rome, Book 38	3
Titus Livius (Livy), The History of Rome, Book 40	1
Titus Livius (Livy), The History of Rome, Book 41	2
Titus Livius (Livy), The History of Rome, Book 45	2
Petronius, Satyricon	4
Seneca, De Providentia	1
Seneca, De Constantia	2
Seneca, De Ira	3
Seneca, De Tranquillitate Animi	3
Seneca, De Beneficiis	1
Seneca, Apocolocyntosis	1

Texto	Ocorrências
M. Tullius Cicero, De Legibus	2
M. Tullius Cicero, De Republica	1
M. Tullius Cicero, de Finibus Bonorum et Malorum	1
M. Tullius Cicero, de Natura Deorum	4
M. Tullius Cicero, De Amicitia	1
M. Tullius Cicero, Paradoxa stoicorum ad M. Brutum	2
M. Tullius Cicero, Paradoxa stoicorum ad M. Brutum: apparatus criticus	1
M. Tullius Cicero, De Officiis	1
Quintilian, Institutio Oratoria, Book 4	1
Quintilian, Institutio Oratoria, Book 5	1
Quintilian, Institutio Oratoria, Book 6	1
Quintilian, Institutio Oratoria, Book 7	1
Quintilian, Institutio Oratoria, Book 9	1
Quintilian, Institutio Oratoria, Book 10	1
Quintilian, Institutio Oratoria, Book 12	2
Aulus Gellius, Attic Nights	2
Seneca, Ad Lucilium Epistulae Morales	4
Ammianus Marcellinus, Rerum Gestarum	1
Cornelius Tacitus, Dialogus de Oratoribus	8
Maurus Servius Honoratus, Commentary on the Georgics of Vergil	1
Juvenal, Satires	2
Sallust, Bellum Iugurthinum	1
P. Ovidius Naso, Ex Ponto	1
Sextus Propertius, Elegies	3
Florus, Lucius Annaeus, Epitome Rerum Romanorum	3
Persius, Satires	1
Statius, P. Papinius, Silvae	3
Apuleius, Apologia	3
Apuleius, Metamorphoses	7
Apuleius, Florida	1
Columella, Lucius Junius Moderatus, Res Rustica, Books V-IX	1
Martial, Epigrammata	5
De Vita Hadriani	1
Antoninus Pius	1
Maximini Duo	1
Divus Aurelianus	1
Q. Horatius Flaccus (Horace), Epistles	3
M. Tullius Cicero, De Optimo Genere Oratorum	1
M. Tullius Cicero, Brutus	6
M. Tullius Cicero, Orator	2
Sidonius Apollinaris, Epistulae, Books I-IX	1
Augustine, Saint, Epistulae. Selections.	1
Prudentius, Contra Symmachum	2
Prudentius, Peristephanon Liber	4
Seneca the Elder, Controversiae	6
Seneca the Elder, Excerpta Controversiae	3
Tertullian, Apologeticum	3
Tertullian, De Spectaculis	1
Ausonius, Decimus Magnus, Commemoratio professorum Burdigalensium	1
Ausonius, Decimus Magnus, Ausonii Burdigalensis Vasatis Gratiarum Actio	1

Texto	Ocorrências
Ad Grati Angratianum Imperatorem Pro Consulatu	
Ausonius, Decimus Magnus, Ludus Septem Sapientum	1
Valerius Maximus, Facta et Dicta Memorabilia	10
Claudianus, Claudius, De consulatu Stilichonis	1
Claudianus, Claudius, Panegyricus dictus Probino et Olybrio consulibus	1

Não caberia apresentar todas as ocorrências em detalhe, mas exponho aqui algumas delas a título de ilustração, com destaque para o sintagma *in forum* e o verbo de deslocamento:

**Petronius, Satyricon**

seção I: ... tumore et sententiarum vanissimo strepitu hoc tantum proficiunt, ut cum *in forum venerint*, putent se in alium orbem terrarum delatos. Et

seção IV: ... ambitioni donant. Deinde cum ad vota properant, cruda adhuc studia *in forum pellunt* et eloquentiam, qua nihil esse maius confitentur, pueris

seção XII: *Veniebamus in forum* deficiente iam die, in quo notavimus frequentiam rerum venalium,

seção LVIII: ... anulos buxeos curare, quos amicae tuae involasti. Occuponem propitium. *Eamus in forum* et pecunias mutuemur: iam scies hoc ferrum fidem habere

**M. Tullius Cicero, Pro Milone**

capitulum XXIII: ... per deos immortalis, quae fuerit celeritas reditus eius, qui *ingressus in forum* ardente curia, quae magnitudo animi, qui voltus, quae oratio.

**M. Tullius Cicero, Pro Aulo Caecina**

capitulum XVIII: ... copiose L. Crassus, homo longe eloquentissimus, paulo ante quam nos *in forum venimus*, iudicio c virali hanc sententiam defendit et facile

**T. Maccius Plautus, Rudens**

actum IV, scaena III: ... vidisti, venefice, vidulum piscem cepisse aut *protulisse* ullum *in forum* non enim tu hic quidem occupabis omnis

**C. Suetonius Tranquillus, Divus Augustus**

capitulum XXVI: ... et Lucium filios amplissimo praeditus magistratu suo quemque tirocinio *deduceret in forum*. quinque medios consulatus a sexto ad decimum annuos

**Titus Livius, Ab Urbe Condita, Liber XXIX**

capitulum 25: ... ex omnibus nauibus gubernatoresque et magistri nauium et bini milites *in forum conuenirent* ad imperia accipienda. postquam conuenerunt, primum ab

**Quintilian, Institutio Oratoria**

liber IV, capitulum III: ... excurrere. quod quidem natum ab ostentatione declamatoria iam *in forum venit*, postquam agere causas non ad utilitatem litigatorum, sed

**Quintilian, Institutio Oratoria, Liber XIX**

liber XIX, capitulum II: ... videatur quam audiri: ipse inflammatus scelere et furore *in forum venit*, ardebant oculi, toto ex ore crudelitas eminebat.

**Marcus Annaeus Seneca, Excerpta Controversiae**

liber IV, capitulum I: ... dimisit qualem redire ad sepulchrum puderet. Credo mirari aliquem quod *in forum* amissis modo liberis *ueniam*. at ego iam in conuiuio

A essa altura da aprendizagem, o estudante já terá um conhecimento básico da sintaxe e do sistema nominal latino, e assim, com a mediação do docente, poderá então começar a aprofundar seu conhecimento da sintaxe latina, estudando um uso preposicional que permanece praticamente o mesmo até hoje no PB. Nisso consiste o percurso didático proposto nesta seção.

### **3.2.5 Da variação de gênero gramatical e classes nominais temáticas à visão completa do sistema nominal latino**

Uma vez que o estudante já tem um conhecimento inicial do funcionamento da sintaxe latina, com suas flexões nominais de caso, é importante que esse processo seja concluído com o conhecimento completo do sistema nominal. Essa conclusão pressupõe tópicos como:

- Terceira declinação dos nomes
- Adjetivos de segunda classe
- Quarta e quinta declinações nominais

Dentre os aspectos distintivos do PB examinados no segundo capítulo, um deles seria um ponto de partida apropriado para iniciar um percurso didático em direção à conclusão do aprendizado completo do sistema nominal latino: a variação de gênero gramatical e as classes nominais temáticas.

Na seção 2.2.5.7, sustentei que a morfologia nominal do PB se divide nas categorias de nomes temáticos e atemáticos, sendo que os nomes temáticos são assim chamados por apresentarem uma vogal temática, que pode ser *o*, *a* ou *e*. Naquela seção, destaquei que, embora não haja consenso, alguns autores admitem que o PB também possui as marcas típicas de gênero *o* e *a*, que coincidem com as vogais temáticas nominais *o* e *a*, e eventualmente co-ocorrem com estas cumulativamente. Contudo, os nomes com tema em *e* não estão sujeitos a essa coincidência entre a vogal temática e a marca de gênero (que

acontece com *o* e *a*) e, em parte por isso, estão mais propensos à variação de gênero gramatical. É justamente para marcar o gênero de nomes com tema em *e* (nos quais não é possível essa marca cumulativa) que no PB se observa, por exemplo, o acréscimo da marca de gênero feminino em nomes de tema em *e*, como em *presidenta*, *elefanta*, *governanta*, *infanta*. Por fim, verifiquei naquela seção que a variação de gênero em nomes de tema em *e* está condicionada a fatores linguísticos quando há os traços semânticos de animacidade e sexo. No entanto, quando esses traços são ausentes, parece ser mais arbitrária, e não está ligada a nem a fatores sociais nem a questões estilísticas.

Para despertar a atenção do estudante para a variação de gênero de nomes com tema em *-e*, o docente pode expor textos representativos do PB provenientes de diferentes gêneros e variedades dialetais, já que, conforme Lima (2007), fatores sociais têm pouca relevância no condicionamento dessa variação. Na referida seção, mencionei os seguintes exemplos retirados do corpus do CEPRIL - Centro de Pesquisa, Recursos e Informação em Linguagem da PUC/SP:

Como se **essa personagem** que eu tô fazendo fosse criança também.

Ela é **uma personagem** da peça também.

[...] quando **um personagem** se dirige ao entrevistador [...]

Aaron Lake é **um personagem** de John Grisham em “A Confraria”.

[...] as maçãs, o salsão, os tomates, as cenouras e **a alface**.

Daí para **o alface** foi um pulo.

**A herpes** genital é mais comum na vagina, principalmente quando o vírus causador é o HSV2.

**O herpes** é uma doença viral recorrente, geralmente benigna, causada pelos vírus Herpes simplex 1 e 2.

Mas se você tá realmente sem tempo ou naquele dia de muita preguiça, dá pra só refogar as cebolas rapidinho e fazer **o quiche** mesmo assim.

**A quiche**, levinha e bem temperada, combinou muitíssimo bem com a cerveja.

Para mostrar como o PB possui classes nominais temáticas, podemos citar, por exemplo, empréstimos lexicais estrangeiros que são “atualizados” ao entrarem no léxico. Na referida seção, a partir de Cintra (2004, p. 87), mencionei itens como *jangada* (do malaiala *changadam*), *taba* (do tupi *tawa*), *esfirra* (do árabe *sfīḥah*), *quitanda* (do quimbundo *kitanda*), *maloca* (do tupi *mar'oka*), *breque* (do inglês *break*), *quibe* (do árabe *'kibbeh*), *uíscue* (do inglês *whisky*), turismo (do francês *tourisme*).

Na seção 2.2.5.7.1, cheguei à conclusão de que o encaixamento (ou atualização) de novos léxicos que incorporam o PB dentro das



subclasses de temas em *o*, *a* ou *e*, ou da classe atemática, tem paralelo exato na história: encontra correspondência tanto no período da romanização, quando houve a perda do gênero neutro e da quarta e quinta declinação, quanto no período clássico, quando já havia variação principalmente entre formas da 5ª e 1ª declinação, e da 4ª e 2ª. Outro argumento levantado é o fato de que a incorporação de novos itens lexicais, fossem empréstimos de outras línguas ou neologismos, estava sujeito ao sistema de classificação da morfologia nominal latina, que distribuía os novos léxicos entre as subclasses nominais (declinações) conforme o tema ao qual se adequassem, exatamente como ocorre no PB com empréstimos e neologismos.

Citei alguns empréstimos lexicais que se introduziram no latim, como a palavra fenícia *shofet* (magistrado cartaginense), que foi lexicalizada em latim como *sufes*, “atualizada” como um léxico da 3ª declinação de gênero masculino; a palavra árabe *djiboutin* foi lexicalizada *gibutum* (2ª declinação, neutro); a também árabe *genewah* foi lexicalizada *guinea* (1ª declinação, feminino). O mesmo acontecia com a incorporação de nomes de origem grega, que aparecem declinados ora “à latina” ora “à grega”: *grammatica, ae* ou *grammatice, es*; *musica, ae* ou *musice, es*; *rhetorica, ae* ou *rhetorice, es*; *Nioba, ae* ou *Niobe, es*. Exemplos como esses podem ser apresentados pelo docente para fazer a conexão entre a permanência latina do PB em questão (classes nominais temáticas) e sua incidência no latim. É interessante, contudo, que termos como esses sejam apresentados em textos autênticos, para que, a partir do conhecimento desses fatos linguísticos, surja contexto para que o estudante complete a sua aprendizagem do sistema nominal latino, observando o comportamento de todas as cinco declinações. Eis alguns textos possíveis:

**Seneca, De Tranquillitate Animi, livro 9, cap. 4:**

Sed vide, ne totum istud tuum vitium sit ; non vis enim nisi consul aut prytanis aut ceryx aut *sufes* administrare rem publicam.<sup>80</sup>

**Quintilian, Institutio Oratoria, livro 2, cap. 17:**

Illud enim admonere satis est, omnia quae ars consummauerit a natura initia duxisse: aut tollatur medicina, quae ex obseruatione salubrium atque his contrariorum reperta est et, ut quibusdam placet, tota constat experimentis (nam et uulnus deligauit aliquis antequam haec ars esset, et febrem quiete et abstinentia, non quia rationem uidebat, sed quia id ualeto ipsa coegerat,

---

<sup>80</sup> “Mas veja, nem tudo é culpa sua; você não decide administrar a coisa pública a não ser que seja um cônsul ou um pretano ou um sáfete.”

mitigavit), nec fabrica sit ars (casas enim primi illi sine arte fecerunt), nec **musica** (cantatur ac saltatur per omnis gentes aliquo modo).<sup>81</sup>

**Quintilianus, Institutio Oratoria, livro 2, cap. 21:**

Quid ergo? non faber de fabrica melius aut de **musice** musicus? Si nesciat orator, quid sit, de quo quaeratur, plane melius. Nam et litigator rusticus illitteratusque de causa sua melius, quam orator, qui nesciet quid in lite sit.<sup>82</sup>

No que diz respeito à variação de gênero dos nomes de tema em *e*, apresentei evidências de que seja um processo antigo, que data pelo menos desde o período da romanização, e isso está ligado diretamente à perda do gênero neutro. Ademais, quando um nome latino de tema em *e* não possuía o traço “sexo”, também ficava propenso à variação de gênero. Mencionei, por exemplo, os vocábulos latinos *flos, floris; pons, pontis; arbor, arboris; ars, artis; frons, frontis*, que, em diferentes regiões da România, assumiram um ou outro gênero gramatical conforme aquela que é a regra geral para o estabelecimento do gênero gramatical: a convenção social. Por isso, hoje temos *la fleur* (fr, fem), *la/a flor* (sp e pt, fem), *il fiore* (it, masc); *le pont* (fr, masc), *el puente* (sp, masc), *a ponte* (pt, fem), *il ponte* (it, masc); *l'arbre* (fr, masc), *el árbol* (sp, masc), *a árvore* (pt, fem), *l'albero* (it, masc); *l'art* (fr, masc), *el arte* (sp, masc), *a arte* (pt, fem), *l'arte* (it, fem); *le front* (fr, masc), *la frente* (sp, fem), *a frente* (pt, fem), *la fronte* (it, fem).

Ao apresentar essa reincidência, o docente pode apresentar ao estudante textos latinos em que se atesta essa variação, tais como os seguintes:

**Trecho de *Rudens*, de Plauto, em que *frons* (declinado no ablativo sing.) apresenta gênero feminino:**

Trachalio: Ecquem adulescentem huc, dum hic astatis, expédite, vidistis ire strenua facie, rubicundum, fortem, qui tris semihomines duceret chlamydatos cum machaeris?

Piscatores: Nullum istac facie ut praedicas venisse huc scimus.

<sup>81</sup> “Basta, portanto, recordar que tudo o que a arte produziu começou pela natureza; tomemos a medicina, que foi descoberta pela observação das coisas saudáveis e dos seus contrários e, como querem alguns, consiste inteiramente de experimentos (pois alguém curou a ferida antes que essa arte existisse e mitigou a febre com o repouso e a abstinência, não porque aplicasse uma razão, mas porque a própria saúde obrigava a isso), nem a arte é construtora (pois os primeiros fizeram as casas sem arte), nem a música (todos os povos cantam e dançam de qualquer modo).”

<sup>82</sup> “E então? Um construtor não sabe mais sobre construção [do que um orador], ou um músico sobre música? Se o orador desconhecer o assunto sobre o qual vai tratar, certamente sim. Até um litigável camponês analfabeto sabe mais sobre a sua causa do que um orador que não sabe nada sobre o assunto em lide.”

Trachalio: Ecquem recalvom ac Silanum senem, statutum, ventriosum, tortis supercilliis, *contracta fronte*, fraudulentum, deorum odium atque hominum, malum, mali viti probrique plenum, qui duceret mulierculas duas secum satis venustas?

Piscatores: Cum istius modi virtutibus operisque natus qui sit, eum quidem ad carnificem est aequius quam ad Venerem commeari.<sup>83</sup>

**Trecho de *Miles Gloriosus*, de Plauto, em que *frons* (declinado no ablativo sing.) apresenta gênero masculino:**

Palaestrio: Paulisper tace, dum ego mihi consilia in animum convoco et dum consulo quid agam, quem dolum doloso contra conservo parem, qui illam hic vidit osculantem, id visum ut ne visum siet.

Periplectomenus: Quaere: ego hinc abscessero aps te huc interim. illuc sis vide, quem ad modum adstitit, *severo fronte* curans cogitans. pectus digitis pultat, cor credo evocaturus foras; [...].<sup>84</sup>

Ao mesmo tempo em que verifica que essa variação – que consiste em um aspecto distintivo do PB – também ocorria no latim, o estudante pode seguir aprofundando a sua aprendizagem do sistema nominal latino, estudando também os adjetivos de terceira declinação, que se comportam como os nomes de tema *-e*. Eis, por fim, o percurso didático proposto nesta seção: variação de gênero gramatical e comportamento das classes nominais temáticas no PB > variação de gênero gramatical e comportamento das classes nominais temáticas no latim > nomes latinos de tema em *-e* (3ª declinação e adjetivos de 2ª classe) + 4ª e 5ª declinações nominais.

### 3.2.6 Da dupla negação enfática do PB aos advérbios latinos

A essa altura da aprendizagem, o estudante já terá tido acesso a diversos gêneros discursivos que compõem o latim (tratados de retórica

---

<sup>83</sup> “Tracalião: Enquanto você estava aqui, você viu – me diga – um jovem que caminhava com determinação, com o rosto vermelho, forte, acompanhado de três centauros vestidos com um manto e armados com espadas?”

Pescadores: Cremos que ninguém com este aspecto que você descreve tenha vindo aqui.  
Tracalião: E um velho careca como Sileno, bem postado, com uma grande barriga e sobranceiras espessas, com a testa franzida, um bandido com ódio dos deuses e dos homens, um vilão, cheio de vícios e vilanias, que trazia consigo duas mulherzinhas bem atraentes?

Pescadores: Quem tiver essas características e atributos é melhor que vá ao encontro do carrasco, em vez de vir ao templo de Vênus!”

<sup>84</sup> “Palestrião: Fique quieto um pouco, enquanto eu coloco a minha cabeça em ordem e enquanto eu decido o que farei, que armadilha vou preparar para aquele escravo trapaceiro, que a viu beijando aqui, de modo que o que foi visto não terá sido visto.

Periplectómeno: Pense nisso, enquanto eu me afasto um pouco de você e vou até ali. Olhe para isso, veja como ele está, preocupado e pensando com um semblante sério.”

e filosofia, *graffiti*, *dipinti* e outras inscrições, versos saturninos e poesia sub-rústica, o *appendix probi*, cartas, comédias teatrais etc.) e, a partir deles, já terá um conhecimento introdutório da fonologia e prosódia do latim (a questão da duração das vogais; o alfabeto latino; o acento de intensidade; as pronúncias do latim), da estrutura da língua latina comparada com a do PB (as diferenças entre uma língua sintética e uma língua analítica, entre outras diferenças estruturais) e dos sistemas nominal e preposicional latinos (as declinações nominais; os adjetivos de primeira classe; as preposições; a terceira declinação dos nomes; os adjetivos de segunda classe; a quarta e quinta declinações nominais). A partir disso, é apropriado prosseguir essa aprendizagem introduzindo outros textos e, a partir deles, outros tópicos gramaticais. Tópicos convenientes nessa sequência julgo serem, por exemplo, os graus dos adjetivos e a formação de advérbios.

Em se tratando de advérbios, caberia iniciar um percurso didático partindo de uma permanência latina do PB diretamente relacionada a essa categoria gramatical: a dupla negação de sentido negativo-enfática. Na seção 2.2.5.5, com base em Werle (2002), Hoffmann (1989), Bertocchi *et al.* (2011), Capelletti (2003), Ernout e Thomas (1951) e Molinelli (1988), concluí que a dupla negação de sentido positivo variava no latim com a dupla negação de sentido negativo-enfático. A partir dessa conclusão, sustentei que a negação repetitiva da fala coloquial brasileira (*não quero não*) não é apenas uma permanência do PA (conforme também foi demonstrado naquela seção), nem apenas um fenômeno correspondente ao princípio geral da dupla negação do português (*não sei nada, não vi ninguém*), mas é sobretudo uma permanência latina. Assim, partindo da negação repetitiva do PB, é possível levar o estudante ao conhecimento dos advérbios de negação latinos e, conseqüentemente, ensinar uma introdução aos advérbios em geral e aos graus dos adjetivos.

Para iniciar esse percurso didático, como venho defendendo, é preciso primeiramente despertar a atenção do estudante para o aspecto distintivo do PB, que, neste caso, é a negação repetitiva ou dupla negação enfática. Na referida seção, citei alguns exemplos do fato em questão, entre eles “*não quero não*” (NOLL, 2008, p. 252), exemplos de dupla negação canônicos como “*não sei nada*” e “*não vi ninguém*”, além do redobro de outros advérbios além dos de negação, como por exemplo de advérbios temporais: “*já vem já*” (MARROQUIM, 1934, p. 202). Contudo, mantendo a coerência com o que venho sustentando até aqui, é apropriado despertar a atenção do estudante para o fato em questão através de textos autênticos, dentro do contexto onde ele ocorre

naturalmente. Para oferecer um exemplo do que poderia ser usado em sala de aula como exemplo de texto autêntico, exponho aqui algumas amostras retiradas do estudo de Avelar et al. (2013), feito com falantes de Santa Luzia (MG):

[...] incomodou algumas pessoas, mas *não chegou a influenciar não*.

[...] já vi muitos casos... e na verdade... *não advogaria a favor não*.

Tendo despertado a atenção do estudante para o aspecto em questão, torna-se então propício lhe explicar que tal comportamento já era o mesmo no PA e também no latim vernacular, mas não no dito latim literário, variedade na qual a dupla negação levava a um sentido positivo, e não a um sentido negativo-enfático. Isto é, havia variação nesse ponto. A seção 2.2.5.5.1 foi abundante em exemplos de diferentes gêneros latinos que ilustraram a ocorrência da tanto da dupla negação de sentido positivo quanto da dupla negação de sentido negativo-enfático. O docente pode recorrer a tais exemplos ou a outros equivalentes. Na referida seção, como exemplos de dupla negação de sentido positivo, usei excertos das Catilinárias e de *Natura Deorum*, ambos de Cícero, e excertos das Epístolas de Sêneca, os quais transcrevo novamente aqui por conveniência:

Cic. *Catil.* 4, 10: *uideo de istis, qui se popularis haberi uolunt, abesse non neminem*

‘Vejo que destes, que querem ser considerados populares, *alguns* estão ausentes’

Sen. *epist.* 120,21: *nemo non cotidie et consilium mutat et uotum*

‘*todo mundo* muda seus planos e preces diariamente’

Cic. *nat. deor.* 3,89: *at nonnunquam bonos exitus habent boni*

‘mas às vezes os bons têm bons êxitos’

Sen. *epist.* 11,4: (*Pompeius*) *numquam non coram pluribus erubuit*

‘Pompeu sempre fica corado diante de uma multidão’

Por outro lado, também ofereci diversos exemplos de dupla negação de sentido negativo-enfático. Mais uma vez: o docente pode recorrer a tais exemplos ou a outros equivalentes. Entre tais exemplos, incluem-se tanto textos do período clássico (*Miles Gloriosus*, de Plauto; *De Bello Africo*, de César; as Verrinas, de Cícero; e as epístolas de Cláudio Terenciano) como textos do período tardio (*Adversus Nationes*, de Arnóbio; o Inerário da Monja Egéria; o tratado de veterinária de Chiron; e a *Vetus Latina*). Compilo-os aqui por conveniência de leitura:

Plaut. *Mil.* 1411: *iura te non nociturum esse homini de hac re nemini*

‘jure que você não machucará ninguém por causa disso’

*Bell. Afr.* 8: *necne locum excusatio nullum haberet nec moram tergiuersatio*

‘não haverá nenhuma desculpa nem tergiversação para atrasos’

*Cic. Verr.* II 2,60: *debebat Epicrates nummum nullum nemini*

‘Epicrates não devia nenhum centavo a ninguém’

*Cl. Terentianus epist.* 39-41 (Pighi 1964: 43): *neque epistole commandaticiae*

*nihil ualunt nisi si qui sibi aiutaueret*

‘e as cartas de recomendação não valem nada se você não se ajuda’

*Arnob. nat.* 1,65: *qui non modo nullum intulerit malum nulli*

‘quem de nenhum modo não fez mal nenhum a ninguém’

*Itin. Eger.* 19,12: *nam postea numquam nec qualiscumque humor ibi apparuit*

‘desde então nunca houve nenhuma água correndo nele’

*Chiron* 451: *quam numquam nemo scripsit*

‘que ninguém nunca escreveu’

*Vet. Lat. Marc.* 14,60: *non respondes nihil*

‘você não responde ninguém’

Portanto, ao examinar esses exemplos nos quais os advérbios de negação latinos apresentam um comportamento igual ao que ocorre no PB na dupla negação de sentido negativo-enfático, surge um contexto oportuno para que o docente expanda tal temática, apresentando a formação de advérbios em geral na língua latina e também, oportunamente, apresentando outro tema relativamente afim aos advérbios – os graus dos adjetivos.

Sintetizando o percurso desenhado nesta seção, proponho que se parta da dupla negação enfática no PB em direção à dupla negação de sentido negativo-enfático no latim, passando pelas formas de negação admissíveis no latim padrão (literário) e no latim vernacular, para então expandir o escopo de aprendizagem para a formação dos advérbios em geral e, oportunamente, para os graus dos adjetivos latinos.

### 3.2.7 Do gerúndio continuativo no PB às formas verbo-nominais latinas

Na seção 2.2.3, mais pontualmente, na seção 2.2.5.4 tratei daquele que pode ser chamado de gerúndio continuativo (ou gerúndio com aspecto de continuidade) como sendo um aspecto distintivo do PB que consiste numa permanência latina – mais precisamente, na permanência de um uso específico do gerúndio latino: o gerúndio no caso ablativo com a função de adjunto adverbial de modo ou meio. Este aspecto é, pois, um ponto de partida apropriado para iniciar um percurso em direção ao sistema verbal latino e, mais especificamente, às formas verbo-nominais latinas.

Qualquer estudante que seja falante de PB não terá dificuldades em reconhecer que o infinitivo gerundivo e o gerúndio continuativos são

icônicos na diferenciação entre o PB e as demais variedades de português, em especial a europeia. Ou seja, ao confrontar variantes como *fico a imaginar vs. fico imaginando, estava a ver vs. estava vendo*, ou *estou a escrever um texto vs. estou escrevendo um texto*, o estudante não terá dúvidas para identificar a segunda alternativa como sendo um aspecto distintivo do PB. E isso está diretamente ligado ao fato de que, como constatei em uma pesquisa descrita na seção 2.2.5.4, o gerúndio continuativo é semicategórico no PB, enquanto que o infinitivo gerundivo tende a ser categórico no PE.

Um segundo passo nesse percurso didático é mostrar ao estudante que o gerúndio continuativo está longe de ser um vício de linguagem recentemente disseminado no português brasileiro; pelo contrário, trata-se de um uso muito antigo língua, regular por exemplo no PA. Complementarmente a explicações teóricas, cabe apresentar ao estudante exemplos de gerúndio continuativo no PA, tais como estes já discutidos na seção 2.2.3, extraídos de textos representativos de diferentes gêneros: biográfico/religioso (Da vida de Sa. Eufrosina, séc. XIV), cartorial/jurídico (Testamento de Dom Afonso II, séc. XIII), prosa (Fabulário Livro de Esopo, séc. XIV), poesia (Cancioneiro da Vaticana, séc. XIV; Cancioneiro d’el Rei D. Denis, séc. XIII) e religioso/teológico (A demanda do Santo Graal, séc. XIV).

Paununcio andava catando algũu homẽ santo (Euf. 357).

Sempre andou buscando os hermos (TA. 64).

Seu abade Sam Bẽento ho amoestou muytas vegadas que nõ andasse vaguejando pelo mundo (TA. 45).

A aguiã, andando buscando caça pera seus filhos, achou os filhos da raposa (Fab. 13).

Pela ribeira do rio cantando ía la dona-virgo (CV. 767).

Foi correndo ao abade (Euf. 365).

Eu mui passo fui-mi achegando (CV. 454).

Seve chorando CD. 1660.

Seve jurando CD. 1661.

Per esta guisa o leom ficou chorando (Fab. 16).

Está a aquella freesta fallando com Dom Galvam (Graal 1).

Ela s’estava queixando (CD. 448).

[...] estar comendo (Fab. 12).

Em seguida, é oportuno mostrar ao estudante que esse uso amplo do gerúndio continuativo no PB e no PA se expandiu a partir de um uso específico do gerúndio no latim, conforme eu já havia reiterado no início desta seção: o gerúndio no caso ablativo com a função de adjunto adverbial de modo ou meio. Em um primeiro momento, é conveniente

apresentar alguns exemplos desse uso acompanhados de tradução, tal como fiz na seção 2.2.5.4.1: *Cato nihil largiundo gloriam adeptus est* (Sal., Coniur. Cat., LIV) “Catão alcançou a glória nada deixando impune”; *discitur legendo et scribendo* (SOUZA, 2003, p. 4) “aprende-se lendo e escrevendo”.

Isto feito, abre-se espaço para que o docente explique ao estudante que o gerúndio era uma das formas verbo-nominais latinas, ao lado do infinitivo, do gerundivo, do particípio e do supino – formas que se comportavam na sentença como um nome, embora fossem verbos. Naturalmente, será necessário explicar que algumas dessas formas só funcionavam na voz ativa (como o gerúndio, os particípios presente e futuro e o supino), enquanto outras só funcionavam na voz passiva (como o gerundivo e o particípio perfeito).

Todo esse panorama gera, enfim, um contexto para que o docente aproveite a oportunidade para fazer uma introdução geral ao sistema verbal latino, com particular destaque para as formas verbo-nominais. Obviamente, o gerúndio continuativo não será o único ponto de partida em direção aos verbos latinos, já que outras permanências ou reincidências examinadas no segundo capítulo também podem funcionar como gatilho para o estudo do sistema verbal latino, como, por exemplo, o modo condicional, a formação de particípios e ambiguidade estrutural da passiva sintética com *se*. Entretanto, acredito ser o gerúndio continuativo um primeiro passo oportuno nesse aprendizado, justamente pelo seu caráter icônico na identidade gramatical do PB.

### **3.2.8 Do condicional analítico com *ir* no PB às expressões de condicionalidade no sistema verbal latino**

Entre os processos reincidentes examinados no segundo capítulo, um dos mais interessantes é aquele que concerne ao condicional analítico formado com o auxiliar de futuro *ir* (*se fosse preciso, eu ia falar com a presidente*), processo este que remonta ao condicional analítico românico formado com o auxiliar de futuro *habere* (*ipsam uallem trauersare habebamus, ut possimus montem ingredi*; íamos atravessar o vale, para podermos chegar ao monte). O fato de o PB ter um verbo auxiliar para formar perífrases de futuro (o verbo *ir* – por ex., *vou viajar amanhã*) e de usá-lo no imperfeito para gerar um sentido de condicionalidade (*eu ia viajar amanhã, se não estivesse doente*) encontra paralelo exato no latim vernacular tardio, com o auxiliar *habere*. Portanto, esse processo se apresenta como um ponto de partida propício para levar o estudante ao estudo do condicional analítico com *habere* no latim vernacular e, por consequência, às variantes para a



expressão da condicionalidade no latim padrão, de forma a oportunizar um aprofundamento no sistema verbal latino.

Iniciando esse percurso, cabe mostrar ao estudante a variação existente no PB para a expressão da condicionalidade. No PB, o condicional sintético está mais ligado a gêneros secundários, e o analítico, a gêneros primários; isto implica uma variação estilística, motivo pelo qual se encontra mais o condicional sintético em registros escritos cultos (*o vidente impôs a condição de que só falaria com o comandante do policiamento*), e o condicional analítico, em registros coloquiais (*era isso que eu ia falar se a senhora não tivesse me interrompido; se tivesse achado feia, ia falar; se tivesse achado bonita, ia elogiar*).<sup>85</sup> Na seção 2.2.5.8, examinamos ainda uma terceira variante para a expressão da condicionalidade, forjada na própria forma do imperfeito (*se eu pudesse, eu falava*), mas por ora, para conduzir o percurso didático em proposição, creio ser mais adequado deixar essa variante de lado e focar na variação entre a forma analítica (*ia falar*) e a forma sintética canônica (*falaria*).

O estudante pode ser sensibilizado para a variante analítica com exemplos autênticos, extraídos de *corpora*, tais como os que mencionei acima, ou mesmo através de exemplos artificiais, desde que se ponha em discussão as variáveis estilísticas. No segundo capítulo, ilustrei a variação com os exemplos *ele falaria, se você não o interrompesse* vs. *ele ia falar, se você não o interrompesse*. Independente do exemplo e da estratégia usada, é importante que o estudante fique ciente de que forma analítica se forma com o auxiliar de futuro *ir* conjugado no imperfeito.

A partir disso o aluno pode comparar a perífrase *ia falar* com a perífrase românica *fabulari habebat* (> *fablareat\** > *falaria*), idênticas na morfossintaxe, exceto pela ordem dos constituintes, embora a perífrase românica tenha começado com a ordem v. aux. + infinitivo (conforme o exemplo de Arnóbio o Jovem dado na seção 2.2.5.8) e depois tenha se invertido, o que facilitou a sufixação do auxiliar, conforme Esher (2012). O docente pode lançar mão de diferentes textos para explorar esse uso no latim vernacular tardio. Na referida seção do capítulo 2, usei em geral relatos de viagem e textos teológicos para surpreender amostras do condicional analítico com *habere*. Creio, entretanto, que a comparação entre a Vetus Latina (uma tradução do antigo testamento para o latim vernacular) e a Vulgata (uma tradução classicista do antigo

---

<sup>85</sup> Esses exemplos foram retirados do Corpus Brasileiro (GELC/PUC-SP). O exemplo do condicional sintético foi retirado de um texto jornalístico, e os exemplos do condicional analítico foram retirados da fala de uma criança moradora de rua e de uma letra de rap.

testamento), tenha especial potencial didático, pois mostra que a mesma variação estilística existente hoje no PB entre o condicional analítico e o condicional sintético também existia no latim quando a primeira forma emergiu. Como comentei antes, num dos manuscritos do Evangelho de São Lucas, onde a *Vetus Latina* dizia *habebat transire* (ele ia passar por ali), São Jerônimo mudou depois, na Vulgata, para *erat transiturus* (cf. 2.2.5.8.1; subseção “Expressão de futuridade”).

Nesses exemplos ainda permanece forte o sentido temporal dessa perífrase, expressando o futuro do pretérito, mas logo essa forma acumularia a função de expressar o modo condicional, independente da relação temporal. Isso, num contexto de ensino, abre espaço para que o docente problematize junto ao estudante como se dava a expressão da condicionalidade antes da emergência da forma inovadora (o condicional analítico com *habere*). Nesse ponto, cabe expor que, antes da emergência da perífrase com *habere*, as sentenças condicionais eram formadas com o indicativo ou com o subjuntivo, presente ou perfeito, tanto na prótase quanto na apódose. Oportunamente, o docente pode apresentar exemplos de construções condicionais com o subjuntivo análogos àqueles expostos no segundo capítulo a partir de Bennet (1908 [1895], p. 199), que transponho aqui novamente por conveniência de leitura:

<i>si hoc dicas,</i> 2p. subj. pres.	<i>erres</i> 2p. subj. pres.	[se dissesses isto, estarias errado]
<i>si hoc dixeris,</i> 2p. subj. perf.	<i>erraueris</i> 2p. subj. perf.	[se dissesses isto, estarias errado]
<i>si uelim Hannibalis proelia omnia describere,</i> 1p. subj. pres.	<i>dies me deficiat</i> 3p. subj. pres.	[se eu quisesse descrever todas as batalhas de Aníbal, me faltaria <sup>86</sup> tempo]
<i>mentiar, si negem</i> 1p. subj. pres. 1p. subj. pres.		[eu mentiria, se negasse]
<i>haec si tecum pátria loquatur,</i> 3p. subj. pres.	<i>nonne impetrare debeat</i> 3p. subj. pres.	

<sup>86</sup> Nesta e em outras traduções, optamos pela próclise do pronome átono, mesmo nos contextos em que a mesóclise seria exigida na norma europeia (fut. do pretérito e fut. simples). A mesóclise no português europeu, aliás, é um arcaísmo (em relação às demais línguas latinas) que ilustra um antigo estágio intermediário da afixação do auxiliar *habere* ao infinitivo, com ainda discutiremos.

[então, se a pátria falasse contigo, ela não conseguiria nada]

Igualmente, também cabe expor exemplos de construções condicionais com o indicativo na apódose, usado quando o falante quer indicar a realização de um resultado como algo provável:

*aliter si faciat, nullam habet auctoritatem*

3p. subj. pres.    3p. ind. pres.

[caso contrário, se assim fizesse, não teria autoridade nenhuma]

Para encerrar esse percurso didático, o docente pode aproveitar a temática em questão para oferecer ao estudante um aprofundamento ao sistema verbal latino, em continuidade à aprendizagem já iniciada no percurso anterior. Os percursos que partem do “gerúndio continuativo” e do “condicional analítico com *ir* no PB” em direção às suas respectivas permanências ou reincidências latinas podem, juntos, gerar um contexto de ensino que abranja os seguintes tópicos:

- Estrutura da língua latina: os verbos
  - Características morfológicas dos verbos em latim
  - Primeira conjugação verbal
  - Segunda conjugação verbal

Enfim, sintetizando o percurso didático desenhado nesta seção, proponho que se parta do condicional analítico com o auxiliar de futuro *ir* no PB em direção à sua correlação românica: o condicional analítico com o auxiliar de futuro *habere*; em seguida, o estudante é levado a conhecer outras variantes latinas para a expressão da condicionalidade para, por fim, aprofundar o seu conhecimento sobre o sistema verbal latino, completando a introdução iniciada no percurso didático anterior.

### 3.2.9 Dos particípios rizotônicos no PB ao terceiro radical latino

Entre os fenômenos examinados no segundo capítulo, outra permanência ligada aos verbos é o chamado “terceiro radical latino” (ARONOFF, 1994), tradicionalmente chamado de radical do supino, que está na base de todos os particípios do PB: arrizotônicos e rizotônicos; incluindo aí tanto os rizotônicos ditos “latinos” ou “clássicos” (como *feito*, *preso* e *aceito*, em oposição a *fazido*, *prendido* e *aceitado*) quanto dos novos rizotônicos espelhados na primeira pessoa do indicativo presente (como *trago*, *perco* e *chego*, em oposição a *trazido*, *perdido* e *chegado*). Estes últimos, conforme as conclusões obtidas na seção

2.2.5.9, constituem um aspecto distintivo do PB, posto que na variedade europeia, por exemplo, a tendência é outra: o PE tende a gerar novos participios rizotônicos espelhados na primeira pessoa do subjuntivo presente.

Considerando que a permanência em questão é o terceiro radical latino, um percurso que leve o estudante dos novos participios rizotônicos no PB a essa permanência pode abrir um leque de possibilidades. Tais possibilidades envolvem, por exemplo, a história dos participios latinos, a neutralização da 2ª e 3ª conjugações nas línguas ibéricas, o conhecimento dos demais radicais que, ao lado do terceiro radical, formavam a base da morfologia verbal latina (os chamados “tempos primitivos” dos verbos latinos), entre outros aspectos.

Para despertar a atenção do estudante para o aspecto distintivo do PB em questão (os novos participios rizotônicos) e assim iniciar este percurso didático, acredito serem cabíveis diferentes estratégias. Uma delas é expor exemplos autênticos desse fato linguístico, como aqueles que expus no início da seção 2.2.5.9, extraídos do estudo de Souza (2011) e de outros *corpora*, e explorar a reação do estudante. Os exemplos mencionados envolviam dados como: “eu tinha *falo* de uma sorveteria”; “a diretora tinha *compro* os carimbos”; “o dinheiro já tinha *chego*”; “um ocidental que já tinha *perco* a moral”; “eu tinha *trago* meu filhote”; “eu tinha *escrevo* mais coisas”; “eu tinha *faço* comida”, entre outros. Uma estratégia complementar seria envolver um grupo de estudantes numa espécie de teste de gramaticalidade, expondo tais exemplos e verificando, exemplo a exemplo, quais participios passam nos critérios de gramaticalidade de cada estudante e quais não passam, polemizando essa questão no interior do grupo.

No decurso da atividade, é interessante explicar ao estudante que existe uma avaliação social e/ou estilística positiva para participios rizotônicos e, eventualmente, negativa para a variante arrizotônica (por exemplo, é “bonito” falar *feito* e “feio” falar *fazido*). Entretanto, muitas vezes, quando um falante – ciente dessa regra avaliativa – se depara com um verbo e desconhece seu participio rizotônico (ou por ignorância, ou porque ele é raramente acessado no léxico desse falante, ou porque ele realmente não existe), tal falante acaba gerando uma nova forma rizotônica com base na regra que espelha a forma da primeira pessoa do indicativo presente (1PIndP). Assim surgem sentenças como “eu tinha *faço* comida”.

Nesse ponto, cabe discutir junto ao estudante por que existe essa regra do espelhamento em 1PIndP e por que existe a avaliação social e/ou estilística positiva para o participio rizotônico. Isso fará com que a

atividade viesse pela diacronia. Começando pela segunda questão, será necessário mostrar que, no período do português clássico – depois de séculos de sucesso dos participípios arrizotônicos em *-ado*, *-udo* e *-ido*, a língua passou por uma reforma politicamente orientada em função de todo o movimento ideológico do renascimento. Como efeito, foram incorporados ao léxico do português um grande número de radicais do latim padrão como forma de renovar e enobrecer a língua lusitana, a fim de que ela pudesse ser digna de uma língua nacional. Nesse movimento de valorização e injeção do latim no português, diversos participípios rizotônicos latinos foram incorporados à língua e, por consequência, deram início à tendência crescente de avaliação social positiva para os participípios rizotônicos em contextos formais, dado constatado ainda nos dias de hoje por Miara (2013). Conforme afirmei na seção 2.2.5.9.1 (subseção “buscando respostas”), os textos do período clássico foram a base para a tradição portuguesa de gramáticas prescritivas que até hoje elogiam o uso do participípio rizotônico, o que gerou um processo em cadeia que explica a atual avaliação social positiva para as formas rizotônicas: gramáticas prescritivas recomendam o uso da forma rizotônica; logo, professores de educação básica tradicionalmente endossam essa recomendação, inclusive ridicularizando o uso de certas formas arrizotônicas (como *fazido*, *abrido* etc.).

Antes de passar à outra questão, o docente pode aproveitar a menção aos participípios em *-ado*, *-udo* e *-ido*, e discutir por que os participípios em *-udo* não existem mais nas línguas ibéricas. Isso gerará uma oportunidade para pôr em discussão as quatro conjugações verbais latinas e explicar que a segunda e a terceira conjugações se neutralizaram nas línguas ibéricas, fazendo desaparecer os participípios em *-udo*, remanescentes apenas em raros itens lexicais (como *conteúdo*) e como sufixo para formação de adjetivos pejorativos ligados ao corpo (como *cabeçudo*, *peitudo*, *narigudo* etc.). Detalhes e explanações mais completas sobre a história dos participípios em *-udo* e sua correlação com as conjugações latinas foram dados na seção 2.2.5.9.1 (subseção “buscando respostas”), na nota de rodapé 60.

Em seguida, depois esclarecer as razões para o prestígio das formas rizotônicas, cabe ao docente dar condições para que o estudante compreenda por que existe uma regra produtiva que forma novos participípios rizotônicos espelhados em 1PIndP. Isso fará com que a atividade avance ainda mais na história, introduzindo a discussão sobre os verbos românicos formados a partir do terceiro radical latino. Nesse momento, será necessário explicar que todo verbo latino tinha três radicais: um radical para todos os tempos do aspecto *infectum*: presente

(*praesens*), futuro (*futurum simplex*) e pretérito imperfeito (*imperfectum*); um radical para os tempos do aspecto *perfectum*: pretérito perfeito (*perfectum*), pretérito mais que perfeito (*plus quam perfectum*) e futuro perfeito (*futurum exactum*); e um “terceiro radical” para certas formas verbo-nominais: participípio perfeito, participípio futuro ativo e supino. Com o avançar da romanização, diversos verbos latinos caíram em desuso e desapareceram, porém muitas vezes seu participípio, que mantinha uma vida paralela, *participando* de outras construções, permaneceu. Esse é o caso dos chamados verbos intensivos. Verbos desse tipo (como *canere*, *expellere*, *jungere*, *finire*, *figere*, *accipere*) foram aos poucos desaparecendo no romance ibérico, mas, pela natureza aspectual deles, certas construções passivas permaneceram. Assim, em dada altura da romanização, uma sentença de Plauto como *illos homines expello* (“boto pra fora aqueles homens”, com o verbo na voz ativa) passou a ser cada vez mais rara, mas uma sentença como *ille homine expulsus est* ou *expulsus fuit*<sup>87</sup> (“aquele homem foi expulso”, na voz passiva, que àquela altura já se formava predominantemente com a perífrase “verbo ser + participípio”) se manteve frequente; por algum motivo ligado à natureza da ação desse tipo de verbo, os falantes passaram a usá-lo enfocando apenas o paciente da ação ou seu resultado. Consequentemente, a única forma que permaneceu desses verbos foi o participípio perfeito (formado com o “terceiro radical”). Com o tempo, sem mais conhecer os radicais da voz ativa (como *expello* ou *expuli*), os falantes, por necessidades comunicativas, passaram a derivar novos verbos com base no único radical de que dispunham. Assim, de *expulsus* (que àquela altura já pronunciava [expulso], com a queda do /s/ na fronteira), surgiu o novo verbo *expulsar*, cuja forma de 1PIndP é *expulso*: idêntica ao seu participípio.

Como concluí no segundo capítulo, essa isomorfia entre o participípio e a forma de 1PIndP aconteceu inicialmente com um grupo restrito de verbos: os verbos intensivos. A esse propósito, é conveniente lembrar ao estudante que esse grupo, no entanto, não era nem pequeno nem irrelevante, já que aos poucos tal sincretismo formal gerou um efeito de espraçamento, fazendo com que outros verbos, que não eram intensivos nem tinham sido derivados do terceiro radical, passassem a ter um participípio rizotônico espelhado em 1PIndP. É o caso dos verbos

---

<sup>87</sup> Conforme foi discutido na seção 2.2.5.10, cujo tema ainda será explorado no próximo percurso didático, no latim tardio, o perfeito da voz passiva (que no período clássico se formava com o verbo ser no indicativo presente + participípio perfeito) passou a ser formado com o verbo ser no perfeito do indicativo + participípio perfeito (tal como o é até hoje) para evitar uma ambiguidade estrutural.

*descalçar, ganhar, gastar, pagar e perder*, que passaram a ter respectivamente os particípios rizotônicos *descalço, ganho, gasto, pago* e *perco* já no século XV. Daí em diante a avaliação social positiva para formas rizotônicas e a regra do espelhamento em 1PIndP passaram a caminhar juntas, gerando a abundância de particípios rizotônicos à semelhança de 1PIndP que vemos atualmente.

Esse percurso didático é particularmente rico porque se ramifica em muitos pontos e permite, entre outras coisas, que o docente avance consideravelmente no ensino do sistema verbal latino, já que: ele implica o estudo dos três radicais típicos de um verbo latino (e, por consequência, enseja o estudo dos tempos primitivos); implica o estudo de vários tempos verbais; e implica começar a estudar o comportamento da voz passiva. Enfim, sintetizando tal percurso, pontuo aqui as etapas do itinerário proposto: particípios rizotônicos no PB > existência da regra do espelhamento em 1PIndP e da avaliação social e/ou estilística positiva para o particípio rizotônico > valorização do latim no português clássico causando a injeção erudita de diversos particípios rizotônicos latinos e, por consequência, a crescente avaliação positiva para formas rizotônicas em contextos formais > particípios em *-udo* > quatro conjugações verbais latinas > contextualização histórica da regra produtiva que forma novos particípios rizotônicos espelhados em 1PIndP > verbos românicos formados a partir do terceiro radical latino > isomorfia entre o particípio e a forma de 1PIndP > outros verbos (não intensivos e não derivados do terceiro radical) passam a ter um particípio rizotônico espelhado em 1PIndP > a avaliação social positiva para formas rizotônicas e o espelhamento em 1PIndP passaram a caminhar juntos, gerando a abundância de novos particípios rizotônicos que vemos atualmente.

### **3.2.10 Do *se* indeterminador no PB à ambiguidade que levou ao fim da passiva sintética latina**

Quando afirmei há pouco que o percurso didático anterior é rico porque, entre outros motivos, implica *começar a estudar* o comportamento da voz passiva, eu assim coloquei porque estava prevendo um estudo mais específico desse tópico no percurso didático que passo a propor agora.

Conforme as conclusões obtidas na seção 2.2.5.10, o *se* indeterminador (exemplificado por uma sentença como *aluga-se casas*) é um fato distintivo do PB, enquanto que o *se* apassivador (exemplificado por uma sentença como *alugam-se casas*) parece predominar na variedade europeia. Além disso, verifiquei que a

construção com *se* apassivador, em extinção no PB, deu origem ao *se* indeterminador por volta do séc. XVI a partir de um contexto de ambiguidade semântico-estrutural que desencadeou um processo de reanálise. O curioso, contudo, é que o sistema morfossintático da voz passiva no latim também passou por uma reestruturação semelhante à ocorrida no PB motivado também por contextos de ambiguidade semântico-estrutural, motivo pelo qual concluí que tal fenômeno constitui um caso perfeito de processo reincidente observável no contínuo que abrange o latim e o português brasileiro. Portanto, há aqui um evidente percurso didático a ser explorado.

Para despertar a atenção do estudante para fato em questão, o docente pode propor ao estudante um teste conforme o seguinte. Primeiro, oferece uma sentença como *comeram-se os bolos*, consultando junto ao estudante ou ao grupo de estudantes se essa sentença faz sentido. Certamente a resposta será positiva. Em seguida, o docente oferece uma sentença como *os bolos comeram-se*, questionando se ela tem o mesmo sentido que a primeira. Muito provavelmente a resposta será negativa, pois, como defendi no segundo capítulo, o falante de PB não faz a leitura de voz passiva em sentenças como *comeram-se os bolos*, mas sim a leitura indeterminada, que tende a ser a única possível na língua. Como afirma Nunes (1991, p. 36), “[m]esmo o mais ferrenho gramático brasileiro há de considerar [*comeram-se os bolos*] com o sentido de [*os bolos comeram-se*] como inaceitável no português do Brasil.”

Nesse ponto da atividade, cabe evocar a questão dos gêneros discursivos, já que a eventual concordância em construções com *se* no PB “[...] reflete mais um fenômeno de monitoração da escrita (que por vezes conduz a hipercorreções do tipo *tratam-se desses assuntos*) que propriamente algo do domínio do vernáculo.” (NUNES, 1991, p. 36). Como discuti no segundo capítulo, é sintomático que manuais de redação brasileiros, como o Manual da Folha de São Paulo, reservem um verbete só para esse tema (cf. verbete *vendem-se casas*) e é mais sintomático ainda que os mesmos manuais incorram no uso do *se* indeterminador sem concordância que eles mesmos condenam (cf. verbete *advérbios* do mesmo manual), mostrando que, quando essa monitoração falha, o vernáculo aparece. Não convém repetir aqui os mesmos exemplos que expus no segundo capítulo, mas o docente pode lançar mão desse tipo de texto para polemizar e elucidar a questão em sala de aula.

Prosseguindo no percurso, o segundo passo é explicar ao estudante que o *se* indeterminador surgiu de um contexto de



ambiguidade do *se* passivador por volta do século XVI. A ambiguidade se deu quando, em construções com o *se* passivador, o argumento interno passou a ser predominantemente posposto ao verbo (em vez de *casas alugam-se*, *alugam-se casas*). Então, na leitura dominante, o clítico *se* deixou de absorver papel temático de agente externo, papel este que passou a ser absorvido por um pronome nulo referencial. Assim se deu a reanálise em função da ambiguidade motivada pela posposição. Ou seja, quando houve a posposição, no *output* do falante antigo o *se* absorvia papel temático de agente externo, mas o novo falante (provavelmente uma criança) interpretou que naquele *input* havia um pro<sub>θe</sub> e assim o processou, passando a reproduzir essa construção reanalisada. A tabela a seguir, baseada no *corpus* do estudo de Nunes (1991), mostra a expansão do *se* indeterminador do séc. XVI ao XIX em construções com verbos não transitivos diretos.

Tabela 1 - Expansão de *se* indeterminador: ocorrências de verbos não transitivos diretos

Século	Trans. indiretos	Ergativos	Intransitivos	Copulativos	Total
XVI	-	-	-	-	0
XVII	4	1	-	-	5
XVIII	16	-	3	1	20
XIX	25	2	-	1	28

Fonte: Adaptado de Nunes (1991), p. 45.

Além da posposição do argumento interno, outro fato também contribuiu para a consolidação do *se indeterminador*: no português arcaico, um dos recursos típicos de indeterminação se dava com a forma pronominal *homem* (por ex.: *anda homẽ a trote para ganhar capote = anda-se a trote para ganhar capote*). Essa forma pronominal também ocorria em construções com o reflexivo *se* (por ex.: *nõ pode homẽ partir-se de sy mesmo = não se pode fugir de si mesmo*). No entanto, a forma *homem* não perdurou e já estava extinta por volta do século XVII, suplantada por outras formas de indeterminação, entre elas o pronome *se*.<sup>88</sup> Assim, esse fato também contribuiu para a consolidação do *se* indeterminador.

Explicado ao estudante que a origem desse fato típico do PB (o *se* indeterminador) remonta a uma ambiguidade estrutural, o próximo passo

<sup>88</sup> “No domínio do português antigo floresceu tal pronome [o pronome *homem*], e com vantagem, ao lado de fórmulas com o reflexivo *se*. Por fim foi-lhe desaparecendo a vitalidade e na era quinhentista sucumbia de todo afogado pela expansão do pronome *se* que [...] já então se usava quer em verbos transitivos, quer com os intransitivos.” (SAID ALI, 1957, p. 100).

é lhe mostrar que esse processo é reincidente, já que a passiva sintética latina desapareceu e as formas apassivadoras latinas se reorganizaram no latim tardio também por conta de uma ambiguidade estrutural. Para fazer isso, será necessário oferecer ao estudante uma apresentação completa sobre as vozes verbais no latim, explicando que os verbos possuíam uma morfologia para a voz ativa e outra à parte para a voz passiva. O docente pode usar diferentes estratégias para isso, como por exemplo apresentar um quadro comparativo entre a voz ativa e a voz passiva, conforme o quadro que segue (Quadro 12), que ilustra as flexões do verbo *amare*.

Ainda, aproveitando o ensejo, o docente também pode mencionar a existência de verbos depoentes: verbos que têm apenas voz ativa, mas morfologia de voz passiva, como o verbo *loquor*, por exemplo.

Feita essa apresentação, o docente já terá condições de explicar ao estudante que, no latim vernacular, o perfeito da passiva passou a ser expresso pela perífrase “*amatus fuit*” em resposta às ambiguidades suscitadas pela forma “*amatus est*”. Tais ambiguidades, conforme discutido na seção 2.2.5.10.1, eram: (1) a confusão entre aspecto resultativo e tempo passado para verbos como *claudere* (*ianua clausa est* tanto podia significar “a porta está fechada” como “a porta foi fechada”); e (2) a confusão dos adjetivos com os participípios (um adjetivo como *carus* tem a mesma morfologia de um participípio como *amatus*; uma sentença como *carus est* só podia significar “ele é querido”, mas uma sentença como *amatus est* oscilava entre “foi amado” e “é amado”). Conforme sustentei no segundo capítulo, para evitar a 1ª ambiguidade, os falantes reservaram *clausa est* para exprimir o resultado da ação (“está fechada”) e passaram a expressar o passado simples por *clausa fuit* (“foi fechada”), e a 2ª ambiguidade logo tendeu a desaparecer no vernáculo, passando a se dizer *amatus est* para situações referentes ao presente, por influência de *carus est*, e *amatus fuit* para exprimir o passado.

Quadro 12 - Verbo *amare*: comparativo entre a voz ativa e a voz passiva

	Voz ativa		Voz passiva		
	Indicativo	Subjuntivo	Indicativo	Subjuntivo	
Presente	am-o <i>amo</i> ama-s ama-t ama-mus ama-tis ama-nt	am-e-m <i>ame</i> am-e-s am-e-s am-e-mus am-e-tis am-e-nt	am-o-r <i>sou amado</i> ama-ris ama-tur ama-mur ama-mini ama-ntur	am-e-r <i>seja amado</i> am-e-ris am-e-tur am-e-mur am-e-mini am-e-ntur	
Préterito Imperfeito	ama-ba-m <i>amava</i> ama-ba-s ama-ba-t ama-ba-mus ama-ba-tis ama-ba-nt	ama-re-m <i>amasse,</i> <i>amaria</i> ama-re-s ama-re-t ama-re-mus ama-re-tis ama-re-nt	ama-ba-r <i>era amado</i> ama-ba-ris ama-ba-tur ama-ba-mur ama-ba-mini ama-ba-ntur	ama-re-r <i>fosse (seria)</i> <i>amado</i> ama-re-ris ama-re-tur ama-re-mur ama-re-mini ama-re-ntur	
Futuro do Presente	ama-b-o <i>amarei</i> ama-bi-s ama-bi-t ama-bi-mus ama-bi-tis ama-bu-nt	n/a	ama-bo-r <i>serei (for)</i> ama-be-ris <i>amado</i> ama-bi-tur ama-bi-mur ama-bi-mini ama-bu-ntur	n/a	
Préterito Perfeito	amaui <i>amei, tenho</i> amaui-isti <i>amado</i> amaui-i-t amaui-i-mus amaui-is-tis amaui-eru-nt	amaui-erim <i>tenha</i> amaui-eris <i>amado</i> amaui-erit amaui-erimus amaui-eritis amaui-erunt	<i>fui amado, tenho sido amado</i> amat-us, {sum a, um es est amat-i, {sumus ae, a estis sunt	<i>tenha sido amado</i> amat-us, {sim a, um sis sit amat-i, {simus ae, a sitis sint	
Préterito Mais-que-Perfeito	amaui-eram <i>amara,</i> amaui-eratis <i>tinha</i> amaui-erant <i>amado</i> amaui-eramus amaui-eratis amaui-erant	amaui-erim <i>tivesse</i> amaui-eris <i>(teria)</i> amaui-erit <i>amado</i> amaui-erimus amaui-eritis amaui-erunt	<i>fora amado, tinha sido amado</i> amat-us, {eram a, um eratis erat amat-i, {eramus ae, a eratis erant	<i>tivesse (teria) sido amado</i> amat-us, {essem a, um esset amat-i, {essemus ae, a essetis essent	
Futuro do préterito	amaui-er-o <i>terei (tiver)</i> amaui-er-i-s <i>amado</i> amaui-er-i-t amaui-er-i-mus amaui-er-i-tis amaui-er-i-nt	n/a	<i>terei sido amado</i> amat-us, {ero a, um eris erit amat-i, {erimus ae, a eritis erunt	n/a	
<i>Imperativo</i>					
Presente	ama <i>ama</i> ama-te <i>amai</i>		ama-re <i>sê amado</i> ama-mini <i>sede amados</i>		
Futuro	ama-to <i>ama, louve ele</i> ama-tote <i>amat</i> ama-nto <i>louvem eles</i>		ama-tor <i>sê amado, seja ele amado</i> ama-ntor <i>sejam eles amado</i>		
<i>Formas Nominais do Verbo</i>					
	Infinitivo	Particípio	Infinitivo	Particípio	Gerúndio
Presente	ama-re <i>amar</i>	ama-ns, ntis <i>amando</i>	ama-ri <i>ser amado</i>	n/a	ama-nd-us, a, um <i>que deve ser amado</i>
Préterito	amaui-isse <i>ter amado</i>	n/a	amat-um, am, um; os, as, a esse <i>ter sido amado</i>	amat-us, a, um <i>amado</i>	n/a
Futuro	ama-tur-um, am, um; os, as, a esse <i>haver de amar</i>	ama-tur-us, a, um <i>que amará, que vai amar, que está para amar</i>	amat-um iri <i>haver de ser amado</i>	n/a	n/a
n/a	Gerúndio	Supino			
n/a	---- gen. ama-nd-i <i>do amar</i> dat. ama-nd-o <i>ao amar</i> ac. ad ama-nd-um <i>para o amar</i> abl. ama-nd-o <i>pelo amar</i>	1. ama-tum <i>para amar</i> 2. ama-tu <i>para amar</i>	n/a	n/a	n/a

O docente pode ilustrar o avanço dessa mudança para o estudante mostrando que, no séc. II a.C., a variante com “o particípio passado + o verbo ser no perfeito” ocorre apenas em certos gêneros como a comédia, onde personagens populares dão amostras desse tipo de uso que na época era estigmatizado. Em *Miles Gloriosus*, de Plauto, por exemplo, o escravo Palestrião diz *capiant praedones navem illam ubi vectus fui* (“os salteadores capturam do navio onde eu fui transportado”), sendo que, conforme a norma culta de então, *vectus sum* em vez de *vectus fui*. No entanto, já no séc. IV d.C., esse tipo de construção ocorre regularmente, sem mais estigma, nos textos de escritores cultos como Eutrópio, que nos livros I e X do seu *Breviarum* escreve  *fuerat expulsus*, em vez de *erat expulsus* (“tinha sido expulso”), e *fuerat eversa*, em vez de *erat eversa* (“tinha sido destruída”).

Para finalizar o percurso, resta explicar ao estudante como o *se* apassivador (que deu origem ao *se* indeterminador, aspecto distintivo do PB) surge nesse contexto de reestruturação da voz passiva latina. Cabe esclarecer, então, que à medida que não apenas esta mas todas as formas perifrásticas (as formas com *habere*, por exemplo) ganhavam espaço no latim, suas concorrentes sintéticas caíam em desuso. Assim, no protorromance, *amatur* já estava virtualmente extinta, suplantada por *amatus est*, e o uso clássico de *amatus est*, suplantado por *amatus fuit*. Entretanto, formas sintéticas como *amatur* não tinham apenas voz passiva, mas também voz média (ou reflexiva). Formas como *vocatur*, *inveniuntur* e *regitur* podiam ter um sentido passivo mas também um sentido reflexivo. Com as mudanças, o uso passivo foi substituído por *vocatus est*, *inventi sunt* e *rectus est*, e o uso medial, por *se vocat*, *se inveniunt* e *se regit*. É importante que o docente mostre exemplos da ocorrência para encerrar o percurso didático com dados concretos. No segundo capítulo dei alguns exemplos, que trasponho aqui novamente por conveniência:

... Myrina quae Sebastopolim *se vocat* ...  
(‘...Myrina, que se chama Sebastópolis’ Plin. Nat. 5.121)

... nec medici *se inveniunt* ...  
(‘...nem os médicos se acham...’ Petr. 47.2 (fala de Trimalquião))

At enim pallio nihil expeditius ... facile *se regit*, facile reficit.  
(‘Mas não há nada tão conveniente quanto o pálio ... facilmente se ajeita, facilmente se reajeta.’ Tert. Pall. 5.3)

Em síntese, o itinerário traçado nesta seção pode ser resumido nas seguintes etapas: apresentação e análise do *se* indeterminador como aspecto típico do PB > explicação da reanálise do *se* apassivador no período clássico devido a uma ambiguidade estrutural > apresentação da morfologia verbal da voz passiva no latim > explicação da ambiguidade estrutural que fez *amatus est* ser substituído por *amatus fuit* > explicação da emergência do *se* apassivador para ocupar o extinto uso medial da passiva sintética latina.

### 3.2.11 Do demonstrativo definido no PB aos pronomes latinos

Além da sintaxe analítica, uma das diferenças mais famosas entre as línguas românicas e o latim é o fato de as primeiras terem artigos e a segunda não. Os artigos definidos românicos surgiram a partir de formas demonstrativas latinas. Nesse processo, a forma demonstrativa – *ille* na grande maioria das línguas neolatinas e *ipse* em algumas exceções – sofreu um esvaziamento do sentido demonstrativo e passou a ser usada com sentido de definitude, passando a funcionar como artigo definido, referindo-se a um indivíduo ausente, mas conhecido pelo ouvinte, por já ter sido mencionado anteriormente – um processo conhecido como dêixis *in absentia*.

No segundo capítulo, sustentei que a forma demonstrativa *esse* no PB (e suas flexões) vem perdendo sua força dêitica em certos contextos, isto é, vem sofrendo um esvaziamento semântico, a ponto de variar com o artigo definido em casos de nominalização anafórica e dêixis *in absentia*. A partir disso, propus que o processo resultante no esvaziamento semântico de *ille* esteja reincidindo sobre *esse*, motivo pelo qual chamei esse fenômeno de demonstrativo definido. Para caracterizar completamente essa reincidência, só faltaria ocorrer o enfraquecimento fonético, o que de fato parece já estar acontecendo em certos dialetos do PB em que se observa formas como *si menino* e *si menina*.

A partir disso, proponho aqui um percurso didático que parta do demonstrativo definido no PB em direção aos pronomes latinos, passando pelos articloides românicos: a transição entre *ille* (e suas flexões) e os artigos definidos românicos. Para iniciar tal itinerário, é preciso mostrar ao estudante o comportamento do demonstrativo definido no PB a partir de textos e com um exercício paciente de análise, já que esse é um aspecto pouco aparente, que geralmente passa despercebido pelos falantes em geral, até mesmo por linguistas. Na

seção 2.2.5.11, usei um texto jornalístico<sup>89</sup> para mostrar como *esse* (e flexões) varia com o artigo definido em nominalizações anafóricas e usei um texto poético<sup>90</sup> para mostrar como ocorre a mesma variação na dêixis in *absentia*. O docente é, naturalmente, livre para escolher os textos de sua preferência, mas é importante que, ao apontar as ocorrências ao estudante, deixe claro como essas formas sofrem um esvaziamento do seu valor referencial, funcionando como articloides (AEBISCHER, 1948, p. 186). É interessante mostrar também como esse processo parece estar avançado em certos dialetos do PB que apresentam formas como *si menino* e *si menina*, indicando que o esvaziamento semântico e a redução do material fônico para uma sílaba são, de acordo com Lyons (1999, p. 47), os dois critérios para a conclusão da gênese de um novo artigo definido.

Despertada a atenção do estudante para esse aspecto do PB, cabe ao docente explicar que se trata de um processo recorrente, já que a forma demonstrativa latina *ille* (e flexões) também passou por uma gramaticalização semelhante, originando o artigo definido nas línguas românicas. Para proceder a essa explicação, porém, será recomendável oferecer ao estudante um panorama dos pronomes latinos, para que ele possa situar o pronome *ille* dentro desse sistema e então compreender como, a certa altura da deriva românica, essa forma evoluiu para outra categoria gramatical. Esse panorama pode incluir tópicos como:

- Os pronomes em latim
  - Pronomes pessoais
    - ego e flexões (mei, me, mihi, a me/mecum), tu e flexões (tui, te, tibi, a te, tecum), as flexões para a 3ª p. do singular (sui, se, sibi, a se/secum), nos e flexões (nostri/nostrum, nos, nobis, a nobis/nobiscum), uos e flexões (uestri/uestrum, uos, uobis, a uobis/uobiscum) e as flexões para a 3ª p. do plural (sui, se, sibi, a se/secum)
  - Pronomes possessivos
    - meus, mea, meum; tuus, tua, tuum; suus, sua, suum; noster, nostra, nostrum; uester,

---

<sup>89</sup> PEREZ, Santiago Torrente. Cestas básicas. Folha de S. Paulo, São Paulo, 29 nov. 2000, A3.

<sup>90</sup> Poema “Retrato”, de Cecília Meireles, do livro “Viagem” (1937).

uestra, uestrum; sui, suae, sua (e flexões de caso)

- Pronomes interrogativos e indefinidos
  - quis, quid; qui, quae, quod; uter, utra, utrum; qualis, qualis, quale; quantus, quanta, quantum; quam multi, multae, multa; quot; quotus, quota, quotum
  - quidam, quaedam, quiddam (quodam); alius, alia, aliud; aliquis, aliqua, aliquid; aliqui, aliqua, aliquod; nemo, nihil (e flexões de caso)
- Pronomes demonstrativos
  - ipse, ipsa, ipsum; hic, haec, hoc; iste, ista, istud; ille, illa, illud; idem, eadem, idem; is, ea, id (e flexões de caso)
- Pronomes relativos
  - *qui, quae, quod* (e flexões de caso)

E, complementarmente (já que os numerais forneceram as formas para os artigos indefinidos românicos), cabe aproveitar o ensejo para acrescentar tópicos como:

- Os numerais e o calendário romano
  - Os numerais
  - O calendário romano

Apresentado esse panorama, o docente terá condições de explicar a redução do sistema pronominal latino. Como sustentei no segundo capítulo, das formas demonstrativas existentes no sistema pronominal latino do período clássico (*is, hic, iste, ille, ipse, idem* e suas respectivas flexões), apenas *iste, ipse* e *ille* sobreviveram na deriva românica, sendo que essas três formas deslizaram por diferentes caminhos, mas se mantiveram na atual morfologia dos demonstrativos: *iste* (> *este*), *ipse* (> *esse*), *ille* (> *ecce ille* > *aquêle*). Finalmente, então, o docente chega ao ponto crucial deste percurso, no qual há um contexto apropriado para explicar que, embora tenha sobrevivido como demonstrativo pleno na forma *aquêle*, numa de suas derivas alternativas *ille* sofreu um esvaziamento do sentido demonstrativo. A partir de então, como já afirmei antes, começou a ser usado com sentido de definitude, passando a funcionar como artigo definido, referindo-se a um indivíduo ausente,

mas conhecido pelo ouvinte, por já ter sido mencionado anteriormente (dêixis *in absentia*).

Na seção 2.2.5.11.1, usei diferentes textos para analisar, apoiado principalmente em Adams, Pinkster e Lions, a gramaticalização de *ille* em direção ao artigo definido, entre eles: uma passagem de *Trinummus* (c. 190 a.C.) de Plauto, a *Peregrinatio Aetheriae* (um relato de viagem de cunho religioso do séc. IV d.C.), tratados veterinários também do século quarto escritos por Chiron, Pelagonius, Vegetius e Anthimus, as *Compositiones Lucenses* (um tratado do norte da Itália sobre o artesanato do século oitavo) e uma tábua de ardósia visigótica do século sétimo. Em sala de aula, é adequado que o estudante tenha contato com textos como esses, para que possa comparar o processo em curso no PB (que incide sobre a forma *esse*) com o processo análogo já ocorrido com a forma *ille*. Novamente, cabe ressaltar o cuidado que o docente deve ter aqui ao apontar as ocorrências ao estudante, deixando claro de que maneira essas formas sofrem um esvaziamento do seu valor referencial e passam a funcionar como articloides.

Após esse trabalho de análise linguística, cabe encerrar esse percurso mostrando ao estudante como se deu a etapa final do processo de gramaticalização de *ille* em *o*, *a*, *os*, *as*, isto é, como se deu a redução do material fônico. Será, pois, necessário explicar que, nesse estágio, *ille* passou a ser empregado principalmente nas formas acusativas (*illum*, *illam*, *illos*, *illas*); em seguida, tais formas passaram pelas seguintes mudanças, conforme já descrito na seção 2.2.5.11.1: o /i/ passou para /e/; as consoantes duplas foram simplificadas (*illu* > *elo*; *illa* > *ela*; *illos* > *elos*; *illas* > *elas*); o /e/ inicial caiu logo depois em função de o artigo estar em posição proclítica: *elos campos* > *los campos*; o /l/, agora inicial, quando em posição intervocálica (*de los campos*), caiu desta posição, assim como ocorreu em diversos outros contextos (ex.: *sol* > *soles* > *sóis*; *anzol* > *anzoles* > *anzóis*); chega-se enfim às formas *o*, *a*, *os*, *as* – monossilábicas, com pouco material fônico e semanticamente vazias: artigos definidos plenos.

Em suma, o itinerário proposto nesta seção passa pelas seguintes etapas: apresentação e explicação do demonstrativo definido *esse* no PB, acompanhada de análise textual > explicação de que este é um processo recorrente, já ocorrido antes com a forma demonstrativa *ille* no latim tardio > panorama amplo das formas pronominais latinas > explicação da redução dos pronomes demonstrativos, com a permanência apenas dos pronomes *iste* (>*este*), *ipse* (>*esse*), *ille* (>*ecce ille*>*aquele*) > menção à deriva alternativa da forma *ille*, que resultou nos artigos



definidos > análise de textos em ocorre o articloide *ille* > processos fonológicos que levaram ao estágio final: os artigos definidos plenos.

### 3.2.12 Da construção de dativo com infinitivo no PB à subordinação no latim

Para finalizar os percursos didáticos em proposição neste capítulo, resta explorar ainda um último aspecto distintivo do PB, que pode ser particularmente oportuno para levar o estudante ao estudo das formas de subordinação e coordenação no latim, e assim esgotar os tópicos de um programa básico de introdução à língua latina. O aspecto a que me refiro é a construção de dativo com infinitivo (DCI), investigada na seção 2.2.5.6. O DCI se caracteriza pelo esquema sintático *para x infinitivo*, em que o elemento *x* pode ser substituído por qualquer nominal dativo, seja ele um pronome, um nome ou um zero morfológico (PRO). Na referida seção, enfatizei o fato de que, quando esse elemento é realizado com um pronome, há variação, sendo que o uso do pronome dativo (especialmente o pronome dativo da 1ª pessoa do singular, *mim*) é estigmatizado, embora seu emprego vernacular seja muito frequente mesmo entre os mais escolarizados. Trata-se do famoso “pra mim fazer”, tão estigmatizado e tão usado no Brasil.

Na referida seção do segundo capítulo, sustentei que o DCI do PB seja uma permanência latina, posto que o chamado dativo de agente ou *dativus auctoris* – uma construção típica do latim – era absolutamente semelhante ao DCI do PB, tanto na morfossintaxe (era construído com um nominal dativo e com uma expressão do infinitivo<sup>91</sup>) quanto na semântica (o nominal dativo em ambas as línguas acumula as funções de beneficiário e agente). O dativo de agente, ao lado do famoso acusativo com infinitivo, era uma das formas latinas de subordinação sem conjunção, um comportamento sintático muito produtivo no latim, que sobrevive no PB apenas em construções como “acredito ser este um bom exemplo” em oposição a “acredito que este seja um bom exemplo”. Portanto, entendo que um percurso didático que parta do DCI no PB em direção às formas de subordinação e coordenação no latim, passando pelo *dativus auctoris*, seja oportuno nesse contexto.

Para iniciar esse percurso, é necessário chamar a atenção do estudante para o fenômeno em questão, explicando que tanto a variante

---

<sup>91</sup> A construção em questão era construída com o gerúndio, forma nominal que substituíra o gerúndio quando este deveria acompanhar o dativo, sendo que o gerúndio era uma flexão do infinitivo, empregada quando este não acompanhava formas nominativas. Assim, em última instância, era o gerúndio uma forma de expressão do infinitivo.

com o pronome dativo + infinitivo impessoal (“pra mim fazer” ou “pra ti fazer”) quanto a variante com o pronome sujeito + infinitivo pessoal (“pra eu fazer” ou “pra tu fazeres”) são estruturalmente justificáveis. Conforme sustentei na seção 2.2.5.6, a primeira variante é plausível porque o verbo finito da oração principal atribui caso dativo ao pronome, e o infinitivo impessoal da subordinada não pode atribuir caso nominativo a ele. Na segunda variante, a marca de concordância pessoal do infinitivo licencia o uso do pronome reto, fazendo dessa construção igualmente justificável. Além disso, conforme defende Torrent (2008), o esquema *para x infinitivo* pode funcionar na língua como uma construção autônoma, não estando necessariamente ligado à valência do verbo finito, mas sim a todo o contexto de produção do enunciado. Logo, não importa qual o caso atribuído pelo verbo finito da oração principal, a autonomia dessa construção permite que o elemento *x* seja realizado por qualquer uma das variantes, o que sugere que a seleção da variante seja condicionada por alguma avaliação social.

Em seguida, julgo importante que docente ponha em debate o estigma que a primeira variante carrega e, não obstante esse estigma, a antiguidade desse uso. Conforme discuti no segundo capítulo, embora haja uma avaliação social negativa para o uso do pronome oblíquo entre os mais escolarizados, é intrigante o fato de que a construção com o pronome oblíquo se mantenha na língua há tanto tempo.<sup>92</sup>

O debate sobre o estigma que “pra mim fazer” carrega pode ser uma ponte para o *dativus auctoris* latino. Uma forma de fazer essa ponte é explorar traduções de ocorrências dessa construção latina em que o tradutor brasileiro evita o DCI, optando por paráfrases alternativas. Refiro-me a casos como os seguintes:

- *faciendum est mihi illud ... quod illaec postulat* (Pl. Am. 891)
  - traduzido por:
    - “ele me faz fazer ... aquilo que ele me pede” ou “há para mim uma coisa a fazer” (Ernout e Thomas)
  - em vez de:
    - “é pra mim fazer o que ele pede” ou “ele pede pra mim fazer as coisas”
- *occlude sis fores ambobus pessulis iam ego hic ero discrucior animi, quia ab domo abeundum est mihi* (Aul., I, 105)

---

<sup>92</sup> Apresentei evidências de que essa construção existia no PA e de que manteve no PB desde o início da colonização portuguesa, particularmente em dialetos rurais.

- traduzido por:
  - “São as penas do inferno que eu sinto na alma, *só por ter de sair de casa*. E – raios! – é bem contra vontade que eu saio.” (Walter de Medeiros)
- em vez de:
  - “só porque é pra mim sair de casa”
- tibi cauendum censeo (Pl., Cas., 411).
  - traduzido por:
    - “penso que te debes acautelar” (Ernesto Faria)
  - em vez de:
    - “penso que é para ti tomar cuidado”
- tibi consulatus quaerebatur (Cic., Ver., 3, 43)
  - traduzido por:
    - “tu buscavas o consulado” ou “existia para ti a busca do consulado” (Ernout e Thomas)
  - em vez de:
    - “era para ti buscar o consulado”

Em todas essas ocorrências, a tradução com o DCI do PB formado com o pronome dativo + infinitivo impessoal seria uma opção mais próxima à forma latina do que as outras traduções, que certamente a evitaram. Além disso, o docente pode informar ao estudante que essa construção não tinha qualquer estigma em latim, assim como não tem em outras línguas em que existe, como o inglês e o grego. O estigma no PB surgiu provavelmente devido a incongruências históricas da gramática tradicional, já discutidas no segundo capítulo.

Alcançado esse estágio do percurso, o docente pode aproveitar o ensejo para apresentar o acusativo com infinitivo (o “irmão famoso” do dativo de agente), mais conhecido como ACI, e consequentemente pode apresentar ao estudante alternativas de subordinação e coordenação de orações que envolvam conjunções, abordando tópicos como os seguintes:

- Conjunções: coordenação e subordinação
  - Conjunções
    - Conjunções coordenativas
    - Conjunções subordinativas

- A questão da subordinação sem conjunção: o acusativo com infinitivo

Assim se encerraria não só este percurso, mas, como sugeri no início desta seção, os tópicos de um programa básico de introdução à língua latina. Sintetizando o itinerário desenhado, recapitulo aqui os estágios propostos: apresentação das variantes de DCI no PB com o pronome dativo + infinitivo impessoal (“pra mim fazer” ou “pra ti fazer”) em comparação com a variante com o pronome sujeito + infinitivo pessoal (“pra eu fazer” ou “pra tu fazeres”) > justificação estrutural para as duas variantes > debate sobre o estigma da variante com o pronome dativo > apresentação de traduções do DCI latino que evitam o DCI do PB como forma de ampliar o debate > apresentação de outra forma de subordinação no latim sem o uso de conjunção (o ACI) > apresentação de formas de coordenação e subordinação com o uso de conjunções.

### 3.3 NOVAS POSSIBILIDADES PARA A SELEÇÃO E A ORGANIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS

Concluída a proposição dos percursos didáticos, já me encontro em condições de organizar e propor um quadro geral com novas possibilidades para o ensino de latim no contexto de formações superiores em língua portuguesa no Brasil. Esse quadro objetiva ser *uma* proposta para o ensino de latim em tal contexto, sem a intenção de excluir quaisquer outras. Com a licença da metáfora e do trocadilho, se todos os caminhos levam a Roma, este quadro mostra que alguns partem do Brasil:

Quadro 13 - Quadro geral com novas possibilidades para o ensino de latim no contexto de formações superiores em línguas portuguesa no Brasil a partir dos percursos didáticos encontrados

Percurso didático	Permanências ou reincidências do PB	Correlação com o latim	Tópicos que essa correção permite explorar num contexto de ensino de latim	Onde tais tópicos se encaixam dentro de um programa de ensino de latim <sup>93</sup>
Do vocalismo permanente à prosódia e fonologia latina	Vocalismo permanente e alçamento das vogais pretônicas	Ritmo silábico na prosódia latina e recorrência de alçamento vocálico no latim	Aspectos gerais da fonética e fonologia latina	<b>Fonologia e prosódia do latim</b> A questão da duração das vogais O alfabeto latino O acento de intensidade As pronúncias do latim
Da queda de /s/ e nasal final permanente ou recidente à interface entre a fonologia e a morfossintaxe latina	Queda de /s/ e nasal final  Variação da concordância nominal e verbal em relação à marcação de plural	Queda de /s/ e /m/ final no latim arcaico (deriva antiga)  Colapso do sistema de casos latino	Desinências de caso (e perda delas) ~  ~  Funcionamento do sistema de casos latino	
Da próclise generalizada do pronome átono à possibilidade próclítica no latim e à relativa liberdade dos constituintes na frase latina	Próclise do pronome átono	Independência dos clíticos em relação aos verbos na sintaxe latina	Comportamento sintático de uma língua sintética como o latim	<b>Estrutura da língua latina comparada com a do português</b> A estrutura da língua portuguesa A estrutura do latim Comparação entre as duas línguas <b>Sistema nominal latino – introdução</b> As declinações nominais Os adjetivos de primeira classe Preposições
Do uso de <i>em</i> com verbos de movimento ao uso de <i>in</i> com acusativo e ao sistema preposicional latino	Uso de <i>em</i> com verbos de movimento	Uso de <i>in</i> + acusativo	Uso de preposições no latim padrão Ampliação desse uso no latim vernáculo com o colapso do sistema de declinações	
Da variação de gênero gramatical e classes nominais temáticas à visão completa do sistema nominal latino	Variação de gênero gramatical e classes nominais temáticas	Nomes de 3ª declinação	3ª declinação e adjetivos de 2ª classe 4ª e 5ª declinações	<b>Sistema nominal latino – continuação</b> Terceira declinação dos nomes Adjetivos de segunda classe  <b>A quarta e quinta declinações nominais</b>

<sup>93</sup> Essa divisão da gramática latina é inspirada em Gonçalves (2007).

Percurso didático	Permanências ou reincidências do PB	Correlação com o latim	Tópicos que essa correção permite explorar num contexto de ensino de latim	Onde tais tópicos se encaixam dentro de um programa de ensino de latim <sup>93</sup>
Da dupla negação enfática do PB aos advérbios latinos	Dupla negação enfática	Dupla negação de sentido negativo-enfático	Formas de negação no latim padrão e no latim vernáculo	<b>Graus dos adjetivos e formação de advérbios</b> A formação do comparativo dos adjetivos A formação do superlativo dos adjetivos Comparativos e superlativos irregulares Advérbios regulares
Do gerúndio continuativo no PB às formas verbo-nominais latinas	Gerúndio continuativo	Gerúndio no caso ablativo com a função de adjunto adverbial de modo ou meio	Sistema verbal latino em geral e sistema de formas verbais nominais em particular	<b>Estrutura da língua latina: os verbos</b> Características morfológicas dos verbos em latim Primeira conjugação verbal Segunda conjugação verbal
Do condicional analítico com <i>ir</i> no PB às expressões de condicionalidade no sistema verbal latino	Condicional analítico com <i>ir</i>	Condicional analítico com <i>habere</i>	Expressões de condicionalidade no sistema verbal latino	
Dos participípios rizotônicos no PB ao terceiro radical latino	Formação de participípios no PB	“Terceiro radical” latino Neutralização das 2ª e 3ª conjugações	2ª e 3ª conjugações latinas	<b>Aprofundamento da morfologia verbal latina</b> Terceira conjugação Quarta conjugação Conjugação mista Verbos irregulares
Do <i>se</i> indeterminador no PB à ambiguidade que levou ao fim da passiva sintética latina	Ambiguidade estrutural da passiva sintética (com “ <i>se</i> ”)	Ambiguidade que levou ao fim da passiva sintética latina	Voz passiva	<b>A voz passiva e os verbos depoentes</b> Voz passiva Verbos depoentes
Do demonstrativo definido no PB aos pronomes latinos	Demonstrativo definido no PB	Demonstrativos latinos que viraram artigos definidos românicos	Pronomes demonstrativos	<b>Os pronomes em latim</b> Pronomes pessoais Pronomes possessivos Pronomes interrogativos e indefinidos Pronomes demonstrativos Pronomes relativos  <b>Os numerais e o calendário romano</b> Os numerais O calendário romano
Da construção de dativo com infinitivo no PB à subordinação no latim	A construção de dativo com infinitivo	Dativo de agente (ou <i>datiuus auctoris</i> )	A questão da subordinação sem conjunção	<b>Conjunções: coordenação e subordinação</b> Conjunções Conjunções coordenativas Conjunções subordinativas A questão da subordinação sem conjunção: o acusativo com infinitivo

De certa forma, esse quadro representa uma síntese dos resultados desta pesquisa e, por conseguinte, um produto dela. Isto posto, creio ser oportuno fazer duas ressalvas.

Em primeiro lugar, para fins de antecipação de protesto, deixo claro que evitei intencionalmente discutir neste último capítulo questões mais específicas ligadas a abordagens e métodos de ensino de língua estrangeira. Seria cabível, por exemplo, discutir questões mais específicas como a “abordagem da gramática e da tradução”, a “abordagem direta”, a “abordagem para a leitura”, a “abordagem audiolingual”, a “sugestologia de Lozanov”, o “método de Curran” (aprendizagem por aconselhamento), o “método silencioso de Gattegno”, o “método de Asher” (resposta física total), a “abordagem natural”, a “abordagem comunicativa”, entre outras. Pressupostos de algumas dessas abordagens ou métodos, a propósito, subjazem a muitas das propostas que fiz nos percursos didáticos. Entretanto, discuti-los de maneira específica e aprofundada fugiria do escopo desta pesquisa.

Em segundo lugar – e para encerrar, ressalto que minha intenção foi, acima de tudo, encontrar maneiras legítimas e envolventes de levar o estudante ao encontro do latim a partir do PB. Contudo, este trabalho se cala propositalmente para questões que vão além dessa meta, deixando para o docente a escolha da abordagem e do método mais coerentes com as suas assunções teóricas. Já existe muita produção acadêmica de qualidade a respeito de abordagens e métodos de ensino de latim. Creio, porém, que faltam justificativas convincentes e atuais para a presença do latim em formações superiores em língua portuguesa no Brasil. Eis o que pretendi oferecer.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para encerrar, recapitulo aqui as respostas que encontrei para as perguntas levantadas na introdução desta tese, quando estabeleci os seus objetivos.

No primeiro capítulo, depois de contextualizar a crise institucional que o latim e todos os demais ícones do humanismo clássico enfrentam na modernidade e em particular no Brasil, procurei explicar por que pode ser relevante – em resposta a essa crise – pensar o estudo do latim voltado especificamente para um falante de PB que busca formação superior nesta língua, tentando definir que sujeito é esse. As respostas que obtive podem ser sintetizadas da seguinte maneira: (1) para que o objeto de estudo seja interessante e a aprendizagem significativa, é preciso que tal objeto encontre eco na identidade do estudante; (2) entre os itens que compõem a identidade do estudante que busca formação superior em língua portuguesa no Brasil está o próprio português brasileiro, como veículo de comunicação e expressão identitária desse sujeito; assim, (3) se o PB guarda ligações com o latim e se essa língua é parte importante da identidade do sujeito em questão, ela pode ser usada estrategicamente para despertar o interesse dele para o latim.

No segundo capítulo, a fim de compreender como o estudo do latim se conecta à identidade de falantes do PB, procurei aspectos latinos que constituíssem fatos distintivos da língua que se desenvolveu no Brasil, isto é, procurei aspectos latinos que compusessem a identidade gramatical do PB. Essa busca me levou a um conjunto de dezesseis permanências ou reincidências latinas que distinguem o PB como língua autônoma, as quais relaciono aqui: as vogais átonas, os ditongos /ej/ e /ej̃/, a oposição entre /v/ e /a/, o alçamento das vogais pretônicas, a queda de /s/ final e desnasalização, a variação da concordância nominal e verbal em relação à marcação de plural, a próclise do pronome átono, o uso da preposição *em* com verbos de movimento, o gerúndio continuativo, a dupla negação enfática, a construção de dativo com infinitivo, a variação de gênero gramatical e classes nominais temáticas, o condicional analítico com *ir*, a formação de participípios, ambiguidade estrutural da passiva sintética com “se”, e o demonstrativo definido. Concluí, então, que tais permanências e reincidências latinas do PB poderiam ser usadas como objetos de estudo significativos para o sujeito em questão (falante de PB) e, conseqüentemente, poderiam funcionar como gatilhos para levar esse sujeito ao latim.



Por fim, no terceiro e último capítulo, busquei alternativas para orientar o ensino de latim a partir dessas permanências e reincidências distintas do PB. Com esse objetivo, defini um conceito de língua no ensino que fosse compatível as suposições teóricas expressas ao longo desta tese. Essa definição estabelece que ensinar uma língua não se resume a ensinar sua gramática e seu léxico, mas requer que se considere o ensino de gêneros, pois qualquer descrição da gramática e do léxico de uma língua invariavelmente será a descrição da gramática e do léxico previstos pelas regras dos gêneros discursivos que compõem aquela língua. Além disso, uma vez que proponho um ensino de latim via linguística histórica, estou necessariamente incluindo nessa proposta a discussão da mudança linguística. Ora, a mudança das línguas e, inclusive, a emergência de novas línguas encontra correspondência na mudança dos gêneros e na emergência de novos gêneros.

Definido um conceito de língua no ensino compatível com a minha proposta, passei então a desenhar percursos didáticos, como forma de demonstrar como é possível levar o estudante do PB ao latim através das permanências e reincidências latinas do PB. Nessa tarefa, cheguei a um conjunto de doze percursos didáticos, os quais listo aqui: do vocalismo permanente à prosódia e fonologia latina; da queda de /s/ e nasal final permanente ou recorrente à interface entre a fonologia e a morfossintaxe latina; da próclise generalizada do pronome átono à possibilidade proclítica no latim e à relativa liberdade dos constituintes na frase latina; do uso de *em* com verbos de movimento ao uso de *in* com acusativo e ao sistema preposicional latino; da variação de gênero gramatical e classes nominais temáticas à visão completa do sistema nominal latino; da dupla negação enfática do PB aos advérbios latinos; do gerúndio continuativo no PB às formas verbo-nominais latinas; do condicional analítico com *ir* no PB às expressões de condicionalidade no sistema verbal latino; dos participios rizotônicos no PB ao terceiro radical latino; do *se* indeterminador no PB à ambiguidade que levou ao fim da passiva sintética latina; do demonstrativo definido no PB aos pronomes latinos; da construção de dativo com infinitivo no PB à subordinação no latim.

Para finalizar, organizei os percursos didáticos propostos dentro de um programa completo de introdução à língua latina, de forma que as permanências e reincidências latinas descobertas nesta pesquisa sejam suficientes para orientar um curso básico de latim para estudantes que estejam numa formação superior de língua portuguesa no Brasil.

Enfim, reiterando o que afirmo no fim do terceiro capítulo, minha intenção foi encontrar, sobretudo, maneiras legítimas e

envolventes de levar o estudante ao encontro do latim a partir do PB. A despeito de eventuais problemas que minhas análises das permanências e reincidências possam ter apresentado, e apesar de incompletudes que especialistas certamente encontrarão nos resultados desta pesquisa, espero que seus objetivos tenham sido cumpridos e desejo que os seus produtos sejam minimamente válidos para a comunidade científica e úteis para a sociedade civil.

## REFERÊNCIAS

ADAMS, J. N. **Social Variation and the Latin Language**. New York: Cambridge University Press, 2013.

ADONE, Dany; PLAG, Ingo. **Creolization and language change**. Tübingen: Niemeyer, 1994.

AEBISCHER, P. Contribution à la protohistoire des articles *ille* et *ipse* dans les langues romanes. **Cultura neolatina**, v. 8, n. 1, p. 181-203, 1948.

ALBRIGHT, Adam. Islands of reliability for regular morphology: evidence from Italian. **Language**, v. 78, n. 4, p. 684-709, 2002.

ALLEN, J. H.; GREENOUGH, J. B. **Allen and Greenough's New Latin grammar for schools and colleges, founded on comparative grammar**. Edited by J.B. Greenough, G.L. Kittredge, A.A. Howard, Benj. L. D'Ooge. Boston, London: Ginn & Co., 1903. Disponível em: <[http://www.chlt.org/sandbox/perseus/ag.gram\\_eng/page.1.a.php](http://www.chlt.org/sandbox/perseus/ag.gram_eng/page.1.a.php)>. Acesso em: 13 dez. 2015.

ALMEIDA, J. M. P.; LIMA-SALLES, H. M. M. “Análise das estruturas relativas do português do Brasil”. **Anais do VII Congresso Internacional da Abralín**. Curitiba: Abralín, 2011. p. 1965-1978.

ANTUNES, I. **Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

APOTHÉLOZ, D.; CHANET, C. Défini et démonstratif dans les nominalisations. In: DE MULDER, Walter; VETTERS, Carl (eds.). **Relations anaphoriques et (in)cohérence**. Amsterdam: Rodopi, 1997. p. 159-86.

ARONOFF, Mark. **Morphology by itself: stems and inflectional classes**. Cambridge, Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology Press, 1994.

ARSÊNIO, Maraísa Magalhães. **Construções gerundivas no português europeu e brasileiro**. 2010. 258 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010.

ASHCROFT, B.; GRIFFITHS, G.; TIFFIN, H. (Eds.). **The post-colonial studies reader**. 2. ed. Oxford: Routledge, 2006.

AVELAR, Laura de; SILVA, Mariana da; ALMEIDA, Thássia de. As formas de negação com o item não no português falado em Santa Luzia: um estudo preliminar. In: AMARAL, Eduardo Tadeu Roque (org.). **O português falado em Minas Gerais**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2013. p. 27-36.

AZEVEDO, Fernando de. **Na batalha do humanismo**: aspirações, problemas e perspectivas. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

BAERMAN, Matthew; BROWN, Dunstan; CORBETT, Greville G. **The syntax- morphology interface**: a study of syncretism. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1952/53]).

BARBOSA, Pilar P.; COCHOFEL, Fátima. “O infinitivo preposicionado em PE”. In: **Acta do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística**. Lisboa: Colibri, 2004. p. 387-400.

BARRETO, Marcus Vinícius Knupp. **Contribuições da língua portuguesa e das línguas africanas quicongo e bini na constituição do crioulo são-tomense**. 2008. 125 f. Dissertação (Mestrado em Letras)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

BASILE, Giuseppe. **Dizionario del dialetto sannicandrese**. Sannicandro di Bari: Comuna di Sannicandro, 2011.

BASSETTO, Bruno Fregni. **Elementos de filologia românica**. São Paulo: EdUSP, 2001.

BAXTER, A. “A contribuição das comunidades afro-brasileiras isoladas para o debate sobre a criouliização prévia: um exemplo do estado da Bahia”. In: ANDRADE, E. d’; KIHM, A. (eds.). **Actas do colóquio sobre crioulos de base lexical portuguesa**. Lisboa: Colibri, 1992. pp. 7-35.

\_\_\_\_\_. “A concordância de número”. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (Orgs.). **O Português Afro-Brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 269-294.

BENNET, Charles. **A Latin Grammar**. 2. ed. Boston and Chicago: Allyn and Bacon, 1908 [1895].

BERTINETTO, Pier Marco; BERTINI, Chiara. On modeling the rhythm of natural languages. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON SPEECH PROSODY, 4., 2008, Campinas. **Anais...** Campinas: Unicamp, 2008. p. 427–30.

BERTINETTO, Pier Marco. Syllabic blood, ovvero l’italiano come lingua ad isocronismo sillabico. **Studi di Grammatica Italiana**, v. 6, n. 1, p. 69-96, 1977.

BERTOCCHI, Alessandra; MARALDI, Mirka; ORLANDINI, Anna. Double negation: different interpretations. In: BALDI, Philip; CUZZOLIN, Pierluigi (eds.). **Constituent Syntax: Quantification, Numerals, Possession, Anaphora**. New York: De Gruyter, 2011.

BISOL, Leda. “O alçamento da pretônica sem motivação aparente.” In: BISOL, Leda; COLLISCHONN, Gisela (Org.). **Português do Sul do Brasil: variação fonológica**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2009. p. 73-92.

\_\_\_\_\_. **Harmonização vocálica: uma regra variável**. 1981. 333 f. Tese (Doutorado em Linguística) - UFRJ, Rio de Janeiro, 1981.

BOLLELA, Maria Flávia de Figueiredo Pereira; GUEDES FILHO, José Moreira. O português rural do Brasil: uma variante dentre as variantes. In: COLÓQUIO ANUAL DA LUSOFONIA, 7., 2007, Bragança. **Actas...** Bragança: Câmara Municipal de Bragança, 2007. v. 1. p. 1-9.

BORTONI, Stela M. *et al.* A variação das vogais médias pretônicas no português de Brasília: um fenômeno neogramático ou de difusão lexical? **Revista Estudos da Linguagem**, v. 1, n. 1, p. 9-30, jul./dez. 1992.

BOUROVA, Viara. “Les constructions latines Infinitif + habebam vs. Infinitif + habui et le développement du conditionnel roman.” In: TROTTER, David (ed.). **Actes du XXIVe Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes (Aberystwyth, 2004)**. Tübingen: Niemeyer, 2007. p. 461-474.

BRASIL. Conselho Federal de Educação (CFE). **Parecer nº 326/1962**. Resolução s/n. 16 nov. 1962.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei nº 9.394/1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. 20 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Sistema e-MEC**. 2014. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br>>. Acesso em: 7 mai. 2014.

BRITO, Luiz Percival Leme. Língua e ideologia: a reprodução do preconceito. In: BAGNO, Marcos. **Linguística da norma**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2004.

BRUNO, Haroldo. Latim e formação linguística. **Alfa**, São Paulo, n. 34, p. 69-74, 1990.

BYBEE, J. L. *Irrealis* as a grammatical category. **Anthropological Linguistics, Bloomington**, v. 40, n. 2, p. 257-271, 1998.

BYBEE, J.; PAGLIUCA, W.; PERKINS, R. **Back to the future**. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (eds.) *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam: Benjamins, 1991. 2 v. p. 17-58.

CÂMARA JR., J. M. Ele comme un accusatif dans le portugais du Brésil. In: CATALÁN, Diego (Org.). **Miscelánea Homenaje a André Martinet Canarias**: Universidad de La Laguna, 1957. p. 39-46. 1 v.

CAPELLETTI, Matteo. **Negation and negative quantifiers**. 2003. 150 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade de Utrecht, Utrecht, 2003.

CARVALHO, J. G. H. Atualizadores lexicais. **Vozes**, v. 67, n. 5, p. 49-60, 1973.

CASTIGLIONE, Marina. Le sorti del periodo ipotetico presso un campione siciliano. Primi risultati di un test traduttivo. **Bollettino linguistico campano**, Napoli, v. 5-6, p. 59-83, dez. 2004.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. "O Português do Brasil". In: ILARI, Rodolfo. **Linguística Românica**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1999.

\_\_\_\_\_. A língua literária. In: BECHARA, Evanildo (Org.). **Estudo da língua portuguesa: textos de apoio**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2010. p. 291-299.

\_\_\_\_\_. Abordagem da língua como um sistema complexo: contribuições para uma nova Linguística Histórica. In: Castilho, A. T. de; Moraes, M. A. T.; Lopes, R. E. V.; Cyrino, S. M. L. (Org.). **Descrição, História e Aquisição do Português Brasileiro**. Campinas: Pontes-Fapesp, 2007. v. 1. p. 329-360.

\_\_\_\_\_. Como as línguas nascem e morrem? **Museu da Língua Portuguesa**, Textos, 14 maio 2009. Disponível em: <[http://www.museudalinguaportuguesa.org.br/files/mlp/texto\\_8.pdf](http://www.museudalinguaportuguesa.org.br/files/mlp/texto_8.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2010.

\_\_\_\_\_. O que se entende por língua e linguagem? **Museu da Língua Portuguesa**, Textos, 14 maio 2009. Disponível em: <[http://www.museudalinguaportuguesa.org.br/files/mlp/texto\\_14.pdf](http://www.museudalinguaportuguesa.org.br/files/mlp/texto_14.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2010.

CASTRO, Ivo. **Curso de história da língua portuguesa**. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.

CASTRO, Vandersí Sant'ana. **A resistência de traços do dialeto caipira: estudo com base em atlas lingüísticos regionais brasileiros**.

2006. 288 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Campinas, 2006.

CASTRO, Yeda Pessoa de. A sobrevivência das línguas africanas no Brasil: Sua influência na linguagem popular da Bahia. **Afro-Ásia**, v. 4-5, n. 1, p. 25-34, 1967.

CAVALIERE, R. **Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira**. Niterói: EdUFF, 2003.

CHOMSKY, Noam. **Estruturas Sintáticas**. Trad. de Gabriel de Ávila Othero. Porto Alegre: Edição do tradutor, 2010 [1957].

CILLIERS, Paul. **Complexity and postmodernism**. London: Routledge 1998.

CLACKSON, James; HORROCKS, Geoffrey. **The Blackwell history of the Latin language**. Oxford: Blackwell Publishing, 2007.

CINTRA, Geraldo. A flexão nominal em Mattoso Câmara e outras análises. **D.E.L.T.A.**, v. 20, n. especial, p. 85-104, 2004.

CLARE, Nícia de Andrade Verdini. 50 anos de ensino de língua portuguesa (1950-2000). **Anais do VI Congresso Nacional de Linguística e Filologia, 26 a 30 de agosto de 2002**. Disponível em: <[www.filologia.org.br/vicnlf/anais/caderno06-05.html](http://www.filologia.org.br/vicnlf/anais/caderno06-05.html)>. Acesso em: 27 ago. 2014.

COELHO, Izete Lehmkuhl; et al. **Sociolinguística**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2010.

COLE, Thomas. The Saturnian Verse. **Yale Classical Studies**, v. 21, n. 1, p. 3-73, 1969.

CORIOLOANO, Jaqueline Silveira. **As orações circunstanciais de gerúndio**. 2009. 112 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.



COSTA, Iraneide Santos. **Uso do artigo definido diante de possessivo e de nome próprio de pessoa: período arcaico.** 1999. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

CRISTÓFARO SILVA, Thaïs. **Fonética e fonologia do português:** roteiro de estudos e guia de exercícios. São Paulo: Contexto, 1999.

CUNHA, Celso. Conservação e Inovação no Português do Brasil. **O eixo e a roda**, Belo Horizonte, Vol. 5, 1986.

DAHL, Östen. **Grammaticalization in the North:** Noun Phrase Morphosyntax in Scandinavian Vernaculars. Stockholm: Stockholm University, 2006.

DE KOK, Ans. **La Place du pronom personnel régime conjoint en français.** Une étude diachronique. Amsterdam: Rodopi, 1985.

DEGRAFF, Michel. **Language Creation and Language Change:** Creolization, Diachrony, and Development. Cambridge, MA: MIT Press, 2001.

DEVOTO, G. **Storia della lingua di Roma.** Bologna: Cappelli, 1944.

DINKOVA-BRUUN, Greti. Medieval Latin. In: CLACKSON, James (Ed.). **A Companion to the Latin Language.** Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2011. p. 284-302.

DRESSLER, Wolfgang. Confronti e contatti fonologici. In: MOCCIARO, A.; SORAVIA, G. (eds.). **L'Europa linguistica:** contatti, contrasti, affinità di lingue. Atti del XXI congresso internazionale di studi della SLI, Catania, 1987. Rome: Bulzoni, 1992. p. 125-37.

DUARTE, P. M. T. 2002. Do estatuto mórfico da vogal temática e do morfema de gênero em português. **Philologus**, Rio de Janeiro, v. 23, maio/ago. 2002, p. 112-130.

DUBOIS, J. et al. **Dicionário de linguística.** São Paulo: Cultrix, 1973.

EDWARDS, J. **Language and identity**. Cambridge, University of Cambridge, 2009.

EIDELWEIN, Mathias. **A próclise dos pronomes oblíquos átonos em posição inicial**: uma perspectiva linguístico-histórica. 2010. 62 f. Monografia (Licenciatura em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

ERNOUT, Alfred; THOMAS, François. **Syntaxe latine**. Paris: Klincksieck, 1951.

ESHER, Louise. The morphological evolution of infinitive, future and conditional forms in Occitan. In: KEMENADE, Ans van; HAAS, Nynke de (orgs.). **Historical Linguistics 2009**: Selected Papers from the 19th International Conference on Historical Linguistics, Nijmegen. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 2012.

EVERETT, Daniel L. Biology and language: a consideration of alternatives. **Journal of Linguistics**, 41 (2005), p. 157–175.

FARACO, Carlos Alberto. Ensinar x não ensinar gramática: ainda cabe essa questão? **Caleidoscópio**, São Leopoldo/RS, v. 4, n. 1, p. 15-26, jan./abr. 2006.

FERNÁNDEZ, Luis García. **Las perífrasis verbales en español**. Madrid: Editorial Castalia, 2012.

FERRARI NETO, José; SILVA, Cláudia Roberta Tavares; FORTES; Fábio. A interpretação passiva/indeterminada de construções com a partícula se. **DLCV**, João Pessoa, v. 7, n. 1, p. 39-56, jan./jun. 2010.

FRANCK, Dorothea. Sentenças em turnos conversacionais: um caso de ‘double bind’ sintático. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 9-20, 1981.

FREITAG, Raquel Meister Ko. **A expressão do passado imperfeito no português**: variação/gramaticalização e mudança, 2007.

GIRÓ, José Luis Mendívil. Biolingüística: qué es, para qué sirve y cómo reconocerla. In: **Revista Española de Lingüística**, vol. 35, n. 2 (2005).

GIROUX, H. A. **Os professores como intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Artes Médicas: Porto Alegre, 1997.

GIVÓN, Talmy. **Bio-linguistics** – the Santa Barbara Lectures. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2002.

GLEASON, Philip. Identifying identity: a semantic history. **Journal of American History**, v. 69, n. 4, p. 910-31, mar. 1983.

GONÇALVES, Rodrigo Tadeu; BASSO, Renato Miguel. **História da Língua**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2010.

GONÇALVES, Rodrigo Tadeu. **Dossiê sobre a qualificação do projeto de doutorado “Conservadorismos latinos do português brasileiro na educação linguística”, de Luiz Henrique Milani Queriquelli**. Florianópolis, 2014 [material inédito].

\_\_\_\_\_. **Língua Latina**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2007.

GRABE, Esther; LOW, Ee Ling. Acoustic correlates of rhythm class. In: GUSSENHOVEN, C.; WARNER, N. (eds.). **Papers in Laboratory Phonology**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2002. 7 v. p. 515-46.

GROEBNER, Valentin. **Der schein der person**: steckbrief, ausweis und kontrolle im Europa des mittelalters. Munich: Beck, 2004.

GUY, Gregory Riordan. **Linguistic variation in Brazilian Portuguese**: aspects of the phonology, syntax, and language history. 391 f. Tese (Doutorado em Linguística) - University of Pennsylvania, Philadelphia, 1981.

HALLE, Morris; MARANTZ, Alec. “Distributed morphology and the pieces of inflection.” In: HALE, Kenneth; KEYSER, Samuel Jay (orgs.). **The view from building 20**: essays in linguistics in honor of Sylvain Bromberger. Cambridge, MA: MIT Press. 1993.

HARRIS-NORTHALL, Ray. The Old Spanish participle in *-udo*: its origin, use, and loss. **Hispanic Review**, v. 64, n. 1, p. 31-56, winter, 1996.

HECK, Maria Regina. **O ensino de latim no Brasil**: objetivos, método e tradição. 2013, 36 p. Monografia. (Letras) – Instituto Federal do Rio Grande do Sul – Instituto de Letras, Porto Alegre, 2013.

HEIDERMANNS, F. Nominal composition in Sabellic and proto-Italic. **Transactions of the Philological Society**, v. 100, n. 2, p. 185–202, 2002.

HENGEVELD, K. **The Grammaticalization of Tense and Aspect** (cap. 47). In: NARROG; HEINE (eds.), 2011, p. 580-594.

HERMAN, Jozsef. **Vulgar Latin**. Trad. de Roger Wright. University Park, PA: The Pennsylvania State University Press, 2000 [1967].

HERNANDES, Paulo. Você sabia... qual é a origem do futuro do pretérito português? **Você sabia?**, Brasília, n. 91, 26 nov. 2004. Disponível em: <<http://www.paulohernandes.pro.br/vocesabia/001/vcsabia091.html>>. Acesso em 3 jul. 2013.

HOFFMANN, Maria E. Litotes expressions in Latin. In: Colloquium on Latin Linguistics, 3., 1985, Bologna. **Anais...** Bologna: Gualtiero Calboli, 1985.

HOLM, John. “Creole influence on Vernacula Brazilian Portuguese”. In: Gilbert Glenn (ed.). **Pidgin and creole languages**. Honolulu: University of Hawai Press, 1987. pp. 406-429.

HOPPER, Paul J. “On some principles of grammaticalization”. In: TRAUGOTT, Elizabeth Closs; HEINE, Bernd (eds.). **Approaches to grammaticalization**. Amsterdam: John Benjamins, 1991. v. 1. pp. 17-36.

HUBER, Joseph. **Gramática do português antigo**. Trad. de Maria Manuela Gouveia Delille. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986 [1933].

HUBER, Joseph. **Gramática do Português Antigo**. Trad. port. de Maria Manuela Gouveia Delille. Lisboa: Gulbenkian, 1986 [1933].

HUMBOLDT, Wilhem von. Forma das línguas. Trad. Karen Volobueff. In: HEIDERMANN, Werner; WEININGER, Markus J. (Orgs.). **Wilhem von Humboldt – Linguagem, Literatura, Bildung**. Florianópolis: UFSC, 2006. p. 94-119.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. **O português da gente: a língua que estudamos a língua que falamos**. São Paulo: Contexto, 2006.

ILARI, Rodolfo. **Linguística Românica**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1997.

INSTITUTO CAMÕES. Variação e Norma em Português. **A Pronúncia do Português Europeu**. Lisboa: Instituto Camões de Portugal, 2006. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/aprender-portugues/a-falar/pronuncia-do-portugues-europeu.html>>. Acesso em 31 out. 2011.

IODAN, I; MANOLIU, M. El artículo. In: \_\_\_\_\_. **Manual de lingüística románica**. Madrid: Gredos, 1972. p. 243-256.

JENKINS, Lylle. **Biolinguistics: exploring the biology of language**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

JOSEPH, John. **Language and identity: national, ethnic, religious**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2004.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Linguística textual: quo vadis? **DELTA**, v. 17, n. spe., p. 11-23. 2001.

LABOV, William. Some sociolinguistic principles. In: PAULSTON, C. B.; TUCKER, G. R. (eds.). **Sociolinguistics: the essential readings**. Oxford: Blackwell, 2003. p. 235- 250.

\_\_\_\_\_. **Principles of linguistic change. Volume 1: Internal factors (Language in Society 20)**. Oxford: Blackwell, 1994.

\_\_\_\_\_. **Sociolinguistics patterns**. Philadelphia: University of Philadelphia Press, 1992.

LAURENT, Richard. **Past participles from Latin to Romance**. Oakland: University of California Press, 1999.

LAUSBERG, H. Pronombre. In: \_\_\_\_\_. **Lingüística românica – morfología**. Madrid: Gredos, 1973. p. 151-238.

LE PAGE, Robert; KELLER, Andrée Tabouret. **Acts of identity**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

LEDGEWAY, A. Syntactic and morphosyntactic typology and change. In: MAIDEN, M.; SMITH, J. C.; LEDGEWAY, A. (eds.). **The Cambridge history of the Romance languages: structures**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. 1 v. p. 382-471.

LEMONS, Fernando Antônio Pereira Lemos. O Alçamento das vogais médias pretônicas e postônicas mediais. **Philologus**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 44, 2003.

LEOPARDI, Giacomo. **Zibaldone** - edizione completa. Roma: Fermento, 2015 [1822].

LIGHTFOOT, David. **How new languages emerge**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

LIMA, A. A. Notas sobre humanismo no Brasil. **A Ordem**, p. 3-8, jun. 1940.

LIMA, José Leonildo. **A variação na concordância do gênero gramatical no falar cuiabano**. 2007. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP: 2007.

LINDSAY, W. M. **Syntax of Plautus**. Oxford: Oxford University Press, 1907.

\_\_\_\_\_. The Saturnian Meter. Second Paper. **American Journal of Philology**, v. 14, n. 3, p. 305–334, 1893.

LÖFSTEDT, E. **Syntactica**: Studien und Beiträge zur historischen Syntax des Lateins. vols. 1 (2. ed.) e 2. Lund: Lund University Press, 1956.

LOPORCARO, M. Syllable, segment and prosody. In: MAIDEN, M.; SMITH, J. C.; LEDGEWAY, A. (eds.). **The Cambridge history of the Romance languages: structures**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. 1 v. p. 50-154.

LUCCHESI, D. Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolinguística do português do Brasil. **Revista Internacional de Língua Portuguesa 12**, 1994, pp. 17-28.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (Orgs.). **O Português Afro-Brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009.

LUCCHESI, D.; LOBO, T. “Aspectos da sintaxe do português brasileiro”. In FARIA, I. H., PEDRO E. R., DUARTE, I., GOUVEIA, C. A. M. (Orgs.). **Introdução à lingüística geral e portuguesa**. Lisboa: Editorial Caminho, 1996. p. 303-311.

LUCCHESI, D.; MENDES, E. P. “A flexão de caso dos pronomes pessoais”. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (Orgs.). **O Português Afro-Brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 471-488.

LYONS, C. **Definiteness**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

MAIA, C. **História do galego-português**. 2. ed. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta de Investigação Científica e Tecnológica, 1997. Reimpressão da edição do INIC, 1986.

MALKIEL, Yakov. La pérdida del participio en *-udo*. **Nueva revista de filología hispánica**, v. 40, n. 1, p. 14-48, 1992.

MARASCHIN, Leila Teresinha. Latim vernacular como disciplina: resgatando os estudos filológicos. **Cadernos do CNLF**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 13, p. 69-80, 2009.

MARROQUIM, Mario. **A língua do nordeste**. Alagoas e Pernambuco. São Paulo: Cia Nacional, 1934.

MARTINS, Kauê. Dicionário informal do dialeto campista (Campos dos Goitacazes/RJ). **Dicionário de Campistês**, 22 set. 2009. Disponível em: <<http://professorkaue.blogspot.com.br/2009/09/dicionario-de-campistes-coisa-de.html>>. Acesso em: 15 out. 2015.

MATTE, Edouard Joseph. **Histoire des modes phonétiques du français**. Geneva: Droz, 1982.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004.

\_\_\_\_\_. **Estruturas trecentistas – elementos para uma gramática do português arcaico**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1989.

MATTOSO CÂMARA Jr., J. M. **Estrutura da língua portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 1970.

\_\_\_\_\_. **História e estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.

\_\_\_\_\_. **Problemas de linguística descritiva**. Petrópolis: Vozes, 1969.

MCWHORTER, J. “The Afrogenesis hypothesis of plantation Creole origin”. In HUBER, M.; M. PARKVALL (eds.). **Spreading the Word**. London: Westminster University Press, 1999. pp. 111-152.

MEILLET, Antoine. **L' évolution des formes grammaticales**. Bologna: N. Zanichelli; Paris: F. Alcan; London: Williams et Norgate, 1912.



\_\_\_\_\_. **Linguistique historique et linguistique générale.** Paris: Champion, 1921.

\_\_\_\_\_. **Esquisse d'une histoire de la langue latine.** Paris: Klincksieck, 1933.

MELANDER, J. **Étude sur l'ancienne abréviation des pronoms personnels régimes dans les langues romanes.** Uppsala: Almqvist och Wiksell, 1928.

MELLO, Gladstone Chaves de. **A Língua do Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1971.

MIGNOLO, W. **Local Histories/Global designs: Coloniality, subaltern knowledges, and border thinking.** Princeton, NC: Princeton University Press, 2000.

MIARA, Fernanda Lima Jardim. **Particípios duplos: usos, desusos e alguns “intrusos”.** 239 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. 239 p.

MIOTTI, Charlene. **O ensino de latim nas universidades públicas do estado de São Paulo e o método inglês Reading Latin: um estudo de caso.** Campinas, 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, IEL.

MOITA-LOPES, L. P. Uma linguística aplicada mestiça e ideológica. In: MOITA-LOPES, L. P. (org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar.** São Paulo: Parábola, 2006. p. 13-44.

MOLINELLI, Piera. **Fenomeni della negazione dal latino all'italiano.** Firenze: La Nuova Italia, 1988.

MOTHÉ, Nubia Graciella Mendes. **Variação e mudança aquém e além mar: gerúndio versus infinitivo gerundivo no português dos séculos XIX e XX.** 2007. 265 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MOURA, A. R.; BORGES NETO, J. A utilização de exercícios estruturais no ensino de latim. In: **Encontros de Linguística e Línguas Clássicas (ELLC)**, n. 2, Curitiba, 1996.

NARO, A. A História do “e” e do “o” em Português. Um estudo de Deriva Linguística. **Language**, Washington, v. 47, n. 3, p. 616-680, 1971.

\_\_\_\_\_. Crioulização e mudança natural. In: NARO, A. **Estudos diacrônicos**. Petrópolis: Vozes, 1973.

\_\_\_\_\_. The genesis of the reflexive impersonal in Portuguese: a study in syntactic change as a surface phenomenon. **Language**, v. 52, n. 4, p. 779-810, 1976.

NEVALAINEN, T.; PALANDER-COLLIN, M. Grammaticalization and sociolinguistics. In: NARROG, H.; HEINE, B. (Eds.). **The Oxford handbook of grammaticalization**. Oxford: Oxford University Press, 2011. p. 118-129.

NEVES, Gonçalo. A voz passiva no latim vulgar. **Ciberdúvidas da língua portuguesa**, 10 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.ciberduvidas.com/pergunta.php?id=32908>>. Acesso em: 26 mar. 2015.

NOLL, Volker. **O Português Brasileiro**. Trad. de Mário Eduardo Viaro. São Paulo: Globo, 2008.

NUNES, Jairo. *Se* apassivador e *se* indeterminador: o percurso diacrônico no português brasileiro. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 33-58, jan./jun. 1991.

OHALA, J. J.; EUKEL, B. W. Explaining the intrinsic pitch of vowels. In: R. CHANNON; L. SHOCKEY (eds.). **In honor of Ilse Lehiste**. Dordrecht: Foris. 1987. p. 207-215.

OLIVEIRA, Luiz Roberto Peel Furtado de. Das partes da oração às classes gramaticais. In: SIELP, 2., 2012, Uberlândia, **Anais...** Uberlândia: UFU, 2012. Disponível em:

<[www.ileel2.ufu.br/anaisdosielp/pt/arquivos/sielp2012/305.pdf](http://www.ileel2.ufu.br/anaisdosielp/pt/arquivos/sielp2012/305.pdf)>.  
Acesso em: 23 jul. 2014.

OLIVEIRA, Marco Antônio. Aspectos da difusão lexical. **Revista Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 31-41, jul./dez. 1992.

ONO, Tsuyoshi; THOMPSON, Sandra. What conversation can tell us about Syntax? In: DAVIS, Philip W. (Org.). **Descriptive and theoretical modes in the alternative linguistics**. Amsterdam: John Benjamins, 1994.

PAIVA BOLÉO, M. **Estudos de linguística portuguesa e românica**. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis, 1974.

PALERMO, Joe. Rythme occitan et rythme oxyton: clé de la scission gallo- romane. **RLR**, v. 35, n. 1, p. 40-49, 1971.

PARKINSON, Jennie. **A Diachronic Study into the Distributions of Two Italo-Romance Synthetic Conditional Forms**. St. Andrews (Scotland): University of St. Andrews, 2009.

PARKINSON, S. Portuguese. In: HARRIS, M.; VINCENT, N. (eds.). **The Romance Languages**. London: Routledge, 1988. p. 131-69.

PARKVALL, Mikael; LÓPEZ, Laura Álvarez. Português Vernáculo Brasileiro e a Hipótese da Semi-Crioulização. **Revista da ABRALIN**. Vol. 2: 1, 111-152, 2003.

PARSONS, Jed. A New Approach to the Saturnian Verse and Its Relation to Latin Prosody. **Transactions of the American Philological Association**, v. 129, n. 1, p. 117-137, 1999.

PESSOA DE CASTRO, Yeda. A sobrevivência das línguas africanas no Brasil: sua influência na linguagem popular da Bahia. **Afro-Asia (UFBA)**, Salvador, v. 4-5, n. 1, p. 25-34, 1967.

\_\_\_\_\_. **Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; Topbooks, 2001.

PIACENTINI, Maria Tereza de Queiroz. **Língua Brasil: Crase, Pronomes e Curiosidades**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

PIKE, Kenneth. **The Intonation of American English**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1943.

PINKSTER, Harm. **Oxford Latin syntax, volume 1: the simple clause**. Oxford: OUP Oxford, 2015.

POSNER, Rebecca. **The romance languages**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

QUERIQUELLI, Luiz Henrique. Latim, português arcaico e português brasileiro: conexões. **Calíope (UFRJ)**, v. 1, p. 90-115, 2012.

\_\_\_\_\_. O Brasil estraga ou conserva a língua de Camões. **Maiêutica - Curso de Letras**, v. 2, p. 69-78, 2014.

\_\_\_\_\_. O conservadorismo do PB e o ensino de latim: possíveis implicações. In: SIELP, 2., 2012, Uberlândia, **Anais...** Uberlândia: UFU, 2012. Disponível em: <[http://www.ileel.ufu.br/anaisdosielp/wp-content/uploads/2014/07/volume\\_2\\_artigo\\_189.pdf](http://www.ileel.ufu.br/anaisdosielp/wp-content/uploads/2014/07/volume_2_artigo_189.pdf)>. Acesso em: 23 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Sobre o settling do português brasileiro. **Fórum Linguístico (Online)**, v. 10, p. 239-250, 2013.

RAJAGOPALAN, K. Postcolonial world and postmodern identity: some implications for language teaching, **DELTA**, São Paulo, v. 21, n. spe., p. 11-20, 2005.

RAMUS, Franck; NESPOR, Marina; MEHLER, Jacques. Correlates of linguistic rhythm in the speech signal. **Cognition**, v. 73, n. 1, p. 265-92, 1999.

RENZI, Lorenzo. Essor, transformation et mort d'une loi: la loi de Wackernagel. In: MOLHO, Maurice (ed.). **Mélanges offerts à Maurice Molho**. Linguistique. Paris: Editions hispaniques, Fontenay, 1987. 3 v. p. 291-302.

RIBEIRO, I. “As sentenças relativas”. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (Orgs.). **O Português Afro-Brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 185-208.

RICHTER, Elise. **Der innere Zusammenhang in der Entwicklung der romanischen Sprachen**. Halle (Saale): Niemeyer, 1911.

ROHLFS, Gerhard. **Grammatica storica della lingua italiana e dei suoi dialetti: Morfologia**. Turin: Einaudi, 1968.

SACKS, Harvey; SCHEGLOFF, Emanuel A.; JEFFERSON, Gail. A simplest systematics for the organization of turn-taking for conversation. **Language**, v. 50, n.1, p. 696-735, 1974.

SAID ALI, Manuel. **Gramática histórica da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

SALVI, G. Morphosyntactic persistence. In: MAIDEN, M.; SMITH, J. C.; LEDGEWAY, A. (eds.). **The Cambridge history of the Romance languages: structures**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. 1 v. p. 318-81.

SANTOS SOBRINHO, José Amarante. **Dois tempos da cultura escrita em latim no Brasil: o tempo da conservação e o tempo da produção**. 2013. 313 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2013.

SAPIR, Edward. **Language**. An introduction to the study of speech. New York: Harcourt, Brace and Company, 1921.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. Trad. de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Isidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1977 [1917].

SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

\_\_\_\_\_. “Variable concord in Portuguese: the situation in Brazil and Portugal”. In: MCWHORTER, J. (Org.). **Language change and**

**language contact in pidgins and creoles.** Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 1999. p. 235-255.

SEVERO, C. G.; QUERIQUELLI, Luiz Henrique. O papel das traduções da historiografia das línguas. **Confluência**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 203-221, 2013.

SILVA NETO, Serafim da Silva. **A língua portuguesa no Brasil.** Problemas. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1960.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil.** Rio de Janeiro: Presença, 1950.

\_\_\_\_\_. **História da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Presença, 1979.

SILVA, Vanessa Souza da; CYRANKA, Lúcia Furtado de Mendonça. A língua portuguesa na escola ontem e hoje. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 15, n. 29, p. 271-287, jul./dez 2009.

SKERLJ, Stanko. **Syntaxe du participe présent et du gérondif en vieil italien.** Paris: É. Champion, 1926.

SMITH, William; HALL, Theophilus D. **A grammar of the Latin language.** London: John Murray Ed., 1863.

SORNICOLA, Rosanna. **Sul parlato.** Bologna: Il Mulino, 1981.

\_\_\_\_\_. “Quattro dimensioni nello studio del parlato”. In: Mauro, T. de (Org.). **Come parlano gli italiani.** Firenze: La Nuova Italia, 1994. p.111-130.

SOUZA, Mariza Mencialha de. Formas verbo-nominais latinas ressonâncias em português. In: Congresso Nacional de Linguística e Filologia, 7., 2003, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos, 2003. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/viicnlf/anais/caderno11-08.html>>. Acesso em: 23 fev. 2015.

SOUZA, Paulo Chagas. Particípios atemáticos no PB: um processo paradigmático. **ReVEL**, edição especial n. 5, 2011. Disponível em: <[http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel\\_esp\\_5\\_participios\\_atematico\\_s\\_no\\_pb.pdf](http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_esp_5_participios_atematico_s_no_pb.pdf)>. Acesso em 25 ago. 2015.

TARALLO, F. **Tempos linguísticos**: itinerário histórico da língua portuguesa. São Paulo: Ática, 1990.

TEYSSIER, P. **História da língua portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

TOMLIN, Russell. **Basic word order**: functional principles. London: Croom Helm, 1986.

TORRENT, Tiago Timponi. A construção de dativo com infinitivo: uma abordagem sociocognitivista e diacrônica. **Vereadas**, v. 12, n. 1, 2008, p. 95-111.

TRUBETZKOY, N. S. **Principes de Phonologie**. Paris: Klincksieck, 1949.

VENNEMANN, Theo. “An explanation of drift”. In: LI, Charles N. (Org.). **Word Order and Word Order Change**. Austin: University of Texas Press: 1975. p. 269-305.

\_\_\_\_\_. **Preference Laws for Syllable Structure and the Explanation of Sound Change**. Berlin-New York-Amsterdam: Mouton de Gruyter, 1988.

VIEGAS, Maria do Carmo. **Alçamento das vogais médias pretônicas**: uma abordagem sociolinguística. 1987. 231 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - UFMG, Belo Horizonte, 1987.

\_\_\_\_\_. **O alçamento de vogais médias pretônicas e os itens lexicais**. 2001. 281f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

VIEGAS, Maria do Carmo; CAMBRAIA, César Nardelli. “Vogais médias pretônicas no português brasileiro: contrastando passado e

presente.” In: VIEGAS, Maria do Carmo (Org.). **Minas é plural**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2011.

VILLALVA, Alina; ALMEIDA, Marta. Verbos abundantes: usos, desusos e alguns “abusos”. In: Encontro da Associação Portuguesa de Linguística, 22., 2004, Lisboa. **Anais...** Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística de Lisboa, 13-15 out. 2004. Disponível em <[http://www.clul.ul.pt/files/alina\\_villalva/2004Lisboa\\_verbos\\_abundantes.pdf](http://www.clul.ul.pt/files/alina_villalva/2004Lisboa_verbos_abundantes.pdf)>. Acesso em: 17 fev. 2012.

VOTRE, Sebastião. **Aspectos da variação fonológica na fala do Rio de Janeiro**. 2008. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1978.

WALLACE, Rex. **An introduction to wall inscriptions from Pompeii and Herculaneum**. Wauconda, Illinois: Bolchazy-Carducci Publishers, 2005.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Trad. de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

WERLE, Adam. A typology of negative indefinites. **Chicago Linguistic Society**, v. 38, n. 2, p. 127-43, 2002.

ZAMPONI, Graziela. O determinante demonstrativo em sintagmas nominais. **Caderno de estudos linguísticos**, Campinas, v. 41, n. 1, p. 141-147, jul./dez. 2001.